



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora

Porto Alegre, fevereiro de 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA DO ESTADO
Yeda Rorato Crusius

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Paulo Afonso Girardi Feijó

CHEFE DA CASA CIVIL
José Alberto Wenzel

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO
Erik Sasdelli Camarano

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Celso Bernardi

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA
Rogério Ortiz Porto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Mateus Affonso Bandeira

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Eliana Soledade Graeff Martins

CHEFE DA CASA MILITAR
Ten. Cel. Joel Prates Pedroso

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Gen. Edson de Oliveira Goularte

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Ricardo Englert

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS
José Carlos Breda

SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Marco Aurélio Soares Alba

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
João Carlos Fagundes Machado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Márcio Della Valle Biolchi

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Mariza Vasques de Abreu

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Elói Francisco Pedroso Guimarães

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Francisco Simões Pires

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Fernando Luís Schüller

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
Daniel de Moraes Andrade

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Mônica Leal Markusons

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Artur Lorentz

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
José Heitor de Souza Gularte

SECRETÁRIO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
Carlos Otaviano Brenner de Moraes

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem à Assembléia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual.

Para dar atendimento a esse comando, dirijo-me à egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a fim de transmitir à Mesa Diretora dessa Instituição, aos senhores Deputados e senhoras Deputadas estaduais e a todos os gaúchos, aos quais tenho a honra de servir como Chefe do Poder Executivo, esta informação sobre o desempenho econômico do Estado, a situação das suas finanças públicas e as principais ações deste Governo realizadas em 2008.

Quando assumimos o Governo do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2007, sabíamos das enormes dificuldades que enfrentaríamos no curtíssimo prazo para podermos pagar em dia, ao mesmo tempo, os salários do funcionalismo – incluídos o salário dos aposentados e pensionistas; manter os serviços básicos do Estado funcionando; e, pagar os compromissos com fornecedores e credores diversos. Tínhamos ciência de que enfrentaríamos uma batalha histórica pela reestruturação da capacidade fiscal do Estado para podermos voltar a financiar nosso desenvolvimento (com altivez e autonomia) com nossos próprios recursos, dentro do quadro da realidade federativa de repartição dos recursos fiscais e tributários no País concentrada nas mãos da União.

Naquele período inicial de 2007, a não-prorrogação das alíquotas de ICMS sobre energia, telecomunicações e combustíveis significou uma perda de R\$ 700 milhões/ano, ao mesmo tempo em que o déficit projetado estava na casa de R\$ 2,4 bilhões (cerca de 12% da Receita Corrente Líquida). Dessa forma, com um investimento público que tendia a zero, estávamos em uma fase de retrocesso no caminho da capacidade de crescimento, comparativamente a outros Estados da Federação, que apresentavam avanços devido a uma situação de equilíbrio fiscal e capacidade de financiamento muito mais avançada.

Desde a década de cinqüenta do século passado, o Estado financiou o desenvolvimento por meio de vários instrumentos através dos quais gastou mais do que arrecadou, criando déficits recorrentes. Não se julga o mérito das decisões dos governos passados, que trabalharam para dar ao RS condições de ser reconhecido como um Estado que tem uma das

melhores qualidades de vida do País. Contudo, quanto maior é a exigência de um povo, maior também deve ser a responsabilidade de seus governantes por atender suas necessidades de modo sustentado.

Ao final de 2006, segundo dados oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional, dentre os 27 Estados da Federação, o Rio Grande do Sul era o Estado com o maior déficit orçamentário, com a mais baixa taxa de investimentos e a maior dívida em relação a sua receita.

O que tornava ainda mais dramático o quadro fiscal, no início do Governo, era a realidade de insolvência financeira para implementar projetos importantes e necessários de investimentos, agravado pelo fato de que haviam sido esgotadas as formas tradicionais de financiamento, utilizadas até então. Uma delas, inclusive, eram as fontes, para nós indisponíveis, de empréstimos internacionais, aos quais outros Estados brasileiros continuavam a ter acesso por cumprirem as metas fiscais constantes dos principais contratos avaliados no passado pelo Governo Federal. Afora isso, a fortíssima seca que nos afligiu, em 2005, acarretou queda significativa no produto estadual e, com ele, a drástica redução das receitas. Naquele ano, o PIB do Brasil cresceu 3,2% e o do RS decresceu 2,8%.

Assim, ao assumir o Governo do Estado, em 2007, constatamos que os fornecedores registravam atrasos de até 13 meses. Desde 1994, o pagamento do 13º salário do funcionalismo vinha sendo feito com antecipações de ICMS do ano seguinte, ou através da venda de ativos, ou de repasses extraordinários de recursos da União. Mais recentemente, a partir de 2004, estava sendo feito com empréstimos junto ao BANRISUL. Somente nesses últimos quatro anos, em valores nominais, o valor emprestado foi de R\$ 1,4 bilhão, e foram pagos, aproximadamente, R\$ 150 milhões de juros.

O compromisso de campanha acerca do ajuste fiscal e estrutural deveria ser honrado. Essa era, inclusive, a única condição possível de recolocar o Estado na rota do desenvolvimento econômico e social. O quadro encontrado assim recomendava e não mais comportava temeridades. Era preciso tomar a responsabilidade, junto com os demais poderes e órgãos públicos do Estado, para ajustar definitivamente as contas públicas e ir além: reconquistar o crédito que o Estado havia perdido pela impossibilidade de financiar-se e saldar suas contas nos prazos contratados.

Houve, por nossa parte, o compromisso de cumprir todos os contratos firmados pelos nossos antecessores e, ao mesmo tempo, inovar na gestão e nas políticas públicas. Já no primeiro mês de governo, anunciamos que passávamos a aplicar a Lei da Responsabilidade Fiscal, que determina que a cada bimestre se apresente um relatório de execução orçamentária para os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual, comparando o orçamento dotado com o orçamento realizado, tendo como meta o alcance do resultado primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Essa medida tinha, também, o objetivo de dar transparência às contas do Estado. Ao mesmo tempo, exigia-se a compreensão, por parte dos Poderes e Órgãos, da necessidade dos contingenciamentos necessários para permitir o controle da despesa conforme o ingresso das receitas. Objetivava-se alcançar, em 2009, o déficit zero, meta primordial para restabelecer os investimentos públicos, permitindo-nos dar maior atenção à segurança, saúde e educação, por meio da elevação dos gastos e investimentos nessas áreas.

Através de um convênio com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), pudemos contar com o patrocínio que viabilizou a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), sem custos para o Estado. Com esse trabalho, o setor público fez uso de modernas ferramentas de gestão, que são utilizadas pelo setor privado, através do gerenciamento matricial da receita e da despesa e da reestruturação de órgãos e processos, gerando enorme economia de recursos sem que fosse prejudicada a qualidade do serviço público prestado pela administração pública.

Com a introdução do programa *Fazendo Mais com Menos*, criaram-se oficinas para a reeducação do gasto público, nas quais se contratualizou, com cada secretário, o orçamento *quota base zero*. Essas ações permitiram a redução pactuada de 30% do custeio da máquina pública, invertendo a tendência histórica de crescimento dessas despesas, da ordem de 12% ao ano, e liberando recursos para as atividades-fim das secretarias.

Pelo lado das receitas, foram essenciais as ações na modernização da máquina arrecadadora, os esforços no combate à sonegação e à evasão fiscal. Por iniciativa da Secretaria da Fazenda, implantamos outras medidas de aumento de receita, como o Programa de Acompanhamento do Contribuinte Inteligente (PAC), avançamos na substituição tributária, ampliamos o uso da nota fiscal eletrônica e fizemos um acordo de entrega de autos de lançamento com o Ministério Público. Assim, obtivemos um aumento de R\$ 622 milhões na arrecadação de impostos no ano de 2007, acima da meta de R\$ 400 milhões fixada para aquele ano, mesmo com a redução das alíquotas de ICMS desde o primeiro dia de governo.

A implementação de todas essas medidas levou o Rio Grande do Sul, já em 2008, da penúltima às primeiras posições dentre os 27 Estados da Federação, no tocante ao crescimento da arrecadação de ICMS.

Ressalva-se que, ao fechar o ano de 2007, a implementação dessas e de outras medidas e, principalmente, a mudança de atitude, foram imperativas para a maximização das receitas e para a eficiência no gasto público, que permitiu reduzir o déficit pela metade, fechando negativo em R\$ 1,2 bilhão.

Um imenso esforço de negociação foi colocado a serviço da redução do déficit até sua eliminação. Com a renegociação de dívidas e a

regularização de pagamentos com fornecedores, chegamos ao final de 2008 com todos os compromissos em dia, gerando uma redução média de 30% nos preços cobrados. O que se ressalta é o fato de que dobrou o número de fornecedores nas licitações, forçando os preços para baixo. Com isso, conseguimos uma economia de R\$ 327 milhões, em 2007, e próxima a R\$ 250 milhões, em 2008.

Nesses primeiros dois anos, vale destacar algumas de nossas principais realizações no campo da inovação na gestão: fizemos a maior e mais bem-sucedida *Initial Public Offering* (Oferta Pública Inicial – IPO) bancária da América Latina, quando dobramos o capital do BANRISUL, um banco público forte e financeiramente sólido. Com os recursos gerados, criamos os dois fundos previdenciários para garantia da aposentadoria dos servidores.

Assinamos com o Banco Mundial o maior empréstimo já concedido pela instituição a um Estado subnacional, no montante de US\$ 1,1 bilhão, para a reestruturação de parte da nossa dívida extralimite. Isso significa uma economia de R\$ 600 milhões no pagamento de juros, ao longo de 30 anos. A prorrogação do prazo de pagamento faz com que os desembolsos mensais sejam mais suaves. Esse contrato, agora, vem sendo utilizado como modelo em outros Estados brasileiros.

Em 2007 e 2008, geramos os maiores superávits primários das últimas quatro décadas. Em 2008, pela primeira vez, o resultado primário, de R\$ 2,151 bilhões, foi suficiente para pagar todo o serviço da dívida, de R\$ 2,149 bilhões. Em 2008, fato inédito, o resultado não foi influenciado pela alienação de bens, sendo gerado, genuinamente, sobre receitas e despesas correntes.

Passamos a cumprir as seis metas fiscais fixadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), inclusive superando algumas. Podemos, ainda em outubro de 2008, retomar o Simples Gaúcho, isentando empresas com faturamento anual de até R\$ 240 mil do pagamento de ICMS.

Vejam que o objetivo maior de zerar o déficit não era uma decisão contábil, mas eminentemente política para servir a nossa gente. Ao final de 2008, além de pagar os fornecedores em dia, reativar o Simples Gaúcho, começar a pagar os aumentos salariais concedidos aos servidores por leis de 1995, pagar o 13º salário no início de dezembro e com recursos próprios, criou-se a condição fiscal e legal de retomar o pagamento dos precatórios. Aprovada a lei na Assembléia Legislativa, pagou-se um volume total 15 vezes superior à média histórica, quitando pendências com milhares de precatórios que aguardam desde 1999 para receber os recursos que lhes são devidos pelo Estado.

Podemos dizer que, comparativamente ao tamanho do orçamento, este é certamente o maior ajuste fiscal já registrado por um Estado Brasileiro, desde a Constituição de 1988. E um dos ajustes mais rápidos já realizados, segundo testemunho do Banco Mundial.

Agimos com transparência quando enviamos, em setembro de 2007, uma proposta realista para o orçamento de 2008, com déficit orçamentário. Da mesma forma, para o orçamento vigente em 2009, apresentamos à sociedade rio-grandense um orçamento sem déficit e com R\$ 1,250 bilhão em investimentos na Administração Direta e R\$ 1,2 bilhão nas Empresas Estatais. A soma desses investimentos nos reconduz a um patamar histórico de quase 1% do PIB estadual, sobrepujando a participação dos investimentos federais no PIB nacional.

Por óbvio, o objetivo do ajuste fiscal não é um fim em si mesmo e sim um meio para que o nosso Estado interrompesse uma série de mais de quatro décadas de déficits e de endividamento e recuperasse a sua capacidade de investimento e de políticas públicas que promovem o bem-estar dos seus cidadãos.

O povo gaúcho pode comemorar um feito dos mais importantes da sua história fiscal: em 2008, o Estado zerou seu déficit. Neste ano de 2009, teremos um orçamento equilibrado e R\$ 1.250 milhões dotados para investimentos, que beneficiarão milhões de gaúchos e de gaúchas, que aguardam há anos uma atenção maior por parte dos seus governantes. Cumprimos, assim, o nosso maior compromisso firmado em campanha democrática, de zerar o déficit público e de recuperar a capacidade de investimento deste Estado.

Contudo, temos que persistir no nosso plano de recuperação, pois nos obrigamos a adiar investimentos urgentes, pela recuperação financeira do Estado. Finalmente, com o orçamento de 2009, alcançamos um volume de recursos confortável, com ele geramos um plano de investimentos com segurança jurídica e metas, responsável e transparente, como não se via há muitos anos.

Sabemos todos da crise financeira mundial, que é grave. Já seus efeitos sentem-se fortes sobre a economia brasileira e sobre o Rio Grande do Sul. Economias sólidas e desenvolvidas estão em um processo de recessão. Essa crise, no entanto, agora encontrará não somente um setor privado aguerrido, extremamente competitivo em padrões globais, que tem sabido enfrentar seus desafios, mas também encontrará um setor público equilibrado e forte, capaz de ser um parceiro importante neste momento difícil.

Temos que ter a necessária serenidade para enfrentar o que se prepara no horizonte. Sabemos o Estado que queremos. Estamos em posição de igualdade porque não há mais credores de um lado e governo devedor de outro. Estamos vivendo com um orçamento realista, que nos permite ter dinheiro para investir, pagar os aumentos dos servidores, estes devidos desde 1995, além da retomada de compromisso com os precatórios.

Contudo, é necessária uma nota de cautela. É importante lembrar que se têm pela frente grandes desafios, dentre eles, a manutenção das conquistas que o ajuste fiscal duradouro propicia. Tão difícil que foi, para

este Governo, atingir o equilíbrio orçamentário, necessário se faz mantê-lo como uma conquista permanente da sociedade gaúcha. Esta é uma responsabilidade deste e dos próximos governos. É uma atribuição maior dos Poderes, com ênfase ao papel fiscalizador desse Parlamento.

O Rio Grande deve orgulhar-se porque a conquista coletiva do ajuste fiscal e da retomada da capacidade de investimento, liderada pelo Plano de Governo que vem sendo implementado desde 2007, abre uma nova etapa na vida deste Estado.

De agora em diante, vamos falar sustentação do ajuste fiscal, de programas estruturantes, de obras nas nossas estradas, de energia, de saneamento, de como melhorar a saúde, a educação e a segurança. A palavra crise será substituída pela palavra desenvolvimento. Este virá na justa velocidade que nos permitirá preservar as conquistas passadas, espreitando com altivez as mais altas ambições da nossa brava gente.

Por fim, transmito à Mesa Diretora e à Presidência de nossa egrégia Assembléia Legislativa, aos nossos Deputados e ao Povo deste Rio Grande os votos de um bom trabalho e de renovado sucesso neste ano de 2009.

Yeda Rorato Crusius

Governadora do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	A ECONOMIA GAÚCHA EM 2008	13
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	43
3	AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO.....	75
	<i>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL</i>	79
	TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS	79
	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO.....	83
	IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	86
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	88
	CRÉDITO E FOMENTO	90
	MEIO AMBIENTE	92
	TURISMO, ESPORTE E LAZER	96
	CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	97
	<i>DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....</i>	101
	EDUCAÇÃO	101
	SAÚDE	107
	JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	114
	HABITAÇÃO E SANEAMENTO	120
	SEGURANÇA	123
	CULTURA	127
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	130
	<i>FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA</i>	132
	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	132
	PLANEJAMENTO E GESTÃO	137
	COORDENAÇÃO	140
	ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	141
	OBRAS PÚBLICAS	144
	CASA MILITAR E DEFESA CIVIL	144
	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	146
	DEFESA DO ESTADO	147
	ANEXO 1 - ESTUDO COMPARATIVO DAS DESPESAS PÚBLICAS DOS ESTADOS BRASILEIROS: UM ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO	153
	ANEXO 2 – TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO 2008	193



1 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2008

1 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2008¹

INTRODUÇÃO

A forte expansão que marcou a economia mundial no período 2003-07 constituiu-se em fator determinante para o crescimento dos chamados países emergentes, que capitalizaram, com maior ou menor intensidade, a fase ascendente do ciclo econômico internacional. Nesse contexto, mesmo que com intensidade bem abaixo de países como a China e a Índia, o Brasil apresentou um ritmo de crescimento bastante dinâmico, com taxas entre 3,2% e 5,8% nesse período.

A partir de 2007, porém, o cenário econômico internacional passou a emitir sinais muito claros de que os tempos de bonança haviam se encerrado e, com eles, o sonho de que uma economia globalizada, e com pouca regulamentação, pudesse crescer de maneira contínua e livre de rupturas. Na realidade, já em 2002, a imprensa anunciava a possibilidade de estouro de uma "bolha imobiliária" nos Estados Unidos, fruto da excessiva sobrevalorização dos preços praticados no mercado imobiliário. De fato, entre 1995 e 2002, os preços das moradias americanas haviam aumentado até 30% acima da inflação. Estudo do *Center for Economic and Policy Research*, de Washington, avaliava, na ocasião, que essa valorização irracional havia gerado um acréscimo artificial de US\$ 2,6 trilhões no patrimônio dos proprietários americanos. Impulsionado por uma taxa de juros de 1%, o mercado de compra de moradias através de empréstimos de alto risco, *subprime*, expandiu-se com incrível rapidez. A alta de juros para 5,2%, em 2004, trouxe um elevado índice de inadimplência às empresas que operavam nesse mercado, as quais, a seu turno, passaram a repassar seus créditos a terceiros via sistema bancário. Em setembro de 2008, o governo americano realizou intervenção no Freddie Mac e na Fannie Mae, instituições que garantiam, praticamente, $\frac{3}{4}$ das hipotecas do País. Ainda no mesmo mês, ocorreu o pedido de falência do Lehman Brothers, com um passivo estimado em US\$ 130 bilhões.

Em apertada síntese, esse é o cenário econômico no qual se gestaram as condições para o colapso do mercado imobiliário, em março de 2007, pouco tempo depois da grande turbulência ocasionada pelo estouro das bolsas asiáticas, e os seus desdobramentos mais imediatos. As formas de propagação da crise no sistema econômico como um todo, inclusive na economia real, têm sido objeto da análise de especialistas dos mais diversos matizes. À guisa de ilustração, é interessante ter em conta alguns dados que permitem avaliar a gravidade da atual conjuntura econômica nas suas diversas dimensões.

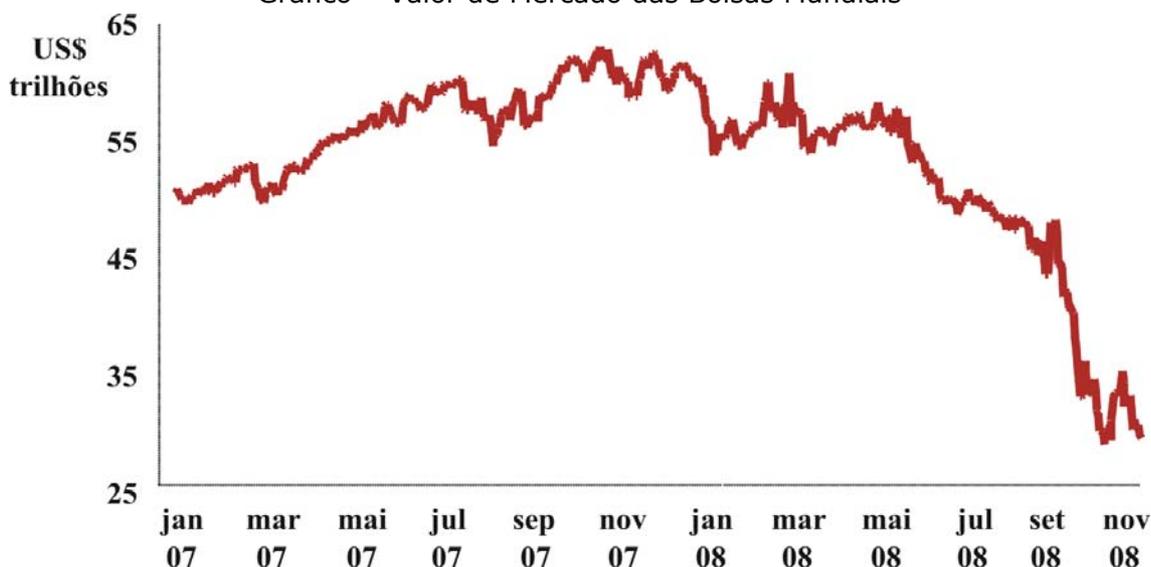
No que tange ao mercado de ações, o Gráfico a seguir expressa, de forma eloqüente, o comportamento das bolsas mundiais, que resultou em uma destruição de riqueza estimada em US\$ 30 trilhões desde outubro

¹ Análise elaborada com informações disponíveis até novembro de 2008.

de 2007. Em relação à economia real, registra-se a retração de investimentos nos EUA, a diminuição de 20% nas vendas de automóveis, uma queda de 3% no PIB do Japão, a retração de 2% na produção industrial da Europa e uma taxa de 6,5% de desemprego nos EUA.

Outro aspecto marcante na crise atual, e que a diferencia totalmente da ocorrida em 1929, é a intensidade e presteza da intervenção governamental. Com efeito, segundo o *Financial Times*, em alguns dos países mais atingidos pela crise, o montante de recursos públicos disponibilizados para a recapitalização de bancos alcançava as cifras de 100 bilhões de euros na Alemanha, 40 bilhões na França, 20 bilhões na Holanda, 15 bilhões na Áustria, 50 bilhões de libras no Reino Unido e 250 bilhões de dólares nos Estados Unidos. No total, a estimativa era a de que, nesse primeiro momento, o socorro dos vários governos ao setor bancário já era da ordem de US\$ 595 bilhões. Ao mesmo tempo, o governo americano discute um grande socorro financeiro, sem precedentes na história de um país de arraigadas convicções no livre funcionamento do mercado, para a indústria automobilística americana.

Gráfico – Valor de Mercado das Bolsas Mundiais



FONTE: Bloomberg, dados até dia 19/11; Banco Central do Brasil

Outro dado bastante ilustrativo do desenrolar da crise na economia real é o da taxa de desemprego nos Estados Unidos que, em outubro, atingiu 6,5%, a maior desde 1994.

Nesse quadro, a primeira reação do governo brasileiro foi a de tentar mostrar que os chamados "fundamentos" da economia brasileira ofereciam uma blindagem suficientemente forte para torná-la imune ao contágio da crise. Logo, porém, ficou claro que o peso da economia americana, aproximadamente 25% do PIB mundial, e a rápida internacionalização dos efeitos da crise não deixariam de impactar, com maior ou menor intensidade, nenhum país integrante de uma economia cada vez mais globalizada. Na seqüência, ainda que preservando um discurso otimista sobre as possibilidades de o país contornar os efeitos mais rigorosos da crise, o governo federal tem implementado uma série de

medidas visando à manutenção do crescimento econômico. São exemplos, nesse sentido, a intervenção do Banco Central para regularizar a liquidez no mercado, US\$ 17,9 bilhões até 21 de novembro, as vendas de *swap* cambial de US\$ 30 bilhões, as reduções do depósito compulsório e os recursos adicionais para o crédito agrícola de R\$ 5,5 bilhões.

Esses são alguns componentes do cenário no qual se passa a fazer a avaliação do desempenho da economia gaúcha em 2008, e que, com a devida cautela, autorizam algumas previsões para 2009.

1.1 Desempenho da Economia Gaúcha em 2008

Segundo as últimas estimativas da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul deve apresentar um crescimento da ordem de 3,8% em 2008, que se traduz num aumento de 2,7% no PIB *per capita*. A observação da Tabela abaixo evidencia que, embora elevada, essa taxa de crescimento representa uma sensível desaceleração do processo de crescimento da economia estadual, uma vez que, em 2007, o PIB havia crescido 7,0%². Na comparação com o Brasil, o Rio Grande do Sul, que havia crescido, em 2007, acima da economia nacional, 7,0% contra 5,7%, mostra, em 2008, um desempenho inferior à média do país, já que as estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam uma expansão de 4,7% para o PIB brasileiro.

Tabela – Taxa de Crescimento do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil 2002 – 2008

ANOS	RIO GRANDE DO SUL (1)				BRASIL			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita
2002	105.487	10.057	1,1	-0,1	1.477.822	8.378	2,7	1,2
2003	124.551	11.742	1,6	0,5	1.699.948	9.498	1,1	-0,3
2004	137.831	12.850	3,3	2,2	1.941.498	10.692	5,7	4,2
2005	144.218	13.298	-2,8	-3,9	2.147.239	11.658	3,2	1,7
2006	156.883	14.310	4,7	3,6	2.369.797	12.688	4,0	2,5
2007 (1)	177.040	15.978	7,0	5,9	2.597.611	13.720	5,7	4,2
2008 (1)	193.485	17.281	3,8	2,7	-	-	4,7 (2)	3,3 (3)

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.
IPEA-Boletim de Conjuntura—dez. 2008.

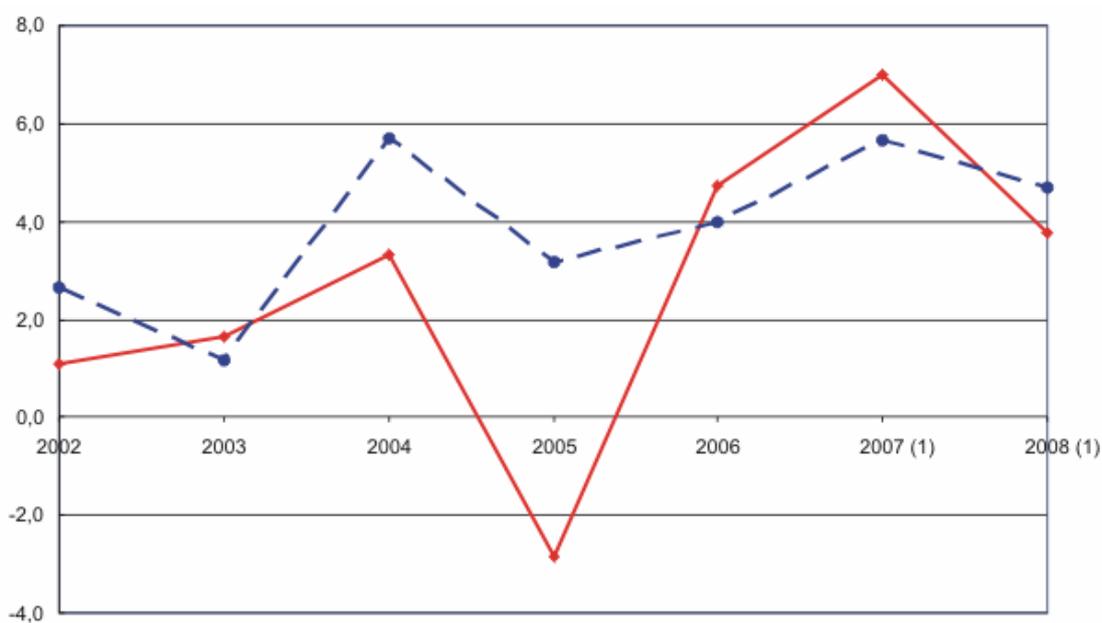
NOTAS: (1) Estimativas preliminares.
(2) Média das projeções do IPEA (4,2% e 5,2%).
(3) Estimativa FEE a partir das projeções do IPEA.

Além disso, como é ilustrado no Gráfico seguinte, a economia estadual apresenta um comportamento muito próximo do verificado para o

² É importante ter presente que esses dados referem-se à nova série das Contas Regionais divulgada pelo convênio IBGE/FEE.

Brasil. Afora o ano de 2005, fruto de uma das mais severas secas ocorridas na história do Rio Grande do Sul, é nítido que o Estado e o Brasil seguem, invariavelmente, uma mesma direção nas suas trajetórias de crescimento. A diferença ocorre por conta da intensidade que se verifica nas variações do desempenho da economia gaúcha e da brasileira, tanto nos anos de expansão como nos de desaceleração. De maneira geral, pode-se atribuir a maior volatilidade do processo de crescimento da economia gaúcha a sua maior dependência do agronegócio, que faz com que uma frustração de safra ou uma excelente produção de grãos impactem mais fortemente o seu PIB. Com isso, a participação do PIB gaúcho no do Brasil tem oscilado em torno de 7% no período 2002-07, devendo apresentar uma pequena retração em 2008.

Gráfico – Taxa de Crescimento do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil
2002 – 2008



FONTE: FEE; IBGE; IPEA

(1) Estimativas preliminares

_ Os dados de 2008 para o Brasil foram obtidos a partir da média das projeções do IPEA (4,2% e 5,2%).

—●— RS
—●— Brasil

Do ponto de vista setorial, a Tabela a seguir evidencia que, mais uma vez, recai sobre a atividade agrícola a responsabilidade pela desaceleração do crescimento econômico do Estado. Com efeito, a agropecuária gaúcha, que havia experimentado uma expansão de 18,2% em 2007, registra, em 2008, uma taxa negativa de 8,4%. Na realidade, o desempenho desse segmento da economia gaúcha em 2008 encontra-se, de certo modo, viesado por um efeito estatístico, uma vez que o ano de 2007, que serve como base de comparação, registra a maior safra de grãos da história do Rio Grande do Sul. Como será visto de forma mais detalhada na análise da agropecuária, chama a atenção o desempenho negativo da soja e do milho, que são duas das culturas mais importantes da lavoura gaúcha. Em 2008, a soja e o milho apresentaram redução em termos de quantidade produzida, de 21,7% e 10,8%, respectivamente. Ressaltam, igualmente, as quedas de produtividade registradas em ambas culturas,

quais sejam, 20,5% e 11,8%. No que se refere à atividade industrial do Estado, a FEE estima que a mesma experimentou uma variação positiva de 6,7% no Valor Adicionado Bruto em 2008. Embora essa taxa signifique uma retração na comparação com a de 2007 (7,2%), ela traduz um desempenho superior do setor manufatureiro gaúcho vis-à-vis ao nacional, que, segundo projeção do IPEA, deve situar-se em torno de 4,9%. Vale destacar, ainda, o excelente resultado apresentado pela Indústria da Construção Civil, com um crescimento de 9,3%. O setor de Serviços também apresentou um desempenho satisfatório, com uma taxa de 4,6%, pouco abaixo dos 5,3% verificados no ano anterior, mas também superior à estimativa para o Brasil, que é de 4,4%.

Tabela – Taxas de Crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do Rio Grande do Sul 2007 – 2008 (1)

DISCRIMINAÇÃO	2007 2008 (2)	
	(%)	
Agropecuária	18,2	-8,4
Indústria	7,2	6,7
Indústria de transformação	7,9	6,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,2	4,3
Construção civil	5,7	9,3
Serviços	5,3	4,6
Comércio	7,5	7,0
Transportes e armazenagem	5,2	5,1
Administração pública	1,9	2,6
Demais serviços	5,8	4,4
VAB	7,0	3,8
PIB	7,0	3,8

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTAS: 1. Para os anos de 2007 e 2008, considera-se a taxa do PIB igual à do VAB.

2. Estimativas preliminares.

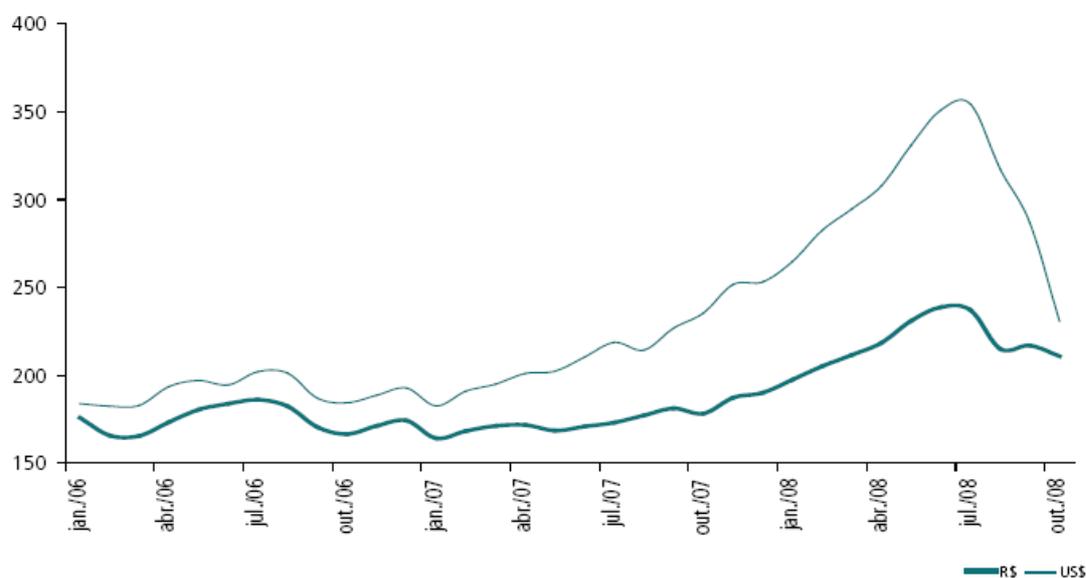
Outro aspecto que se mostrou bastante positivo na economia gaúcha, em 2008, foi o desempenho do mercado de trabalho. Conforme os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, na comparação de novembro de 2008 com igual mês do ano anterior, percebe-se uma queda significativa na taxa de desemprego total da RMPA, que passa de 11,9% para 10,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Já na comparação anual, a pesquisa indica uma diminuição de 22 mil indivíduos no contingente de desempregados, decorrência do expressivo aumento de 122 mil pessoas ocupadas no mercado de trabalho, em contraposição ao ingresso de 100 mil pessoas na PEA. Ao mesmo tempo, é importante assinalar que, no período, ocorreu um aumento da massa de rendimentos reais da ordem de 13,2% para o total das pessoas ocupadas, em virtude, primordialmente, da expansão do emprego e, secundariamente, do incremento do rendimento médio.

Portanto, mesmo nos limites nos quais se elaboram essas considerações iniciais, é possível perceber que o Rio Grande do Sul, no período 2002-08, apresentou um desempenho bastante consistente e muito

próximo ao verificado pela economia brasileira. De modo geral, tanto a boa performance econômica do País, quanto a do Estado, estiveram alicerçadas numa fase de forte expansão da economia internacional. Como os reflexos da crise mundial no Brasil somente começaram a ser captados com maior nitidez nos dados do quarto trimestre, uma tarefa de difícil execução é a de avaliar as conseqüências que podem advir para a economia gaúcha em 2009, do desenrolar, ainda um tanto incerto, da crise internacional.

Uma primeira dificuldade é a de dimensionar corretamente o impacto que as restrições enfrentadas pelo setor primário podem provocar no processo de crescimento estadual. Vale dizer, avaliar as conseqüências que a retração do setor agrícola de 2008 e as dificuldades que já se delineiam no início de 2009, como a estiagem, as restrições de financiamento e a turbulência do mercado internacional, irão ter ao longo de toda a cadeia que compõe o agronegócio gaúcho. Em particular, tem-se em mente segmentos que vinham alavancando o crescimento industrial, como é o caso da produção de máquinas e implementos agrícolas. Além disso, outros ramos de atividade que vinham mantendo um ritmo intenso de produção já mostram sinais muito claros de desaceleração. Dentre esses, ressalta-se o setor automobilístico, envolvido em uma crise sem precedentes nos Estados Unidos, onde já se avolumam, inclusive, os estoques.

Gráfico - Índice de Preços das Commodities – jan/2006 a out/2008



Fonte: Carta de Conjuntura IPEA dez/2008, p. 14

Como é bastante conhecido, o Rio Grande do Sul, afóra raras exceções, tem ocupado, ao longo dos últimos anos, a terceira posição no ranking dos estados exportadores. Assim, o desempenho da economia gaúcha é particularmente sensível às flutuações do câmbio e aos preços das *commodities*. No que se refere ao câmbio, ainda não é possível concluir qual será o resultado, para o Estado, da equação que envolve a disparada do dólar, a partir de setembro, e as restrições de demanda provocadas pela crise. No que tange ao comportamento das *commodities*, é evidente que a situação atual não é tão favorável como a de alguns meses atrás, mas

também é verdade que os preços no mercado internacional situavam-se em patamares totalmente irrealistas.

Outro vetor de preocupação para o desenvolvimento estadual vincula-se à possibilidade de que o cenário pessimista, que envolve as mais diversas projeções internacionais para 2009, possa significar a interrupção do fluxo de grandes investimentos, públicos e privados, anunciados para o Estado. Mesmo sendo prematuro para alguma conclusão mais definitiva, as evidências apontam para a manutenção de grande parte dos projetos programados, ocorrendo, porém, em vários casos, a reavaliação de prazos. A situação mais delicada, possivelmente, é a que envolve o segmento de silvicultura e de produção de celulose, que haviam programado vultosos projetos na Metade Sul do Estado. Tendo em vista as elevadas perdas em operações de câmbio registradas pelas empresas participantes dos projetos, os investimentos foram suspensos e, em alguns casos, tiveram adiadas suas datas de implementação. Em contrapartida, os investimentos no setor de construção naval e no terminal de regaseificação, da ordem de US\$ 1,25 bilhão, em Rio Grande, até o momento estão confirmados. Esse parece, também, ser o caso dos projetos relacionados à produção de laticínios e bebidas, embora as empresas admitam, em alguns casos, reverem seus cronogramas. O projeto de construção de uma unidade para a produção de 200 mil toneladas/ano de eteno e polietileno, a partir de álcool da cana-de-açúcar, é outro investimento de porte que se encontra mantido, com previsão de início das obras para 2009.

Grande parte desses investimentos encontra sua sustentação em financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, em princípio, tem assegurado a manutenção e, até mesmo, a ampliação, de sua carteira de operações. Evidencia-se, dessa maneira, a importância da sociedade contar com instituições financeiras sólidas que, num momento de quebra de confiança generalizada e enorme retração do crédito, possam operar com uma lógica que não se submeta, incondicionalmente, às pressões do mercado, tornando-se, assim, instrumentos imprescindíveis na implantação de políticas públicas. Esse é o caso, por exemplo, do BANRISUL, que se habilitou a financiar 2.718 moradias no meio urbano e rural, a partir de recursos da ordem de R\$ 19,1 milhões do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades.

1.2 Agropecuária Gaúcha

O setor agropecuário do Rio Grande do Sul apresentou forte retração de 8,4% na comparação com o ano anterior. Esse resultado, expresso unicamente em termos do Valor da Produção (VP), representa um decréscimo de 4,4%, sendo a retração no VP do subsetor da lavoura correspondente a 8,2%. É interessante observar que a redução no VP do setor agropecuário gaúcho, em 2008, pode ser atribuída muito mais ao *quantum* produzido do que aos preços. Isso porque, verifica-se, por exemplo, que a safra de grãos sofreu, no período, uma retração no volume

produzido de 4,6%³, e em especial a soja, com uma redução de 21,7%. Os preços, por sua vez, mostraram-se elevados em 2008, com destaque para o primeiro semestre (equivalente ao final do ano agrícola 2007/2008). Segundo levantamento da EMATER junto aos produtores rurais, culturas como arroz (32,%), feijão (193,3%), milho (43,4%), soja (62,2%) e trigo (23,3%) tiveram um significativo aumento médio de preços em relação ao primeiro semestre de 2007. Já o subsetor da pecuária apresentou um crescimento do VP de 2,5%, um resultado bastante característico da atividade, que não enfrentou sobressaltos significativos no período recente.

Tabela - Taxas de crescimento do valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal no Rio Grande do Sul — 2007-2008

ATIVIDADES	2007	2008
Agropecuária	10,5	-4,4
Lavoura	15,0	-8,2
Produção animal	1,7	2,5

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: Estimativas preliminares.

De outra parte, a redução do PIB do setor agropecuário, em 8,4%, impacta fortemente o desempenho dos demais setores, seja pela sua importância na cadeia agroindustrial, seja pelas atividades decorrentes da comercialização, do transporte e da geração de empregos e renda. Assim, outros fatores além da crise financeira internacional explicam o desempenho inferior da economia gaúcha frente ao resultado da economia brasileira em 2008, diferentemente do que vinha ocorrendo nos anos anteriores.

³ Safra de grãos do Rio Grande do Sul em 2008: 22,4 milhões de toneladas; safra de grãos do Rio Grande do Sul em 2007: 23,5 milhões de toneladas.

Tabela – Produção, área colhida e produtividade dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2007 e 2008

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)			ÁREA COLHIDA(ha)			PRODUTIVIDADE (t/ha)		
	2007	2008	Taxa (%)	2007	2008	Taxa (%)	2007	2008	Taxa (%)
Arroz	6.340.136	7.371.467	16,3%	942.151	1.071.237	13,7%	6,73	6,88	2,3%
Banana	110.153	118.850	7,9%	11.545	12.088	4,7%	9,54	9,83	3,0%
Batata - inglesa	386.210	385.443	-0,2%	24.254	23785	-1,9%	15,92	16,21	1,8%
Cana-de-açúcar	1.426.978	1.428.473	0,1%	35.767	36.776	2,8%	39,90	38,84	-2,6%
Cebola	161.559	145.127	-10,2%	11.164	10.140	-9,2%	14,47	14,31	-1,1%
Feijão	142.086	102.376	-27,9%	117.058	97636	-16,6%	1,21	1,05	-13,6%
Fumo	478.807	445.568	-6,9%	230.448	215.683	-6,4%	2,08	2,07	-0,6%
Laranja	347.140	335.258	-3,4%	27.029	25.788	-4,6%	12,84	13,00	1,2%
Maçã	469.389	514.537	9,6%	16.365	16.206	-1,0%	28,68	31,75	10,7%
Mandioca	1.378.895	1.339.732	-2,8%	88.702	84.998	-4,2%	15,55	15,76	1,4%
Milho	5.969.118	5.322.052	-10,8%	1.363.323	1.378.770	1,1%	4,38	3,86	-11,8%
Soja	9.929.005	7.773.324	-21,7%	3.890.183	3.833.000	-1,5%	2,55	2,03	-20,5%
Trigo	1.720.307	2.058.215	19,6%	848.404	980.102	15,5%	2,03	2,10	3,6%
Uva	704.176	776.027	10,2%	45.336	47.177	4,1%	15,53	16,45	5,9%

FONTE: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Banco de Dados SIDRA. Dezembro, 2008.

Em relação à lavoura, a retração do VP, de 8,2%, pode ser explicada, em grande parte, por duas das principais culturas do Estado: a soja e o milho. A produção da oleaginosa, no Estado, sofreu uma queda de 21,7%, passando de 9,9 para 7,8 milhões de toneladas. Essa redução deveu-se, fundamentalmente, à queda acentuada da produtividade (-20,7%), uma vez que a área colhida apresentou uma leve retração de 1,5%. Entretanto, convém destacar que a safra de soja de 2007 corresponde à maior da história do Estado, portanto, em qualquer análise estatística, representa uma base extremamente alta para comparações. Mais importante que a redução da produção da soja no Estado, é a excelente recuperação nos últimos três anos da cultura, após a forte retração da capacidade produtiva em função da queda acentuada na cotação da *commodity*, do expressivo aumento nos custos de produção e das severas secas que assolaram o Estado, em 2004 e 2005, diminuiram significativamente a rentabilidade do produtor.

O cultivo do milho também teve um resultado negativo na produção, de 10,8%, passando de 5,9 para 5,3 milhões de toneladas produzidas em 2008. Assim como a soja, a queda da produtividade da cultura (11,8%), provocada pela estiagem, é o principal fator que explica a redução da produção. Isso porque, no período, houve uma expansão da área colhida de 1,1%. Os bons preços do milho, decorrentes do crescimento da avicultura e suinocultura e das exportações, são os principais fatores de influência para essa expansão. Em relação à produção de 5,3 milhões de toneladas, esta se situa entre as três melhores safras da história, o que demonstra a excelente recuperação da cultura no Estado, após apresentar resultados bastante modestos em 2004 e 2005, com uma produção de 3,3 e 1,4 milhões de toneladas, respectivamente.

A produção do fumo, por sua vez, também apresentou um desempenho negativo, com uma variação de -6,9%, o que correspondeu a uma retração da produção de 478 mil para 445 mil toneladas produzidas. Diferentemente da soja e do milho, a redução da produção do fumo deve-se à retração na área colhida (-6,4%), uma vez que o rendimento médio da cultura manteve-se estável em 2008 (-0,6%). Cabe destacar, também, que, desde 2005, a área colhida no Rio Grande do Sul já sofreu uma redução de 10,8%. Estima-se que essa redução possa estar associada à ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco em 2005, ao aumento nos custos de produção e à retração do valor pago aos produtores.

Os destaques positivos da lavoura gaúcha, em 2008, ficaram por conta da produção das culturas de arroz e de trigo. A primeira delas apresentou acréscimos na produção, área colhida e produtividade de 16,3%, 13,7% e 2,3%, respectivamente. O aumento da produção do arroz deve-se ao bom volume de chuvas nos meses precedentes ao preparo do solo e ao plantio, o que elevou os níveis dos reservatórios e mananciais hídricos, um fator essencial para os arrozais irrigados, preponderantes no Estado. Destaca-se, também, a produção de 2008 de 7,3 milhões de toneladas, que se configura como a melhor da história do Estado. Além disso, observa-se que o aumento sistemático da produção do arroz no Rio Grande do Sul – principal produtor nacional – deve-se também aos ganhos crescentes de produtividade da cultura que, desde 2003, acumulam um crescimento de 40,9%.

O trigo também apresentou um excelente desempenho em 2008. O aumento de 19,6%, de 1,7 para 2,1 milhões de toneladas, foi fortemente influenciado pela expansão da área cultivada (15,5%), o que correspondeu a um significativo aumento de 131 mil hectares. As altas cotações no mercado internacional, os preços aos produtores superiores ao custo de produção e a elevação do preço mínimo de garantia pelo Governo foram os principais atrativos para os produtores investirem na cultura em 2008.

Com relação à previsão da safra 2008/2009, a produção agrícola começa a dar sinais de que a redução da produtividade, advinda dos altos preços dos fertilizantes e da estiagem, que ainda persiste na lavoura, deverá afetar o desempenho da agropecuária em 2009. Segundo o quarto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)⁴, a produção agrícola deverá ficar em torno de 23,3 milhões de toneladas, enquanto que o levantamento anterior apontava uma produção estimada de 23,6 milhões de toneladas. Tal redução deve-se fundamentalmente à estiagem, que afetou a fase de germinação e desenvolvimento vegetativo de algumas culturas de verão, no mês de dezembro.

Esse é o caso da soja que, após o último levantamento de safra da CONAB⁵, deverá sofrer um acréscimo de 4,1% na produção, 3,6% na produtividade e 0,5% na área plantada em relação à safra 2007/2008, caso haja precipitações regulares na fase de floração. Em relação ao milho, a estimativa preliminar infere uma redução (-2,2%) na produção. O resultado

⁴ Janeiro de 2009.

⁵ A previsão do 3º levantamento, de dezembro de 2008, apontava um aumento da produção de soja de 4,6% para o Rio Grande do Sul

pode estar relacionado à queda da produtividade (-2,9%), uma vez que a área plantada não deverá sofrer redução no Rio Grande do Sul. A queda da produtividade do milho, por sua vez, pode ser decorrente do aumento sensível no custo de produção dessa cultura, o que repercute na tecnologia e nos insumos utilizados para o cultivo.

Por outro lado, produtos comercializados quase que totalmente no mercado interno poderão apresentar resultados melhores em 2009. Estima-se que as produções de arroz e feijão, em 2009, serão superiores a 2008. A perspectiva da elevação da produção do arroz, de 2,7%, pode estar relacionada às altas cotações do produto no mercado, muito mais atrativas que nos anos de 2007 e 2008, o que influenciará o acréscimo de 2,7% na área plantada na safra 2008/2009, segundo as previsões da CONAB.

A cultura do feijão, por sua vez, deverá apresentar um acréscimo de 10,6% na produção, 4,1% na produtividade e 6,3% na área plantada. O aumento da área plantada pode ser resultado dos excelentes preços praticados no mercado e do reajuste de 65,2% no preço mínimo, que entrou em vigor no início da safra. Deve ressaltar-se que o feijão perdeu área para o milho na safra passada, entretanto, na safra que se projeta, os produtores gaúchos voltam a apostar nesse cultivo.

1.3 Indústria Gaúcha

O setor industrial gaúcho, em 2008, apresentou o expressivo crescimento de 6,7%, evidenciando-se uma tendência de bons resultados de 2007 (7,2%), após dois anos de taxas negativas (-5,2%, em 2005, e -2,3% em 2006). A continuidade da expansão do setor industrial no Rio Grande do Sul, em 2008, deveu-se, principalmente, aos resultados da Indústria de Transformação e Construção Civil, cujas taxas de variação foram de 6,5% e 9,3%, respectivamente.

Destaca-se, na Tabela a seguir, que o desempenho da Indústria de Transformação gaúcha, em 2008, apresentou acréscimos significativos da produção em duas atividades: Máquinas e Equipamentos (23,9%) e Veículos Automotores (20,9%), os quais, por sua vez, impactaram positivamente o desempenho da Metalurgia Básica (9,3%) e de Produtos de Metal (6,1%). O crescimento deve ser creditado à expansão da produção de máquinas para colheita, na primeira atividade; automóveis e reboques e semi-reboques, na segunda; e, vergalhões de aço ao carbono, na terceira atividade citada. O crescimento dessas atividades foi influenciado pela recuperação da agropecuária gaúcha e pelo aquecimento do mercado interno nos últimos dois anos, que reagiu favoravelmente à ampliação da oferta de crédito e ao controle da taxa de juros.

Tabela - Taxas de crescimento da produção da Indústria de Transformação, por atividade, do Rio Grande do Sul — 2006-2008

ATIVIDADES	(%)		
	2006	2007 (1)	2008 (1)
Alimentos	4,7	4,5	8,5
Bebidas	7,3	5,4	-8,8
Borracha e plástico	6,1	5,0	4,2
Calçados e artigos de couro	-8,8	-7,2	-7,6
Celulose, papel e produtos de papel	4,1	-0,3	4,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	-1,6	1,8	-1,7
Fumo	-7,3	-6,2	-9,6
Máquinas e equipamentos	-16,3	31,7	23,9
Metalurgia básica	-0,4	6,2	9,3
Mobiliário	5,0	-4,6	7,6
Produtos químicos	0,8	0,6	-1,6
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-10,7	1,2	6,1
Refino de petróleo e álcool	-2,8	30,1	-5,9
Veículos automotores	7,1	26,8	20,9

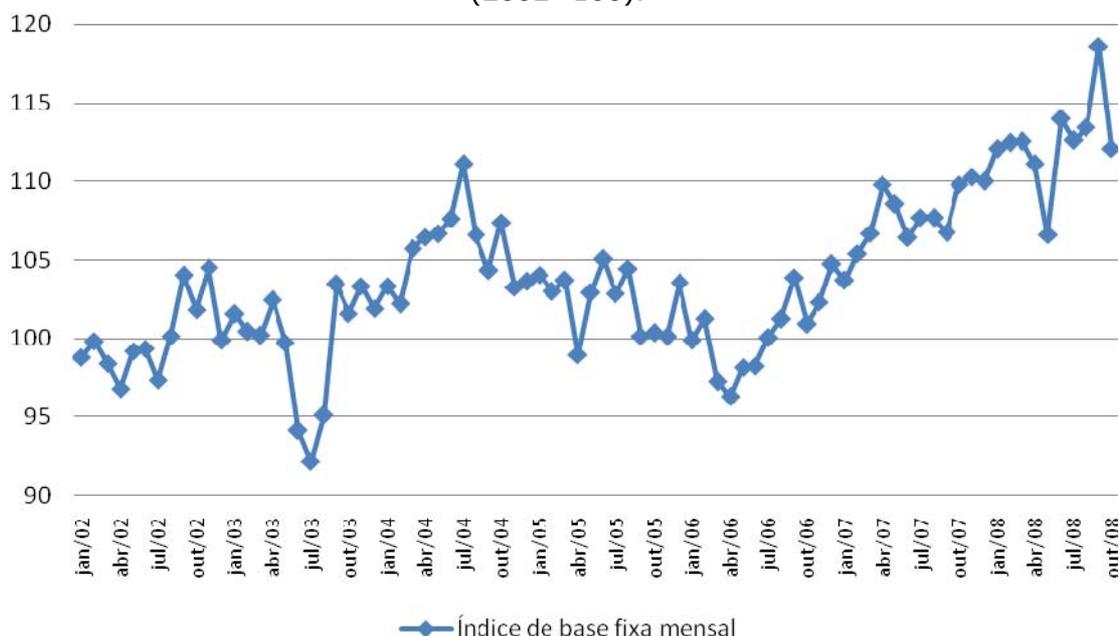
FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: (1) Estimativa preliminar

Na contramão, observa-se que atividades mais tradicionais da indústria registraram, assim como em anos anteriores, taxas negativas de crescimento da produção, como o caso de Calçados (-7,6%) e Fumo (-9,6%). A retração do Fumo e Calçados está estreitamente vinculada ao fraco desempenho no mercado externo. A exceção fica por conta da produção de Alimentos, que apresentou uma taxa de crescimento de 8,5%, em função dos segmentos de carnes bovina e arroz semibranqueado.

Entretanto, convém destacar que, apesar do bom desempenho da indústria gaúcha, em 2008, o último trimestre demonstrou os primeiros reflexos da desaceleração da economia mundial em curso, conforme ilustrado no Gráfico abaixo. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE), no mês de outubro, a produção do setor no Rio Grande do Sul apresentou um recuo de 5,5% em relação ao mês anterior. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, outubro de 2008 apresentou um crescimento de 1,7%, bem abaixo do observado em setembro, quando a produção física havia se expandido 15,9%. A desaceleração do crescimento fica ainda mais evidente no confronto com o período de julho a setembro, quando o crescimento médio foi de 7,5%.

Gráfico - Produção Industrial – Rio Grande do Sul. Índice de Base Fixa Mensal (2002=100).



FONTE: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Regional. Série com Ajuste Sazonal

Cabe destacar que, com o agravamento da crise internacional, é esperado que os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital, que lideraram o crescimento de 2008 no Rio Grande do Sul, sejam os mais afetados em um primeiro momento. Dados preliminares do IPEA, por exemplo, apontam que a produção de veículos automotores no Brasil registrou uma retração de 28,3% em outubro e 28,6% em novembro de 2008, comparados com os mesmos meses do ano de 2007. Essa retração se deve à queda das vendas do setor, uma vez que há uma queda sensível dos indicadores de confiança do consumidor brasileiro. Além disso, o setor necessita também de ajustes em função de seus altos níveis de estoques. Tal tendência se confirma no Estado, quando se observa o aumento de demissões do setor de autopeças e a decisão tomada de conceder férias coletivas não planejadas aos empregados da General Motors, em Gravataí.

Assim, é de se esperar que a crise financeira internacional, dado o contexto de aumento de incerteza no ambiente econômico e das maiores dificuldades de obtenção de crédito, afete o consumo das famílias e os futuros investimentos em setores que lideraram o crescimento da indústria gaúcha em 2008, potencializando o impacto no desempenho do setor em 2009.

1.4 Setor Gaúcho de Serviços

Após apresentar um modesto crescimento no período 2005 e 2006, em virtude da contração da renda provocada pela estiagem e pelos problemas cambiais, o setor de serviços apresentou, em 2008 (conforme Tabela a seguir), um expressivo crescimento de 4,6%. Embora elevado, esse percentual situa-se um pouco aquém do crescimento verificado em 2007, que foi de 5,3%. A boa performance desse setor pode ser visualizada

em praticamente todos os segmentos que o compõem, com destaque para o comércio (7,0%), que após o primeiro semestre de 2007, começou a apresentar um crescimento significativo, acompanhando o bom desempenho dos demais setores da economia gaúcha. Os outros segmentos tiveram uma elevação mais modesta em relação a 2007: Transportes e Armazenagem (5,1%), Administração Pública (2,6%) e demais serviços (4,4%).

Tabela - Taxas de crescimento do Setor de Serviços do Rio Grande do Sul
2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	%	
	2007	2008(1)
Serviços	5,3	4,6
Comércio	7,5	7,0
Transportes e armazenagem	5,2	5,1
Administração Pública	1,9	2,6
Demais Serviços	5,8	4,4

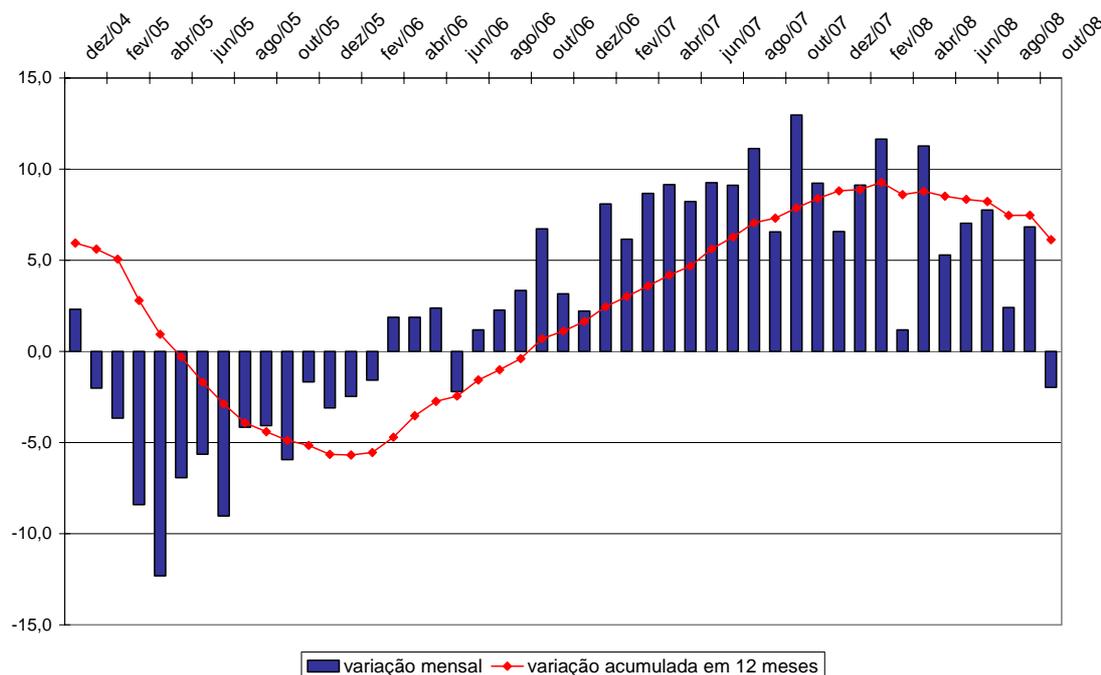
FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: (1) Estimativas preliminares.

O Índice de Vendas do Comércio (IVC), divulgado pela FEE, traz mais detalhes sobre o comércio estadual em 2008. Segundo o Gráfico a seguir, o comércio gaúcho manteve, em 2008, a trajetória positiva verificada em 2007. O volume de vendas no comércio, no acumulado do ano, até outubro 2008, apresentou uma variação positiva de 5,8%, tanto no comércio atacadista quanto no comércio varejista.

É interessante observar que a expansão do comércio se dá mais intensamente no interior do Estado (7,3%) do que na Região Metropolitana de Porto Alegre (4,4%). O crescimento do comércio no interior do Estado é fortemente influenciado pelo desempenho do comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos (31,2%), do comércio varejista de veículos, motocicletas, partes, peças e acessórios (20,0%) e do comércio atacadista de matérias-primas agropecuárias (11,9%). Na Região Metropolitana, a expansão do comércio deve-se à expansão do comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos (26,4%) e do comércio varejista de equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (35,9%).

Gráfico – Variação mensal e acumulada em 12 meses (em %) de volume de vendas no comércio no Rio Grande do Sul — dez/2004–out/2008



FONTE: IVC-RS — Convênio FEE e FECOMÉRCIO-RS.

Assim como observado no desempenho industrial, a partir de outubro de 2008, é possível verificar, também, uma inflexão no comportamento do comércio gaúcho. Nesse sentido, é interessante observar que o resultado negativo nas vendas do comércio em outubro, de -2,0%, comparativamente a setembro de 2008, pode ser explicado, em grande medida, pela queda de 2,9% do índice de vendas do comércio atacadista e, fundamentalmente, do comércio atacadista de produtos intermediários industriais, que sofreu uma redução de 23,4%. Dessa forma, a redução das vendas no mês de outubro, especialmente no comércio atacadista, uma etapa intermediária de distribuição de mercadorias, sinaliza um arrefecimento da confiança por parte do setor terciário gaúcho em função da desaceleração da economia mundial.

1.5 Comércio Exterior

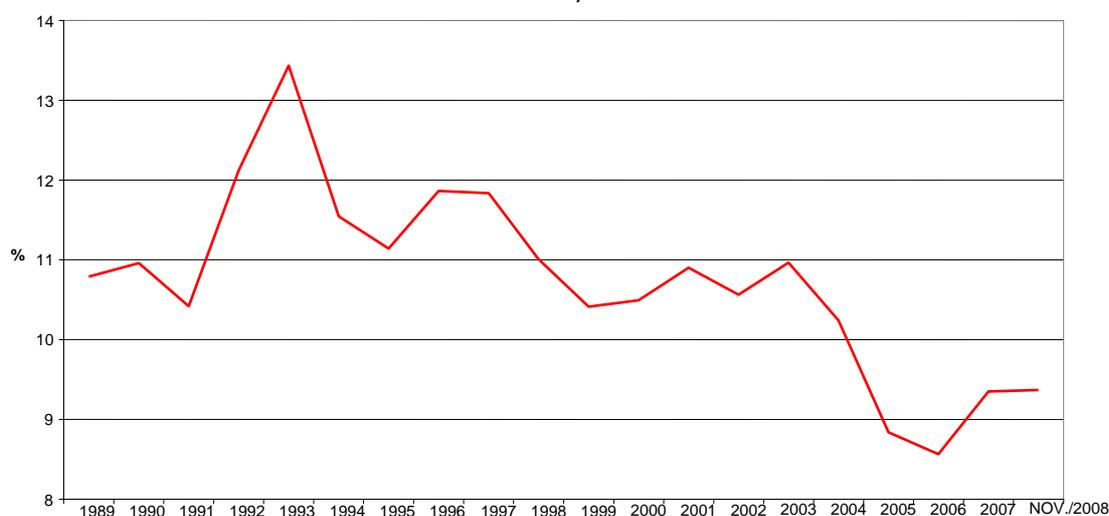
1.5.1 Exportações

As exportações do Rio Grande do Sul apresentaram, até novembro de 2008⁶, na comparação com igual período do ano anterior, forte crescimento, de 25,5%, atingindo a cifra de US\$ 17,2 bilhões. Esse resultado ganha maior destaque, se considerado o elevado patamar alcançado em 2007, ano em que as vendas externas estaduais aumentaram 27,2%, saltando de US\$ 10,8 bilhões, em 2006, para US\$ 13,7 bilhões.

⁶ As informações disponíveis até o momento da conclusão deste texto englobam o período janeiro a novembro de 2008, motivo pelo qual todas as comparações e análises tiveram como referência períodos encerrados em novembro de cada ano.

De um modo geral, o comportamento das exportações gaúchas é similar ao verificado nas estatísticas de vendas externas do País, que apresentaram crescimento de 25,8%, somando US\$ 184,1 bilhões, de tal sorte que o RS garantiu uma participação de 9,4% no total das exportações brasileiras, praticamente igual à verificada em 2007. Considerando um período mais longo, a manutenção da fatia exportadora gaúcha pode indicar a reversão de uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2004 e atingiu seu ponto mais baixo em 2006, com 8,6% do total nacional. Ainda assim, ressalta que o Rio Grande do Sul ainda está longe de alcançar níveis de participação nas exportações brasileiras compatíveis com o verificado no período anterior ao Plano Real, quando o Estado respondeu por cerca de 11% do total das vendas externas do País.

Gráfico – Participação do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras
1989-nov/2008



FONTE: MDIC/AliceWeb

O fato de as exportações gaúchas terem aumentado a sua participação no total das exportações brasileiras, ainda no período de apreciação cambial, pode ser um bom indicador da competitividade dos produtos gaúchos no exterior. Afinal, historicamente, o setor exportador rio-grandense sempre se mostrou sensível a qualquer variação do câmbio. Entretanto, em face da desaceleração econômica mundial em curso e das alterações que o fato introduz no mercado internacional, é difícil prever a possibilidade de o Estado conseguir recuperar a participação nas exportações brasileiras num futuro próximo. De resto, é interessante observar que, apesar do bom desempenho e da sustentação da participação nas exportações nacionais, o RS perdeu, em 2008, sua posição no *ranking* dos estados exportadores para o Rio de Janeiro, que assumiu a terceira posição, com uma participação ligeiramente superior: 9,44% ante 9,37%.

O crescimento das exportações gaúchas, até novembro de 2008, foi puxado, principalmente, pelos segmentos de carnes (suínos e aves), plataformas de petróleo, farelo e óleo de soja, cereais (trigo e arroz) e produtos químicos orgânicos. Na maioria dos casos, a conjuntura de elevação dos preços das *commodities* foi responsável pela maior parte da

expansão das vendas externas do Estado. As vendas de trigo e arroz tiveram, ainda, expressiva expansão dos volumes embarcados, em face de instabilidade no fornecimento pelos principais mercados exportadores. Como consequência disso, o Estado, em caráter excepcional, configurou-se como fornecedor internacional desses produtos.

Tabela – Exportações do Rio Grande do Sul jan-nov/2007 e jan-nov/2008, segundo os principais capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM

Descrição simplificada dos capítulos da NCM	US\$ FOB janeiro a novembro		Variação % 2008	Participação % 2008
	2007	2008		
Carnes	1.544.580.627	2.123.950.050	37,5	12,3
Fumo	1.566.661.192	1.907.887.167	21,8	11,1
Sementes e frutos oleaginosos	1.552.740.656	1.613.988.618	3,9	9,4
Veículos automóveis, tratores e suas partes	1.037.409.550	1.214.326.638	17,1	7,0
Calçados	1.180.393.611	1.112.455.273	-5,8	6,4
Máquinas	855.475.307	1.059.434.983	23,8	6,1
Embarcações*	128.425	862.124.797	671.206,1	5,0
Plásticos e suas obras	820.921.819	770.261.930	-6,2	4,5
Resíduos das indústrias alimentares**	412.480.810	670.183.245	62,5	3,9
Óleos e ceras animais ou vegetais***	430.816.796	638.394.865	48,2	3,7
Cereais	125.530.122	565.069.766	350,1	3,3
Produtos químicos orgânicos	398.817.769	518.563.094	30,0	3,0
Peles e couros	478.165.909	479.061.463	0,2	2,8
Combustíveis minerais	583.975.110	478.666.552	-18,0	2,8
Outros	2.752.350.971	3.233.128.305	17,5	18,7
TOTAL	13.740.448.674	17.247.496.746	25,5	100,0

FONTE: MDIC/Sistema AliceWeb

NOTAS: * Predominantemente plataformas de petróleo.

** Predominantemente farelo de soja.

*** Predominantemente óleo de soja.

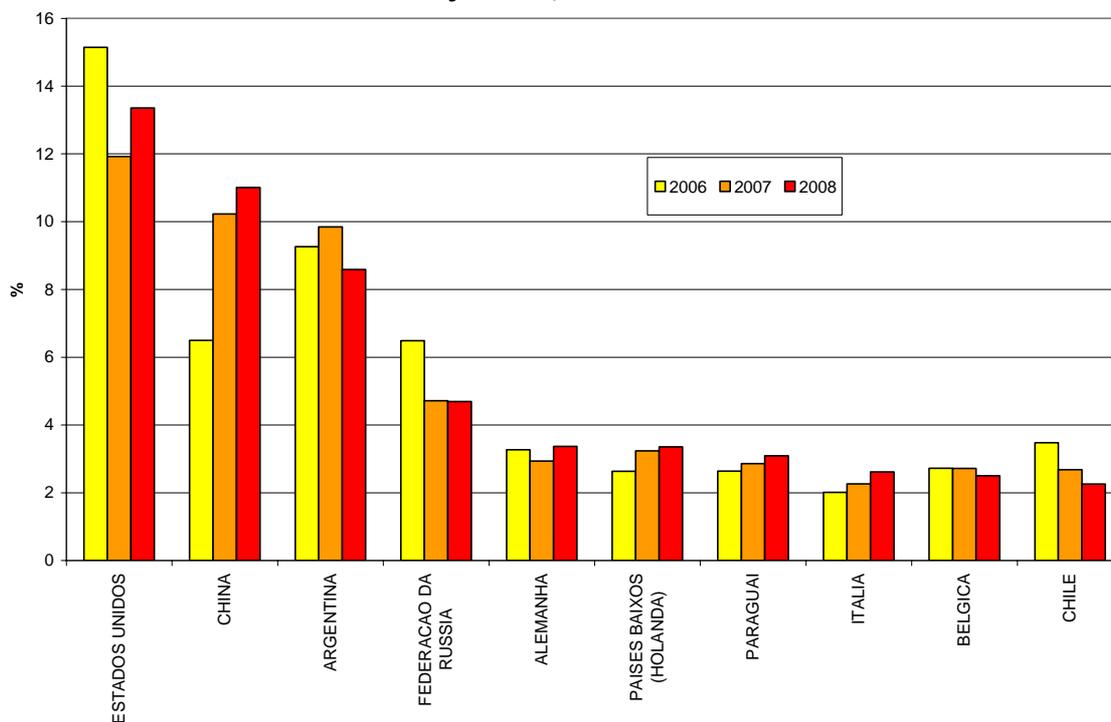
O segmento de plataformas de petróleo surge como a grande novidade na pauta de exportações gaúchas. Item inexpressivo até 2007, com US\$ 0,1 milhão, passou a representar, em 2008, o 7º lugar, com US\$ 862,1 milhões, superando itens relevantes, tais como o dos plásticos, o dos óleos e farelos de soja e o dos cereais. Trata-se de movimentação relativa ao processo construtivo desses sofisticados equipamentos que têm, atualmente, em Rio Grande, um novo pólo produtor. Esse dado projeta sua relevância não apenas em termos quantitativos, pelo montante exportado, mas por suas implicações para o próprio *drive* exportador gaúcho, uma vez que adiciona item de origem industrial, com elevado valor agregado.

Os setores de calçados, de plásticos e de combustíveis apresentaram desempenho negativo no período. As vendas desses setores tiveram em comum a elevação de seus preços médios em níveis que não lograram compensar a queda nos volumes embarcados. No caso do setor calçadista, esse comportamento tem se verificado nos últimos anos e reflete um ajuste estrutural de elevação da qualidade dos produtos, em face da concorrência com os calçados chineses, principalmente pelo mercado norte-americano.

Outros segmentos relevantes, como os de fumo, de soja em grão, de tratores e autopeças e de máquinas⁷ apresentaram desempenho positivo, porém inferior à média. As exportações de fumo e soja, embora tenham registrado reduções nos seus volumes embarcados, obtiveram compensação por preços mais elevados (23,4% e 58,8%, respectivamente). Estima-se que essa redução nos volumes possa estar associada à quebra na safra de 2008, que reduziu a oferta desses produtos de exportação gaúchos. Os segmentos industriais de tratores e autopeças e de máquinas – principalmente agrícolas – também foram favorecidos por preços médios mais elevados, porém em níveis mais modestos. A conjuntura positiva experimentada pelas vendas desses segmentos, favorecidos por preços em alta, foi ainda reforçada pelo aumento das quantidades exportadas.

Quanto aos destinos das exportações do Estado, não são verificadas alterações no *ranking* dos principais países. Permanecem os Estados Unidos como o principal mercado comprador, e consolida-se a China na segunda posição, em detrimento do mercado argentino. Porém, à diferença do ano de 2007, que registrou forte oscilação das participações dos mercados compradores dos produtos gaúchos, em 2008, nota-se estabilização, com o mercado norte-americano retomando parcialmente sua fatia, o mercado chinês apresentando crescimento relativo mais moderado e o mercado argentino reduzindo sua participação.

Gráfico - Principais destinos das exportações do Rio Grande do Sul
- jan-nov/2006-2008



FONTE: MDIC/AliceWeb

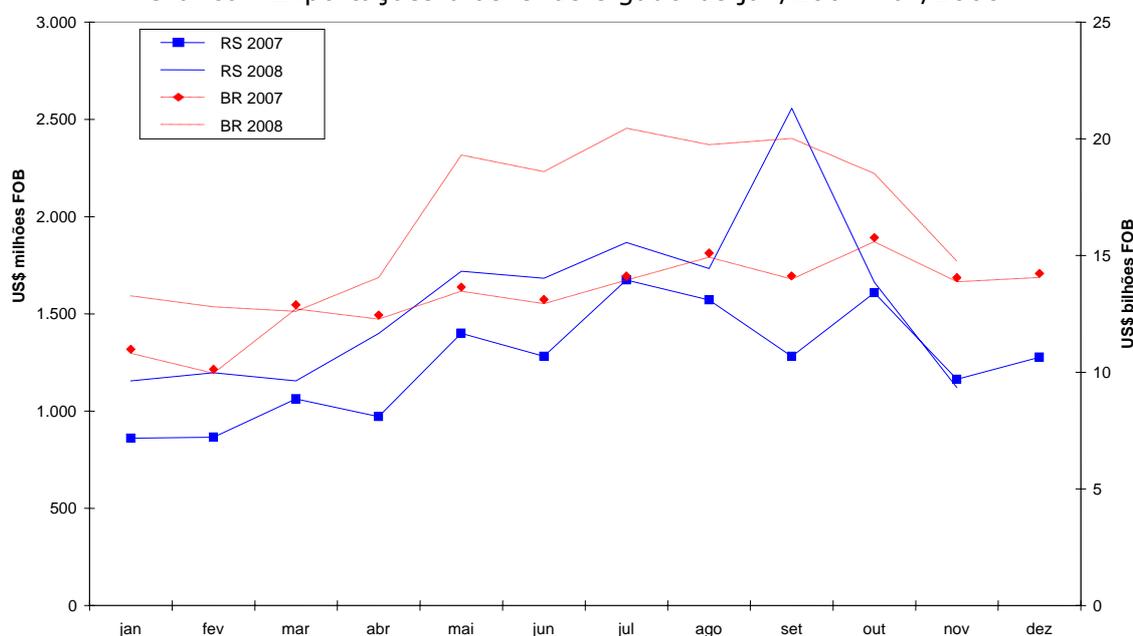
⁷ Respectivamente, capítulos 24, 12, 87 e 84 da NCM.

Ao final, o que ressalta da análise das exportações gaúchas, em 2008, é um resultado fortemente influenciado por uma conjuntura de preços elevados, tanto na área das *commodities* quanto na dos segmentos industriais. Igualmente, porém no sentido oposto, atuaram elementos de oferta, relacionados à safra, que puxaram para baixo os volumes embarcados. O balanço foi, na maioria dos casos, que esses diferenciais de preços mais do que compensaram as reduções no *quantum*, construindo resultados finais positivos.

Outro fator de destaque foi o início das exportações de embarcações ligadas à atividade petroleira, que adicionaram quase um bilhão de dólares às estatísticas de comércio exterior gaúchas. Esse fato está associado à organização do Pólo Naval de Rio Grande e pode se configurar em um diferencial na plataforma exportadora estadual, à medida que contrapõe o perfil de origem agropecuária da pauta.

Adicionalmente, pode-se levantar hipótese de eventual reversão da trajetória de crescimento das exportações, pela consideração do comportamento dos últimos meses disponíveis de 2008. Deflagrada a crise econômica internacional, já se tornaram visíveis seus impactos sobre diversas áreas das economias gaúcha e brasileira. Embora não se possa, ainda, realizar uma avaliação mais precisa desses impactos, observa-se uma nítida contração no desempenho do último trimestre do ano⁸, tanto das exportações brasileiras quanto das gaúchas. Esse quadro pode, a depender da evolução da economia internacional, recolocar a trajetória das vendas externas gaúchas e brasileiras para o futuro próximo.

Gráfico - Exportações brasileiras e gaúchas jan/2007-nov/2008



FONTE: MDIC/AliceWeb

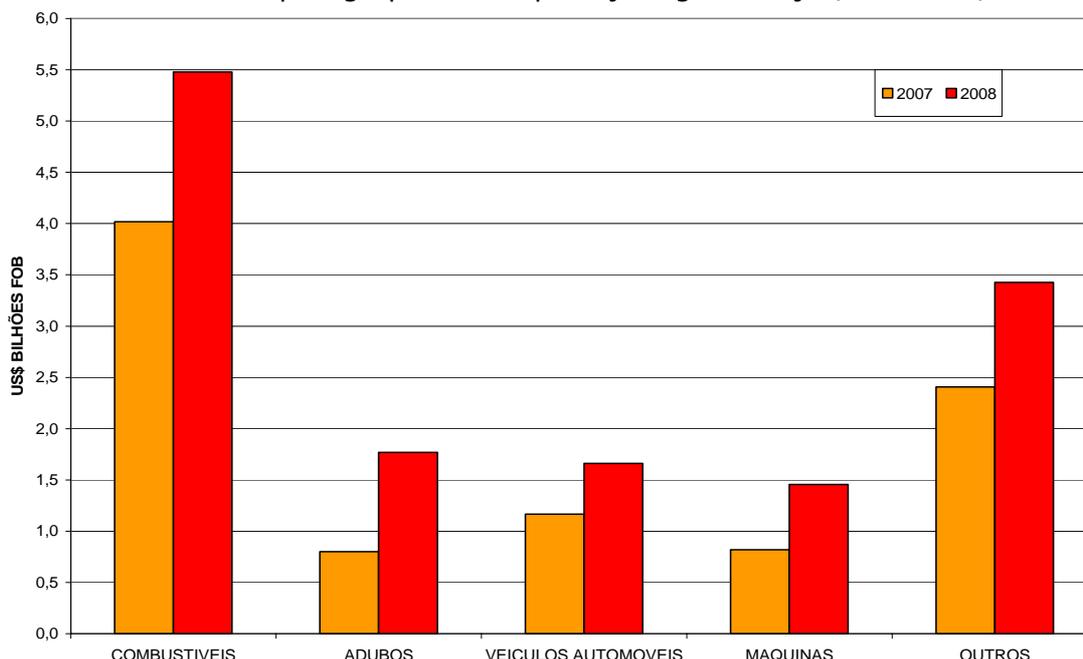
⁸ Comparação mês/mês do ano anterior.

1.5.2 Importações

O Rio Grande do Sul importou, até novembro de 2008, US\$ 13,8 bilhões, um valor 50% superior ao verificado no mesmo período de 2007. Esse comportamento foi bastante semelhante ao das importações brasileiras que, no mesmo período, cresceram 47%. Em relação às demais Unidades da Federação, o forte aumento das importações do Paraná e do Rio de Janeiro praticamente eliminou a distância que os separava do Rio Grande do Sul, que pode, eventualmente, deixar de ser o segundo estado importador do País.

As importações gaúchas caracterizam-se pela concentração em quatro conjuntos de produtos: combustíveis, adubos, máquinas e automóveis⁹, que representam três quartos das aquisições externas estaduais. Os segmentos de adubos e de máquinas puxaram o crescimento das importações até novembro de 2008, com variações de 121% e 78%, respectivamente. Combustíveis e veículos apresentaram desempenho positivo, embora inferior à média das importações do Estado: 36% e 43%. De forma geral, percebe-se uma tendência ascendente nas importações gaúchas, já que 83 dos 96 capítulos listados na pauta apresentaram aumento. Tal fato parece evidenciar um estímulo provocado pela apreciação cambial¹⁰.

Gráfico - Principais grupos das importações gaúchas jan/2007-nov/2008



FONTE: MDIC/AliceWeb

⁹ Respectivamente, capítulos 27, 31, 84 e 87 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

¹⁰ A taxa de câmbio real sofre apreciação há mais de cinco anos. Até o mês de julho de 2008, quando ocorreu uma inflexão na sua trajetória descendente, a taxa de câmbio real (IPCA) apreciou-se 10,4%, em relação a dezembro de 2007, e 25,9% em relação a dezembro de 2006. Deve-se observar, entretanto, que, até novembro, essa apreciação já havia recuperado seu nível de dezembro de 2006.

Em relação aos principais grupamentos das importações gaúchas, estima-se que a duplicação das aquisições externas de adubos possa ser explicada, principalmente, pela alta dos preços internacionais, seja pelo atrelamento à cotação do petróleo, como no caso da uréia, seja por limitações de oferta, pelos países que detêm as principais jazidas dos minerais fosfatados e potássicos. O aumento das aquisições de máquinas, por sua vez, pode ter na origem num movimento de aceleração na reposição de capital fixo, considerando o período de câmbio apreciado.

As importações de combustíveis – petróleo bruto e nafta – apresentaram crescimento à conta exclusivamente da elevação dos preços, que estiveram em alta por todo o período, já que o *quantum* foi reduzido em 9,2%. As de veículos, por sua vez, aumentaram 42,7%, desempenho pouco abaixo da média estadual. Em face disso e do salto das importações de adubos, o segmento automotivo passou a ocupar a terceira posição na pauta gaúcha. Porém, sua importância relativa mantém-se em cerca de 12%, haja vista o Rio Grande do Sul configurar-se em um portal de ingresso das importações de veículos para o País e haver um estruturado intercâmbio intrafirma no âmbito do MERCOSUL.

Em síntese, a forte elevação de preços nos principais segmentos que integram a pauta de importações do Estado, especialmente nos de petróleo e derivados e adubos, explicou, em grande medida, o aumento das compras externas gaúchas até novembro de 2008. Nesses dois casos, fica manifesta a dependência gaúcha dessas matérias-primas advindas do exterior, circunstância em que sua valorização não se reflete diretamente na retração da demanda. Algumas situações nas quais ocorreu aumento de preços e quantidades também contribuíram para o aumento das importações, como os casos dos automóveis e das máquinas e equipamentos. Sobre esses segmentos, pode-se inferir pela estabilidade do fluxo, caso dos automóveis, e pela oportunidade de importação, caso provável das aquisições do setor de máquinas.

É importante destacar que, sob a ótica de uma administração estadual, a elevação das importações pode representar elemento positivo sob diversos enfoques. No caso de adubos¹¹, máquinas e combustíveis, a elevação do volume importado pode representar indicador de aceleração da atividade produtiva e de melhora da produtividade física. A combinação de elevação do *quantum* importado com preços em alta pode, por sua vez, configurar-se indicativo de aumento da receita tributária, com reflexos sobre a sustentabilidade fiscal.

Por outro lado, a elevação dos preços dos adubos, de um modo geral, poderá implicar em perda de competitividade agrícola, por impactá-la de duas formas: na redução da produtividade física, devido a uma menor utilização desses relevantes insumos; e, pelo aumento dos custos de produção, provocado pelo aumento dos preços pagos pelo produtor. Porém, uma avaliação mais detalhada está fora do alcance desta análise.

¹¹ Somente os nitrogenados.

1.6 Indicadores de desenvolvimento socioeconômico no Rio Grande do Sul

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE), divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, baseado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em quatro grandes blocos: educação, renda, saneamento e domicílios e saúde¹². Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, a sua utilização permite, nos mesmos moldes do IDH, a classificação de três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000).

Tendo em vista a nova metodologia adotada para o cálculo do PIB e as novas estimativas populacionais para o período 2001-05, fruto da Contagem Populacional feita pelo IBGE, em 2007, a FEE disponibilizou toda a série do IDESE para o período 2000-2005. A apresentação dessas informações para as nove Regiões Funcionais de Planejamento, que hoje se constituem no principal recorte regional para fins de planejamento no Rio Grande do Sul, permite uma boa visualização do comportamento do desenvolvimento socioeconômico no território sul-rio-grandense no período recente¹³.

1.6.1 A evolução do IDESE estadual no período 2000 - 2005

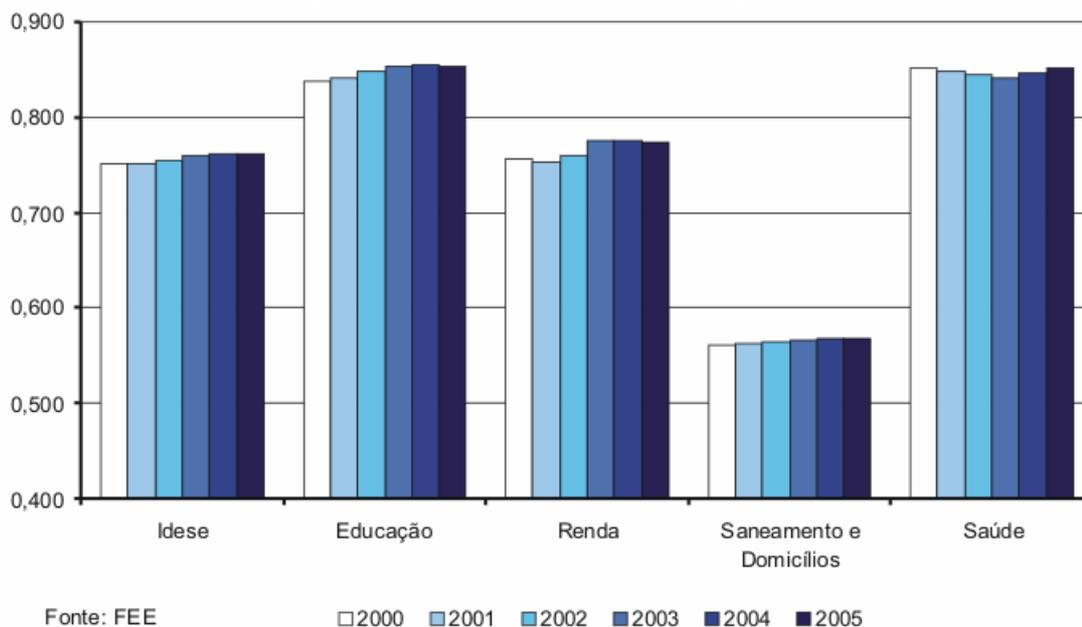
Com base nesse indicador, o desenvolvimento socioeconômico do Estado caracteriza-se como sendo de nível médio. Tal fato ocorre para todo o período, podendo ser percebida uma nítida tendência de crescimento do índice, ainda que com uma interrupção de pequena intensidade em 2001 e com estabilização em 2005. Como pode ser constatado no Gráfico a seguir, o IDESE estadual é influenciado pelo bom desempenho dos Blocos de Saúde e de Educação. Logo, não deixa de ser preocupante constatar que o índice da saúde, mesmo com a sensível recuperação registrada em 2004 e 2005, não consegue recuperar o nível apresentado em 2000. Já o Bloco de Educação, que apresentava em todo período uma trajetória ascendente, sofre uma pequena retração em 2005. O Bloco Renda, por sua vez, interrompe, em 2005, uma seqüência positiva de crescimento de três anos, o que é bastante compreensível, tendo em conta a crise que marcou a economia gaúcha nesse ano.

¹² O Bloco Domicílio e Saneamento analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por município. O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer. O Bloco Renda é calculado pelo PIB per capita e VAB per capita do comércio, alojamento e alimentação.

¹³ Usualmente, o IDESE é disponibilizado para o Estado, municípios, COREDEs, meso e microrregiões. A utilização dessa informação por Região Funcional de Planejamento somente foi possível pela tabulação especial realizada pelo Núcleo de Indicadores Sociais da FEE.

O Bloco de Saneamento e Domicílios é, sem dúvida, aquele no qual o Rio Grande do Sul apresenta a situação mais delicada, pois, além de se situar muito próximo do patamar de baixo desenvolvimento, registra um nível de crescimento bastante insatisfatório.

Gráfico – Evolução do IDESE total e Blocos no período 2000 a 2005



1.6.2 A evolução do IDESE segundo as Regiões Funcionais de Planejamento

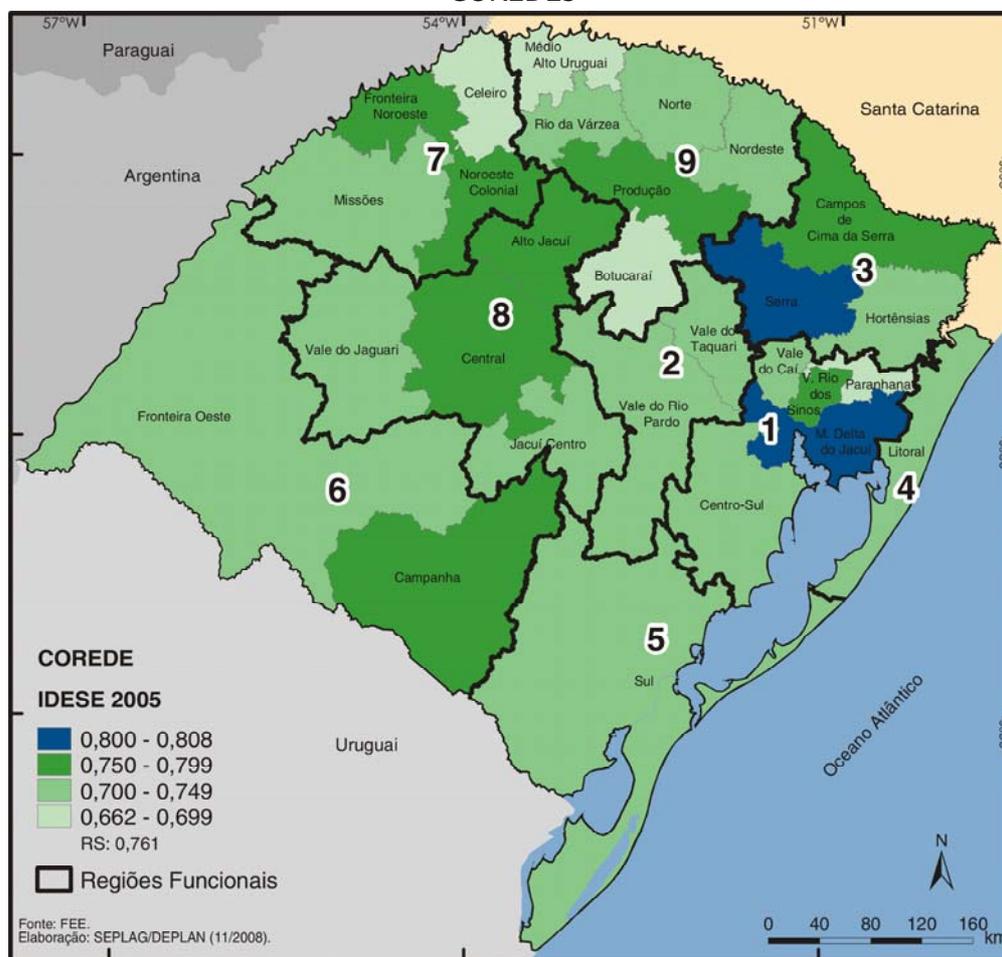
Considerando as nove Regiões Funcionais de Planejamento, a Região Funcional 3, com o IDESE de 0,795, em 2005, ocupa a melhor posição no *ranking* das nove regiões que compõem o Estado. Ainda que a posição dessa região seja de destaque em todos os quatro blocos que integram o IDESE, o seu grande diferencial ocorre por conta da sua boa performance nos Blocos de Renda e de Saneamento e Domicílios. Aliás, uma observação que se impõe é a de que existe uma acentuada convergência, positiva, nos indicadores de saúde e educação para todas as regiões funcionais. Vale dizer, que a boa posição do Rio Grande do Sul nessas duas áreas, também se verifica no plano da distribuição territorial.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, entre os três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) que compõem a Região Funcional 3, encontra-se o da Serra, que, juntamente com o Metropolitano Delta do Jacuí, pertencente à Região Funcional 1, constituem os dois únicos COREDEs que apresentam IDESE acima de 0,800, conforme Figura a seguir. Do mesmo modo, é nessa região que se encontra Caxias do Sul, que é o município com melhor IDESE do Estado, com 0,844, e o único que, nos últimos seis anos, tem alto desenvolvimento nos quatro blocos do índice.

A Região Funcional 1 ocupa a segunda posição na relação das regiões com melhor desenvolvimento econômico e social. Uma das características dessa região é que os cinco COREDEs que a integram

possuem mais de um município incluído na Região Metropolitana que, de um modo geral, exerce forte polarização sobre toda essa porção territorial. É significativo, também, que essa região abriga os cinco municípios que o ocupam a lista do segundo ao sexto lugar no *ranking* estadual, quais sejam, Porto Alegre, Canoas, Esteio, Campo Bom e Cachoeirinha

Figura – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por Região Funcional e COREDEs



As Regiões Funcionais 8, 6 e 5 encontram-se numa posição intermediária no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, segundo o IDESE, com ligeira vantagem para a primeira nos blocos de renda e saúde, enquanto a Região Funcional 6 apresenta como registro positivo o crescimento, ao longo de toda a série, no seu índice de saneamento e domicílios. Na Região Funcional 5, vale assinalar a queda do índice da renda em 2005 e a má posição que essa região apresenta no Bloco de Saúde, com o pior índice entre todas as regiões analisadas.

Figura – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por Região Funcional e COREDEs – Bloco Renda

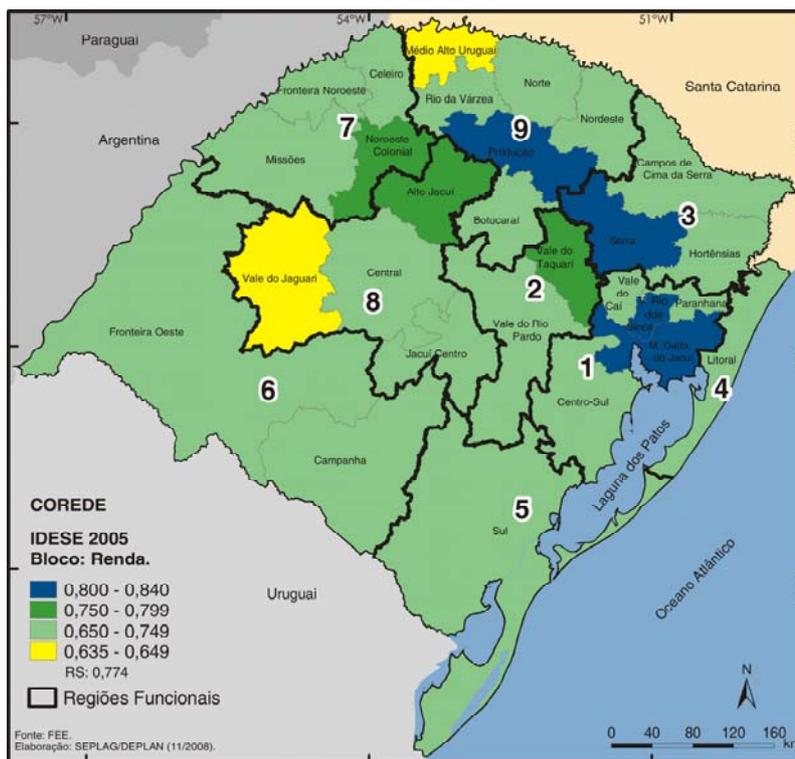


Figura – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por Região Funcional e COREDEs – Bloco Saúde

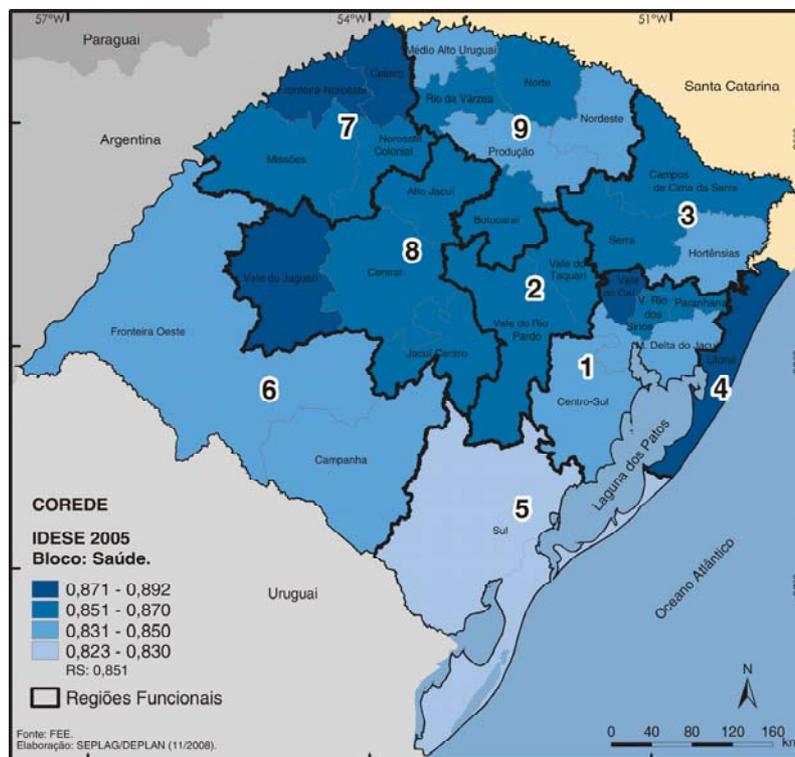
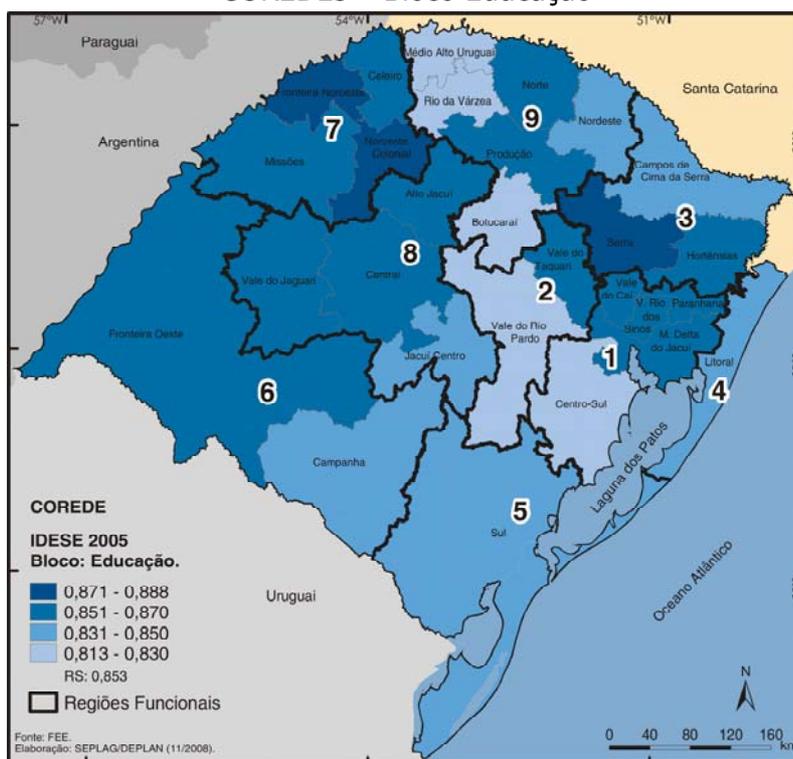


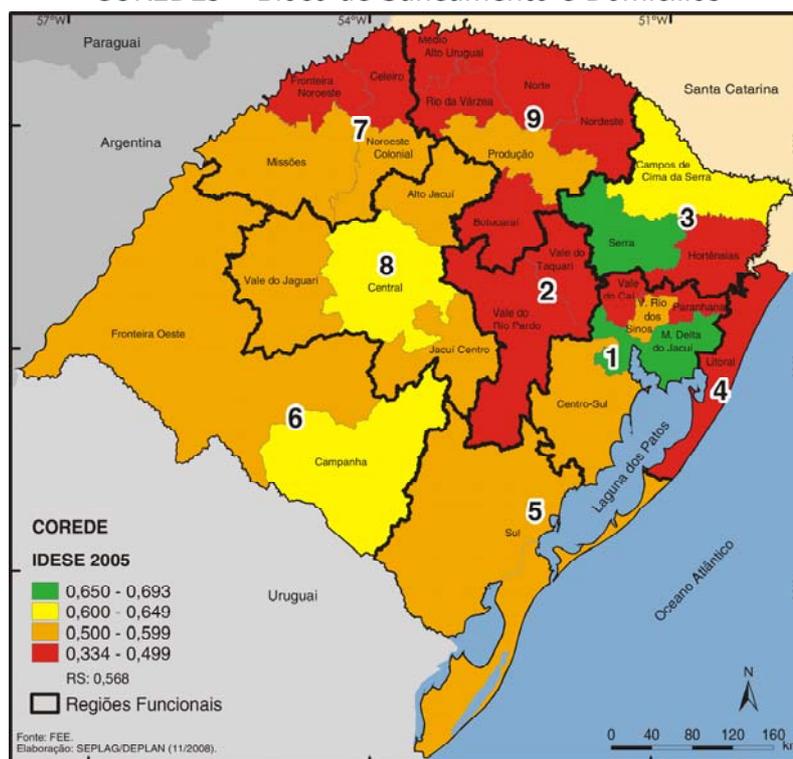
Figura – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por Região Funcional e COREDEs – Bloco Educação



O Bloco Educação, a exemplo do Bloco Saúde, apresenta alto desenvolvimento em todas as regiões do Estado, destacando-se os COREDEs Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Serra. Embora no ano de 2005 o Bloco Educação tenha interrompido a tendência de crescimento apresentada desde 2000, ainda, juntamente com o Bloco Saúde, colabora para o bom desempenho do índice global.

As regiões Funcionais 2, 4, 7 e 9 têm em comum o fato de todas apresentarem o Bloco de Saneamento e Domicílios com índices abaixo de 0,500, ou seja, com baixo desenvolvimento. De forma geral, essas são regiões com maior população na zona rural e presença de pequenos municípios, apresentando, portanto, localidades nas quais a fossa séptica é um recurso largamente utilizado. Isso pode ser observado em relação aos COREDEs Missões, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Rio da Várzea, Norte, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste, que possuem o indicador de saneamento considerado baixo, influenciando significativamente na composição do índice global, conforme a próxima Figura.

Figura – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por Região Funcional e COREDEs – Bloco de Saneamento e Domicílios



No que tange à Região Funcional 4, composta pelo COREDE Litoral, entretanto, esse é um problema bastante preocupante, pois esse COREDE apresenta, nos meses de verão, elevados contingentes populacionais. Como já foi assinalado, é animador constatar que, mesmo em regiões onde é mais acentuada a presença de população rural, os índices de educação e saúde atingem níveis de bom desenvolvimento, não muito diferenciados de regiões com elevada concentração populacional.

As Tabelas a seguir detalham os dados do IDESE Total e Blocos, do ano de 2005, por Região Funcional e COREDEs.

Tabela – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2005, por Região Funcional

Região Funcional	IDESE	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde
REGIÃO FUNCIONAL 1	0,785	0,853	0,818	0,617	0,851
REGIÃO FUNCIONAL 2	0,717	0,841	0,753	0,414	0,862
REGIÃO FUNCIONAL 3	0,795	0,872	0,794	0,662	0,854
REGIÃO FUNCIONAL 4	0,710	0,838	0,692	0,438	0,873
REGIÃO FUNCIONAL 5	0,732	0,841	0,687	0,577	0,823
REGIÃO FUNCIONAL 6	0,744	0,853	0,681	0,601	0,838
REGIÃO FUNCIONAL 7	0,737	0,869	0,730	0,476	0,873
REGIÃO FUNCIONAL 8	0,747	0,853	0,721	0,558	0,855
REGIÃO FUNCIONAL 9	0,723	0,846	0,743	0,459	0,846
RS	0,761	0,853	0,774	0,568	0,851

FONTE: FEE.

Tabela – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2005, por COREDE

COREDE	IDESE	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde
Alto da Serra do Botucaraí	0,674	0,813	0,669	0,356	0,852
Alto Jacuí	0,755	0,865	0,785	0,518	0,834
Campanha	0,752	0,849	0,687	0,636	0,852
Campos de Cima da Serra	0,766	0,838	0,727	0,644	0,841
Celeiro	0,692	0,853	0,679	0,355	0,892
Central	0,758	0,851	0,722	0,607	0,840
Centro Sul	0,721	0,826	0,687	0,528	0,849
Fronteira Noroeste	0,752	0,888	0,744	0,483	0,873
Fronteira Oeste	0,740	0,855	0,679	0,587	0,847
Hortênsias	0,730	0,864	0,728	0,478	0,868
Jacuí Centro	0,722	0,840	0,674	0,525	0,849
Litoral	0,710	0,838	0,692	0,438	0,851
Médio Alto Uruguai	0,662	0,821	0,647	0,334	0,855
Metropolitano do Delta do Jacuí	0,803	0,858	0,826	0,682	0,864
Missões	0,735	0,853	0,699	0,519	0,833
Nordeste	0,726	0,845	0,727	0,481	0,854
Noroeste Colonial	0,756	0,886	0,782	0,506	0,823
Norte	0,730	0,860	0,729	0,478	0,890
Paranhana Encosta da Serra	0,698	0,852	0,663	0,415	0,851
Produção	0,761	0,866	0,802	0,545	0,857
Rio da Várzea	0,700	0,830	0,710	0,408	0,868
Serra	0,808	0,877	0,808	0,693	0,849
Sul	0,732	0,841	0,687	0,577	0,857
Vale do Caí	0,732	0,854	0,741	0,442	0,851
Vale do Jaguarí	0,718	0,858	0,635	0,502	0,855
Vale do Rio dos Sinos	0,775	0,851	0,840	0,559	0,850
Vale do Rio Pardo	0,706	0,829	0,743	0,396	0,875
Vale do Taquari	0,732	0,857	0,764	0,437	0,880
RS	0,761	0,853	0,774	0,568	0,851

FONTE: FEE.

LEGENDA: < 0,499 Baixo desenvolvimento
 0,5 – 0,799 Médio desenvolvimento
 > 0,800 Alto desenvolvimento



***2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO
RIO GRANDE DO SUL***

2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 O Quadro Geral das Finanças Públicas

A partir de 2007, fruto de enorme esforço político-administrativo, as finanças estaduais passaram a trilhar o caminho do equilíbrio. Por dois anos consecutivos, em 2007 e em 2008, os resultados foram superavitários, indicando a robustez das políticas fiscais adotadas.

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul, por várias décadas, caracterizaram-se pelo constante desequilíbrio orçamentário. Essa situação agravou-se, nos anos recentes, pela impossibilidade de o Tesouro Estadual recorrer às fontes tradicionais de financiamento utilizadas ao longo do tempo.

Conforme pode ser verificado nas prestações de contas do Executivo estadual à Assembléia Legislativa, a partir da década de 1950 do século passado, a preocupação principal transcrita nas Mensagens foi o desequilíbrio dos orçamentos anuais. O quadro não se alterou até 2007. Em todo esse período, gastou-se mais do que se arrecadou.

Os déficits recorrentes implicaram na deterioração gradual das finanças públicas, acumulando um estoque de dívida fundada (dívida de longo prazo), hoje próxima dos R\$ 40 bilhões, 21% do PIB gaúcho.

Em 2001, com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficou vedado ao Estado contrair novos financiamentos enquanto a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida estivesse maior que duas vezes. Então, com a impossibilidade de novos endividamentos de longo prazo, os últimos governos optaram pelo crescimento da dívida flutuante (dívida de curto prazo), levando ao atraso o pagamento de fornecedores. Outra conseqüência disso foi que, desde 1994, o 13º salário do funcionalismo vinha sendo honrado com antecipações de ICMS do ano seguinte, ou através da venda de ativos, ou de repasses extraordinários de recursos da União. Mais recentemente, desde 2004, com empréstimos junto ao BANRISUL.

Nesses últimos quatro anos (2004/2007), em valores nominais, foi tomado emprestado o valor de R\$ 1,4 bilhão, e foram pagos aproximadamente R\$ 150 milhões de juros. Além disso, desde 1999, também se suspendeu por completo o pagamento dos precatórios. Na última década, os investimentos tiveram forte redução, beirando a quase zero, mesmo com o uso do caixa único, potencializado pela utilização de depósitos judiciais.

O **resultado primário**¹⁴ da Administração Pública consolidada do Estado do RS evoluiu da maneira descrita a seguir. Em valores nominais, R\$ 36 milhões, em 2004; R\$ 572 milhões, em 2005; e, R\$ 455 milhões em 2006. Porém, a partir de 2007, o resultado primário dobrou para R\$ 954 milhões. Em 2008, saltou para R\$ 2,151 bilhões, o maior da história, suficiente para empenhar e liquidar todo o serviço da dívida alocada no ano, de R\$ 2,149 bilhões.

Quando se analisam as contas do Estado, o indicador mais importante é o da evolução do **resultado orçamentário**¹⁵. Em valores nominais, em 2004, foi negativo em R\$ 920 milhões; em 2005, foi negativo em R\$ 918 milhões; e, em 2006, foi negativo em R\$ 900 milhões. Em 2007, foi positivo em R\$ 623 milhões. Em 2008, o resultado orçamentário foi de R\$ 443 milhões. Entre 2004 e 2006, o resultado orçamentário ficou, em média, negativo em torno de R\$ 910 milhões. Em 2007 e 2008, em média, ficou positivo em R\$ 533 milhões.

Saliente-se que, em uma série desde 1971, o resultado orçamentário foi positivo nos exercícios de 1978, 1989, 1997 e 1998, além de 2007 e 2008. Em 1997 e 1998, houve superávit devido aos recursos oriundos das privatizações. O valor expressivo, em 2007, de R\$ 623,2 milhões, deu-se em função do aporte ao caixa do Tesouro Estadual, de R\$ 1,287 bilhão, fruto de operação de alienação acionária do BANRISUL, contudo, tal montante encontra-se bloqueado para os fins específicos das Leis n^{os} 12.763/07 (Fundo de Equilíbrio Previdenciário – FE-PREV) e 12.764/07 (Fundo de Garantia Previdenciária Pública Estadual – FG-PREV). Ademais, foram obtidos recursos junto ao Governo Federal, em dezembro de 2007, de R\$ 210 milhões.

Em 2008, as receitas arrecadadas foram suficientes para pagar todos os empenhos efetivados nesse ano, resultando, ainda, num saldo orçamentário positivo, de R\$ 443 milhões, que foi canalizado para pagar dívidas de exercícios anteriores. É importante salientar que, em 2008, não existiram receitas extraordinárias inflando o resultado orçamentário, o qual foi o maior ocorrido na história deste Estado.

Outro mecanismo para se verificar as contas do Estado é o **resultado financeiro**. A Situação Líquida Financeira Ajustada da Administração Direta, em valores atualizados pelo IGP-DI, ao final de 1998, estava negativa em R\$ 2.318 milhões; ao final de 2002, pulou para R\$ 5.723 milhões negativos; ao final de 2006, estabilizou-se em R\$ 5.623

¹⁴ Resultado Primário: é o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já incorridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. Fonte: Portaria SOF n^o. 4, de 08/03/2001.

¹⁵ Resultado Orçamentário: é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

milhões negativos. A partir de 2007, teve início uma reversão positiva desse indicador, finalizando, nesse ano, em R\$ 4.917 milhões negativos e, em 2008, em R\$ 4.104 milhões negativos.

O principal motivo pelo qual a situação financeira veio se deteriorando, a partir de 1999 até 2007, foi o uso do caixa único e dos recursos provenientes dos depósitos judiciais. Foram sacados R\$ 4,64 bilhões. Desde 1999, somente em 2003 e 2008 não houve saques nessa conta. Em 2008, houve devolução para o fundo na ordem de R\$ 100 milhões.

Do resultado financeiro, pode-se extrair o **Índice de Liquidez Corrente**, que é o Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro. Em 1998, era de 1,15 (para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo havia R\$ 1,15 no caixa). Em 2006, esse índice era de apenas 0,13. Em 2007, o índice apontava 0,41. Em 2008, já alcançava 0,50 (para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo havia R\$ 0,50 no caixa), o que demonstra espetacular recuperação.

Cumprir destacar o fato de que o Estado, em 2008, pela primeira vez conseguiu adequar-se ao nível de endividamento (**Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida**) proposto pela LRF, de 2,39 vezes a RCL. A equação ficou em 2,34 vezes a RCL.

A situação das finanças estaduais manteve-se bastante tensa em 2007. Isso ocorreu devido à rejeição do projeto do *Plano de Recuperação do Estado* pela Assembléia Legislativa, que previa a prorrogação da Lei, vigente entre abril de 2005 e dezembro de 2006, que aumentava as alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos. Outro fator que ocasionou essa situação foram os aumentos salariais concedidos aos servidores ativos e inativos pelo governo anterior.

Naquele ano, para fazer frente às demandas mais primárias da administração pública estadual, recorreu-se ao caixa único, ao corte de despesas correntes e de capital e ao parcelamento de salários de parte de servidores do Poder Executivo. Em 2008, devido ao esforço de arrecadação, aliado à austeridade do gasto e ao bom desempenho da economia gaúcha, as contas do Estado tornaram-se bastante sustentáveis.

Cabe enfatizar duas ações que marcaram a gestão de forma significativa, nesses dois primeiros anos do atual Governo, envolvendo organismos e agentes internacionais. A operação de alienação de ações do BANRISUL, executada em 2007, que foi de fundamental importância para a constituição de um fundo previdenciário, e o contrato de empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, firmado entre o Estado e o Banco Mundial (BIRD), com o aval da União. Esse empréstimo objetivou reestruturar parte da dívida extralimite (55% do total, aquela que não está securitizada junto ao Governo Federal), prevendo uma redução em desembolso de juros e encargos, nos próximos 30 anos, da ordem de R\$ 600 milhões. Já de imediato, sentem-se os efeitos com menores desembolsos mensais, devido ao alargamento de prazo.

Por fim, os expressivos resultados primário, orçamentário e financeiro, alcançados em 2007 e 2008, apontam para uma gestão qualificada das contas públicas deste Estado. Apesar da série crise econômica que o mundo está atravessando, o maior desafio continua sendo manter o equilíbrio de forma consistente e duradoura, objetivando recuperar gradativamente a capacidade de investimento, direcionando maior quantidade de recursos para as demandas reprimidas do setor de infra-estrutura e de logística, tão importantes para a dinamização e competitividade dos sistemas produtivos da economia gaúcha. Contudo, isso deve ser conseguido sem que haja descuido com a finalidade precípua do Estado, que é alcançar o bem-estar social, permitindo a ampliação e a qualificação dos serviços públicos, principalmente, nas áreas de educação, de saúde e de segurança.

2.2 O Financiamento do Déficit Público ao Longo do Tempo

O Estado necessita de financiamento para fazer frente às necessidades e carências sempre crescentes das famílias gaúchas, visando à prestação de bons serviços públicos. Como já reiterado, as contas públicas do Estado apresentaram déficits fiscais expressivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado com operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. Em outras oportunidades, com o "financiamento inflacionário". Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, bem como ao financiamento interno no âmbito do caixa único e ao uso fiscal dos recursos dos depósitos judiciais.

Ao final de 2004, com vigência de lei a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados. Houve, também, parcelamentos de vencimentos e empréstimo para o pagamento do 13º salário para parte de servidores do Poder Executivo.

Note-se que, em 2008, o Estado não recorreu a nenhum dos expedientes acima discriminados. Mesmo pagando o 13º salário de 2007 (em torno de R\$ 450 milhões, em seis parcelas, entre maio e outubro de 2008), honrou com recursos próprios o 13º salário de todos os servidores, conseguiu administrar fornecedores com atrasos de mais de um ano, pagando-os integralmente em dia, não utilizou recursos do caixa único (houve a devolução de R\$ 100 milhões ao fundo) e ainda honrou precatórios, cujo pagamento estava suspenso desde 1999.

A Tabela a seguir mostra, de forma sucinta, como foi enfrentado o déficit fiscal pelos diversos governos ao longo do tempo.

Tabela - Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

PERÍODO	GOVERNO	ENFRENTAMENTO DO DÉFICIT
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e Inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de Tesouraria e Inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de Ativos
1999-2002	OLÍVIO	Caixa Único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos com fornecedores e precatórios
2003-2006	RIGOTTO	Caixa Único, depósitos judiciais, atrasos com fornecedores e precatórios, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos
2007	YEDA CRUSIUS	Caixa Único, alienação de ações do BANRISUL, antecipação de parte do IPVA, parcelamento do 13º e de salários, redução do gasto em custeio e em investimento
2008	YEDA CRUSIUS	Enfrentamento com recursos próprios

FONTE: Balanço do Estado do RS (CAGE) e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Como se viu acima, com exceção do ano de 2008, os governos, ao longo do tempo, recorreram a um variado conjunto de fontes de financiamento. Apesar do uso desses recursos, não se conseguiu atingir o equilíbrio entre receitas e despesas, nem tampouco estancar o baixo nível de investimento das últimas administrações.

2.3 A Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca, de forma analítica, a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar a situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

A Tabela seguinte lista os Resultados Primário e Orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e 2008. Constata-se a frequência de resultados negativos, que tanto impactaram as decisões do gestor público. Pode-se, ainda, verificar o impacto dos resultados primários e orçamentários sobre o PIB estadual.

O resultado primário de 2008 foi de R\$ 2,151 bilhões. Nota-se que, da série apresentada desde 1971, o resultado primário e este em relação ao PIB gaúcho, foi o maior até então realizado.

O resultado orçamentário de 2008 foi de R\$ 443 milhões. Destaca-se que, não se computando as receitas extraordinárias, que inflaram o saldo em 1997, 1998 e 2007, o resultado orçamentário e este em relação ao PIB gaúcho, foi também o maior da série.

Tabela - Resultados Primário e Orçamentário – R\$ 1,00

ANO	RESULTADO PRIMÁRIO (IGP-DI médio)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (IGP-DI médio)	% RESULTADO PRIMÁRIO SOBRE O PIB RS	% RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O PIB RS
1971	-40.574.026	-125.747.755	(0,06%)	(0,19%)
1972	-262.128.211	-228.911.594	(0,36%)	(0,32%)
1973	-492.189.402	-426.050.300	(0,50%)	(0,44%)
1974	-929.147.794	-370.824.124	(0,86%)	(0,34%)
1975	-1.215.535.763	-629.812.798	(1,02%)	(0,53%)
1976	-1.387.437.886	-1.372.177.222	(1,05%)	(1,04%)
1977	-26.026.439	-490.111.702	(0,02%)	(0,35%)
1978	-598.759.494	231.628.981	(0,41%)	0,16%
1979	-994.187.512	-417.973.373	(0,65%)	(0,27%)
1980	-585.256.062	-492.293.868	(0,35%)	(0,30%)
1981	-1.262.932.816	-516.736.949	(0,82%)	(0,34%)
1982	-1.692.356.047	-1.324.722.906	(1,12%)	(0,87%)
1983	-1.612.068.318	-5.191.085.606	(0,98%)	(3,17%)
1984	-1.274.058.654	-2.227.240.631	(0,78%)	(1,36%)
1985	-2.131.902.453	-8.645.368.737	(1,25%)	(5,09%)
1986	-1.538.984.807	-2.531.618.638	(0,85%)	(1,40%)
1987	-840.368.588	-925.229.831	(0,43%)	(0,48%)
1988	-1.303.672.678	-733.734.254	(0,59%)	(0,33%)
1989	-3.886.981.995	322.796.492	(1,40%)	0,12%
1990	-3.250.770.646	-1.042.819.352	(1,71%)	(0,55%)
1991	-404.549.929	-397.387.625	(0,23%)	(0,22%)
1992	-4.231.695.478	-990.943.225	(1,94%)	(0,45%)
1993	-3.120.687.785	-435.605.536	(1,12%)	(0,16%)
1994	-825.535.305	-740.535.457	(0,38%)	(0,34%)
1995	-640.512.452	-1.477.451.666	(0,36%)	(0,82%)
1996	-2.099.371.833	-83.290.325	(1,10%)	(0,04%)
1997	-1.436.584.410	1.569.735.958	(0,74%)	0,81%
1998	-3.744.429.435	1.008.053.420	(1,98%)	0,53%
1999	-989.293.664	-1.996.379.741	(0,54%)	(1,10%)
2000	-893.883.877	-1.316.903.897	(0,49%)	(0,73%)
2001	-566.475.278	-1.301.252.979	(0,31%)	(0,77%)
2002	-109.582.588	-645.296.403	(0,06%)	(0,36%)
2003	-137.296.182	-527.235.899	(0,08%)	(0,31%)
2004	45.365.815	-1.159.653.441	0,03%	(0,67%)
2005	680.394.091	-1.092.124.850	0,40%	(0,64%)
2006	531.477.506	-1.051.737.326	0,29%	(0,58%)
2007	1.061.892.876	693.448.488	0,54%	0,36%
2008	2.150.781.562	442.652.293	1,11%	0,23%

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

NOTA 1: O resultado primário e orçamentário de 2008 está em valores nominais.

NOTA 2: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de dezembro de 2008.

NOTA 3: O PILcf que originou a série do PIBcf entre 1960 e 1969 foi ajustado pela diferença média entre os valores das duas séries nos anos de 1970 e 1973, isto é, foi multiplicado por 1,32.

NOTA 4: Para obter o PIB entre 1960 e 1969, o valor foi obtido a partir da série do PILcf multiplicado pela média da diferença entre o PILcf e o PIBcf dos anos 1970 e 1976 (1,04532607567074).

NOTA 5: A partir de 1985 nova série do PIB.

Importa salientar que, entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do Resultado Primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

Convém mencionar que o Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes (pessoal e custeio) com operações de crédito e com alienação de bens (despesas de capital).

Outro importante indicador das finanças do Estado é o Resultado Financeiro. Merece atenção a Situação Líquida Financeira Real (Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro) e a Situação Líquida Financeira Real Ajustada (Situação Líquida Financeira Real menos o Passivo Potencial menos as dívidas pendentes de registro menos o cancelamento de registro e menos outras dívidas identificadas).

A Tabela adiante mostra que, entre 1998 e 2008, a Situação Líquida Financeira Real, em valores nominais, passou de R\$ 212 milhões positivos para R\$ 2.275 milhões negativos. Convém enfatizar a melhora desse indicador nos anos de 2007 e 2008, frente a 2005 e 2006.

A Situação Líquida Financeira Real Ajustada nominal, nesse mesmo período, variou de R\$ 836 milhões negativos para R\$ 4.104 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Real Ajustada, atualizada pelo IGP-DI de 31/dez/2008, passou de R\$ 2.318 milhões negativos, em 1998, para R\$ 4.104 milhões negativos, em 2008. Nota-se a melhora significativa em 2008, por conta de forte ajuste das contas, só sendo superior em 1998 e 1999, os dois primeiros anos da série.

Com relação ao Índice de Liquidez Corrente (ILC), que é o Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro, este diminuiu até 2006. Em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado possuía em caixa R\$ 1,15. Em 2005 e 2006, para cada R\$ 1,00 de dívida, possuía somente R\$ 0,13 no caixa. Em 2007, para cada R\$ 1,00 de dívida possuía R\$ 0,41 no caixa. Em 2008, para cada R\$ 1,00 de dívida possuía R\$ 0,50 no caixa. Observa-se que, em 2007 e 2008, o esforço fiscal despendido pelo Governo e pela administração produziu resultado substantivo nesse indicador.

Tabela - Evolução do Patrimônio Financeiro - Administração Direta - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ATIVO FINANCEIRO	1.618	730	779	803	612	624	619	422	491	1.823	2.298
PASSIVO FINANCEIRO	1.406	1.285	1.896	2.476	2.140	2.146	2.873	3.305	3.888	4.497	4.574
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL	212	-555	-1.117	-1.673	-1.528	-1.522	-2.254	-2.883	-3.398	-2.674	-2.275
(-) SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA POTENCIAL	-1.048	-1.065	-967	-1.335	-1.049	-1.228	-1.023	-960	-1.379	-3.077	-3.046
(+) Lei 12.763/07 - Fundo de Equilíbrio Previdenciário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.118	1.068
(+) Lei 12.764/07 - Fundo de Garantia Previdenciária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	132	149
(-) SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA POTENCIAL AJUSTADA	-1.048	-1.065	-967	-1.335	-1.049	-1.228	-1.023	-960	-1.379	-1.827	-1.829
(-) DÍVIDAS PENDENTES DE REGISTRO	0	0	0	0	-673	-585	-495	-272	0	0	0
(-) CANCELAMENTO DE REGISTRO	0	0	0	0	-169	-301	-120	-171	0	0	0
(-) OUTRAS DÍVIDAS IDENTIFICADAS	0	0	0	0	-370	0	0	0	0	0	0
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL AJUSTADA (NOMINAL)	-836	-1.620	-2.084	-3.008	-3.788	-3.637	-3.893	-4.285	-4.777	-4.501	-4.104
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANC. REAL AJUSTADA (IGP-DI 31/DEZ/2008)	-2.318	-3.741	-4.383	-5.730	-5.723	-5.104	-4.872	-5.235	-5.623	-4.917	-4.104
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22	0,13	0,13	0,41	0,50

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS/ CAGE.

2.4 Receitas Públicas

A Tabela abaixo mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do RS, atualizada pelo IGP-DI, a partir de 2000.

Tabela - Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado - R\$ 1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.080.650	15.212.996	14.672.622	14.288.833	14.160.460	15.494.685	16.267.043	16.286.258	17.594.502
IMP S/PATRIM E A RENDA	1.620.859	1.837.039	1.661.586	1.616.311	1.527.424	1.591.240	1.780.282	1.928.222	1.978.989
ICMS	11.961.709	12.869.684	12.517.536	12.180.075	12.107.689	13.370.573	13.911.546	13.719.210	14.948.316
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.225.665	1.160.628	1.167.367	2.020.963	2.199.022	2.409.714	2.453.014	1.996.615	1.239.914
RECEITA PATRIMONIAL	402.444	336.193	447.062	487.790	250.278	317.292	471.305	357.448	627.528
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.547	3.521	879	1.011	917	700	882	950	1.007
RECEITA INDUSTRIAL	4.645	7.090	4.429	3.913	7.376	3.295	2.511	879	440
RECEITA DE SERVIÇOS	246.946	279.063	247.780	231.269	213.314	213.330	200.157	204.872	226.882
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.846.225	3.910.474	4.217.006	3.409.372	3.748.049	4.061.098	4.499.580	4.750.076	5.198.428
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	690.800	2.064.613	5.165.902	2.930.217	2.462.004	3.155.605	2.890.939	2.724.694	2.112.031
TRANSFERÊNCIA DO SUS	0	0	0	68.533	454.610	428.379	468.356	527.084	622.732
REC. CONTRIB. INTRA-ORC	0	0	0	514.783	493.003	412.796	447.963	1.176.715	905.847
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	0	0	0	-2.144.479	-2.088.856	-1.788.451	-1.815.635	-2.040.851	-2.475.394
RECEITAS CORRENTES	20.498.923	22.974.576	25.923.048	21.743.672	21.445.567	24.280.064	25.417.761	25.457.657	25.431.184
OPERACÕES DE CRÉDITO	640.881	249.668	238.807	398.281	297.652	155.080	35.741	0	1.189.261
ALIENAÇÃO DE BENS	933.422	594.193	322.708	185.396	234.752	37.057	273.428	1.490.104	4.612
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	108.153	58.379	40.702	8.587	13.366	15.051	63.211	39.679	25.828
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	416.479	358.525	361.029	16.761	35.402	22.020	30.528	36.566	89.482
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	102	9	0	0	0	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	2.098.935	1.260.867	963.255	609.026	581.172	229.207	402.908	1.566.350	1.309.183
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	22.597.858	24.235.443	26.886.303	22.352.698	22.026.740	24.509.272	25.820.670	27.024.007	26.740.367

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS / Sistema Cubo.

NOTA: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI.

As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro Estadual, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas do Governo Federal. Em 2008, aquelas, sobre o total das receitas correntes, representavam 69,2%, e estas, 20,4%, totalizando 89,6%.

Em 2005, as receitas tributárias apresentaram um excelente desempenho (9,4% reais), que ocorreu em função da majoração das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis. Já em 2007, em razão da não-prorrogação da Lei, as receitas estacionaram nos patamares de 2006. O ICMS, em 2007, teve crescimento real negativo (IGP-DI) de 1,3%. Em 2008, as receitas tributárias retomaram intenso movimento de alta, com crescimento de 8,0% reais.

No período considerado na tabela acima (2000/2008), as receitas tributárias tiveram crescimento real pelo IGP-DI de 25,0%, enquanto as transferências constitucionais da União ao Estado apresentaram crescimento real de 19,0% (desconsideraram-se as transferências do SUS).

Outro ponto relevante é o fato de que as operações de crédito, que já foram muito utilizadas no passado para a cobertura do déficit de caixa, hoje estão praticamente inviabilizadas, tendo em vista as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (pelo fato de o Estado deter a relação "Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida" maior do que duas vezes).

2.4.1 ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Entre 2000 e 2008, no grupo das Receitas Tributárias, tal imposto representou, em 2000, 92,2% do total arrecadado; e, em 2008, 86,7%, como se demonstra na Tabela seguinte. Concentra-se notadamente nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como de bebidas e cigarros.

Tabela - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária – Administração Consolidada - em valores nominais - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ICMS TOTAL ARRECADADO	5.646,8	6.706,4	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,9	11.813,3	12.257,7	14.825,2
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.126,4	7.330,7	8.016,1	10.084,2	10.946,2	12.636,5	13.501,9	14.239,7	17.099,4
% ICMS / RECEITA TRIBUTÁRIA	92,2	91,5	92,8	89,1	88,0	90,1	87,5	86,1	86,7

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante mostra a evolução desse tributo. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 270,0%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 14.825,2 milhões, em 2008. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 32,6%. Na comparação de 2008 com 2007, o crescimento nominal do ICMS foi de 20,9% e pelo IGP-DI, de 8,8%.

Tabela - Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões

ANO	ARRECADAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO NOMINAL SOBRE ANO ANTERIOR	ARRECADAÇÃO IGP-DI DEZ/08	VARIAÇÃO PELO IGP-DI SOBRE ANO ANTERIOR	% ARRECADAÇÃO ICMS / PIB DO RS
1997	4.006,7	-	11.500,8	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	11.689,9	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	11.552,8	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	12.303,8	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	13.247,8	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	12.913,7	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	12.738,1	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	12.467,1	-2,1	7,0
2005	11.382,7	18,1	13.923,8	11,7	7,9
2006	11.813,3	3,8	14.200,3	2,0	7,5
2007	12.257,7	3,8	14.012,3	-1,3	6,9
2008	14.825,2	20,9	15.246,3	8,8	7,7
% 2008 / 1997	270,0	-	32,6	-	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

NOTA: O PIB dos anos de 2007 e de 2008 é ainda preliminar.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,9% do PIB, em 2005. Caiu para 6,9% em 2007 e, em 2008, voltou a crescer para 7,7% do PIB. A média do período considerado é de 6,9%.

O grande salto da arrecadação desse imposto, em 2005, deu-se em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB do RS teve queda de 2,8%, pelo efeito da fortíssima estiagem que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%.

Em 2007 e 2008, as estimativas preliminares (FEE/RS) apontam para um crescimento do PIB do RS em 7,0% e 3,8%, respectivamente, atingindo R\$ 177,0 bilhões e R\$ 193,5 bilhões, quarto colocado no *ranking* do País. O PIB *per capita* de 2007 e de 2008 deverá crescer 5,9% e 2,7%, atingindo, respectivamente, R\$ 15.978,00 e R\$ 17.281,00.

O RS mantém-se, há vários anos, como o quarto entre os estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, as posições anteriores são ocupadas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Contudo, comparando o ICMS arrecadado com o PIB estadual, o RS ainda tem uma das menores cargas tributárias, tendo em vista o alto impacto da desoneração sobre as exportações gaúchas e o fato de o Estado estar distante dos grandes centros produtores e consumidores do resto do País, o que torna forçosa a adoção de políticas compensatórias de incentivos fiscais, viabilizando, assim, a opção pela permanência e pela atração de novos investimentos ao Estado.

Conforme dados obtidos do *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) junto ao Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br/confaz), o RS, em 2007, teve o segundo pior desempenho na arrecadação de ICMS-Tributo, entre os estados brasileiros, crescendo apenas 3,8% nominais, ultrapassando somente o Amapá. A

média brasileira, daquele ano, foi de crescimento de 9,0%. Ao consultar os dados de 2008 (janeiro a novembro), o RS avançou para as primeiras colocações, com crescimento de 23,0%.

Apesar de o RS ser fortemente exportador (o 3º estado maior do País, ficando após São Paulo e Minas Gerais, e o maior exportador *per capita* do país), deixa de arrecadar, por conta de dispositivo constitucional, valor expressivo de ICMS. A compensação aos estados, decorrente da Lei Kandir, está se tornando cada vez mais insignificante. Em 2007, foram ressarcidos ao Estado R\$ 244 milhões. Em 2008, o Governo Federal transferiu somente R\$ 147 milhões.

A Tabela adiante mostra uma conta de fácil compreensão. Tomou-se por base o valor imune de ICMS (produtos industrializados exportados, exceto os semi-elaborados) ao qual aplicou-se, hipoteticamente, alíquota de ICMS de 10%. Computando-se os valores ressarcidos pelo Governo Federal, foi obtida, ao final do cálculo, em 2007, uma perda estimada de arrecadação de ICMS de R\$ 1,53 bilhão e, em 2008, de R\$ 1,85 bilhão. É possível observar que há considerável desoneração fiscal por conta de política de incentivo à exportação, o que gera divisas ao País; contudo, com forte impacto nos cofres estaduais.

Tabela – Perda de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados

ANO	EXPORTAÇÃO DE INDUSTRIALIZADOS EM US\$ 1.000	DÓLAR MÉDIO	VALOR EM R\$ 1.000,00	ALÍQUOTA EM TESE DE 10%	RESSARCIMENTO DA LEI KANDIR	PERDAS DE ICMS COM EXPORTAÇÃO EM R\$
2007	9.119.493	1,95	17.783.011	1.778.301	244.000	1.534.301
2008	10.918.633	1,83	19.981.098	1.998.110	147.000	1.851.110

FONTES DE DADOS BRUTOS: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

2.4.2 Transferências Constitucionais da União ao Estado do RS

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso transparece quando se observa que o grande incremento da carga fiscal concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos, à exceção da CIDE, que, após anos de reivindicação, foi partilhada em percentuais muito reduzidos.

A Tabela abaixo demonstra a evolução de arrecadação pela União e pelo Estado do RS, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2007, enquanto as receitas tributárias da União cresceram nominais 188% e as contribuições sociais acumularam aumento expressivo de 289%, as transferências correntes da União ao Estado cresceram somente 142%. Nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS cresceu 190%.

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009

Tabela – Arrecadações da União e do Estado – em valores nominais – Ano de 1998 de base 100

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	100,0	110,0	115,9	134,9	158,9	169,6	189,5	228,4	249,6	288,0
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	100,0	121,3	149,0	171,9	206,4	241,1	292,3	330,5	342,1	389,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	100,0	100,8	121,5	130,9	164,2	138,6	167,3	192,0	217,8	241,9
ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL	100,0	110,1	133,4	158,5	175,8	212,4	227,7	269,0	279,1	289,6

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – www.stn-fazenda.gov.br

Fica evidenciada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais. Desse modo, constitucionalmente, não é obrigada a repartir com os demais entes federativos o produto dessa tributação. Com o fim da CPMF, a União compensou parte das perdas com forte aumento do IOF sobre operações financeiras e de crédito.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela abaixo, na qual se pode verificar que as principais transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual. Com efeito, em 2000, as transferências da União representavam 1,09% do PIB do RS, enquanto que, em 2008, diminuíram para 0,87% do PIB. A diferença de 0,22 pontos percentuais do PIB gaúcho, somente em 2008, representa perda estimada em R\$ 426 milhões (R\$ 193,5 bilhões x 0,22%).

Tabela - Transferências constitucionais da União ao Estado do RS em relação ao PIB gaúcho – Em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COTA-PARTE DO FPE	287	338	418	511	564	705	781	904	1.106
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	51	60	74	0	0	0	0	0	0
COTA-PARTE DO IPI EXPORTACAO	255	270	265	293	310	352	371	392	432
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	45	48	47	0	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LC 87/96	248	229	253	320	256	256	122	147	0
TRANSFERÊNCIAS LC 87/96-FUNDEF	44	40	45	0	0	0	0	0	0
AUXÍLIO FINANCEIRO-EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	51	82	153	122	147
TOTAL	929	985	1.101	1.124	1.181	1.395	1.426	1.565	1.685
PIB DO RS	85.138	94.084	105.487	124.551	137.831	144.218	156.883	177.040	193.485
% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO/PIB RS	1,09	1,05	1,04	0,90	0,86	0,97	0,91	0,88	0,87

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela a seguir mostra a evolução da carga tributária líquida disponível no Brasil, entre 1991 e 2005, onde se podem comparar as receitas efetivamente recebidas nas diversas esferas federativas. No período considerado, enquanto a União teve crescimento de 7,68 p.p., os Estados e os Municípios, respectivamente, 2,53 p.p. e 1,96 p.p.

Tabela - Percentual da carga tributária líquida disponível – 1991/2005

ENTES	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005-1991
UNIÃO	13,96	14,80	15,59	17,62	16,77	16,27	16,62	17,61	19,32	19,87	19,16	20,35	20,05	20,87	21,64	7,68 p.p.
ESTADOS	7,10	7,07	6,50	7,70	8,18	8,00	7,72	7,44	7,94	8,34	9,22	9,46	9,22	9,23	9,62	2,53 p.p.
MUNICÍPIOS	4,15	3,98	3,63	4,14	4,81	4,71	4,69	4,69	4,88	4,97	5,63	5,80	5,65	5,77	6,11	1,96 p.p.
TOTAL	25,21	25,85	25,72	29,46	29,76	28,97	29,03	29,74	32,15	33,18	34,01	35,61	34,92	35,88	37,37	12,16 p.p.

FONTE: Secretaria da Receita Federal – www.receita.fazenda.gov.br.

A Tabela adiante demonstra que a União apropriou-se da quase totalidade do aumento de arrecadação. Entre 2003 e 2007, os Tesouros do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios tiveram crescimento em sua arrecadação de 3,4 p.p. sobre o PIB brasileiro. Contudo, desse total, a União reteve para si expressivos 2,8 p.p., os Estados 0,5 p.p. e os Municípios apenas 0,1 p.p.

Tabela – Percentual de arrecadação sobre o PIB brasileiro

TRIBUTO	2003	2004	2005	2006	2007	2007 - 2003
UNIÃO	21,6	22,3	23,2	23,2	24,4	2,8 p.p.
ESTADOS	8,4	8,6	8,7	8,8	8,9	0,5 p.p.
MUNICÍPIOS	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	0,1 p.p.

FONTE: Secretaria da Fazenda do Governo Federal.

Somente para fins de argumentação, em 2007, caso fosse repartido de forma equânime o aumento de arrecadação verificado na União, caberia aos Estados mais R\$ 15,6 bilhões (0,6% sobre um PIB de R\$ 2,598 trilhões) e aos Municípios mais R\$ 26,0 bilhões (1% sobre 2,598 trilhões), totalizando R\$ 41,6 bilhões.

2.4.3 A Balança Comercial do Estado do RS e do Brasil

A Tabela seguinte mostra a evolução da balança comercial do RS e do Brasil, desde o ano de 1996. As exportações gaúchas alcançaram, em 2008, US\$ 18,5 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 14,5 bilhões, resultando em um saldo positivo de US\$ 4,0 bilhões. O País, nesse ano, exportou US\$ 197,9 bilhões e importou US\$ 173,2 bilhões, registrando saldo positivo comercial de US\$ 24,7 bilhões. O RS contribuiu com 16,0% do saldo da balança comercial brasileira.

Tabela – Balança comercial do Estado do RS e do Brasil

Em US\$ 1.000,00

ANO	EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO					SALDO COMERCIAL				
	RS	%	BRASIL	%	% RS/ BRASIL	RS	%	BRASIL	%	% RS/ BRASIL	RS	%	BRASIL	%	% RS/ BRASIL
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	11,9	3.361.241	-	53.345.767	-	6,3	2.302.399	-	-5.599.039	-	343,2
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	11,8	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	6,2	2.545.101	10,5	-6.764.501	-20,8	365,8
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	11,0	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	7,5	1.296.803	-49,0	-6.623.614	2,1	610,8
1999	4.998.720	-11,2	48.012.790	-6,1	10,4	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	6,7	1.715.434	32,3	-1.288.768	80,5	175,1
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	10,5	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	7,2	1.759.270	2,6	-731.743	43,2	141,6
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	10,9	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	7,3	2.301.856	30,8	2.684.835	466,9	85,7
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	10,6	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	7,5	2.852.208	23,9	13.195.999	391,5	21,6
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	11,0	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	8,7	3.836.686	34,5	24.877.655	88,5	15,4
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	10,2	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	8,4	4.611.531	20,2	33.841.881	36,0	13,6
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	8,8	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	9,1	3.783.513	-18,0	44.928.808	32,8	8,4
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	8,6	7.949.234	18,8	91.350.503	24,1	8,7	3.852.845	1,8	46.456.967	3,4	8,3
2007	15.017.674	27,2	160.649.073	16,6	9,3	10.169.530	27,9	120.620.878	32,0	8,4	4.848.144	25,8	40.028.195	-13,8	12,1
2008	18.460.072	22,9	197.942.443	23,2	9,3	14.524.949	42,8	173.196.634	43,6	8,4	3.935.123	-18,8	24.745.809	-38,2	15,9

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2.4.4 A Modernização de Mecanismos de Incremento da Receita

Para a conjugação de esforços em manter o equilíbrio orçamentário, continuam em curso várias ações no âmbito da Receita Pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. Dentre elas, destacam-se:

- O "Programa de Crescimento Incentivado – Cresce RS", para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais;
- O "Projeto Estruturante Receita para Crescer", com ações de gerenciamento matricial da receita, de programa de avaliação do contribuinte e de ações de melhoria da estrutura de desenvolvimento de novos sistemas, entre outras;
- A ampliação do controle na fronteira, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- A instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- A criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa;
- A ampliação da utilização da Nota Fiscal Eletrônica;
- A modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

2.5 Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para que se possa ter uma visão mais apurada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública).

2.5.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela a seguir mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2007. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2007, os ativos perfaziam 52,1% do total e 1,85% da população. Note-se, ainda, que, entre 1998 e 2007, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 7,0%, as matrículas do pessoal ativo do Estado cresceram 2,7%, o número de inativos cresceu 13,5%.

Em 1998, havia 99.371 matrículas ativas na Secretaria da Educação e, em 2007, 104.643 matrículas, um aumento de 5.272 matrículas, ou 5,3% a mais. No período considerado, esse órgão foi responsável pela quase totalidade das novas contratações do Estado.

Tabela - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

ÓRGÃOS	ESPECIFICAÇÃO	1998	2002	2004	2006	2007	2007- 1998 (10 ANOS)	% 2007 / 1998 (10 ANOS)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Ativos	159.580	174.248	177.046	173.389	166.560	6.980	4,4
	Inativos	99.557	110.968	116.137	118.860	121.609	22.052	22,2
	Pensionistas	2.038	1.812	1.656	1.512	1.377	-661	-32,4
	Total	261.175	287.028	294.839	293.761	289.546	28.371	10,9
FUNDAÇÕES	Ativos	4.845	5.177	5.415	5.585	5.169	324	6,7
AUTARQUIAS	Ativos	6.511	4.337	3.888	3.785	3.538	-2.973	-45,7
	Inativos	9.005	6.107	5.768	5.393	5.219	-3.786	-42,0
	Pensionistas	55.753	48.948	48.995	49.531	49.048	-6.705	-12,0
	Total	71.269	59.392	58.651	58.709	57.805	-13.464	-18,9
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	Ativos	19.923	20.050	20.457	21.183	20.707	784	3,9
	Inativos	5.478	3.729	3.329	2.817	2.561	-2.917	-53,2
	Pensionistas	164	150	169	177	86	-78	-47,6
	Total	25.565	23.929	23.955	24.177	23.354	-2.211	-8,6
GERAL	Ativos	190.859	203.812	206.806	203.942	195.974	5.115	2,7
	Inativos	114.040	120.804	125.234	127.070	129.389	15.349	13,5
	Pensionistas	57.955	50.910	50.820	51.220	50.511	-7.444	-12,8
	TOTAL	362.854	375.526	382.860	382.232	375.874	13.020	3,6
POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		9.891.857	10.199.494	10.353.807	10.507.131	10.582.324	690.467	7,0

NOTA: Nos anos de 2002, 2004 e 2006, a população gaúcha foi estimada pela média entre 2007 e 1998.

FONTES: Secretaria da Fazenda (www.sefaz.rs.gov.br) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE.

A Tabela abaixo mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2008. Em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassaram as do pessoal ativo, contribuindo para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o Estado que mais gasta no País com inativos relativamente às despesas com pessoal. O comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), com pessoal inativo (elemento da despesa 01) e com pensionista (elemento da despesa 03).

Tabela - Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
% ATIVOS (CIVIL E MILITAR) - ELEMENTOS 11 E 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0
% INATIVOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) - ELEMENTOS 01 E 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com inativo. Já em 2008, foram empenhados 47,0% com pessoal ativo e 53,0% com inativo. Fica claro que os números dessa conta representam um dos principais limites da política de ajuste fiscal de um governo. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosas as condições de aposentadoria, deverá contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos somente no longuíssimo prazo.

A Tabela seguinte mostra a evolução das despesas empenhadas consolidadas com o grupo "Pessoal e Encargos Sociais" (ativo, inativo e pensionista), entre os anos de 2000 e 2008, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). A composição de gasto com pessoal apresenta forte ingrediente estrutural.

Está em marcha uma forte reestruturação, bastando verificar que, em 2000, empenhou-se 76,9% da RCL com gasto total do grupo, enquanto que, em 2007, esse percentual havia baixado para 72,6%. Em 2008, gastou-se 66,0% da RCL. Esse último resultado deveu-se, principalmente, ao excepcional desempenho da arrecadação tributária.

Tabela - Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com "Pessoal e Encargos Sociais" em Relação à RCL

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
% PESSOAL SOBRE A RCL	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS

NOTA: O cálculo percentual foi feito tomando-se por base o valor total empenhado no grupo de "Pessoal e Encargos Sociais", ajustado pela dedução da dupla contagem do IPERGS (Rubrica 1301). A partir de 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit com Pensionistas).

No que tange ao gasto com o grupo "Pessoal e Encargos Sociais", sob a óptica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes das duas próximas Tabelas, coube ao Poder

Executivo, no período considerado, o esforço maior de contenção da despesa e de ajuste fiscal.

A Tabela abaixo mostra as despesas empenhadas totais do grupo de pessoal, por Poder e Órgãos, entre 2000 e 2008, em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela - Despesas Empenhadas de "Pessoal e Encargos Sociais", por Poder e Órgãos, em valores nominais - R\$ 1,00

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
INDIRETA	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548	1.710.709.515	1.821.683.762
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531	414.567.048	435.362.096
PODER EXECUTIVO	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084	6.377.263.893	6.899.094.673
PODER JUDICIÁRIO	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241	1.220.113.604	1.370.957.667
PODER LEGISLATIVO	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941	434.543.422	474.266.691
TOTAL COM PESSOAL	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344	10.157.197.483	11.001.364.889
RCL	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000	13.991.366.037	16.657.789.000

FONTE DE DADOS BRUTOS: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS). A partir de 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit de Pensionistas).

A Tabela seguinte reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto pelos Poderes com o grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000.

Tabela - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
INDIRETA	100,0	107,5	125,3	129,5	118,3	109,8	117,4	108,0	96,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0
PODER EXECUTIVO	100,0	91,0	94,7	91,1	84,7	78,6	81,3	85,5	77,7
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6
TOTAL	100,0	95,9	102,9	101,0	94,9	90,0	93,4	94,5	85,9

FONTE DE DADOS BRUTOS: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

No período considerado, o Ministério Público teve um crescimento em pessoal acima da variação da RCL, de 23,0%; o Poder Judiciário, 15,5%; enquanto que a Administração Indireta e o Poder Legislativo, tiveram crescimento abaixo da variação da RCL, respectivamente, de 3,4% e de 4,4%. Cabe salientar que o Poder Executivo sofreu o maior viés, com uma variação em relação à RCL de menos 22,3%. No geral, a variação foi negativa em 14,1%.

Assinale-se que, dentre as despesas de pessoal ativo do Poder Executivo (Elementos 11 e 12), as funções Educação, Segurança e Saúde responderam, em média, entre 2006 e 2008, por 84,5% do total. Conclui-se, dessa situação, que novas reduções de despesa no Poder Executivo criam deficiências graves na prestação de serviços públicos essenciais nessas três áreas importantes.

2.5.2 Despesas com o Serviço da Dívida Pública

Para melhor exame do endividamento público, é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) até o final do segundo ano do Governo Yeda Crusius (2008). É o que se vê na Tabela seguinte. Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2008, a dívida cresceu 27,4 vezes.

Tabela - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa - R\$ milhões

GOVERNO	FINAL DE GOVERNO	DÍVIDA ATUALIZADA (1)	REFERÊNCIA	VARIAÇÃO PERCENTUAL	% DÍVIDA / PIB
PERACCHI	1971	1.392	1,00	-	2,23
TRICHES	1974	3.048	2,19	118,93	2,95
GUAZELLI	1978	5.579	4,01	83,01	4,2
AMARAL	1982	9.994	7,18	79,11	8,35
JAIR	1986	13.872	9,96	38,81	8,28
SIMON	1990	13.893	9,98	0,15	15,5
COLLARES	1994	17.148	12,32	23,43	14,13
BRITTO (2)	1998	38.126	27,38	122,32	19,02
OLÍVIO	2002	38.026	27,31	-0,26	23,55
RIGOTTO	2006	37.410	26,87	-1,62	20,38
YEDA CRUSIUS (3)	2008	38.127	27,39	1,92	19,71

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA (1): A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual.

NOTA (2): Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 7,03 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/08).

NOTA (3): Inclui a Operação de empréstimo efetuada em 2008 junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,19 bilhão.

Sublinhe-se que, ao final do Governo Olívio (2002), o estoque da dívida fundada estava em 23,55% do PIB gaúcho. Caiu para 20,38% ao final do Governo Rigotto (2006). Ao final do segundo ano do governo Yeda Crusius (2008), reduziu-se para 19,71%, mesmo computando-se ao estoque da dívida externa mais R\$ 1,192 bilhão (equivalente a US\$ 600 milhões) a título de empréstimo junto ao Banco Mundial, com o objetivo de resgatar valores de dívidas extralimites.

A Tabela abaixo mostra que a Dívida Consolidada Líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida, chegando, em 2002, a 2,95 vezes. Em 2006 e 2007, decresceu para 2,54 vezes. Ao final de 2008, a relação cedeu fortemente para 2,34 vezes a RCL. Ressalta-se o fato de que, em 2008, pela primeira vez, o Estado do RS enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2,39 vezes a RCL.

Tabela - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DÍVIDA CONSOLIDADA SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

Se o tamanho do estoque total da dívida do Estado de longo prazo, de aproximadamente R\$ 40 bilhões, atesta um lado da gravidade do

problema estrutural, o outro é o volume significativo de desembolso mensal. Em 2006, foi empenhado R\$ 1,78 bilhão a título de serviço da dívida. Em 2007, R\$ 1,83 bilhão (13,1% da RCL) e em 2008, R\$ 2,15 bilhões (12,9% da RCL).

Ao se fazer uma analogia, entre 2006 e 2008, o serviço da dívida consumiu R\$ 5,6 bilhões, montante três vezes superior ao que Estado investiu (R\$ 1,7 bilhão), nesse mesmo período, o que é inadmissível, tendo em vista as carências latentes nas diversas áreas, principalmente na saúde, educação, segurança e infra-estrutura.

A razão está no indexador contratado junto ao Governo Federal para reajustar mensalmente esse estoque, que é o IGP-DI ou a taxa SELIC (esta utilizada somente caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano. É importante observar que, em 2008, o IGP-DI acumulou alta de 9,10%. Ao adicionar mais juros de 6% ao ano, teremos um comprometimento percentual, que foi de mais de 15%.

A Tabela a seguir mostra a evolução do estoque da dívida, a partir de 2000, em relação ao PIB do RS, mantendo certa estabilidade, com tendência declinante a partir de 2007.

Tabela - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa do Estado em relação ao PIB gaúcho - R\$ 1.000,00

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DÍVIDA INTERNA	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838	33.067.694	35.784.251
DÍVIDA EXTERNA	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626	698.529	2.342.608
TOTAL DE DÍVIDA	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464	33.766.223	38.126.859
PIB DO RS	85.137.543	94.084.498	105.487.000	124.551.000	137.831.000	144.218.000	156.883.000	177.040.000	193.485.000
% DÍVIDA S/ PIB	20,37	21,08	23,55	20,67	20,23	20,81	20,38	19,07	19,71

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

NOTA: O PIB gaúcho de 2007 e 2008, divulgados pela FEE/RS, são ainda preliminares.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. No período entre 2000 e 2007, despendeu-se, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) e 16,4% da Receita Líquida Real (RLR)¹⁶. Em 2008, o comprometimento com o desembolso mensal foi de 12,9% da RCL e de 15,9% da RLR.

¹⁶ A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se: as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

Tabela - Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCL e RLR - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	2.149.070
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	16.657.789
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	13.534.810
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	12,9
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3	16,0	15,9

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA: Foram excluídos R\$ 1.033.514.004,00 do serviço dívida, referente à Operação de Crédito junto ao Banco Mundial.

Através da renegociação da dívida pública de estados e municípios com a União (Lei nº 9.496/97), definiu-se o limite para o pagamento do serviço da dívida intralimite como porcentagem da Receita Líquida Real. Quando o serviço da dívida ultrapassa esse limite, a diferença, chamada de resíduo¹⁷, é agregada ao estoque da dívida pública a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato (no caso gaúcho, março de 2028). Além disso, as renegociações anteriores das dívidas dos estados (Leis nº 7.976 e nº 8.727) são abatidas do limite percentual da RLR, servindo para reduzir a prestação devida (calculada pela Tabela *Price*) e para acumular parcelas de resíduos.

A acumulação desse resíduo gera duas situações. Primeiro, a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, pois o pagamento da prestação mensal desse contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor. Segundo, o saldo devedor é crescente, capitalizando juros mensais devidos e não pagos incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida tem sido superior a esse limite, e o excesso foi incorporado ao estoque. Isso justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito após 2001. A capitalização de juros não pagos é fonte significativa para o aumento da dívida. Isso significa que, a partir de 2002, os resultados primários positivos foram insuficientes para garantir o pagamento de juros devidos, calculados na sistemática definida pelo contrato firmado com amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico adiante faz a projeção do saldo residual desse contrato até março de 2028, ano em que atingirá R\$ 27,5 bilhões (a preços constantes de dezembro de 2006). No período de amortização do resíduo (abril de 2028 a abril de 2038), estima-se que o percentual de compromisso com o pagamento dessa dívida ficará em torno de 18% da RLR.

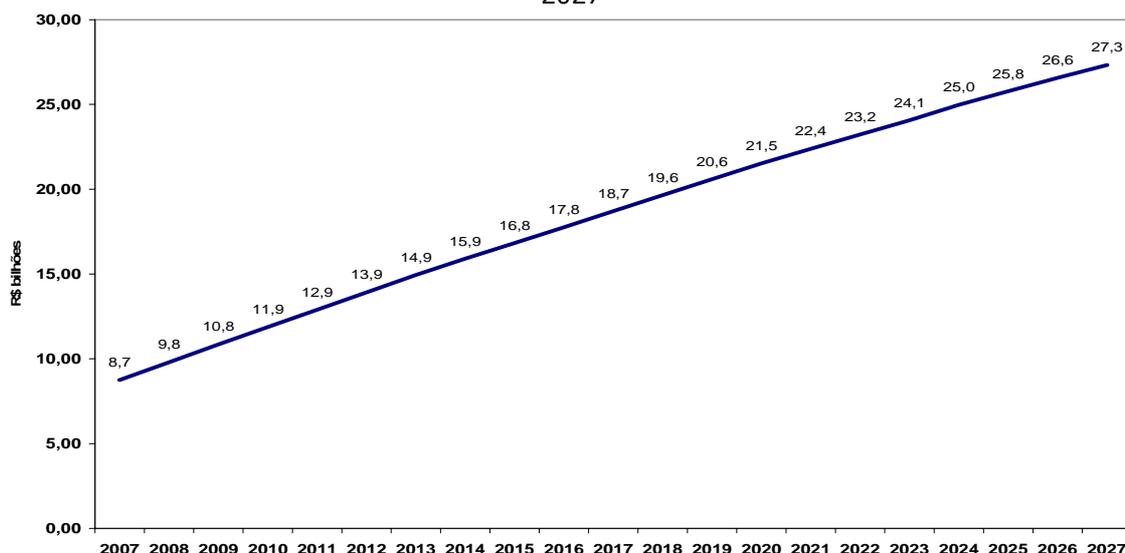
¹⁷ Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais, após 30 anos, nas mesmas condições contratuais.

Isso mostra que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato foi alterado, trazendo uma lógica perversa que onera, sobremaneira, o devedor. Na renegociação da Lei nº 9.496/97, supunha-se que a relação dívida/RLR fosse decrescente até 2012, ano em que essa relação atingiria a unidade.

Ocorre que houve o deslocamento dessa relação para o ano de 2030 e, além disso, o saldo projetado do resíduo indica que o montante da dívida presente não se reduzirá no futuro. Ou seja, para uma dívida contratual com a União de R\$ 26,6 bilhões, em dezembro de 2006, o seu valor residual não se reduzirá em março de 2028. Ao contrário, passará para R\$ 27,5 bilhões.

A sustentabilidade da política fiscal dos estados endividados passa por alterações nas regras contratuais da Lei nº 9.496/97, sob o risco de imposição de enormes custos sociais e de forçar programas de ajustes fiscais cuja lógica recorrente seja o controle de gastos públicos, já que a elevação de receita parece não ser mais tolerada pela sociedade.

Gráfico – Projeção do resíduo da dívida do contrato da Lei nº 9.496/97 para o RS– 2007-2027



FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Os valores estão a preços de dezembro de 2006.

2.5.2.1 Programa RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento

O contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, denominado *RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento*, de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões já liberados e US\$ 450 milhões a serem liberados no primeiro semestre de 2010), tem por objetivo a reestruturação de parte da dívida extralimite, que é composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, título mobiliários e o PROES), que não foram objeto de securitização junto ao Governo Federal em 1998 (Lei 9496/97).

Com a reestruturação de mais da metade dessa dívida extralimite (55% do total), quitaram-se contratos cujos encargos são maiores que os vigentes, resultando em uma vantagem imediata. A melhora do perfil da dívida suaviza o fluxo de pagamento e ainda traz ganho financeiro na redução de seu valor presente. Com essa operação, prevê-se uma economia de aproximadamente R\$ 600 milhões.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado, não sendo utilizados para outras finalidades, como pessoal, outras despesas correntes ou investimento. O prazo de amortização é de 30 anos através de pagamentos mensais, quitando-se por completo em 2038.

O custo da operação é equivalente à taxa *Libor* mensal (atualmente 2,46% ao ano) mais o *spread* de 0,13% sobre o total e a correção cambial. As dívidas vincendas que foram substituídas estavam atreladas ou à taxa SELIC ou à taxa de 6% ao ano mais o IGP-DI. Esse índice acumulou alta de 9,10%, em 2008. O contrato ainda prevê a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando o risco da variação cambial desvantajosa.

A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real cair dos atuais 5,1% para 3,1%, ainda em 2008. E até 2012, para 2,6%. A partir dessa data, 1,2% da RLR. A reestruturação beneficiará mais de uma geração, proporcionando economia financeira que poderá ser canalizada para investimentos na área social e em infra-estrutura.

Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Senado Federal. O aval foi dado pela União. A operação de reestruturação de parte da dívida extralimite feita ao Estado pelo BIRD foi a primeira dessa modalidade e o maior empréstimo já feito a um ente subnacional.

É sabido que não se supera uma crise estrutural no curto prazo. O financiamento foi aprovado porque o Estado melhorou seus indicadores orçamentários, patrimoniais e financeiros. Por isso, o reconhecimento do Banco Mundial. Mais do que isso, a confiança que foi aqui depositada sobre um projeto inovador e que serve de espelho para os demais Estados brasileiros buscarem fórmula idêntica.

2.5.3 Aplicação de Recursos em Investimentos Amplos

As dificuldades fiscais pesam fortemente sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos últimos nove governos, há uma queda paulatina dos investimentos, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos na saúde, segurança e educação, além de afetar sobremaneira a infra-estrutura de transporte e de logística.

Os recursos alocados nos primeiros dois anos deste Governo foram diminutos, em razão da necessidade do ajuste fiscal. Contudo, a partir de 2009, conforme o orçamento estadual aprovado, haverá uma

retomada gradativa nos investimentos. Mesmo assim, em valores nominais, empenhou-se, em 2008 (R\$ 661 milhões), 65,0% a mais do que em 2007 (R\$ 401 milhões).

A Tabela a seguir demonstra os investimentos efetivados em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
INVESTIMENTOS AMPLOS	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	16.657.789
% INVESTIMENTOS / RCL	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA 1: Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

NOTA 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo Inversões Financeiras, da rubrica 6501.

A próxima Tabela mostra a evolução das despesas de capital em relação à RCL e ao PIB do RS, desde o governo Triches. Este investiu 29,66% da RCL e 1,94% do PIB, enquanto os governos recentes de Britto, Olívio, Rigotto e Yeda (2007/2008), aplicaram, respectivamente, 16,71%, 10,64%, 6,02% e 3,42% da RCL e 1,47%, 0,69%, 0,50% e 0,29% do PIB.

Tabela - Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho

GOVERNOS	TRICHES	GUAZELLI	AMARAL	JAIR	SIMON	COLLARES	BRITO	OLÍVIO	RIGOTTO	YEDA (2007/2008)
% INVESTIMENTOS / RCL	29,66	29,13	27,61	19,08	20,54	13,07	16,71	10,64	6,02	3,42
% INVESTIMENTOS / PIB RS	1,94	1,55	1,35	1,04	1,32	0,97	1,47	0,69	0,50	0,29

FONTE DE DADOS BRUTOS: Balanço Geral do Estado do RS - CAGE.

NOTA 1: Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

NOTA 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501.

Faz-se urgente recuperar a capacidade de investimento do Estado, tendo como condição essencial o estabelecimento permanente de situação de equilíbrio orçamentário. A disciplina fiscal austera permitirá, no médio prazo, a retomada de volume significativo de investimentos nas áreas mais deprimidas de recursos.

Devido às restrições fiscais que não permitem ao poder público dar conta da totalidade dos projetos saneadores de gargalos e elos faltantes na área de infra-estrutura do Estado, poder-se-á abrir caminho para a realização de Parcerias Público-Privadas, um instrumento a ser colocado na pauta do dia e à disposição do gestor público para alavancar setores carentes nos quais a iniciativa privada esteja disposta a investir. Muito importante, ainda, é o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que visa melhorar as condições de dinamização do setor produtivo do Estado.

2.5.4 Gastos com Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, os serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, as transferências legais e constitucionais aos Municípios e a Gestão Plena do SUS.

As duas Tabelas a seguir mostram a evolução dos gastos por Poder e Órgãos, comparando-se com a Receita Corrente Líquida.

Tabela - Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados - R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533
PODER EXECUTIVO	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	54.004.721	5.657.920	5.647.900	6.749.074
(-) TRANSF. AOS MUNICÍPIOS	1.837.033	2.225.945	2.398.726	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862	3.638.888	4.358.834
(-) GESTÃO PLENA SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	457.612	478.057	578.373
(+) PERDAS FUNDEF	0	0	0	347.088	372.904	0	0	0	0
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	971.528	1.235.160	1.235.950	1.557.874	1.880.791	1.671.638	1.726.446	1.530.955	1.811.868
PODER JUDICIÁRIO	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759	148.808	175.219
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727
TOTAL	1.761.074	2.119.644	2.172.315	2.498.424	2.976.230	2.974.733	3.072.737	3.019.288	3.390.357
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	16.657.789
% TOTAL GASTO / RCL	26,45	27,47	25,82	25,86	27,72	24,09	23,08	21,58	20,35

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela - Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	109,7	100,7	110,5	120,0	92,8	88,9	75,0	74,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	95,6	116,8	135,1	123,2	117,8	131,7	120,5	119,2
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7
TOTAL	100,0	103,9	97,6	97,8	104,8	91,1	87,3	81,6	76,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Tendo como base 100 o ano de 2000, a evolução das Outras Despesas Correntes mostra o esforço recente dos Poderes e Órgãos para se adaptarem às contingências orçamentárias. O Ministério Público e o Poder Judiciário tiveram gastos acima da variação da Receita Corrente Líquida, respectivamente, em 90,3% e 19,2%. A Administração Direta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram os seguintes percentuais abaixo da variação da RCL, respectivamente, de 23,3%, de 25,5% e de 49,3%.

2.6 Sistema Previdenciário Estadual

A principal variável estrutural de desequilíbrio das finanças do Estado está no déficit previdenciário. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais inativos (aposentados e pensionistas). A equação atuarial do regime previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul está longe de ser alcançada, mesmo no longuíssimo prazo.

2.6.1 Déficit Atuarial Previdenciário

Devido às fontes insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais inativos (aposentadorias, reformas e pensões), o caixa do Tesouro é acionado mensalmente para cobrir o déficit previdenciário. A Tabela a seguir mostra que, mesmo se computando a contribuição patronal, em 2000, o déficit foi de R\$ 2,235 bilhões e, em 2008, já alcançava R\$ 3,408 bilhões, crescimento de mais de 50%, em apenas oito anos.

Tabela – Déficit previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Elemento 01)	2.001.197	2.161.925	2.374.183	2.705.536	2.874.897	3.091.420	3.413.305	3.751.310	4.067.817
PENSÕES (Elemento 03)	418.294	501.150	607.061	715.074	793.838	921.208	1.040.601	1.114.678	1.161.486
Total de Aposentadorias/Reformas e Pensões	2.419.491	2.663.074	2.981.244	3.420.610	3.668.735	4.012.628	4.453.907	4.865.988	5.229.303
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES	61.574	51.384	57.056	331.027	422.609	471.233	537.931	602.190	607.094
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (2 x contr. dos servidores)	123.148	102.768	114.112	662.053	845.218	942.467	1.075.861	1.204.379	1.214.187
Total das contribuições (Servidores e Patronal)	184.722	154.152	171.167	993.080	1.267.827	1.413.700	1.613.792	1.806.569	1.821.281
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	-2.234.770	-2.508.922	-2.810.077	-2.427.530	-2.400.908	-2.598.928	-2.840.115	-3.059.419	-3.408.022

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS/ Sistema Cubo.

A Tabela adiante traz uma previsão do déficit previdenciário partindo de um resultado negativo de R\$ 4,67 bilhões, em 2009, e alcançando um déficit de R\$ 3,57 bilhões, em 2040, acumulando, no período, R\$ 162,8 bilhões de prejuízo. Não se computam nos cálculos as receitas patronais. Caso mantidas as condições atuais, somente no final deste século, vislumbra-se o equilíbrio previdenciário.

Tabela - Previsão de déficit previdenciário

ANO	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	SALDO
2009	1.403.652.097,89	6.069.788.652,34	-4.666.136.554,45
2010	1.362.712.005,50	6.168.068.119,22	-4.805.356.113,72
2011	1.322.016.276,07	6.263.483.361,11	-4.941.467.085,05
2012	1.280.907.873,70	6.355.492.408,92	-5.074.584.535,22
2013	1.240.385.464,63	6.449.818.698,69	-5.209.433.234,06
2014	1.199.461.161,52	6.529.782.726,50	-5.330.321.564,98
2015	1.159.967.157,88	6.588.084.688,70	-5.428.117.530,82
2016	1.119.957.674,61	6.630.064.195,64	-5.510.106.521,03
2017	1.079.959.354,59	6.661.587.576,68	-5.581.628.222,09
2018	1.041.022.013,75	6.674.281.788,85	-5.633.259.775,09

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009

ANO	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	SALDO
2019	1.003.155.357,02	6.672.450.795,08	-5.669.295.438,06
2020	964.855.450,95	6.659.846.114,71	-5.694.990.663,76
2021	927.597.519,90	6.631.370.932,69	-5.703.773.412,79
2022	889.627.573,42	6.592.555.204,55	-5.702.927.631,12
2023	852.039.088,65	6.544.980.076,49	-5.692.940.987,83
2024	814.889.157,71	6.481.103.851,59	-5.666.214.693,88
2025	777.140.938,69	6.406.267.279,32	-5.629.126.340,63
2026	739.476.836,65	6.318.200.419,58	-5.578.723.582,94
2027	702.854.682,37	6.218.530.215,82	-5.515.675.533,45
2028	666.136.981,49	6.102.964.641,98	-5.436.827.660,50
2029	629.512.968,70	5.977.791.831,59	-5.348.278.862,89
2030	594.449.397,95	5.829.643.182,84	-5.235.193.784,89
2031	559.973.294,71	5.671.313.933,54	-5.111.340.638,83
2032	526.874.828,63	5.497.319.772,30	-4.970.444.943,68
2033	495.053.628,07	5.315.673.736,00	-4.820.620.107,93
2034	465.284.170,47	5.120.953.071,75	-4.655.668.901,28
2035	435.902.899,26	4.924.127.591,40	-4.488.224.692,14
2036	408.237.865,63	4.718.186.975,08	-4.309.949.109,45
2037	381.114.859,93	4.513.401.991,70	-4.132.287.131,77
2038	355.013.069,57	4.304.518.892,71	-3.949.505.823,14
2039	330.482.442,70	4.092.642.976,29	-3.762.160.533,59
2040	306.986.121,02	3.878.515.555,12	-3.571.529.434,11
2041	284.870.974,44	3.664.931.503,72	-3.380.060.529,28
2042	263.920.942,24	3.451.846.427,91	-3.187.925.485,68
2043	243.701.403,74	3.241.395.072,49	-2.997.693.668,75
2044	224.675.554,92	3.031.150.280,56	-2.806.474.725,64
2045	206.406.629,88	2.825.955.346,54	-2.619.548.716,66
2046	187.934.846,26	2.628.368.611,87	-2.440.433.765,60
2047	170.799.714,76	2.435.079.321,89	-2.264.279.607,13
2048	155.472.442,47	2.245.284.475,81	-2.089.812.033,34
2049	141.056.712,21	2.062.617.593,92	-1.921.560.881,71
2050	127.482.506,48	1.887.998.381,71	-1.760.515.875,23
2051	114.754.319,07	1.721.717.035,57	-1.606.962.716,50
2052	102.864.359,03	1.563.974.429,76	-1.461.110.070,73
2053	91.804.066,34	1.414.888.758,95	-1.323.084.692,61
2054	81.558.230,35	1.274.520.382,49	-1.192.962.152,14
2055	72.105.966,43	1.142.876.187,99	-1.070.770.221,56
2056	63.421.936,68	1.019.913.840,75	-956.491.904,07
2057	55.477.529,15	905.546.867,16	-850.069.338,01
2058	48.241.748,84	799.649.431,68	-751.407.682,84
2059	41.682.334,50	702.060.427,87	-660.378.093,37
2060	35.766.277,34	612.586.418,76	-576.820.141,41
2061	30.460.381,72	531.003.327,89	-500.542.946,18
2062	25.730.997,48	457.055.424,30	-431.324.426,83
2063	21.544.825,91	390.458.970,31	-368.914.144,40
2064	17.867.828,77	330.899.604,22	-313.031.775,45
2065	14.666.012,52	278.034.897,23	-263.368.884,71
2066	11.903.958,45	231.492.455,80	-219.588.497,35
2067	9.546.546,29	190.875.907,63	-181.329.361,34
2068	7.557.656,16	155.766.391,23	-148.208.735,07
2069	5.900.640,29	125.725.659,67	-119.825.019,39
2070	4.539.499,26	100.304.318,69	-95.764.819,43
2071	3.438.080,42	79.044.546,91	-75.606.466,49
2072	2.561.119,04	61.486.649,23	-58.925.530,19
2073	1.874.817,06	47.178.907,04	-45.304.089,98
2074	1.347.654,25	35.683.956,94	-34.336.302,70
2075	950.570,45	26.585.690,78	-25.635.120,34
2076	657.782,63	19.497.798,86	-18.840.016,23

ANO	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	SALDO
2077	446.373,89	14.065.633,51	-13.619.259,62
2078	297.215,58	9.973.231,04	-9.676.015,45
2079	194.364,16	6.945.927,19	-6.751.563,03
2080	125.107,12	4.748.358,77	-4.623.251,65
2081	79.519,30	3.183.237,36	-3.103.718,06
2082	50.147,75	2.090.814,32	-2.040.666,57
2083	31.591,99	1.344.295,59	-1.312.703,60

FONTE: Instituto de Previdência do Estado do RS.

2.6.2 O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS)

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 do mencionado diploma legal estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Adicionalmente, no parágrafo 20 do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

Por outro lado, a Lei Federal 9.717/98 definiu os principais requisitos dos RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas; a escrituração contábil baseada em plano de contas específico; e, a existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar na suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como o impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do RS editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o Regime Próprio de Previdência Social. Assim, a contribuição mensal dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários de contribuição, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Em relação à parcela patronal, o artigo 2º da referida Lei Complementar fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse da eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para constituição do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS) não se

viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e gerenciamento do referido regime.

A edição da Lei 12.909, de 03 de março de 2008, avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do RS como seu gestor único. Em decorrência, a Lei nº 13.021 (LDO 2009), de 04 de agosto de 2008, disciplinou os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, estabeleceu procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definiu unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais.

Dessa forma, a proposta orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2009 incorpora alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Inicialmente, convém salientar que essas alterações circunscrevem-se à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos e sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, para o exercício de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS e para cobrir insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas e as receitas das contribuições. De outro lado, as respectivas receitas de contribuições e as despesas totais com benefícios previdenciários são lançadas no orçamento do Órgão IPE – Previdência, efetuando uma consolidação geral das contas previdenciárias do Poder Executivo e da Defensoria Pública.

Por fim, compete salientar que essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca um aumento significativo das operações intra-orçamentárias, implicando, no orçamento de 2009, em uma dupla contagem de receita e despesa da ordem de R\$ 3,727 bilhões.

Considerações Finais

As duas Tabelas a seguir mostram a evolução dos valores empenhados nos diversos grupos da despesa em relação à Receita Corrente Líquida, entre 2000 e 2008. No período, sempre se empenhou mais do que a variação da RCL. Em 2000, o total de despesas foi de 128,5% da RCL. Em

2007, empenhou-se 110,1% da RCL. Já em 2008, alcançou substantiva melhora, com comprometimento de 103,3% da RCL.

Tabela - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa - R\$ 1.000,00

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.260.339	5.830.173	6.840.774	7.699.716	8.033.060	8.734.661	9.770.002	10.849.004	11.829.125
(-) Rubrica 1301 - Dupla contagem IPERGS	143.646	143.260	187.447	203.479	201.937	193.043	212.573	233.578	282.786
(-) Rubrica 1309 - Contribuição IPERGS	0	0	0	0	0	0	0	458.229	544.975
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	5.116.693	5.686.913	6.653.327	7.496.237	7.831.123	8.541.619	9.557.428	10.157.197	11.001.365
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584
(-) Operação de Crédito Externa (BIRD)	0	0	0	0	0	0	0	0	1.033.514
SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	2.149.070
INVESTIMENTOS AMPLOS	823.061	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.598.107	4.345.589	4.571.041	4.535.205	5.442.808	6.703.567	7.004.211	7.136.232	8.327.563
(-) TCLM	1.837.033	2.225.945	2.398.725	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862	3.638.888	4.358.834
(-) Gestão Plena do SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	1.761.074	2.119.644	2.172.315	2.151.336	2.603.327	2.974.733	3.076.694	3.019.287	3.390.357
TOTAL GERAL DOS GRUPOS	8.554.029	9.413.829	10.490.394	11.843.529	12.551.683	13.846.023	15.073.958	15.407.406	17.201.593
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	16.657.789
TOTAL GERAL DOS GRUPOS / RCL	128,5	122,0	124,7	122,6	116,9	112,1	113,2	110,1	103,3

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS / Sistema Cubo.

Tabela - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida

GRUPO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0
SERVIÇO DA DÍVIDA	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	12,9
INVESTIMENTOS AMPLOS	12,4	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	26,5	27,5	25,8	22,3	24,2	24,1	23,1	21,6	20,4
TOTAL GERAL DOS GRUPOS	128,5	122,0	124,7	122,6	116,9	112,1	113,2	110,1	103,3

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo.

O superávit orçamentário, em 2008, efetivado sem a inclusão de receitas extraordinárias, é algo inédito para as contas do Estado. Contudo, há um enorme passivo financeiro, que foi formado ao longo de anos de crise, como, por exemplo, os precatórios não pagos desde 1999, que ultrapassam a casa dos R\$ 4 bilhões. Ademais, faz-se necessária a retomada de investimentos públicos, que estão fortemente reprimidos, principalmente, nas áreas social e de infra-estrutura.

É importante lembrar que não é fácil a missão de governar o Estado do Rio Grande do Sul. Quando um governante assume o comando da administração do Estado, os custos fixos chegam a quase 100% da Receita Corrente Líquida. Assim, a margem de atuação do Governo limita-se, quase que exclusivamente, à manutenção e custeio, já que os investimentos estão em patamares reduzidos.

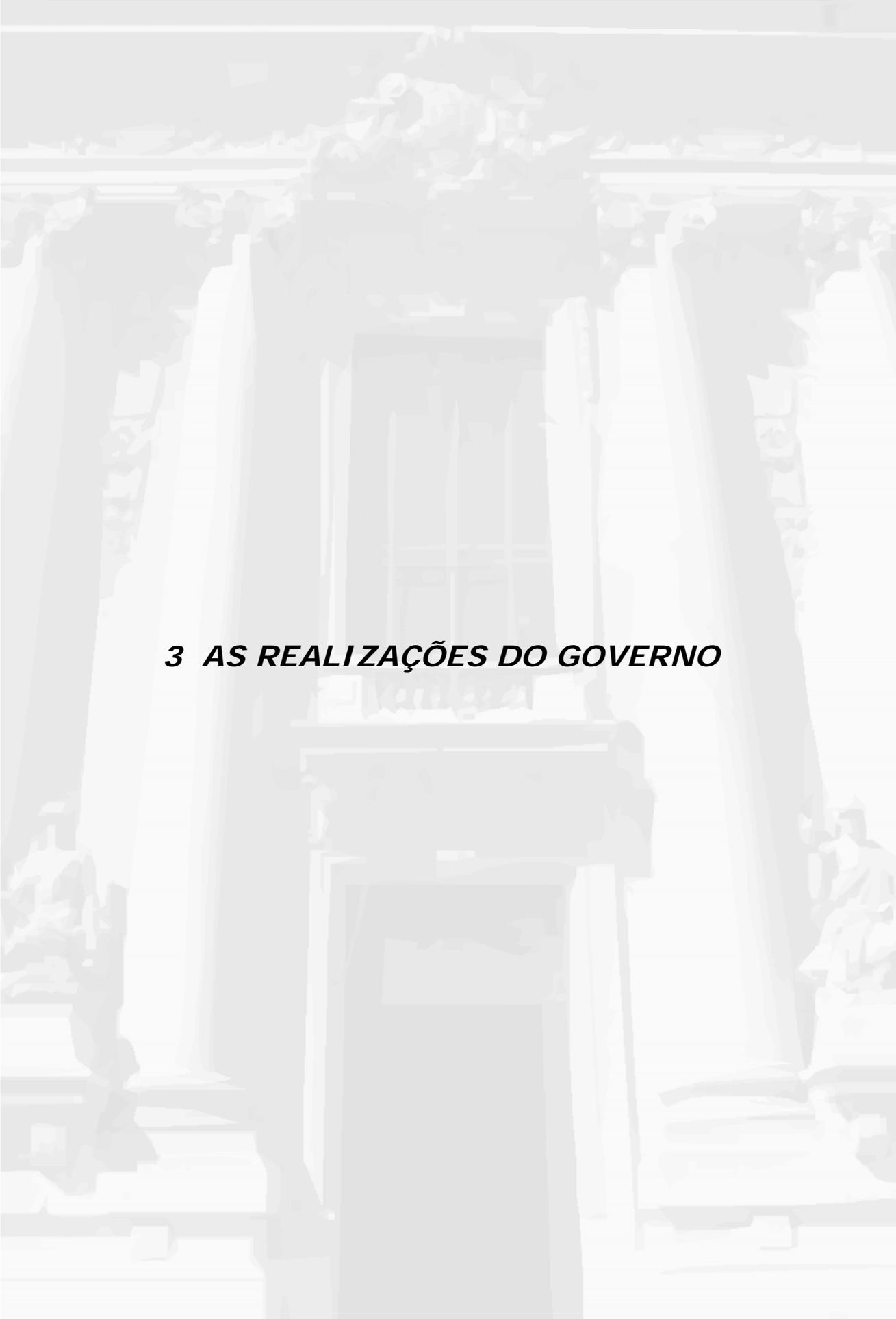
Por isso, o Estado deve continuar a apostar em um conjunto eficaz de medidas, que já deram bons resultados em 2007 e 2008, que aprofundam os esforços através da inserção de ações no contexto da receita e da despesa. Entre outras medidas, quanto à receita:

- Impulsão ao crescimento e ao dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado, inclusive na propagação de substituição de importação;
- Esforço de arrecadação, traduzido em um melhor controle setorial da receita de ICMS, ampliando a "substituição tributária" e a "nota fiscal eletrônica";
- Repartição justa dos tributos da União, através de um novo pacto federativo;
- Ressarcimento justo pela União, aos estados exportadores, das perdas ocasionadas pela Lei Kandir;
- Implementação da reforma tributária, sem prejuízo no fluxo de arrecadação, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

Quanto à despesa, pode-se sumarizar a estratégia nos grupos a seguir:

- **Pessoal e Encargos Sociais** – em 2007, esse grupo de despesas representou 72,6% da Receita Corrente Líquida. Em 2008, 66,0% da RCL. É de suma importância um controle efetivo sobre esse item, imprescindível para que se possa manter o equilíbrio orçamentário;
- **Serviço da Dívida** – o Estado gasta com juros, encargos e amortização da dívida, em torno de 13% da Receita Corrente Líquida e 16% da Receita Líquida Real. São dispêndios considerados acima da capacidade de pagamento do Estado, em detrimento de investimentos necessários e urgentes em setores deprimidos. Ressalva-se que o empréstimo junto ao Banco Mundial aliviará, em parte, os encargos de parte da dívida contratual extralimite;
- **Manutenção e Custeio** – o seu controle terá continuidade com o aprofundamento das medidas que estão em curso, como as de racionalização do gasto e as de revisão de processos, no sentido de ajustar as despesas ao ingresso de receitas, compensando a falta de recursos com menores custos; e,
- **Investimentos** – estes se encontram em patamares ínfimos. A partir deste ano de 2009, o orçamento permitirá uma ampliação substancial dos investimentos, na ordem de R\$ 1,25 bilhão, com o objetivo de que alcancem 7,5% da RCL.

Por fim, as finanças estaduais exigem zelo permanente. Com relação à receita, deve ser incansável a busca de melhor arrecadação; e com relação à despesa, **fazer sempre mais com menos**. O déficit zero, com a ampliação dos investimentos públicos, deve ser objetivo do atual e dos futuros governantes.



3 AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

No início do Governo Yeda Crusius foi traçada uma visão de futuro que sintetizasse, em termos qualitativos, o futuro desejado para o Rio Grande do Sul no ano-horizonte de 2020, e que orientasse a formulação de estratégias e da agenda de prioridades para o período 2007-2010. Serviram de base para a elaboração da visão de futuro de longo prazo, nas discussões entre os membros do Governo, os estudos e propostas de planejamento que haviam sido realizados recentemente: Rumos 2015, Agenda 2020 e Pacto pelo Rio Grande.

No entanto, para que as metas para o futuro pudessem ser concretizadas, foi necessário estabelecer escolhas imediatas e de longo prazo e realizar um esforço deliberado de planejamento e implementação. A partir desse entendimento, as estratégias de desenvolvimento, desde o início do Governo, para o horizonte de 2020, foram constituídas por 10 grandes linhas de ação:

- Estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo;
- Desenvolver e manter um ensino de excelência, tendo como referência padrões internacionais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais;
- Consolidar o equilíbrio fiscal e desenvolver a gestão pública orientada para resultados;
- Melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, habitação e saneamento;
- Construir um novo padrão de desenvolvimento econômico sustentável, gerador de oportunidades de trabalho e impulsionado pela inovação tecnológica, com diversificação e adensamento de cadeias produtivas e aumento do valor agregado de produtos e serviços;
- Promover o desenvolvimento da infra-estrutura econômica, por meio da integração de ações públicas e privadas, para ampliar a competitividade sistêmica da economia gaúcha;
- Reduzir as desigualdades regionais por meio de programas especiais junto às regiões deprimidas, estimulando suas vocações econômicas e culturais;
- Reduzir a pobreza, erradicar a indigência e promover o desenvolvimento social e a redução das desigualdades, focalizando e integrando políticas sociais, mobilizando a sociedade e articulando Governo, iniciativa privada e terceiro setor; e,
- Fomentar o desenvolvimento do esporte e da cultura.

As linhas de ação formaram o mapa estratégico, orientador no processo de tomada de decisão. Com base nesse mapa estratégico, o Governo construiu um conjunto de 32 prioridades, organizadas nos três eixos de atuação, que são:

- **Desenvolvimento econômico sustentável:** mais e melhores empregos para os gaúchos;
- **Desenvolvimento social:** mais qualidade de vida para todos; e,
- **Finanças e gestão pública:** um Estado a serviço do cidadão.

As prioridades foram incorporadas aos Programas do Plano Plurianual 2008-2011 e desdobradas em Programas Estruturantes, objeto de gerenciamento intensivo. As ações desenvolvidas por todos os órgãos da Administração Pública Estadual nortearam-se por esses três eixos e essa visão estratégica.

A seguir, são apresentados as principais realizações e os resultados que foram alcançados no ano de 2008, no caminho de construção de um Estado com melhor qualidade de vida e com oportunidades para todos os gaúchos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

As ações realizadas no âmbito do eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável foram orientadas por dois vetores: a) superação dos gargalos que inibem o processo de crescimento econômico, como a questão da infra-estrutura de transportes, energia, etc.; b) sustentação e potencialização das vantagens comparativas que possibilitam ao Estado capitalizar as oportunidades que se apresentam para a economia gaúcha na atual conjuntura econômica. Portanto, em grande medida, as ações empreendidas pelo Governo, apresentadas a seguir, visam melhorar os fatores sistêmicos da competitividade da economia gaúcha, preservando as condições ambientais.

TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS

As ações desenvolvidas na área de infra-estrutura e logística no Rio Grande do Sul são atribuições da **Secretaria da Infra-Estrutura e Logística (SEINFRA)**, da qual fazem parte as seguintes vinculadas: **Companhia Estadual de Distribuição de Energia (CEEE-D)**; **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)**; **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**; **Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)**; **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**; **Departamento Aeroportuário (DAI)**; **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** e **Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG)**.

Na área de **geração energia elétrica**, foram investidos, nos anos de 2007 e 2008, R\$ 100 milhões na ampliação da disponibilidade de energia no Estado. Dentre os principais projetos apoiados, está o Projeto Ceran, com a Implantação da Usina Hidrelétrica Castro Alves, com potência instalada de 63 MW e investimento de R\$ 52,6 milhões. Também se destacam, dentre outros, a viabilização do projeto da Usina do Rio Chapecó, que deverá representar um acréscimo de 855 MW, com aporte de R\$ 29,4 milhões, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica; a ampliação da UHE Machadinho, em 2007, com potência total instalada de 1.140 MW e aporte de R\$ 7,5 milhões; e, R\$ 4 milhões investidos na modernização da Usina de Itaúba.

Ainda no setor de geração, o Governo do Estado está projetando, com o setor privado, a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), em que deverão ser investidos R\$ 85 milhões em obras de oito PCHs, com conclusão prevista para 2010, incrementando mais 170MW de geração de energia no RS.

No setor de transmissão, são R\$ 143,5 milhões entre investimentos já realizados e projetados para o curto prazo. Destacam-se, dentre outras, a Subestação Porto Alegre 8, onde foram aplicados R\$ 17,5 milhões; a Linha de Transmissão T 230 kV – Gravataí 2-Porto Alegre 8, com R\$ 25,5 milhões; a Subestação Garibaldi, com R\$ 13,7 milhões; a Subestação Guaíba 2, com R\$ 11,6 milhões; e, a Subestação São Borja 2, com R\$ 6,2 milhões.

O Governo do Estado, através da **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**, investiu R\$ 17,6 milhões na ampliação da rede de distribuição de gás natural, possibilitando o atendimento de 327 novos clientes. Paralelamente, através do Projeto Gás Seguro, foram alocados R\$ 130 mil na capacitação de multiplicadores em eficiência e segurança energética na utilização de gases combustíveis em unidades industriais e comerciais.

Na área de mineração, destaca-se a ação da **Companhia Rio-Grandense de Mineração**, com a abertura da Mina São Vicente do Norte, cuja capacidade de produção prevista é de 30 mil toneladas por mês. A mina atende o mercado termelétrico em expansão, significando investimento de R\$ 4 milhões. Essa nova frente garante a continuidade da mineração em Minas do Leão por aproximadamente 10 anos, mantendo cerca de 200 empregos na região. Além disso, foi assinado acordo com empresas privadas para construção, em Candiota, de duas Usinas Termelétricas (UTES), com capacidade de 500 e 600 MW, respectivamente, com investimentos de R\$ 3 milhões. Além disso, o Governo do Estado vem investindo na qualidade de vida dos trabalhadores da mineração, bem como dos municípios envolvidos. São ações com o objetivo de atender crianças e jovens no turno inverso ao das aulas; prestação de serviços educacionais a funcionários da CRM, familiares e comunidade de Candiota; e, melhoria de equipamentos públicos nos municípios.

No setor de **transporte aeroviário**, o Governo está desenvolvendo obras e melhorias em sete importantes aeroportos do Estado. Destacam-se as obras em convênio com a União, no Aeroporto de Vacaria; a ampliação do terminal de passageiros, no Aeroporto de Caxias do Sul; a sinalização do Aeroporto de Passo Fundo; a contratação da restauração e reforço de pavimentação do Aeroporto de Santo Ângelo; a sinalização luminosa e auxílio visual noturno e diurno do Aeroporto de Rio Grande; obras de pavimentação asfáltica do Aeroporto de Santiago; e, contratação do projeto de restauração do pavimento do Aeroporto de Cachoeira do Sul.

A **Superintendência de Portos e Hidrovias** elaborou os Termos de Referência para contratação de dragagem continuada para o desassoreamento de 4 milhões de metros cúbicos. Será beneficiada a hidrovia que liga o Delta do Rio Jacuí aos portos de Pelotas e Rio Grande, com investimento de R\$ 10 milhões. Além disso, foram realizados investimentos de R\$ 5 milhões em manutenção da sinalização, R\$ 2 milhões em levantamentos para a definição das dragagens necessárias e R\$ 3 milhões em recuperação de equipamentos flutuantes. No Porto de Porto Alegre, foram realizadas obras de proteção de berços de atracação e melhoria das condições de operação na área portuária, que permitirão o atendimento das normas internacionais para a segurança portuária na área operacional do cais Navegantes (ISPS/CODE).

O **Porto do Rio Grande** é o principal ponto de multimodalidade do Estado. Para manter a sua posição de referência, transformando-se em *Hub Port* (porto concentrador de cargas), foram realizadas várias melhorias que irão habilitar o Porto para captar, concentrar e tratar cargas oriundas da Bacia do Prata. O Porto do Rio Grande teve um fluxo de 6.342 embarcações, com uma movimentação de carga de 48 mil toneladas, dando destaque à movimentação de granéis sólidos e à movimentação de carga contêinerizada para fumo,

frango e arroz. Como carga geral, deve ser mencionada a movimentação de 141.872 veículos.

Na área de **transportes e sistemas logísticos**, foi dada ênfase à conclusão de obras estratégicas para a integração da malha rodoviária gaúcha. Dentre os principais investimentos realizados pelo DAER, destacam-se:

- **Conclusão dos viadutos da Reversão e da Cascata e a pavimentação de acessos ao viaduto sobre a BR-101.** Com a realização desses investimentos, 200 mil veículos passam a trafegar nos meses de veraneio na Rota do Sol. Além de pagar R\$ 8 milhões relativos a 2006, em 2007, o Governo do Estado investiu mais R\$ 22,5 milhões nessa rodovia, garantindo condições de tráfego normal e seguro.
- **Retomada dos investimentos para a duplicação da RS-118,** no perímetro urbano de Gravataí. Com essa obra, serão beneficiados mais de 15 mil veículos que, diariamente, utilizam a rodovia estadual, de grande importância na Região Metropolitana de Porto Alegre.
- **Retomada das ações na RSC-471,** parte sob responsabilidade estadual e parte federal. No Eixo Sul, entre Pantano Grande e o entroncamento com a BR-392 (Canguçu), o Governo do Estado autorizou o início de duas obras especiais: uma ponte (198 metros) e um viaduto (142 metros), na várzea do arroio Abranjo. As duas obras, com investimento de R\$ 11,5 milhões, são a última etapa para garantir o deslocamento sobre asfalto entre o Vale do Rio Pardo e o Porto do Rio Grande, diminuindo o percurso e evitando que cargas tenham que passar pelas rodovias da Grande Porto Alegre.
- **Construção de acessos municipais.** O Governo do Estado está atendendo uma antiga demanda de mais de cem municípios. Foram construídos quatro acessos em 2008 e foi elaborada licitação para a construção de 53 novos acessos com início previsto para 2009.
- **Duplicação da Rodovia Cassino-Rio Grande.** Uma importante reivindicação regional, a duplicação da RS-734, entre o balneário do Cassino e Rio Grande, teve sua solução encaminhada. Foi iniciada a construção do trecho de 10,6 km, entre o entroncamento da BR-392 e a praia, por onde trafegam mais de 15 mil veículos diariamente. Esse trajeto era considerado um dos recordistas em acidentes entre as rodovias estaduais.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Geração de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da geração de energia elétrica, elevando a potência instalada para 1.161 MW • Manutenção e operação da geração de energia elétrica, a uma taxa equivalente de indisponibilidade forçada mantida em 0,7%
Transmissão de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da transmissão da energia elétrica, elevando a potência instalada para 8.000 MVA • Manutenção e operação da transmissão, a um índice de manutenção preventiva de LTs e SEs de 97,2% atingidos
Distribuição de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão, manutenção e operação em 29.264 km de redes de distribuição • Expansão, manutenção e operação das instalações do sistema de subtransmissão com potência de 1.755 MVA • Acréscimo de aproximadamente 30 mil consumidores na região de concessão da CEEE-D.
Oferta de Gás Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação em 15% da rede de distribuição de gás natural • Manutenção dos sistemas de distribuição de gás natural
Ampliação da Produção de Carvão Mineral	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da produção de carvão ce 3.300 na Mina de Candiota, para 1.650.000 t/a • Ampliação da Produção de carvão ce 4.200 na Mina do Leão, para 78.000 t/a • Ampliação da Produção de carvão ce 5.500 na Mina do Leão, para 60.000 t/a • Conclusão das obras de ampliação da Mina de Candiota
Aeroportos do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e/ou reforma de 7 aeroportos • Manutenção e modernização de 9 aeroportos do Estado • Operação e manutenção de 3 aeronaves de propriedade do Estado
Construção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Obras de construção de 740 km de rodovias, incluindo ampliação de capacidade e acessos municipais • Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico de 2.665 km de rodovias
Conservação e Manutenção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de conservação e manutenção em 7.267 km de rodovias Estaduais
Operação do Sistema Rodoviário Estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização de contratos de concessão de rodovias • Fiscalização de excesso de peso e cargas de produtos perigosos • Realização de ações de fiscalização (controle da velocidade e cumprimento das regras de trânsito), prevenção e educação, para redução de acidentes • Fiscalização de linhas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros de longo curso
Portos Interiores e Hidrovias	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos canais de navegação, com 640.000 m³ de dragagem • Ações de manutenção da sinalização náutica das hidrovias da Bacia do Sudeste
Porto do Rio Grande – Portal Logístico do MERCOSUL	<ul style="list-style-type: none"> • Dragagem dos canais de acesso e bacia de evolução do Porto do Rio Grande (2,5 milhões m³) • Modernização e adaptação da infra-estrutura no Porto Novo do Rio Grande • Gestão ambiental - Manutenção da Licença de operação do Porto

AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO

As políticas públicas para o setor primário e o agronegócio caracterizam-se por abarcar um diversificado leque de instrumentos e ações. Elas estão a cargo da **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA)**, do **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)**, da **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)** e das **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS)**.

No âmbito da defesa sanitária, merecem destaque os esforços para a manutenção da condição do Estado de zona livre da febre aftosa, que implicaram na doação de seis milhões de doses da vacina a pequenos produtores. Dessa iniciativa ainda resultou uma economia ao Erário, em face da obtenção de um custo de R\$ 0,40 inferior em cada dose, em relação ao custo arcado em 2007. Em relação às ações para o combate à Raiva Herbívora, foram combinadas iniciativas com o Uruguai, a fim de evitar a disseminação da doença na zona de fronteira.

Relativamente à qualificação do sistema de inspeção sanitária, a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) deve gerar desenvolvimento nas 473 agroindústrias auditadas. Foram, ainda, treinados servidores públicos para atuarem como auditores de propriedades rurais que aderiram ao Sistema Brasileiro de Rastreabilidade Bovina (SISBOV). Das ações mais importantes para a qualificação da infra-estrutura do sistema, pode-se destacar:

- Reforma de 20 Inspetorias Veterinárias, promovendo qualificação no atendimento e valorização do patrimônio público;
- Informatização de todas as Inspetorias Veterinárias e escritórios do Departamento de Produção Vegetal no Estado, facilitando a emissão de Guias de Transportes de Animais e Permissões de Trânsito de Vegetais;
- Aquisição de 130 veículos para qualificar o atendimento aos produtores.

No tocante ao desenvolvimento agrário, função recentemente absorvida pela Secretaria, foram reassentadas 167 famílias de produtores rurais desalojadas de terras indígenas, num processo que envolveu recursos da ordem de R\$ 12,7 milhões.

Para a promoção dos segmentos agropecuários do Estado, a SEAPPA atuou na redução do ICMS sobre o trigo, através da Câmara Setorial do produto. Pela medida, a alíquota passou de 12% para 2%. Já na Câmara Setorial do Leite, foi lograda a manutenção do crédito presumido para as indústrias, bem como implementado o Fundo Estadual do Leite (FUNDOLEITE). Esse segmento tem mostrado seu dinamismo pelos investimentos que recentemente vêm sendo anunciados e que evidenciam seu potencial no Estado.

Programas já estruturados, como o Troca-Troca de Sementes e o Seguro Agrícola, apresentaram resultados expressivos. Mais de 27 mil pequenos produtores rurais foram beneficiados com sementes de forrageiras (aveia e azevém), no Programa Troca-Troca de Sementes. Relativamente à chamada "safrinha", foram distribuídas 412 mil sacas de sementes, beneficiando 56 mil pequenos produtores.

No caso do Seguro Agrícola, instrumento destinado a reduzir o risco da atividade agrícola derivado de variações climáticas, foram desembolsados R\$ 2,0 milhões a título de subsídios, para a modalidade Seguro Agrícola Básico do Milho, relativos à safra 2007/2008. Adicionalmente, 2.951 agricultores de 16 municípios foram indenizados, num montante de R\$ 0,6 milhão. Adicionalmente ao seguro, foi promovida assistência aos municípios do Litoral Norte, nos quais foi decretado estado de emergência durante o período de quatro meses, decorrente das estiagens prolongadas.

Dentre os esforços de qualificação da infra-estrutura rural, foram locados e perfurados 32 poços tubulares profundos, em municípios da Região Noroeste do RS, nos quais foi reconhecido e decretado estado de emergência, em função da estiagem na safra de 2007/2008.

Relativamente à EXPOINTER, registrou-se a sua maior edição em termos de comercialização. Em relação à edição de 2007, os negócios quase triplicaram, somando R\$ 383,5 milhões, com destaque para as vendas de máquinas e implementos agrícolas, que alcançaram o montante de R\$ 370,3 milhões.

Além disso, a Secretaria realizou melhorias na gestão orçamentária que ajudaram no pagamento de mais de 50% do passivo da Consulta Popular dos anos de 2003 a 2006, bem como de 96% da Consulta Popular dos exercícios 2007 e 2008. Foi, também, viabilizada a redução das despesas de pessoal e de custeio em 6,5% e 4,5%, respectivamente, em relação a 2007.

Com uma área de influência próxima a 170 municípios, a **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**, através de suas 23 filiais, desenvolve atividades de armazenagem, beneficiamento e estocagem da produção agropecuária gaúcha. Nos anos de 2007 e 2008, foi responsável por estoques médios de 275 mil e 263 mil toneladas de grãos, respectivamente, além de 30 mil e 40 mil toneladas de produtos frigorificáveis (carnes e frutas). Relativamente a sua estrutura de prestação de serviços e armazenagem da produção gaúcha, a CESA ainda realizou melhorias em 13 de suas 23 filiais.

Adicionalmente, a **CEASA** promoveu o Programa Social Coma Bem, através do qual são repassados excedentes de comercialização a entidades credenciadas que atendem cerca de 30 mil pessoas.

Completam as políticas públicas para a área, as do **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)**, cuja missão é a de promover o desenvolvimento sustentável do setor orizícola e do sistema produtivo de

várzeas no Rio Grande do Sul. O IRGA calca seu trabalho no Programa Arroz RS, que orienta todos os mais de 30 projetos e subprojetos desenvolvidos pela Autarquia, tendo como objetivo principal promover a rentabilidade da Cadeia Produtiva do Arroz, através do incremento de produtividade, da melhoria da qualidade do produto e da adoção de tecnologias mais limpas a produção do cereal.

Na área de pesquisa para o desenvolvimento sustentável da lavoura orizícola, foram executadas 281 ações, assim distribuídas:

- 127 ações relacionadas aos projetos Rotação de Culturas, Projeto 10 e Tecnologias + Limpas;
- 136 ações para melhoramento de cultivares e para arroz híbrido;
- 13 ações para pós-colheita;
- 5 ações de pesquisa de sementes.

Foram, ainda, implantadas 202 Unidades Demonstrativas nas regiões produtoras de arroz do Estado. As demonstrações abrangeram temas técnicos diversos, entre os quais a fertilidade do solo e o uso de energia.

Na produção e certificação de sementes, foram obtidos 8.770 sacos de 50 kg de sementes genética, além 20.300 sacos (40 kg) de sementes básicas, em parceria com produtores selecionados e registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O IRGA mantém laboratórios de análise de sementes que realizam, entre outros trabalhos, os de verificação de pureza e testes de germinação. Desde a safra 2004-05, a área aprovada para produção de sementes cresceu 40,3%, enquanto que a produção aprovada, que se encontra no Padrão Nacional de Sementes, aumentou 67,0%.

Na área de transferência de tecnologia e capacitação, destacam-se os seguintes resultados:

- Treinamento e capacitação de mais de 2.000 agrônomos, técnicos, produtores e trabalhadores de lavoura;
- Envolvimento direto de 620 produtores no projeto de manejo para alta produtividade;
- Participação de 3.535 produtores e técnicos nos roteiros técnicos e dias de campo;
- Implantação do projeto de gestão da propriedade rural;
- Lançamento de três edições da Revista Lavoura Arrozeira, totalizando 42 mil exemplares distribuídos gratuitamente à comunidade arrozeira do Estado;
- Promoção de seminários de conscientização de produtores sobre a questão ambiental e evolução da lavoura de arroz frente às novas exigências da sociedade.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Assistência Técnica e Extensão Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica e extensão rural, beneficiando cerca de 260 mil famílias de agricultores, de assentados, de indígenas, de pescadores e de quilombolas
Desenvolvimento Agrário	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilização do acesso à terra, aquisição de imóveis e disponibilização de crédito fundiário, beneficiando duas mil famílias • Viabilização econômica e social para 150 famílias dos assentamentos e reassentamentos
Desenvolvimento da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à agricultura familiar, através da mecanização associativa rural, perfuração de 650 poços tubulares comunitários, conservação de 1.900 km de vias de acesso rurais, financiamento à agroindústria e capacitação de agricultores • Disponibilização de seguro agrícola para agricultores na modalidade básica • Distribuição de 10 mil toneladas de sementes através do Troca-Troca
Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa agropecuária, através de fiscalizações e vistorias em propriedades, aquisição de 5 milhões de doses de vacinas e atendimento a sistemas agroindustriais • Fomento ao agronegócio e apoio a setores estratégicos • Fomento às culturas ligadas à bioenergia • Arroz RS (Comercialização de sementes, lançamento de cultivares e assistência técnica a produtores)
Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à certificação e à rastreabilidade de produtos

IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Em 2008, o Programa Estadual de Irrigação, inserido no Programa Estruturante **Irrigação é a Solução**, foi regulamentado por lei para possibilitar o aporte de recursos do Tesouro na construção de mais de mil obras de microaçudes e cisternas em pequenas e médias propriedades.

Com a construção das Barragens Jaguari e Taquarembó, nos municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Dom Pedrito, na Metade Sul do Estado, serão implantados dois importantes sistemas de usos múltiplos de água. As obras representarão um investimento de R\$ 60,6 milhões e destinam-se a contribuir com o abastecimento público das cidades de Dom Pedrito e Rosário do Sul, com a regularização da vazão e controle de cheias, dentre outros usos. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) já foram concluídos, bem como já foram realizadas as audiências públicas para a discussão dos projetos. Os processos licitatórios visando à contratação de empresas para a supervisão e detalhamento dos projetos e construção das obras encontram-se na fase final de escolha das empresas.

No âmbito do Programa Estadual de Irrigação, foi firmado um novo convênio para capacitação de 9.000 produtores rurais em irrigação, manejo da água e proteção do solo, em todo o Estado. A formação deverá ser executada em 2009, através de convênio com a EMATER. Para ampliar

essa ação, em 2008, foram firmados protocolos de intenções e termos de cooperação técnica com a Associação dos Fumicultores Brasileiros (AFUBRA), Cooperativa Agropecuária & Industrial (COTRIJUI), Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do RS (FECOAGRO) e Associação Nacional dos distribuidores de Insumos Agrícolas e Agropecuários (ANDAV). No âmbito federal (MAPA/DENACOOOP), está em processo de assinatura e repasse de recursos o convênio dos cursos de capacitação para 10.000 pequenos produtores rurais em todo o Estado.

Para suprir a demanda de reservação de água nas propriedades rurais, a Secretaria vem articulando ações no sentido de construir açudes e cisternas. Para tanto, foi realizada reunião na cidade de Pelotas, onde foram entregues, aos prefeitos de 17 municípios do COREDE Sul, orientações quanto aos projetos e documentos necessários para firmar convênios para construção de pequenos açudes para irrigação de culturas tradicionalmente de sequeiro. Também foram apresentadas demandas ao Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com vistas à obtenção de recursos para construção de açudes com estrutura preventiva de combate à estiagem e cisternas para reservação de água. Sobre o tema, ocorreram reuniões em diversos municípios, tais como: Não-Me-Toque, Fortaleza dos Valos, André da Rocha, Santa Cruz, Rio Pardo, Erechim, Passo Fundo, Tupanciretã, Ijuí, Novo Tiradentes, Uruguaiana, Santa Rosa, Soledade, Venâncio Aires, Ipiranga do Sul, Palmeira das Missões, Santo Ângelo, Santana do Livramento, Seberi, Três Passos, São Luiz Gonzaga, Pelotas, Lagoa Vermelha, Dom Pedrito, Silveira Martins, Vale do Sol, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Espumoso, Esteio, Brasília e Florianópolis.

Encontra-se em desenvolvimento acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, onde serão investidos US\$ 2,7 milhões. A etapa de diagnóstico já foi concluída. Além disso, estão sendo encaminhados a elaboração dos Planos de Trabalho e Estudos de Pré-Viabilidade com vistas à obtenção de recursos junto à União (PAC 2009) para os projetos São Sepé, Passo da Ferraria, Rio Soturno e Estancado-Caturitê. Também foi apresentada ao Ministério da Integração proposta de convênio para a realização de Estudos e Projetos no valor de R\$ 11,4 milhões na Bacia do Santa Maria e outras Bacias Estratégicas.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Programa Estadual de Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 20.000 agricultores em manejo de água e proteção dos solos • Construção das Barragens dos Arroios Jaguari e Taquarembó • Reservação de água unifamiliar, com a construção de 500 cisternas e 594 açudes
Usos Múltiplos da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de mananciais naturais para fins de usos múltiplos da água • Plano de desenvolvimento sustentável da bacia da metade norte do Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, desenvolveu ações através dos seguintes projetos:

- Setores Portadores de Futuro – atração de investimentos no setor de alta tecnologia em tecnologia da informação e comunicação, no de alimentos e no biomédico;
- Setores Tradicionais – implantação de 16 Redes de Cooperação, totalizando 159 redes ativas, com 3.832 empresas associadas, gerando 46.097 empregos diretos; apoio, estruturação, articulação e acompanhamento de 12 Arranjos Produtivos Locais (APLs) referentes aos setores metal-mecânico (Caxias do Sul); máquinas agrícolas; eletro-eletrônico; moveleiro (Central e Serra); coureiro-calçadista; pedras semipreciosas; carne do pampa gaúcho; pólo da moda; pólo naval; vitivinícola; e, ovinocultura. Esses arranjos envolvem 14 mil empresas, que geram 245 mil empregos diretos;
- Junta Comercial – modernização; novo *website*; serviços de requerimento de empresário e certidões pela internet; liberação de consultas gratuitas de nomes de empresas; renovação do parque de informática, com a aquisição de 130 microcomputadores; e, informatização dos escritórios regionais;
- Cais do Porto – atração de investimentos previstos de R\$ 400 milhões para a execução do projeto, que se encontra em fase de elaboração de Edital.

Nas ações visando à inserção de empresas no mercado, foram apoiadas, em 2007 e 2008, as participações em 14 feiras, com aporte de R\$ 736 mil, envolvendo 211 expositores dos setores coureiro, calçadista, de alimentos e bebidas, de gemas e jóias, elétrico, eletrônico, mecânico e editorial gráfico. Através da Sala do Exportador, foram atendidas, nesse período, 1.841 empresas, tendo sido cadastradas no sistema das Redes de Negócios 3.959 organizações.

No período de 2007 a 2008, os investimentos privados confirmados para serem realizados no Estado somaram R\$ 32,8 bilhões, em 149 projetos, representando 42.097 empregos. Um significativo número desses investimentos foi apoiado por meio do FUNDOPEM/Integrar, no valor de R\$ 775 milhões.

No importante processo de atração de investimentos para o **setor petroquímico**, destacaram-se os investimentos da Brasken, no município de Triunfo, com um valor de R\$ 1,1 bilhão, e a criação de 100 empregos. Vale destacar, também, os investimentos da Noroeste Bioenergética (álcool), no montante de R\$ 250 milhões, em São Luiz Gonzaga, com 2.000 empregos; Hexion Química Indústria e Comércio, com R\$ 35,9 milhões, em Montenegro e Triunfo, totalizando 24 empregos; e, Enonik Indústrias, com um investimento de R\$ 121,1 milhões, em Triunfo, com 25 empregos diretos.

Nos **setores de transporte e metal-mecânico**, os investimentos, em 2007 e 2008, chegaram a R\$ 3,4 bilhões. No segmento naval, destacam-se, entre outros, o investimento de R\$ 1 bilhão da W Torre no dique seco, implicando na criação de 2.920 empregos, e o de R\$ 962 milhões do Consórcio QUIP, para a construção da Plataforma P53, com a geração de 2.500 empregos, ambos no município de Rio Grande; no segmento automotivo, R\$ 40 milhões, em Caxias do Sul e Planalto, pela Marcopolo, gerando 400 empregos; e, no setor metal-mecânico, foram investidos R\$ 261 milhões pela John Deere, em Montenegro e Triunfo, gerando 857 empregos; R\$ 50 milhões, pela AGCO do Brasil, em Santa Rosa, com a criação de 700 empregos, e R\$ 700 milhões pela Ordenhadeira Sulinox em Alvorada e Viamão, com 63 empregos.

No **setor de alimentos**, foram investidos R\$ 74 milhões pela Perdigão em Três de Maio e Bom Retiro do Sul, com a geração de 510 empregos; R\$ 100 milhões, pela Parmalat/Integralat em Carazinho, com geração de 150 empregos; R\$ 230,4 milhões, pela Embaré Indústria de Alimentos em Sarandi, com 240 empregos gerados; R\$ 307 milhões, pela Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora em Carazinho, representando 3.362 empregos; e, R\$ 40 milhões do Frigorífico Guaporé em São Borja, com 1.000 empregos gerados.

O **setor fumageiro** recebeu significativo investimento da Souza Cruz, na ordem de R\$ 1,4 bilhão em Cachoeirinha, com incremento de 249 empregos.

Foram confirmados, também, com apoio do Governo do Estado, investimentos na área de energia, que deverão significar R\$ 12,6 bilhões em plantas de biodiesel, energia eólica, etanol e carvão; e do setor de madeira, floresta e indústria, que deverão somar mais de R\$ 12,5 bilhões.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Articulação e Apoio aos Setores Produtivos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais • Apoio ao desenvolvimento de projetos setoriais e/ou estratégicos (Pólo Naval, Projeto Floresta Indústria) • Implantação e desenvolvimento de espaços industriais (200 novos projetos nos distritos industriais) • Apoio a iniciativas municipais (áreas industriais) • Atração de investimentos (apoio a novos projetos de investimentos)
Fomento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização da JUCERGS • Realização de Capacitação Empresarial • Constituição de 40 novas Redes de Cooperação
Assuntos Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da integração e cooperação internacional (Realização de 30 ações de cooperação e integração e de 35 missões) • Fomento ao comércio internacional (apoio à participação de 100 empresas em feiras comerciais internacionais) • Agenda de negócios internacionais, venda de oportunidades e potencialidades de negócios do RS

CRÉDITO E FOMENTO

As instituições financeiras do Estado – **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)** e a **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CAIXARS)** – desenvolvem iniciativas na área do crédito em diversas modalidades, que vão do curto ao longo prazo, do produtivo ao do consumo, do operacional ao de fomento e desenvolvimento, entre outras.

A carteira de crédito do BANRISUL obteve crescimento de 51% nos últimos 12 meses, alcançando R\$ 11 bilhões. No período, o Crédito Rural apresentou crescimento de R\$ 160 milhões, equivalente a 28,3%, e atingiu saldo de R\$ 724,5 milhões. O Banco concedeu 19,4 mil financiamentos no período. O Crédito Imobiliário cresceu R\$ 147,6 milhões, que correspondem a 18,9%, com saldo de R\$ 929,9 milhões. Nos primeiros nove meses de 2008, foram contratadas 4,5 mil operações de crédito imobiliário, com movimentação financeira de R\$ 288,6 milhões. A instituição prevê encerrar o período com um volume de recursos contratados superior a R\$ 500 milhões, o que equivale a mais que o dobro dos financiamentos imobiliários feitos em 2007.

Além da atuação na área creditícia, o BANRISUL ainda responde por uma relevante parcela dos serviços bancários no Estado do Rio Grande do Sul. O Banco disponibiliza aproximadamente 68,8 mil pontos cadastrados para o atendimento dos cerca de 3 milhões de clientes. Nos primeiros nove meses de 2008, 38,9 milhões de transações foram executadas, envolvendo movimentação monetária de R\$ 2,2 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2007, a evolução registrada foi de 15,4% e 24,5%, respectivamente. Esses resultados confirmam o sucesso do cartão de bandeira própria do Banco no mercado altamente competitivo de cartões.

Quanto à rede de atendimento, o Banco possui, atualmente, 424 agências, das quais 395 localizadas no Rio Grande do Sul. A Rede BANRISUL cobre 404 municípios gaúchos, que representam 97,3% do PIB do Estado. No total, o BANRISUL conta com 1.128 pontos de atendimento e cerca de 3 milhões de clientes. Para a modernização tecnológica da Rede, foram investidos R\$ 130,3 milhões no período de janeiro a setembro de 2008. O BANRISUL disponibiliza canais de acesso aos clientes, através do *Home e Office Banking*, sendo que, nos nove meses de 2008, a Agência Virtual registrou movimentação de R\$ 50,5 bilhões em aproximadamente 51 milhões de operações. Tal desempenho atesta a aderência dos clientes aos recursos eletrônicos disponibilizados pelo Banco, serviços que garantem rapidez e segurança no atendimento.

Dando prosseguimento à sua política de responsabilidade social, o BANRISUL, de janeiro a setembro de 2008, investiu R\$ 23,4 milhões em programas educacionais, esportivos, culturais e ambientais. Na área social, destacam-se programas como Concertos BANRISUL para Juventude, Criança no Esporte, Karatê Além do Esporte, Mamamóvel e Projeto Pescar BANRISUL. Na área ambiental, destacam-se os programas Energético BANRISUL (PROGEB) e o Reciclar BANRISUL. Através deste, em 2008, foram enviados à reciclagem 31.180 kg de resíduos recicláveis e 267.634 kg de papel, equivalendo a 3.678 árvores poupadas.

A **CAIXARS** atua na operacionalização de crédito de longo prazo associado a ações de promoção de setores estratégicos e tradicionais da economia gaúcha, além de ser responsável pela gestão dos fundos estaduais de fomento.

Dentro do Programa de Financiamento ao Desenvolvimento Empresarial, a CAIXARS atuou no financiamento à indústria, comércio, serviços e agropecuária. Promoveu a interação com os setores produtivos do Estado, atuando na expansão ou a atração de novos empreendimentos, disponibilizando uma série de linhas de financiamentos visando contornar os problemas conjunturais e estruturais da economia estadual, agregando competitividade e proporcionando uma inserção qualificada nos mercados. No período 2007/2008, ocorreram 2.211 liberações de crédito, totalizando R\$ 212,5 milhões.

Na área de Fomento à Estruturação Competitiva da Economia do Rio Grande do Sul, a CAIXARS desenvolve várias ações: Energia para Investidores, Estruturação de Setores Portadores de Futuro, Modernização de Setores Tradicionais e Reestruturação de Economias Regionais.

O programa RS para Investidores em Energia busca criar uma ambiência adequada à atração de investimentos nacionais e internacionais, a partir de pressupostos alinhados com a Agenda Estratégica RS 2006-2020, criando, dessa forma, auto-suficiência em sua matriz energética, com ênfase na utilização dos potenciais energéticos do Estado e na ampliação da participação das fontes renováveis. A consolidação de um setor elétrico eficiente, seguro e competitivo, por meio do uso de fontes energéticas renováveis e locais, assim como a produção de biocombustíveis – álcool, biodiesel e biogás –, demonstram a preocupação do Governo em investir no seu desenvolvimento sem descuidar da qualidade de vida de sua população. No período, ocorreram 40 liberações de crédito, totalizando R\$ 39,5 milhões.

O projeto Setores Portadores de Futuro foi concebido com o objetivo de projetar a posição de setores industriais do Estado, em relação às tendências tecnológicas, econômicas e industriais internacionais, e identificar os setores de atividade e áreas estratégicas de desenvolvimento que situem o Estado em posição competitiva em âmbito internacional. No período, ocorreram 7 liberações de crédito, com recursos equivalentes a R\$ 4,1 milhões.

A ação de Modernização de setores tradicionais passa não só pela adoção de novos requisitos da competitividade, mas pela discussão e articulação de uma nova performance de produtividade e competitividade setoriais, revigorando ou mesmo renovando a matriz produtiva de nosso Estado. Aqui estão enquadrados projetos importantes como a reconversão na vitivinicultura, a nova economia calçadista do Vale dos Sinos, a nova cadeia de construção naval e o incremento na produção de grãos, fruticultura e agropecuária, importantes temas a tratar de forma integrada. No período, ocorreram 431 liberações de crédito, totalizando R\$ 44,1 milhões.

A linha de Reestruturação de economias regionais busca, como grande desafio, adensar e consolidar cadeias produtivas importantes nas diferentes regiões do nosso Estado. Dentre outros segmentos, estão

compreendidos: o florestamento nas regiões sul, central, campanha e fronteira; a otimização da cadeia do leite no norte do Estado; e, a fruticultura sem sementes na região da fronteira. No período, ocorreram 594 liberações de crédito, totalizando R\$ 88,4 milhões.

A Instituição ainda é responsável pela gestão financeira dos seguintes fundos estaduais de desenvolvimento: FOMENTAR, PRÓ-GUAÍBA, PRÓ-RURAL 2000, FUNPROCRED, FUNAFIR, FUNDOPEM e INTEGRAR RS, RS RURAL, FEAPER, FUNDOVITIS, FRE, PROCRED, FUNTERRA, FUNAMEP e PRÓ-PRODUTIVIDADE. No âmbito desses fundos, foram realizadas 429 contratações, sendo liberados recursos num montante de R\$ 191,9 milhões.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	<ul style="list-style-type: none"> Financiamento para capital de giro, pagamento do ICMS, exportações, construção e aquisição de casa própria, educação, saúde, desenvolvimento econômico e social, modernização de infra-estrutura municipal, custeio agropecuário, microcrédito, agricultura familiar e produção rural. Valor estimado de R\$ 4,068 bilhões
Fomento à Estruturação Competitiva da Economia do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> Financiamento para energia, exportações, setores portadores de futuro, reestruturação de economias regionais e modernização de setores tradicionais, no valor de R\$ 158 milhões
Financiamento ao Desenvolvimento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Financiamento à indústria, comércio e serviços e agropecuária, no valor de R\$ 107 milhões

MEIO AMBIENTE

O propósito do Governo, na área de meio ambiente, é atuar no desenvolvimento de métodos de gestão capazes de integrar as diversas atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao licenciamento ambiental, à outorga do uso das águas e ao licenciamento florestal. Tais ações resultam em maior agilidade no atendimento das demandas em suas diversas áreas, beneficiando a realização de empreendimentos no Estado, sem, contudo, gerar perdas para a qualidade do meio ambiente.

Nessa perspectiva, a partir do decreto nº 45.099, de 18/07/2007, foi instituída uma força-tarefa com integrantes de diversos órgãos do Estado tendo como objetivo intensificar as atividades de suporte administrativo necessárias à conclusão dos trâmites relativos aos licenciamentos ambientais da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM)**. Posteriormente, o Decreto nº 45.238, de 06/09/2007, ampliou a força-tarefa com a participação de profissionais indicados pelas principais universidades do Estado, visando à revisão dos conceitos e critérios estabelecidos para o licenciamento da silvicultura. O número de processos em estoque, em 2007, que era de 11.149, foi reduzido para 2.529, o que correspondeu a uma diminuição de 77,3% dos processos administrativos de atividades passíveis de licenciamento ambiental.

Nos anos de 2007 e 2008, foram atendidos 19.920 processos para o **licenciamento florestal**, sendo 4.528 por demanda do Ministério Público Estadual e Federal, 10.268 de licenciamento florestal demandado por empreendedores, além de 1.400 anuências decorrentes das faixas de amortecimento das Unidades de Conservação. Destacam-se, no licenciamento, projetos de interesse público e/ou utilidade social, perfazendo os seguintes quantitativos: 43 linhas de transmissão de 230 Kw; 14 pequenas centrais hidrelétricas; 12 loteamentos; 3 empreendimentos de mineração; 6 estradas; e 43 outras obras de infra-estrutura e empreendimentos privados (pontes, parques industriais). Além disso, no Programa Madeira Legal, foram regularizadas também atividades de base florestal na Região Noroeste e Norte do Estado.

Merece destaque, ainda, a instalação do **Balcão Ambiental da FIERGS** e do **Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado**. O primeiro é resultado de uma parceria entre **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, FEPAM e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e tem como finalidade orientar os empreendedores quanto à elaboração e encaminhamentos dos processos de licenciamento ambiental, legislação e diretrizes ambientais em vigor, serviços técnicos de assessoria ambiental e implantação de programas de produção mais limpa e sistemas de gestão ambiental. Já o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado foi instituído pela FEPAM, em parceria com a SEMA, através do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e do Departamento de Recursos Hídricos (DRH), e visa a unificação dos processos de licenciamento ambiental. O Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado foi instalado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul), no Litoral (Tramandaí) e na Fronteira Oeste (Alegrete).

Além da qualificação dos procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito dos órgãos estaduais, diversas providências foram tomadas no sentido da **municipalização da gestão e do licenciamento ambiental**. Em sua política de municipalização, o Governo ampliou para 210 o número de municípios habilitados. Outros importantes avanços foram alcançados no que diz respeito à gestão ambiental municipal: ampliação do rol de atividades que produzem efeitos ambientais eminentemente locais, incluindo mineração até 2 hectares, desassoreamento de curso d'água, lavagens de veículos, trocas de óleo e oficinas mecânicas; e, pactuação de convênios de delegação de competência para ampliar a atuação de municípios já habilitados há mais de 5 (cinco) anos.

Cabe ressaltar que o Governo intensificou a sua presença fiscalizatória, especialmente na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. A **Fiscalização Integrada** entre Estado e municípios, coordenada pela SEMA, por intermédio do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS), contou com a participação da FEPAM, do Comando Ambiental da Brigada Militar, da regional da CORSAN e dos órgãos municipais de meio ambiente. As equipes vistoriam as empresas que não tratavam adequadamente os efluentes e emissões. O resultado de quase 30 operações foram dezenas de autuações ou notificações, principalmente por ausência de licenciamento ambiental, extração irregular de minerais em corpos hídricos e barramento e afogamento de nascentes. Destaca-se a participação de Araricá, Canela, Dois Irmãos, Estância Velha, Gramado, Gravataí, Igrejinha, Ivoti, Nova

Hartz, Parobé, Portão, Rolante, São Leopoldo, Sapiranga, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Três Coroas.

Em relação aos **recursos hídricos**, a SEMA realizou atividades de capacitação de representantes de Comitês de Bacia Hidrográfica voltada ao implemento de políticas públicas de proteção de recursos naturais. Foram realizados sete módulos de um total de oito, com a participação entre 25 a 50 gestores, por módulo. Além disso, a SEMA apoiou a estrutura institucional dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. Houve repasse de recursos financeiros da ordem de R\$ 450 mil para a manutenção dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Ijuí, Rio Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Rio Camaquã, Rio dos Sinos, Rio Pardo, Rio Santa Maria e Lago Guaíba e R\$ 50 mil para a implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo.

No âmbito das ações de gestão, proteção e manejo sustentável das Unidades de Conservação, o **Projeto de Conservação Mata Atlântica do Rio Grande do Sul** obteve uma série de resultados em 2007 e 2008. Entre os principais estão:

- Conclusão da primeira etapa do Monitoramento do Impacto na Vegetação da Área de Abrangência do Projeto Mata Atlântica, com a geração de mapa de uso, cobertura e dinâmica do solo, com base nas imagens de satélite SPOT 5 ano 2003;
- Conclusão, em julho de 2007, do Portal do Sistema de Geoprocessamento da Mata Atlântica (SIGMA);
- Elaboração de 06 planos de manejo (Área de Proteção Ambiental Municipal do Morro de Osório, Área de Proteção Ambiental Estadual da Rota do Sol, Área de Proteção Ambiental Municipal de Caraá, Estação Ecológica Estadual de Aratinga, Reserva Biológica Estadual da Serra Geral e Parque Estadual de Tainhas);
- Inauguração, em maio de 2007, da Sede Administrativa da Reserva Biológica Estadual da Serra Geral (obra com 275 m²);
- Inauguração, em setembro de 2007, da Sede do 1º Grupamento Ambiental do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 3º Batalhão Ambiental, Comando Ambiental da Brigada Militar (edificação predial em dois pavimentos, totalizando 372,90 m²);
- Inauguração, em março de 2008, da Sede do Parque Estadual de Itapeva e Agência Florestal Torres (edificação predial em três pavimentos e área construída de 329,14 m²);
- Inauguração, em março de 2008, da Sede do 2º Pelotão da 1ª Companhia do 1º Batalhão Ambiental, Comando Ambiental da Brigada Militar (edificação predial em dois pavimentos, totalizando 381,06 m²);
- Inauguração, em maio de 2008, da Sede do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 1º Batalhão Ambiental da Brigada Militar (edificação predial em dois pavimentos e área construída de 420,84m²);

- Início da edificação predial em três pavimentos e área construída de 603,48m² da Sede Conjunta no município de São Francisco de Paula (Parque Estadual de Tainhas, Estação Ecológica Estadual de Aratinga, Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol, Reserva Biológica Estadual da Mata Paludosa, Agência Florestal de São Francisco de Paula e o 3º GPA/2º Pelotão, 2ª Companhia do 3º Batalhão Ambiental da Brigada Militar).

Além dessas ações, foram destinados R\$ 4 milhões para aquisição de lotes rurais abrangidos pelos decretos (ou leis) de criação de Unidades de Conservação estaduais, mormente a regularização de áreas afetadas.

No que tange à **Fundação Zoobotânica (FZB)**, foram promovidas a ampliação e a manutenção da Fauna e da Flora, através da reprodução e conservação de espécies. Ao todo, foram reproduzidos em cativeiro 45.276 mudas e 349 animais. Quanto ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, recreativas e turísticas na FZB, o público atendido no **Parque Zoológico**, no período, foi de 684.269 visitantes, 13.737 alunos de escolas municipais, estaduais e particulares e 1.207 professores, num total de 4.053 escolas municipais, estaduais e particulares. Já o **Jardim Botânico** recebeu 124.678 visitantes, sendo que 36.113 visitas foram orientadas com educação ambiental, o que correspondeu a 1.010 escolas municipais, estaduais e particulares atendidas.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Gestão Ambiental Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à implementação de 3 Projetos Socioambientais no Pró-Mar-de-Dentro • Realização de Fiscalizações Integradas • Ampliação para 255 municípios habilitados para o licenciamento do impacto local • Apoio à elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas • Capacitação de 25 gestores em Recursos Hídricos • Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental • Capacitação de 100 mulheres no Programa de Educação Ambiental Compartilhada (PEAC) e RS Mulher • Realização de 6 atividades de formação e capacitação no âmbito Programa de Educação Ambiental Compartilhada (PEAC) • Apoio aos Planos Diretores das Regiões Hidrográficas • Consolidação e implementação da Política Estadual do Meio Ambiente, com o fortalecimento do órgão central de Meio Ambiente
Proteção dos Recursos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização para controle da contaminação de 5.000 atividades agropecuárias • Execução de 3 Projetos para o controle da contaminação decorrente das atividades agropecuárias • Apoio a 26 projetos de Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas com Alta Criticidade • Implantação, manutenção e gestão de Áreas Protegidas • Manutenção de 20 estruturas no âmbito do projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul • Aquisição de 497 veículos para Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica • Apoio a Implantação de Áreas de Reserva Legal em Imóveis Rurais • Apoio a 26 projetos de restauração de mata ciliar e recuperação de áreas degradadas • Plantio de 50.000 mudas de espécies nativas ameaçadas extinção

<p>Qualidade e Controle Ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e Implementação de Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais • Implantação de Sistema Estadual de informações em Recursos Hídricos • Expedição de 12.000 licenças ambientais de fontes potencialmente poluidoras • Recuperação das Instalações de Laboratório da FEPAM • Apoio a pesquisas de Gestão Ambiental
--	--

TURISMO, ESPORTE E LAZER

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da **Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETUR)** e da **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**, vem trabalhando com a missão de promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável. Essa diretriz estratégica tem como desdobramentos: a priorização da provisão de infra-estrutura turística, especialmente por meio de parcerias com o setor privado e com organismos internacionais, visando assegurar os investimentos necessários; a ênfase a iniciativas que demonstrem maior potencial de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente; e, a valorização de vocações regionais e especificidades culturais do Estado.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul, a SETUR vem desenvolvendo atividades voltadas para a expansão e melhoria dos produtos e serviços turísticos com vistas à ampliação da oferta turística. Nesse sentido, nos anos de 2007 e 2008, foram realizadas atividades de divulgação turística e apoiados 124 eventos e feiras regionais e municipais, além de feiras e eventos de abrangência nacional e internacional. Também merece destaque a elaboração do Projeto Turismo Rural, desenvolvido com o objetivo de ampliar a contribuição do turismo rural como alternativa sustentável de desenvolvimento do espaço rural no Rio Grande do Sul. Através desse projeto, foram empreendidas ações para organização do turismo rural, dentre as quais podem ser destacadas o lançamento da Logomarca do Turismo Rural Gaúcho; a assinatura do Plano de Ação do Trabalho Integrado (PATI), que faz uma avaliação sobre o universo do turismo rural gaúcho; e, o lançamento do Guia de Turismo Rural Gaúcho.

Em 2008, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PRODETUR) teve andamento com a elaboração o projeto de planejamento e gestão dos serviços de interesse turísticos e qualificação da infra-estrutura de acesso ao turismo. Também houve a assinatura de convênios entre as prefeituras municipais de Cambará do Sul, Flores da Cunha e São José dos Ausentes e o Ministério do Turismo. O PRODETUR tem como objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas no Estado, reforçar o potencial turístico, qualificar a mão-de-obra, valorizar o patrimônio histórico-cultural e conservar e recuperar a qualidade ambiental.

A **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**, através do Programa de Desenvolvimento do Desporto e do Lazer no Rio Grande do Sul, vem desenvolvendo atividades com objetivo de ampliar os meios e práticas do esporte com fins educacionais nas escolas e em programas sociais, atrair investimentos privados para o desenvolvimento da prática desportiva e modernizar a promoção e a gestão do esporte. Dentre suas principais realizações, em 2007 e 2008, destacam-se a viabilização da construção, reforma, da manutenção e de melhorias em 37 quadras para prática de esportes e o apoio a eventos, sendo 63 nos municípios e 2 de abrangência estadual.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do produto turístico (elaboração de projetos de turismo) • Participação e apoio à realização de eventos • Fiscalização das empresas prestadoras de serviço turístico • Sinalização turística
Desenvolvimento do Desporto e do Lazer no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de esportes e lazer para a comunidade, por meio de projetos como Esporte nos Presídios, Programa Segundo Tempo e Apoio a práticas Esportivas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A partir dos Programas desenvolvidos pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** e pelas Fundações a ela vinculadas – **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** e **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** – o Governo tem como objetivo favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, perseguindo uma das estratégias motoras com maior capacidade de impulsionar o processo de transformação da realidade, em direção à visão de futuro de longo prazo, que é estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo no Rio Grande do Sul.

Em consonância com esse objetivo, a Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), nesses dois anos de Governo, visando à ampliação da capacidade de inovação, aprovou 15 projetos tecnológicos, totalizando o valor de R\$ 4,1 milhões, sendo R\$ 1,7 milhão do Tesouro do Estado. Esses projetos beneficiam 13 centros de pesquisa e universidades e são voltados para o desenvolvimento de produtos inovadores no agronegócio que utilizam tecnologias de ponta, como a Biotecnologia, a Nanotecnologia e a Tecnologia da Informação. Em janeiro de 2008, foi criado o **Pólo de Inovação Tecnológica** da Região dos Campos de Cima da Serra. Com recursos da Consulta Popular 2007 e 2008, nos valores de R\$ 1,3 milhão e R\$ 1,6 milhão, respectivamente, foram apoiados 16 projetos tecnológicos, de inclusão digital e empreendedorismo. Foram pagos, ainda, em 2008, 35 projetos tecnológicos conveniados para a Consulta Popular 2006, no valor de R\$ 2 milhões. Ademais,

está em andamento o Protocolo de Intenções para implantação do Pólo de Inovação Tecnológica nas regiões do Alto da Serra do Botucaraí, Jacuí Centro, Metropolitana-Delta do Jacuí e Vale do Caí.

Através da **Rede Info**, da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), foi inaugurado o laboratório (telecentro) de Tecnologia da Informação (TI) do Colégio Protásio Alves e criados os projetos Programa de formação de mão-de-obra em tecnologia da informação e Projeto setorial de *software* do RS.

Foi encaminhado, também, ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, o projeto de implantação do **Sistema Brasileiro de Tecnologia no Rio Grande do Sul** para dar continuidade às políticas de desenvolvimento econômico e social do Estado, proporcionando às empresas gaúchas condições para o aumento de suas taxas de inovação, produtividade e competitividade. Além disso, em 2007, foi elaborada a minuta do projeto de lei que "estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica e define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul", como tarefa assumida pela SCT junto à Câmara Setorial de Desenvolvimento Econômico e Inovação, criada pelo Decreto 44.969/2007. A minuta será submetida a uma consulta pública, na qual as principais entidades ligadas à Ciência, Tecnologia e Inovação irão dar suas contribuições para que o Projeto de Lei seja enviado à Assembléia Legislativa.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia mobilizou as instituições de pesquisa para a elaboração do **Projeto de Agroenergia para o Estado do Rio Grande do Sul**, que conta com recursos financeiros do FINEP e do Governo do Estado, na proporção de 1,5:1, no montante de R\$ 4,166 milhões. Esse Projeto atuará nas seguintes áreas: Agrícola, sob coordenação estadual da FEPAGRO, visando a geração e difusão de tecnologias para a produção de matérias-primas para produção de álcool e biodiesel; Industrial/Química, sob coordenação da CIENTEC; Biotecnológica, sob coordenação da UFRGS; Ambiental, sob coordenação da FEPAM; e, Socioeconômica, sob coordenação da UNISINOS.

O Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) realizou a assinatura de contrato com o BNDES, PUCRS, RF Telecomunicações e Instituto Ábaco para desenvolvimento de *chip* para modulador do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, envolvendo recursos não reembolsáveis do FUNTEC no valor de R\$ 14,5 milhões. No mês de março, o CEITEC apresentou o primeiro *chip* comercial brasileiro, projetado em convênio com a empresa Altus. Em novembro, foi entregue o segundo *chip* projetado em convênio com a empresa Innalogics. O CEITEC negocia com a CEEE alternativas que possam levar à solução definitiva quanto ao abastecimento de energia elétrica no local.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** desenvolveu, em seus **projetos de extensão tecnológica**, ações de suporte tecnológico de todos os portes nos setores de química, alimentos, eletroeletrônica, metal-mecânica, geotecnia e rochas ornamentais. Com recursos captados junto à FINEP e SEBRAE, ajudou na superação das dificuldades de empresas, geralmente associadas a produtos e processos, com decorrentes ganhos em produtividade, diversificação e conquista de novos mercados, inclusive o externo.

A CIENTEC também realizou uma série de melhorias na sua infraestrutura para o incremento da pesquisa. Estão sendo modernizados seis departamentos para ampliar a capacidade de ensaios, bem como atender a requisitos técnicos. Ademais, estão sendo modernizados, também, a infraestrutura de análise, teste e ensaios, bem como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) vinculada à área de energia e meio ambiente da CIENTEC e à infraestrutura de serviços tecnológicos do Laboratório de Interferência Eletromagnética (LIEM). Foi concluído, também, o Estudo de viabilidade do **Parque Tecnológico da CIENTEC** do parque, tendo por base as demandas projetadas por utilização.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** desenvolveu projetos de pesquisa distribuídos nas seguintes áreas: Recursos Naturais e Qualidade Ambiental; Recursos Genéticos e Produção de Grãos; Sistema de Produção de Frutas e Hortaliças; Sistema de Produção Animal e Aqüicultura e Pesca; Sanidade Animal; e, Projetos Especiais (Plantas Medicinais, Aromáticas e Ornamentais; Desenvolvimento Rural; e, Segurança Alimentar). O Governo do Estado também está ampliando o Instituto de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor da FEPAGRO, com a construção de uma Unidade de Nível de Biossegurança 03 Agricultura (NB3A). Essa Unidade atuará dando suporte a ações de vigilância sanitária animal no sul do Brasil.

Em 2007 e 2008, a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPERGS)** manteve sua atividade de concessão de bolsas e auxílios à pesquisa. Foram liberados recursos mensais para pagamentos de Bolsa de Estágio Técnico, Bolsa de Iniciação Técnica, Bolsa Pesquisador Visitante e Bolsa Recém-Doutor. No total, foram concedidas 994 bolsas de Iniciação Científica em 2007 e 491 em 2008. Também foram destinados recursos ao Programa de Apoio a Eventos Regionais e Locais (PAE-RL), Programa de Apoio à Cooperação entre Cursos de Pós-graduação (Casadinhos) e Programa de Apoio a Cursos de Pós-Graduação Interinstitucionais Mestrado (MINTER) e Doutorado (DINTER).

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico Regional no Estado do Rio Grande do Sul, buscou incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa inovadoras para problemas das diferentes regiões do Estado. Ao todo, foram apoiados 61 projetos, o que totalizou um investimento de R\$ 2.681.509,00. Destacam-se os seguintes projetos: Desenvolvimento sustentável da cadeia de florestamento na região Sul; Cadeia Produtiva da fruticultura, agroindústria, piscicultura, mineração e pecuária leiteira e pesquisas aplicadas ao levantamento e/ou diagnóstico socioeconômico ambiental, objetivando as potencialidades de arranjos produtivos da região do Médio-Alto Uruguai; Estudos sobre o Setor Saúde da região do Metropolitano-Delta do Jacuí; Alternativas para a Agricultura Familiar e para a Inovação e Tecnologia da região das Missões; e, Modernização da Infra-Estrutura para o Fomento de pesquisas nas áreas de introdução, cultivo e processos de agroindustrialização de culturas energéticas, hortaliças e frutíferas na região da Serra.

AÇÕES PARA 2009

Programas	Ações
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria, Agropecuária e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos nos Pólos de Inovação Tecnológica • Apoio a 24 produtos ou processos inovadores desenvolvidos nos Pólos Tecnológicos, Parques e Unidades Regionais • Apoio a Redes Tecnológicas: Saúde, Biotecnologia, Energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) • Implantação do SIBRATEC • Prêmio de Incentivo à Inovação R • Graduação de empresas pela incubadora - Parque Tecnológico da CIENTEC • Tecnologia Industrial Básica (TIB) – Calibrações e Medidas (emissão de laudos) • Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho • Difusão, transferência e capacitação de Recursos Humanos para a Agropecuária • Modernização e reestruturação dos Laboratórios e Centros de Pesquisa da FEPAGRO • Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha • Fomento à formação e à fixação de Recursos Humanos (1.010 bolsas de estudos concedidas)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A implementação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades sociais, sempre esteve no horizonte das ações do Governo do Estado. Porém, com os sucessivos déficits orçamentários, os recursos existentes não eram suficientes para garantir a continuidade de um padrão de qualidade nos serviços.

Para evitar que o Estado do Rio Grande do Sul, que sempre esteve na vanguarda com os melhores indicadores sociais, continuasse perdendo posição frente ao cenário nacional, o Governo do Estado concentrou, nos dois primeiros anos de gestão, os esforços na resolução de gargalos imediatos, como o equilíbrio das contas públicas. O equilíbrio fiscal garante a retomada da capacidade de investimentos na área social, ampliando e qualificando os serviços prestados pelo Estado. Somente essas ações permitirão que se modifique a tendência observada nos últimos anos de queda dos indicadores sociais proporcionando **mais qualidade de vida para todos**.

A despeito das dificuldades, foi mantida a situação privilegiada do Estado em termos de indicadores, principalmente no que diz respeito à saúde. Quanto à educação, mesmo mantendo bons indicadores em relação à media nacional, é visível que o Estado vem sofrendo uma queda nos níveis do ensino público. Esse quadro requer que se empreendam políticas orientadas para garantir a retomada da posição de destaque que a educação estadual já ostentou no País.

As ações do eixo social, apresentadas a seguir, mostram, de forma detalhada, os principais programas e políticas sociais que o Governo está priorizando.

EDUCAÇÃO

Na Área da Educação, foram priorizadas ações no intuito de fortalecer uma oferta de educação com qualidade a toda criança, jovem e adulto que buscarem matrícula na rede pública de ensino. Assim sendo, em 2007 e 2008, a **Secretaria da Educação (SE)**, principal gestora da educação no Estado, realizou estudos, tomou iniciativas e propôs procedimentos no sentido de melhorar a gestão e inovar metodologias e instrumentos para qualificar o atendimento prestado.

Visando elevar o nível de alfabetização das crianças ao final da 2ª ano do ensino fundamental e construir uma matriz de competências e habilidades cognitivas em leitura, escrita e matemática, o Projeto-Piloto para **Alfabetização de Crianças com 6 e 7 Anos do Ensino Fundamental de 9 Anos**, implementado em 2007, com o apoio de empresas privadas, beneficiou 11.200 alunos, em 550 turmas de 432 escolas. Em 2008, o Projeto passou a ser financiado pelo Ministério da

Educação (MEC), com 598 novas turmas de 1º ano com 6 anos de idade, mantendo o atendimento também aos alunos participantes do ano anterior.

Tendo presente a importância da qualificação dos recursos humanos para melhorar os índices de desempenho do processo ensino-aprendizagem, o **Projeto Professor Nota 10 – Valorização do Magistério**, um dos projetos que integram o Programa Estruturante **Boa Escola para Todos**, teve como uma de suas metas a formação continuada de 10.000 professores das escolas estaduais em 2008, não só na área de alfabetização, como em história e cultura afro-brasileira, educação especial, educação indígena, educação ambiental, educação tecnológica, bem como de professores e agentes prisionais. Até o final de setembro de 2008, já haviam sido capacitados 8.650 profissionais, através da realização de encontros, seminários, cursos e oficinas. Esse Projeto também inclui a implementação de um padrão referencial de currículo na rede pública estadual de ensino. Para a construção desse padrão referencial, foi constituída, em 2008, uma equipe de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento do currículo do ensino fundamental de 5ª e 8ª séries e do ensino médio.

Ainda na prioridade de **qualificar os índices de rendimento educacional** no Estado, destaca-se, também, no período, a implantação do **Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul (SAERS)**. Criado por lei em 2007, o SAERS tem como objetivos avaliar o desempenho dos alunos em relação ao desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas; reorientar as ações de formação continuada dos professores; divulgar as boas práticas de escolas com melhores resultados; identificar escolas com resultados insuficientes para apoio; e, desenvolver uma cultura de avaliação na educação gaúcha. Em 2007, foi realizada a avaliação de desempenho dos alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio de todas as escolas da rede estadual. Aderiram à avaliação do SAERS 52 municípios, uma escola federal e 18 escolas privadas. No total, foram avaliados 288.734 alunos, sendo 258.213 da rede estadual de ensino. O SAERS aplicou provas de Língua Portuguesa e Matemática – leitura, escrita e resolução de problemas. Aos alunos, professores e diretores das unidades escolares aplicou um questionário contextual para realizar um diagnóstico das escolas e das comunidades atendidas pelas mesmas, condições que têm grande influência sobre os resultados de aprendizagem. Após a realização das provas, foram remetidos a todas as escolas boletins com os resultados da avaliação dos alunos da escola, do município e do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2008, através do Projeto, foram avaliados 340.265 alunos de 12.265 turmas da rede estadual de ensino. Com a mesma intenção, a SE coordenou, no Estado, outros processos de avaliação de cunho nacional: o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**, em 2007, e a **Prova Brasil**. Em ambos os alunos são avaliados em língua portuguesa e matemática na 4ª e 8ª séries e 5º e 9º anos do ensino fundamental, alcançando, também, no caso do SAEB, a 3ª série do ensino médio. O SAEB é um sistema por amostragem, com alcance urbano e rural. Já a Prova Brasil abrange todas as escolas públicas urbanas do Estado que tenham o mínimo de 20 alunos nas séries avaliadas.

Quanto à **melhoria do ambiente físico e dos materiais didático-pedagógicos**, a SE despendeu recursos de modo a atender as necessidades surgidas e propiciar um ambiente favorável à aprendizagem. Foram adquiridos 792 livros para as bibliotecas escolares, 509 para o ensino fundamental e 283 para o ensino médio e também outros tipos de materiais específicos para atender alunos especiais com deficiência visual. No contexto do Programa Estruturante Boa Escola para Todos, 541 salas de aula foram equipadas com o novo padrão de mobiliário escolar, adaptado para alunos de 6 anos do 1º ano fundamental de 9 anos, bem como para o ensino fundamental e médio. Dentro do mesmo Programa, encontram-se em execução a instalação de 256 laboratórios de informática e a informatização de 2.815 secretarias das escolas estaduais, bem como a efetivação de outros tipos de melhoria nas unidades escolares, tais como: aquisição de equipamentos adaptados para alunos na área de deficiência múltipla, recuperação e ampliações de espaços físicos e outras obras visando à acessibilidade.

Meio imprescindível para oportunizar e facilitar o acesso escolar dos alunos da zona rural, o **Transporte Escolar** vivenciou algumas alterações no seu procedimento no período 2007/2008. No segundo semestre de 2007, o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) negociaram a proposta do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (PEATE/RS), aprovada pela Assembléia Legislativa, em janeiro de 2008, atendendo a histórica reivindicação dos municípios gaúchos. Segundo o PEATE/RS, os municípios assinam com o Governo do Estado um Termo de Adesão com validade por cinco anos, o qual pode ser renovado automaticamente por igual período se não houver manifestação contrária das partes, ou rescindido por uma das partes a qualquer momento, respeitado o ano letivo. Em 2008, todos os 482 municípios que realizam transporte escolar de alunos de escolas estaduais aderiram ao PEATE/RS, configurando o maior número de municípios realizando transporte escolar para alunos da rede estadual desde 1999. A Lei do PEATE/RS prevê a autorização da Secretaria da Educação para o repasse direto, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar/PNATE aos municípios, fixa os valores para 2008, inclusive com nova parcela da dívida de 2006 a ser paga, e define que o valor do PEATE/RS para cada ano letivo será fixado no Orçamento Anual do Estado. No ano de 2008, o valor total repassado aos municípios para o transporte escolar foi de R\$ 57,9 milhões para atendimento a 151.948 alunos da rede pública estadual, 94.281 do ensino fundamental e 57.667 do ensino médio.

Ainda visando assegurar o acesso a todos os que desejam estudar, e atender a demanda onde não há mais vaga na rede estadual, o Estado vale-se das modalidades bolsa de estudo e cedência de professores junto a entidades privadas de ensino. Em 2008, 465 alunos da educação especial e 1.317 do ensino médio foram atendidos em escolas particulares. Quanto à oferta de atendimento à população de jovens e adultos, no que diz respeito à alfabetização, foram realizados encontros de formação continuada para 97 professores dentro do Programa Federal Brasil Alfabetizado. No tocante aos **Exames Supletivos para Jovens e Adultos**, em 2007, os mesmos foram realizados sem custo para o erário estadual por adesão do Governo do

Estado ao Exame Nacional de Certificação de Competência da Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Em 2007, foram inscritos 100.633 candidatos para o Ensino Fundamental e Médio, tendo comparecido às provas 55% dos candidatos inscritos para o Ensino Médio e 51% dos inscritos para o Ensino Fundamental, havendo um índice de 90% de aprovação ao todo.

Alguns projetos no sentido de reforçar a integração do aluno ao ambiente escolar e da escola à comunidade tiveram seguimento, como o **Projeto Escola em Tempo Integral**, que oferece atividades como oficinas pedagógicas, atividades esportivas, artísticas e de reforço escolar no turno inverso, com permanência do aluno de, no mínimo, 7 horas na escola. Foram atendidos, no Projeto, 5.806 alunos, com a inclusão das escolas participantes em 2008, no Programa de Educação Compartilhada (PEAC) e em outras parcerias, como o Escola Legal, Caravana Cultural e Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente. Já o **Projeto Escola Aberta para a Cidadania** totalizou 727.085 participantes, em 2007, entre alunos e pessoas da comunidade, em oficinas pedagógicas, esportivas, de geração de renda e outras, ministradas poricineiros voluntários, atividades essas com o propósito de prevenção à violência. Somam-se a isso os **Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS)**, realizados em 2.302 escolas do Estado em 7 modalidades de esportes, com a participação de 395.000 alunos e o envolvimento da comunidade, propiciando, além da sociabilidade, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor dos alunos.

Com vistas a qualificar a gestão do sistema estadual de ensino, a SE tomou algumas decisões de cunho administrativo importantes no período. Os critérios de distribuição dos repasses mensais às escolas, para custear despesas do cotidiano escolar no desenvolvimento do ensino e na execução de seus projetos político-pedagógicos, foram alterados em 2008. Os mesmos passaram a ser baseados nos dados da matrícula real, com composição de uma parcela fixa e outra variável, considerando, também, o nível de ensino e a modalidade que a escola oferece. Foram beneficiadas, no período, 2.616 escolas.

Para a **reorganização da rede estadual de ensino**, a Secretaria da Educação aperfeiçoou, em 2007, o **sistema de matrículas** dos alunos do ensino fundamental, médio, normal e técnico e da educação de jovens e adultos, com o objetivo de utilizar, da melhor forma possível, os recursos materiais e humanos disponíveis. As matrículas dos alunos devem ser confirmadas pelos pais ou responsável, de forma a permitir a identificação do número real de alunos a serem atendidos nas escolas. As turmas são organizadas seguindo critérios pedagógicos – com base no número total de alunos novos e rematriculados, segundo os critérios do Conselho Estadual de Educação sobre número de alunos por turma e no tamanho das salas de aula. Outra medida adotada foi o ajustamento de matrículas da educação infantil, etapa de ensino constitucionalmente de responsabilidade dos municípios, tendo sido transferidas 122 turmas de educação infantil da rede estadual para redes municipais de ensino. Também foram transferidas para escolas municipais as turmas de 7 escolas estaduais de ensino fundamental, etapa de ensino constitucionalmente de responsabilidade compartilhada entre estados e municípios. Em ambos os casos, os municípios receberão os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) correspondentes às matrículas por eles mantidas. No ano de 2008, cerca de 1.260.000 matrículas iniciais foram efetivadas no sistema estadual de ensino nas diferentes etapas e/ou modalidades da educação básica.

Com objetivo de alocar os profissionais da educação segundo as reais necessidades das escolas, considerando o número de alunos efetivamente atendidos, a Secretaria estabeleceu uma lista de escolas indicadas para deixar de oferecer o ensino fundamental e o EJA em 2008 e de escolas-pólo para receber alunos das escolas sem oferta.

Quanto à **seleção de profissionais**, diferentemente da forma anterior de funcionamento do Cadastro de Contratações Temporárias, a Secretaria da Educação passou a contratar profissionais cadastrados em um município para atuarem em outro, existindo a necessidade, para agilizar o provimento de pessoal. A não-aceitação de uma vaga por um candidato não o elimina do Cadastro, possibilitando sua contratação em outro momento para outra vaga. Assim, o Cadastro mantém-se válido por mais tempo, facilitando o provimento de pessoal das escolas. Além disso, foi informatizado o sistema de inscrição para Contratações Temporárias de Professores por meio da internet, com entrega presencial ou envio pelo correio dos documentos, tornando o processo de inscrição mais ágil e transparente para os candidatos.

Na **Educação Profissional**, dentro do Programa Estruturante Boa Escola para Todos, está prevista a implantação de Centros de Referência em Educação Profissional nas áreas de química, em Montenegro; agrícola, em Palmeira das Missões; serviços, em Pelotas; saúde, em Porto Alegre; industrial, em Taquara; e, meio ambiente, em Taquari. Esses centros atuarão como pólos irradiadores do conhecimento tecnológico e da formação pedagógica. Em 2008, foram licitados os equipamentos e as obras previstas para a efetivação dos Centros de Referência, bem como realizados estudos da legislação educacional estadual e nacional, visando à regulamentação dos mesmos. Outras ações foram, também, realizadas, como a efetivação de pequenas obras de ampliações e reformas em 14 escolas da área e outros benefícios, como a aquisição e manutenção de peças e de equipamentos e pequenos consertos, qualificando 40 escolas. Com o objetivo de melhorar cada vez mais os índices de aproveitamento escolar, foram oferecidas aos professores oportunidades de qualificação em capacitação por projeto nas escolas, em currículo por competência e também cursos de formação inicial e continuada, destinados a trabalhadores e desempregados, totalizando, em 2007, 178 beneficiados e 58 no ano de 2008.

Também teve prosseguimento, no período, o Projeto Geração de Renda Própria, com o alcance de 11 escolas técnicas estaduais, aliando conhecimento teórico a resultados práticos, para gerar renda própria e auxiliar as escolas em suas necessidades.

Destacam-se, também, a realização da Mostra Estadual de Educação Profissional (MEP) e da Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (FECITEP) que visam incentivar a iniciação científica e o

desenvolvimento da pesquisa no processo de construção do conhecimento. A MEP foi descentralizada em 2007, ocorrendo em seis regiões do Estado, em núcleos formados pelas trinta Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), envolvendo 58 escolas, 193 alunos e 74 professores orientadores, em 146 projetos. Em 2008, houve participação de 93 escolas, 685 alunos e 216 professores orientadores, em 264 projetos. O aprimoramento dessa ação, ou seja, a realização das Mostras de Educação Profissional, etapas regionais, culminou na Feira Estadual de Ciência e Tecnologia, um espaço criado para agregar outras instituições que ofertam Educação Profissional no Estado do Rio Grande do Sul, tendo por representantes: a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Rio Grande do Sul (ADIFERS), as Escolas da Universidade Luterana do Brasil (Escolas da ULBRA), a Rede SINODAL de Educação, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/RS) e o Sindicato das Escolas Particulares de Ensino (SINEPE/RS), integrando os alunos e os professores com diferentes realidades e experiências, num espaço de socialização permanente. No ano de 2008, 49 projetos foram apresentados na FECITEP, envolvendo 28 municípios, 30 escolas, 124 alunos e 46 professores orientadores.

Na mesma área da educação técnica, a **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)** atendeu a 3.382 alunos nos cursos de Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica, Segurança do Trabalho e Automotivo, ofertando, a partir de 2007, um novo curso técnico - *Design* - com um número total de 55 alunos. Como já vem ocorrendo nos últimos anos, foram realizados Seminários Internacionais de Educação Tecnológica (SIET) e a Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), a qual contou com mais de 200 programas científicos de vários países e um público visitante de mais de 20 mil pessoas. A Instituição concluiu e implantou, a partir de 2008, o seu planejamento estratégico.

Quanto ao Ensino Superior, a **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)** ofereceu à comunidade de diferentes regiões do Estado 640 novas vagas nos dois semestres de 2008. Também deu continuidade, no período, aos convênios com a Fundação de Artes de Montenegro, com a FETLVSC, de Novo Hamburgo, com a UNIJUÍ e com a Universidade de Passo Fundo para a realização de cursos de graduação nas áreas de arte e engenharia. Soma-se ao seu propósito de trabalhar em parceria, a efetivação de acordos com 15 entidades para a estruturação de uma rede estadual de pesquisa e cooperação no ensino, pesquisa e extensão, com ensino à distância, inclusive na realização de cursos de graduação - licenciatura. Outro destaque refere-se a sua participação no Programa Estruturante Boa Escola para Todos, no qual, através do Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes, foram beneficiados 128 professores: Bagé (31), Cachoeira do Sul (23), Encantado (40) e Tapes (34). No período 2007/2008, a UERGS formou 1.279 alunos em cursos de diferentes áreas do Ensino Superior.

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Garantia de Acesso e Melhoria da Qualidade da Educação Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos • Oferta de 6,5 mil vagas no ensino fundamental, atendendo alunos no Programa Escola em Tempo Integral • Auxílio para o transporte escolar, atendendo 94 mil alunos do ensino fundamental e 57 mil do ensino médio • Oferta de vagas em instituições privadas para ensino médio e para o atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais • Oferta de educação de jovens e adultos no Programa Alfabetiza Rio Grande, atendendo cerca de 9 mil alunos • Realização de obras de reforma, ampliação e qualificação dos espaços em mais de 700 escolas estaduais • Qualificação dos equipamentos, incluindo laboratórios de Informática, e material didático-pedagógico para as escolas estaduais • Capacitação de, aproximadamente, 12 mil professores • Realização de processo de avaliação dos ensinos fundamental e médio, abrangendo cerca de 37 mil alunos • Garantia de merenda nas escolas estaduais, para mais de 630 mil alunos
Educação Profissional como Indutora do Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de professores, gestores e trabalhadores • Aquisição, atualização e conservação de equipamentos, e ampliação e conservação dos espaços físicos da Educação Profissional • Integração das redes que compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas (federal, estadual, particular e comunitária) • Gestão da Educação Profissional, apoiando escolas na geração de renda própria • Ampliação e manutenção da oferta de vagas na FETLSVC • Implantação, em 28 unidades de ensino profissional, de sistema de avaliação institucional, externa e de acompanhamento de egressos
Desenvolvimento da Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta, pela UERGS, de cursos de graduação por meio de parcerias e instituição da rede estadual de pesquisa

SAÚDE

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** e a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** são responsáveis pelo planejamento e execução da política de saúde do Estado, focalizada na manutenção dos bons indicadores já alcançados, com a promoção da saúde, na prevenção e na regionalização e descentralização de ações e serviços, levando a assistência mais próxima ao cidadão, com ênfase na infância e na terceira idade.

Para a avaliação da qualidade da saúde da população, a mortalidade infantil é um dos indicadores mais significativos. Em função dos esforços empreendidos pelo Governo e pela sociedade gaúcha, o Rio Grande do Sul manteve-se como o Estado com o menor **Coeficiente de Mortalidade Infantil** do País, com 12,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2007. Os dados preliminares do primeiro semestre de 2008 apontam para a redução do índice para 12,1 óbitos por mil nascidos vivos.

A melhoria desse indicador é resultado de um conjunto de ações articuladas, coordenadas pelo Estado, envolvendo os programas Viva a Criança, Primeira Infância Melhor (PIM) e Saúde da Família. Novas ações implementadas também concorrem para a redução da mortalidade infantil e materna. Dentre essas, destacam-se: implantação de três Casas da Gestante; apoio financeiro a 19 hospitais de referência para gestação de alto risco; incentivo ao aleitamento materno e ampliação das unidades Mãe-Canguru; ampliação da UTI Neonatal, com a criação de 28 leitos; qualificação da atenção pré-natal e assistência à gestante e ao recém-nascido, e o monitoramento dos 34 municípios gaúchos que apresentam os maiores indicadores de mortalidade infantil.

O Programa **Primeira Infância Melhor (PIM)**, com efetiva intersetorialidade, integrando políticas de prevenção de agravos e promoção da qualidade de vida, incrementou e ampliou ações no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiando 45.700 famílias, 68.550 crianças, de 0 a 6 anos, e 5.484 gestantes. Pela sua importância, o Programa vem sendo avaliado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tendo sido objeto de programa da BBC de Londres.

Ao mesmo tempo, o Estado continua investindo no aumento das **Equipes de Saúde da Família (ESF)**, implantadas em 414 municípios. No total, são 1.169 Equipes de Saúde da Família, 604 Equipes de Saúde Bucal, em 321 municípios, e 8.073 Agentes Comunitários de Saúde, com cobertura de 41% da população. Em áreas indígenas, estão em atividade 23 Equipes de Saúde da Família Indígena e 17 Equipes de Saúde Bucal Indígena. Em dois anos, houve aumento total de 118 equipes e 524 agentes, representando um incremento de 3% da cobertura populacional no Estado.

Também é parte da estratégia para a redução da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul o estímulo à redução do óbito infantil, através do prêmio Viva a Criança, distribuído aos municípios e Coordenadorias Regionais de Saúde que obtêm melhor desempenho.

No âmbito da prevenção, o maior destaque deve ser feito à implantação, em 2007, do **Programa de Prevenção da Violência (PPV)**, que tem como objetivo prioritário a redução da violência no Estado, através de ações articuladas e focalizadas nas comunidades que apresentam maior vulnerabilidade social.

O Programa propõe a descentralização, intersetorialidade e articulação social, visando à composição e organização de uma rede estadual de prevenção da violência. Dos 50 municípios definidos como prioridade de atuação, o PPV foi implantado inicialmente em Alvorada, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas e Santa Cruz do Sul. Em 2008, mais 13 municípios aderiram ao Programa: Camaquã, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Montenegro, Porto Alegre, Rio Grande, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Taquara e Torres.

O PPV articula ações da Saúde da Família e do PIM, com ampliação de Equipes nos bairros mais violentos, e a ampliação do número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Paralelamente, foram

implementadas ações para o Enfrentamento à Epidemia do *Crack*. Na Estratégia de Saúde da Família, destaca-se a criação de incentivo estadual adicional por equipe implantada nas áreas de maior vulnerabilidade dos municípios incluídos no PPV, nos bairros onde, estatisticamente, há maior violência e os piores indicadores sociais e de saúde. Foram implantadas 31 equipes.

Na **Promoção da Saúde, Prevenção e Controle de Agravos**, destaca-se, ainda, o lançamento da Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias; a reestruturação do Programa de Prevenção, Vigilância e Controle da Tuberculose; a criação do Programa Estadual de Controle Sanitário de Produtos Lácteos (PEMPLAC); a reestruturação e implantação do Comitê Estadual para Investigação dos Óbitos Maternos; a constituição do Comitê Intersetorial, sob coordenação do Gabinete da Governadora, para implementação do Plano de Ação para Enfrentamento das Hepatites; e, a implantação do Comitê Estadual de Combate ao Câncer de Mama.

Atendendo ao compromisso político assumido internacional e nacionalmente pelos Ministros da Saúde do Continente Americano, de alcançar a meta de **eliminação da rubéola e da Síndrome da Rubéola Congênita** nas Américas até 2010, o Estado prossegue com a imunização para o controle da doença. A vacina contra a rubéola já integra o Calendário Básico de Vacinação da Criança, que indica uma dose de vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) para crianças com um ano de idade e um reforço dos quatro aos seis anos. A ampliação da faixa etária ocorre pela constatação de que, em sua grande maioria, os adultos de hoje ou não foram vacinados, ou não tiveram rubéola e estão suscetíveis à doença.

O Centro Estadual de Vigilância em Saúde tem estado atento à região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde há registro de um caso já confirmado de **Febre Amarela**, e outro de suspeita da doença. Ainda em 2008, para proteger a população local, o órgão ampliou a zona de transição para transmissão da doença e incluiu 35 novos municípios na estratégia de vacinação, além dos 52 já bloqueados desde 2001. Nesses locais, a vacinação é rotineira para toda a população, constando do calendário vacinal para crianças a partir dos nove meses de idade. A zona de risco foi ampliada a partir de outubro, quando houve registro importante de aumento de epizootias (morte e/ou adoecimento de animais).

Ressalte-se, também, que o Estado do Rio Grande do Sul está, há mais de um ano, sem registrar casos autóctones de dengue, graças às ações organizadas e articuladas pela SES com os municípios e a população na campanha **RS contra a Dengue**. No verão de 2007, foi controlada rapidamente a primeira epidemia de dengue surgida no Estado. Com ações articuladas e ágeis, o Governo criou uma força-tarefa que, em parceria com os municípios, limitou a ocorrência da doença a 285 casos, enquanto, no Brasil, a ocorrência chegou a 300 mil casos no mesmo período. A Vigilância da Dengue está implantada em todos os municípios do Estado, havendo notificação sistemática de casos suspeitos da doença em pessoas que viajaram a locais onde havia ocorrência da mesma, bem como da presença do vetor (*Aedes aegypti*).

No verão de 2008, não foi registrado nenhum caso de dengue em que a doença tenha sido contraída no Estado. Todos os 90 casos confirmados foram de pessoas que vieram de outras regiões. Ainda em 2008, a SES enviou médicos para auxiliar no combate à dengue no Estado do Rio de Janeiro. No momento, o Rio Grande do Sul tem 58 municípios que apresentam focos do mosquito transmissor, estando todos sob controle. O Plano de Contingência Estadual, com especial atenção à Região Metropolitana de Porto Alegre e Regiões Norte e Missões, aplicou, em 2008, R\$ 6 milhões no planejamento de ações para evitar uma epidemia de dengue, cujos riscos aumentam com a proximidade do verão.

No período de janeiro de 2007 a outubro de 2008, foram realizados, pela **FEPPS**, mais de 1 milhão de **análises laboratoriais** em Vigilância em Saúde relacionadas aos diversos programas de saúde pública do Estado, para garantia de qualidade de vida da população gaúcha. Desse total, foram feitas 18.339 análises em vigilância sanitária, 2.740 análises nos programas voltados à saúde do trabalhador, 444.040 análises em vigilância epidemiológica e 628.357 análises em vigilância ambiental.

Nesse mesmo período, foram realizados 41.022 atendimentos a casos de intoxicação e 7.818 **análises toxicológicas** de emergência. Esse programa está disponível à população do Estado em regime de plantão permanente (24 horas/dia), atendendo a população de todo o Estado e de outros estados do País. Foram implementados programas de telemedicina, principalmente na área de acidentes com animais peçonhentos, agravo importante para os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul.

O Sistema Único de Saúde tem como diretriz organizar a rede de serviços de saúde de forma hierarquizada, oferecendo melhor acesso ao cidadão em todos os níveis de complexidade. Nesse sentido, é necessária a descentralização das ações e serviços direcionados à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso, através de estratégias como a Saúde da Família, Primeira Infância Melhor e a **Regionalização da Saúde**.

Para atender a esse objetivo, o Governo do Estado vem trabalhando para organizar **redes de atendimento integral** em oncologia, cardiologia, traumatologia-ortopedia, neurologia, oftalmologia, cirurgia bariátrica, UTIs e outras. Várias unidades especializadas foram habilitadas nas Regiões de Saúde. A busca do serviço para tratamento em Porto Alegre teve redução significativa, demonstrando a importância dos investimentos na Regionalização da Saúde.

Na implementação das redes, novas unidades foram habilitadas, dentre as quais destacam-se: cardiologia, no Hospital Geral de Novo Hamburgo; oncologia, no Hospital Independência de POA, Hospital São Vicente de Paulo de Cruz Alta e Hospital Pompéia de Caxias do Sul; radioterapia, no Hospital Centenário de São Leopoldo e Hospital Ana Nery de Santa Cruz do Sul; neurocirurgia, no Hospital Universitário São Francisco de Paula de Pelotas; e, cirurgia bariátrica, no Hospital da ULBRA de Canoas e Hospital de Clínicas de POA. Merece destaque a vinculação ao SUS de 29 Associações de Pais e Amigos do Excepcional (APAEs). As redes especializadas estão constituídas por 14 unidades de cardiologia, 27 de

oncologia, 19 de neurocirurgia, 48 APAES (Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência Mental) e 4 unidades de cirurgia bariátrica para a assistência ao paciente portador de obesidade grave. Foram cadastrados 94 novos leitos de UTIs, sendo 28 neonatais, 10 intermediários (neonatal), 14 pediátricos e 42 adultos, localizados em Três Passos, Passo Fundo, Canoas, Viamão e Gramado. Mais 55 leitos de UTI estão sendo financiados com recursos estaduais nas Regiões Metropolitana e Missioneira, para situações de emergência, tais como dengue, gripe aviária, problemas relacionados às baixas temperaturas, entre outros.

No atendimento pré-hospitalar da urgência/emergência, o **Programa SALVAR/SAMU** está sendo ampliado, inicialmente, no Litoral Norte e Sul, nas Missões, Serra e Vales. A população coberta por essa expansão é de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes.

Foi implantada a **Central de Regulação Estadual**, com funcionamento 24 horas, visando regular inicialmente o acesso aos leitos de UTI neonatal, pediátrica e adulto, como estratégia de redução da mortalidade materno-infantil e de organização do acesso às referências regionais em todo o Estado. Além disso, foi criado o incentivo financeiro estadual aos hospitais vinculados ao SUS, com a destinação de R\$ 28 milhões, em 2008, com o objetivo de qualificar os serviços prestados e ampliar a oferta em áreas de maior carência assistencial. O incentivo básico é estendido a todos os hospitais, e os incentivos específicos visam ampliar o acesso regional em Saúde Mental, Gestante de Alto Risco, Traumatologia-Ortopedia, entre outros. Na área de Saúde Mental, destaca-se a adesão de 82 hospitais gerais, nos quais estão sendo disponibilizados 674 novos leitos, em especial para tratamento de usuários de *crack*.

Para a **promoção da saúde da pessoa idosa**, foi implantada a Caderneta de Saúde do Idoso em 345 municípios do Estado (definidos pelo Ministério da Saúde), com capacitação das equipes municipais da Estratégia da Saúde da Família, para a plena utilização da mesma, qualificando a Atenção ao Idoso na rede básica de saúde.

Visando à capacitação de recursos humanos na área do envelhecimento e saúde, especialmente os que atuam na Atenção Básica/Estratégia da Saúde da Família, realizou-se o I Curso de Extensão em Gerontologia e Geriatria, para 75 Profissionais da Atenção Básica do SUS, e o I *Workshop* de Qualificação em Envelhecimento e Saúde, para 75 Agentes Comunitários de Saúde.

Também foram capacitados os coordenadores do Programa de Saúde do Idoso e da Estratégia de Saúde da Família das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, bem como o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Estado. Foi realizado o II Encontro Estadual de Saúde do Idoso, com 230 participantes, e uma oficina na Feira do Livro de Porto Alegre: Conversando sobre Alzheimer, que contou com 53 participantes.

O projeto-piloto do Programa Transversal **RS Amigo do Idoso** foi implantado junto a 15 municípios do Estado, abrangendo as 28 regiões dos COREDEs.

Na **Assistência Farmacêutica**, foi estruturado e aperfeiçoado o sistema informatizado de gerenciamento da demanda (Sistema AME), possibilitando melhorias na gestão das compras, estoque e logística de medicamentos. Foram quitadas as dívidas com fornecedores de medicamentos e, desde setembro de 2007, as compras vêm sendo pagas à vista, reduzindo significativamente os custos dos medicamentos adquiridos. Destaca-se, de forma acentuada, a melhoria nos serviços de processamento e cobrança das Autorizações para Procedimentos de Alto Custo/Complexidade (APACs). O ressarcimento parcial do Governo Federal pela dispensação de medicamentos excepcionais foi otimizado, gerando aumento de 35% no valor desses recursos destinados para co-financiar o Programa de Medicamentos Excepcionais. O processo de otimização gerou um acréscimo de recursos de 19 milhões, em 2008, quando comparado com 2007. O aumento na obtenção de recursos federais resultou, em 2008, num acréscimo de 23% na oferta de medicamentos, com significativa melhoria no atendimento à população. Além disso, foi restabelecido o repasse da contrapartida estadual para a Assistência Farmacêutica Básica, transferindo-se recursos financeiros aos municípios para aquisição de medicamentos do elenco básico, fortalecendo a atenção primária em saúde.

No período de 2007 e 2008, foram recebidos, armazenados e distribuídos, pela Divisão de Assistência Farmacêutica da **FEPPS**, 196 milhões de unidades de medicamentos. A finalização da obra física de climatização do LAFERGS, em andamento, irá propiciar a retomada de produção pública de medicamentos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os recursos financeiros para a finalização da obra são provenientes do Tesouro do Estado.

Na área de **Pesquisa e Educação em Saúde**, o Governo, através da Secretaria Estadual da Saúde (SES), criou a Escola Estadual de Educação Profissional ETSUS/RS, voltada à formação inicial, continuada e profissionalizante de nível médio para o trabalhador do SUS, com ênfase na relação ensino e serviço e na oferta descentralizada e regionalizada de serviços. Foi implantada, ainda, a Política Estadual de Educação Permanente, através da estruturação das Comissões Permanentes de Integração Ensino e Serviço – CIES Regionais. No RS, são 19 CIES Regionais e 19 Colegiados de Gestão Regional (COGEREs), nos quais foram aprovados mais de 80 projetos de capacitação. O primeiro Curso de Especialização em Direito Sanitário, realizado de forma inédita no sul do País, qualificou 46 profissionais que desenvolvem atividades de gestão, proporcionando conhecimento no campo do Direito Sanitário e subsídios ao processo de tomada de decisão.

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, está realizando **testes de paternidade** (análise de DNA), que representam um avanço na área pública de biologia molecular. Em 18 meses de programa, foram realizadas 9.662 análises com a arrecadação de recursos no valor de R\$ 3,471 mil reais. Essa ação possibilita, além da conquista da cidadania para milhares de crianças que têm seus pais identificados, a aplicação dos recursos arrecadados em pesquisa, na área de diagnóstico de diversos agravos importantes em saúde pública.

A FEPPS mantém um dos melhores centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos do País, vocacionado para as áreas de pesquisa de novas tecnologias diagnósticas de doenças por biologia molecular, como por exemplo Tuberculose, Hepatites (B e C) e papilomavírus, além de diversas doenças consideradas negligenciadas. Para abrigar o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, está em construção uma área de 1.700 m², distribuídos num prédio de dois andares.

O **Hemocentro** do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS) é uma instituição pública que coleta, processa, qualifica e distribui sangue e hemocomponentes para cerca de 40 hospitais conveniados, localizados em Porto Alegre, na Grande Porto Alegre e no Interior, além de desenvolver atividades de ensino, treinamento, pesquisa e assistência. Coordena a **Hemorrede Pública Estadual**, composta por cinco Hemocentros Regionais (Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Santa Rosa e Pelotas) e dois Núcleos Hemoterápicos (Cruz Alta e Alegrete). Ampliando a hemorrede, foi inaugurado, em 2008, o Hemocentro Regional de Santa Maria, sob a gestão da FEPPS, que já produziu mais de 3.800 bolsas para atendimento da demanda regional.

No período de janeiro de 2007 a outubro de 2008, foram realizados 8.011 atendimentos para pacientes portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias. No mesmo período, foram coletadas 37.577 bolsas de sangue, processadas e distribuídas 47.376 bolsas de hemocomponentes fracionados e 110.504 hemocomponentes produzidos e disponibilizados a 44 hospitais. Dessa forma, o serviço efetuado possibilita o adequado fornecimento de sangue e hemocomponentes à população do Estado do Rio Grande do Sul. As doações voluntárias estão em 42%, tendo sido atendida a meta proposta para o ano de 2008 (37,2%).

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Assistência em Média e Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de redes regionalizadas de atenção à saúde • Implantação de 6 mil vagas para dependentes químicos em comunidades terapêuticas • Implantação de 100 unidades SALVAR/SAMU para atendimento de urgência e emergência • Assistência complementar, com a implantação de unidades • Regulação assistencial, com a implantação de centrais de regulação • Doação de órgãos e transplantes • Construção do hospital regional e unidade de reabilitação • Recuperação e manutenção dos hospitais de pequeno porte no interior do Estado
Assistência Farmacêutica	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à assistência farmacêutica básica nos municípios • Gerenciamento de medicamentos excepcionais, especiais e de ações judiciais • Ampliação da capacidade produtiva do LAFERGS
Atenção Integral à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de mais de 1.400 equipes de Estratégia de Saúde da Família e de 9.000 Equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Programa	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 50 Unidades Básicas de Saúde (UBS) • Manutenção de 677 UBS em regime de terceiro turno durante o inverno
Implementação da Vigilância em Saúde	<p>Continuidade das ações de implementação da vigilância em saúde, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização para os municípios das ações de vigilância ambiental, sanitária, epidemiológica e em saúde do trabalhador • Realização de mais de 23.000 atendimentos na área de vigilância toxicológica • Plano de enfrentamento à dengue
Pesquisa e Educação em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mais de 3.400 profissionais da área da saúde • Realização de pesquisas biotecnológicas em saúde e de vigilância ambulatorial • Desenvolvimento de medicamentos • Realização de diagnósticos de paternidade
Programa Estadual de Prevenção da Violência	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do PPV em 27 municípios • Habilitação de 170 equipes de saúde da família para atendimento em PPV
Primeira Infância Melhor	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mais de 2.600 visitantes
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a 3.000 portadores de hemoglobinopatias e coagulopatias

JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A **Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social (SJDS)** é o órgão responsável pela articulação e execução das políticas sociais no Rio Grande do Sul. Atua na área dos direitos humanos, em suas diversas demandas, no fortalecimento do terceiro setor, na área da assistência social e desenvolvimento local. Também é responsável pela política estadual de acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, saúde e segurança do trabalho, geração de emprego e renda. Cabe à SJDS a implementação das ações estaduais de assistência social, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A Secretaria dá sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, do Índio, da Comunidade Negra e de Defesa do Consumidor. Faz, ainda, o registro de entidades civis, indispensável à concessão da declaração de utilidade pública estadual e, por intermédio do PROCON, desenvolve diversas ações na defesa dos direitos do consumidor. A SJDS ainda desenvolve trabalhos para a ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social.

Tais competências são exercidas pela Secretaria e por suas instituições vinculadas, a saber: **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)**; **Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE)**; **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)**; e, **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de**

Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS).

O Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS), conhecido como **Lei da Solidariedade**, visa promover ações de inclusão e parcerias. O Programa é de abrangência estadual, compartilhando responsabilidades sociais entre Estado, Conselho de Assistência Social, Organizações Sociais e Empresas, através de projetos sociais que devem ser voltados à melhoria das condições de vida das comunidades vulneráveis. Em 2007, a Lei foi aperfeiçoada, com a introdução de uma nova tabela de compensação de crédito fiscal presumido, que beneficia pequenas e médias empresas apoiadoras de projetos da área social. Com a reforma da Lei, as entidades que aprovarem projetos junto ao Programa destinarão 5% do valor total de cada projeto para a constituição de Fundos Permanentes de Sustentabilidade para o Terceiro Setor. Esses Fundos também poderão receber valores destinados por pessoas físicas e jurídicas e serão vinculados a fundações de direito privado acompanhadas pelo Ministério Público.

A **Rede Parceria Social** é um conjunto de ações integradas que visa gerar melhoria no desenvolvimento social. A rede é coordenada pela Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social, integrando Estado, empresas e terceiro setor, objetivando: melhorar a atuação do Estado, otimizando resultados e soluções; potencializar condições para incrementar a sustentabilidade do Terceiro Setor; e, otimizar os recursos destinados pelas empresas privadas à Ação Social.

A Carteira de Projetos da Rede Parceria Social é uma iniciativa conjunta da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, organizações sociais e empresas, com o objetivo de realizar projetos sociais em todo o Rio Grande do Sul, abrangendo diversas áreas da assistência social e beneficiando centenas de pessoas. Em 2007 e 2008, foram 9 empresas apoiadoras e 10 entidades-âncoras, que desenvolveram 12 Carteiras de Projetos Sociais, selecionados por editais. Isso permitiu o apoio a 197 projetos sociais em 64 municípios gaúchos, no valor de R\$ 6 milhões, atingindo um público de 25 mil pessoas. As ações foram realizadas com acompanhamento, avaliação, capacitação de lideranças e avaliação de resultados, contando sempre com a deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social, Governo do Estado, empresas e organizações sociais. Na sua segunda edição, lançada em novembro de 2008, a Rede Parceria Social conta com 17 empresas apoiadoras, 18 entidades-âncoras e 22 carteiras de projetos sociais, com uma previsão de R\$ 8,6 milhões de recursos a serem repassados para o desenvolvimento de projetos sociais.

No início de 2008, ocorreu a Institucionalização do Marco Regulatório das **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs)**, para estabilizar e oferecer transparência na relação entre o Executivo e as organizações da sociedade civil na execução de serviços públicos não-exclusivos de Estado. Atualmente, boa parte desses serviços já é executada por organizações sem fins lucrativos, inclusive em parceria com o próprio Estado, como redes de creches e entidades sociais, casas de cultura, organizações de preservação ambiental, pesquisas, saúde,

educação, entre outras áreas. As prefeituras e os Governos Estadual e Federal possuem diversas formas de parceria com essas instituições, porque elas podem prestar excelentes serviços a um custo mais reduzido para o cidadão, na medida em que têm mais agilidade de gestão, buscam recursos de diversas fontes e mobilizam o trabalho voluntário. O marco legal estabelece claramente as regras para esses sistemas de parcerias. Prevê a fixação e a publicação de metas e critérios de avaliação de desempenho, incluindo-se a avaliação da satisfação do usuário sobre o serviço prestado. Estão excluídas todas as funções precípuas de Estado – segurança, áreas judiciárias, receita pública e fiscalização – e todas aquelas nas quais a atuação do Estado é exclusiva e não pode ser partilhada com a esfera pública não-estatal.

A Lei Estadual nº 12.901/2008 e o Decreto nº 45.541/2008 dispõem sobre: a abrangência nas áreas de prestação de serviços não-exclusivos do Estado; os termos de parceria com avaliação finalística de resultados, com metas e indicadores; a seleção pública das OSCIPs com o acompanhamento do Ministério Público; e, o regime de contratualização integral com o setor privado sem fins lucrativos.

Em dezembro de 2008, foi aprovada, pela Assembléia Legislativa, a institucionalização do Programa **RS Socioeducativo**, no âmbito da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, em parceria com a Secretaria da Saúde. O programa tem a finalidade de auxiliar a inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto egresso de medida de internação da **Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE)**. O Poder Executivo está autorizado a criar e regulamentar a prestação de apoio financeiro aos adolescentes e jovens adultos egressos das medidas privativas de liberdade, de internação e semiliberdade, em valor não superior a 50% do salário mínimo nacionalmente fixado. O apoio financeiro, que não ultrapassará o prazo de um ano, será concedido pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, com a observância dos requisitos mínimos, quais sejam: estar matriculado e freqüentar o ensino regular; freqüentar os cursos de qualificação profissional e as oportunidades de trabalho que lhe forem oferecidos; e, submeter-se aos atendimentos na área da saúde e da assistência social a que for encaminhado. Tal ação tem por objetivo contribuir para a ressocialização dos adolescentes numa proposta de co-responsabilidade do adolescente, da família e das políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, contribuindo, assim, para a redução da reincidência criminal e prevenção da violência no Estado do Rio Grande do Sul.

A **FASE** executa as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, tendo atendido uma média mensal de 1.139 adolescentes em 2007, e 1.148 adolescentes em 2008, nos municípios de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana.

A **Rede RS Criança**, lançada em setembro de 2007 e coordenada pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, envolve Governo do Estado, terceiro setor, empresas e cidadãos e visa arrecadar recursos para

o Fundo Estadual da Infância e Adolescência. Pessoas Físicas podem destinar até 6% do Imposto de Renda devido ao Fundo Estadual, e Pessoas Jurídicas podem participar destinando até 1% do Imposto de Renda devido. Os projetos sociais desenvolvidos estão focalizados nas seguintes áreas: adolescentes autores de atos infracionais cumprindo medida socioeducativa; crianças e adolescentes em regime de abrigo; jovens dependentes de substâncias psicoativas, necessitando de tratamento médico e psíquico; combate a todas as formas de violência infanto-juvenil; crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal ou social.

Na primeira edição da Rede, os recursos do Programa atingiram R\$ 1,5 milhão para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, atendendo 49 projetos sociais selecionados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA), que administra os valores arrecadados. Em 2008, através da Lei Estadual nº 13.069, servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, autarquias e fundações – que fazem a declaração completa – puderam doar até 6% do Imposto (IR) devido ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.

Um dos 12 Programas estruturantes do Governo, o **Emancipar: todo mundo é cidadão** é um programa de combate à pobreza que busca criar condições para o cidadão tornar-se independente. O Emancipar foi desenvolvido em 50 municípios, atendendo 18 mil famílias de comunidades em situação de vulnerabilidade social. As ações são realizadas de forma integrada com as secretarias estaduais, prefeituras municipais, iniciativa privada e comunidades beneficiadas. O Programa contempla o atendimento de 100 comunidades em situação de vulnerabilidade social nos 100 municípios com maior concentração de pobreza do Estado. Trabalhando com uma abordagem inovadora com diagnóstico local e pactuação ativa com as comunidades, o Programa integra ações de habitação popular, qualificação profissional e geração de renda, saúde, combate ao analfabetismo, empreendedorismo e microcrédito, cultura e segurança, com apoio de uma ampla rede de parceiros públicos e privados. Na área de educação e qualificação das pessoas que compõem as famílias do Programa Emancipar, foram qualificadas 1.410 pessoas em 2008, em 55 modalidades de cursos e 21 municípios do Estado.

A **FGTAS** desenvolveu o projeto Foto Social, dentro do Programa Emancipar, em 28 municípios gaúchos, avaliando o nível de vulnerabilidade social de cada comunidade. A FGTAS realiza cursos de **qualificação social e profissional** para trabalhadores empregados, desempregados ou subempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade de todos os segmentos sociais e membros de Comissões Municipais de Emprego (CME) para o exercício de sua função, aplicando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, através de convênio entre a FGTAS e o Ministério do Trabalho e Emprego. Entre 2007 e 2008, 85 municípios foram beneficiados, e cerca de 7.300 pessoas foram qualificadas.

Priorizar a célula familiar como núcleo básico de sustentação afetiva e biológica, implementando um conjunto de serviços, programas,

benefícios e projetos que possibilitam, com ações articuladas entre as políticas sociais e de saúde, reduzir e prevenir o impacto das dificuldades sociais e naturais do ciclo da vida são os objetivos da Política de **Proteção Social**. Foram investidos, com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), R\$ 3,5 milhões, em 2007, e R\$ 4,5 milhões em 2008, beneficiando 40 comunidades. Os municípios favorecidos foram: Arroio Grande, Encruzilhada do Sul, Ijuí, Júlio de Castilhos, Quaraí, Santiago, Santo Ângelo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel e São Sepé.

A Política de **Trabalho** efetivada pela SJDS visa promover a articulação entre agentes públicos e privados. As ações são identificadas através do Mapa do Trabalho, sistema de inteligência estratégica que possibilita uma oferta qualificada da educação profissional adequada às demandas nacionais e regionais. O desafio é articular a oferta de formação com competências requeridas pelo mercado de trabalho, através de um sistema de informação que passa a garantir a efetividade dos investimentos. Dentre as ações realizadas, destacam-se: convênio com o Sistema "S" para formação do fundo para qualificação de trabalhadores, com vistas a atender as demandas identificadas no mapa do trabalho; capacitação dos gestores públicos e planejamento estratégico de forma articulada com os Governos Federal, Estadual e Municipal e Comissões de Emprego e Renda; instalação do Observatório do Trabalho, com atualização permanente dos dados e indicadores do Mapa do Trabalho; ênfase na requalificação profissional; organização de trabalho em Rede para Geração de Renda; ampliação das Cadeias Produtivas; e, ênfase na formação direcionada para a área operacional. A **FGTAS** implementou ações de apoio ao artesanato e comercialização desses produtos como fonte de renda e, através das agências FGTAS/SINE, de acordo com o convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolveu intermediação de emprego formal no mercado de trabalho e habilitação de trabalhadores ao recebimento do seguro-desemprego.

Na área de **Direitos Humanos**, foram realizadas várias atividades, dentre as quais destacam-se: consolidação das Leis dos Direitos Humanos; implementação de políticas afirmativas – articulação dos conselhos e qualificação dos conselheiros; capacitação para os Conselhos Tutelares; construção da Usina de Direitos Humanos; Centro de Referência da Mulher, que atendeu 1.500 mulheres no período 2007-2008; RS Amigo do Idoso; e, Igualdade Racial – foi criada a Coordenadoria das Políticas de Igualdade Racial (COPIR). Sua atuação tem ênfase na garantia dos direitos dos indígenas, quilombolas, afro-descendentes e demais minorias étnicas, em diálogo com os conselhos de direitos. Foi publicado o livro RS Negro, valorizando a herança cultural afro-descendente no Estado; atendimento de 10.484 consumidores e fiscalização de 769 estabelecimentos pelo PROCON, no período 2007-2008; e, alocação de R\$ 4,1 milhões para os restaurantes populares que atendem pessoas necessitadas, com 1,5 milhão de refeições servidas.

Dentro da Política de Proteção aos Direitos Humanos, é também realizado atendimento direto a **Pessoas Portadoras de Deficiências e a Pessoas Portadoras de Altas Habilidades** e à sua comunidade, nas

áreas da saúde, trabalho, educação e assistência social, através dos serviços mantidos em Centros, Escolas e Núcleos da FADERS, beneficiando cerca de 5.200 pessoas no Estado. A **FADERS** presta assessoramento técnico na temática da Deficiência e das Altas Habilidades, capacitando agentes sociais, órgãos e instituições e professores da rede pública, para o atendimento desse público especial.

O atendimento prestado pela **FPERGS**, vinculado à política da Assistência Social, visa à reintegração familiar da criança/adolescente ou à colocação em família substituta. O abrigo, uma das **medidas de proteção** aplicadas às crianças e adolescentes que estejam com seus direitos violados, ocorreu nas 38 unidades residenciais, locais de moradia da população abrigada, além dos três abrigos institucionais voltados ao atendimento dos abrigados com maior comprometimento de saúde física e psicológica e pelos dois centros sociais localizados em Porto Alegre e Taquari. Os Centros Sociais se constituem em programas de apoio socioeducativo em turno inverso ao de escola formal onde se desenvolvem oficinas educativas e preparação para o mercado de trabalho. Em Porto Alegre e Uruguaiana, foi desenvolvido o Projeto Inserção Familiar e Comunitária de Adolescentes e Jovens Adultos em Processo de Desligamento, que consiste no acompanhamento de 40 jovens em fase de desligamento da FPERGS, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, em processo de reintegração familiar e comunitária.

A ação **A Nota é Minha – Assistência Social** faz parte do Programa Solidariedade, apoiando a relação do Estado com as entidades civis através do repasse de recursos para instituições assistenciais, educacionais e de saúde para auxiliar no cumprimento de suas finalidades. Cada instituição cadastrada junto ao Programa Solidariedade, além de colaborar, recebendo os documentos fiscais dos consumidores e entregando a eles as cautelas, estará apta ao recebimento de recursos, que serão transferidos pelo Estado.

Em 2007, foi realizado investimento de R\$ 2,2 milhões, beneficiando 355 entidades sociais em 146 municípios do RS. Em 2008, foram destinados R\$ 3.3 milhões para 378 entidades sociais em 154 municípios do RS.

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Programa de Atenção à Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento socioeducativo para cerca de 1.250 jovens • Implantação da Política de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, através do atendimento a 400 jovens • Atendimento de mais de 2 mil adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo • Ampliação e readequação das Unidades de Atendimento
Atenção e Promoção à Família	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da Política Estadual de Assistência Social • Implementação do Programa Emancipar • Atendimento a mais de 40 mil famílias na Rede de Proteção Social à Família • Qualificação profissional e social para mais de 20 mil trabalhadores

Programa	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Intermediação de emprego formal no mercado de trabalho para 75 mil trabalhadores • Desenvolvimento do artesanato como fonte de renda
Proteção aos Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de prevenção à violência • Apoio a projetos de Atenção à Criança e ao Adolescente • Construção e implantação de Restaurantes Populares • Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional • Implantação de cozinhas, hortas comunitárias e Banco de Alimentos • Coordenação das ações relativas à Política Estadual do Idoso, Direitos das Comunidades Indígenas, Garantia dos Direitos das Comunidades Negras, Afro-Descendentes e Quilombolas, Direitos da Criança e do Adolescente, Igualdade Racial e Proteção às vítimas de violência • Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência e Altas Habilidades • Execução das Medidas de Proteção de Abrigo e de Apoio e Orientação Sociofamiliar • Capacitação de 200 servidores no atendimento de portadores de psicopatologias abrigados na FPERGS • Inserção familiar e comunitária de adolescentes e jovens adultos em fase de desligamento da FPERGS
Terceiro Setor e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos para atuação no Terceiro Setor • Estímulo ao crescimento, qualificação e profissionalização do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul • Manutenção do Programa <i>A Nota É Minha</i> • Implantação do Observatório do Terceiro Setor e Desenvolvimento Social

HABITAÇÃO E SANEAMENTO

A **Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR)** formula, coordena e executa as políticas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano do Estado. A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** e a **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)** são suas vinculadas.

A METROPLAN é o órgão de gestão urbana do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios. Atua na Região Metropolitana de Porto Alegre (31 municípios), Aglomeração Urbana do Nordeste (10 municípios), Aglomeração Urbana do Litoral Norte (20 municípios) e Aglomeração Urbana do Sul (4 municípios). Nessas áreas, estão localizados cerca de 4,5 milhões de habitantes.

A CORSAN é a empresa estadual de saneamento dos gaúchos. Atuando em 346 localidades no Estado, abastece, atualmente, mais de 7 milhões de gaúchos, o que corresponde a dois terços da população.

Os três órgãos desenvolvem o Programa Gaúcho de Saneamento, o de Desenvolvimento Urbano e Regional e o Programa Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social e são responsáveis por ações dos Programas Estruturantes **Emancipar**, **Nossas Cidades** e **Saneamento em Ação**.

Durante o período 2007/2008, na **Política Habitacional**, foram assinados convênios com a Caixa Econômica Federal em 16 municípios, para a construção de 514 casas, com um repasse de R\$ 771 mil do Governo do Estado. Através do Programa Carta de Crédito – FGTS foram concluídas 7 ações habitacionais de convênios de exercícios anteriores, permanecendo outras 379 em andamento.

No âmbito do Programa Estruturante **Nossas Cidades**, a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, através de parcerias com o Governo Federal e 32 municípios, assinou convênios para a construção de 1.374 moradias e 88 módulos sanitários, com um investimento do Governo do Estado de R\$ 3 milhões. Como resultado de convênios de exercícios anteriores, foram concluídas 2.432 ações habitacionais, permanecendo outras 1.907 em andamento. No Programa Estruturante **Emancipar**, foram firmados convênios com 11 municípios para a construção de 139 casas e realização de obras de esgoto, pavimentação e rede de água nas comunidades selecionadas pelo Programa, com um investimento do Governo do Estado de R\$ 2,5 milhões. Para a viabilização da **Consulta Popular**, foram assinados convênios com 23 municípios para a construção de 40 casas e 274 módulos sanitários, com um investimento de R\$ 807 mil. Foram concluídas 557 ações habitacionais de exercícios anteriores, permanecendo outras 667 em andamento.

Para acelerar o processo de **Regularização Fundiária e de Reassentamentos**, a Secretaria da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, realizou várias ações, dentre as quais destacam-se: elaboração de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) de 4.088 lotes, aprovando o EVU de 5.774 lotes, nos órgãos municipais; aprovação de projeto urbanístico de 1.783 lotes, nos órgãos municipais; elaboração de projetos complementares de 751 lotes; regularização jurídica de 221 lotes até outubro de 2008; e, doação de áreas estaduais (ocupadas) para municípios visando a viabilização de obras de infra-estrutura e regularização fundiária de 4.380 lotes e a execução de levantamentos topográficos cadastrais de 1.072 lotes.

Foram, ainda, firmados convênios, que visam melhorias de infra-estrutura em áreas elencadas no âmbito do Programa **Emancipar**, nos municípios de Arroio Grande, Júlio de Castilhos, Quaraí, São Gabriel e São Sepé, com a urbanização de 1.497 lotes.

Em 2007, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica, visando à implementação do Centro de Saúde Educação e Cultura do Instituto Vida Solidária/AMRIGS, beneficiando em torno de 4.000 pessoas moradoras das Vilas Salvador França, São Pedro e São Judas Tadeu, em Porto Alegre, que estão incluídas no Programa de Regularização Fundiária do Estado. Além de assistência médica, o Centro vai contar com programas de educação em

saúde, oficinas de formação para a geração de emprego e renda e atividades de inserção cultural. Também foi firmado Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de elaborar projetos e executar obras em áreas de propriedade municipal e ou estadual, bem como firmado Termo de Cooperação Técnica com os municípios de Sobradinho, Venâncio Aires e Rolante. A SEHADUR está participando do grupo de trabalho referente à ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, efetuando levantamentos e avaliação nas Vilas Dique, Nazaré e Floresta.

A Companhia Riograndense de Saneamento vai investir, até o final deste Governo, mais de R\$ 1 bilhão em obras de expansão e melhorias dos **sistemas de água e esgotos**. Próximo de completar 43 anos de existência, a CORSAN atingiu o seu objetivo de universalizar o atendimento com água tratada. São 320 municípios conveniados, que têm 98% da população urbana atendida com água tratada de qualidade, cujo padrão é reconhecido em todo o País. Pela primeira vez, a CORSAN vai investir em iguais percentuais os seus recursos na melhoria e expansão dos sistemas de água e de esgotos. São recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), de financiamentos do BNDES e CEF e próprios da companhia. Em 2008, foram iniciadas obras de esgoto nas cidades de Alvorada, Viamão, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul. Dois dos municípios beneficiados, Alvorada e Viamão, terão o sistema expandido de 7% para 50% da população. Para 2009, estão previstas obras nos municípios de Carazinho, São Gabriel, Uruguaiana e Venâncio Aires. Com recursos financiados, também serão realizados projetos nas cidades de Capão da Canoa, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Encantado, Osório, Torres e Guaíba. A prioridade do Governo Estadual são os municípios dos vales do Sinos e Gravataí, que enfrentam, há algum tempo, problemas resultantes da poluição dos rios, para melhorar a qualidade da água.

Os esforços do Governo do Estado são para elevar o atual índice de atendimento dos serviços de esgoto, de 13% para 30%. No entanto, mesmo sem contar com rede coletora na frente do domicílio, estudos indicam que 83% das casas no Rio Grande do Sul fazem tratamento primário do esgoto, utilizando a alternativa de fossas ou sumidouros, o que contribui para a manutenção do baixo índice de mortalidade infantil.

Outro projeto da CORSAN em andamento é de instalação de hidrômetros, o que representa a justiça tarifária. O índice de medidores instalados era de 74% e alcançou 85% em 2008.

Para possibilitar o abastecimento de água potável às **pequenas comunidades** do interior do Estado não abrangidas pela CORSAN, o Programa de Perfuração de Poços fez 259 poços profundos em 325 localidades, através da SEHADUR, beneficiando 18.707 famílias com água potável em 164 municípios. Através do Programa Gaúcho de Saneamento, foram elaborados projetos de saneamento básico para municípios com menos de 10 000 habitantes e finalizado o Plano de Saneamento da Bacia do Rio dos Sinos, totalizando R\$ 2,5 milhões.

Ainda na área de **Saneamento**, a METROPLAN realizou o diagnóstico preliminar da situação do gerenciamento municipal de resíduos sólidos, estando em elaboração o plano de trabalho para convênio com o Ministério do Meio Ambiente. Estão em andamento as obras de construção de galpões de reciclagem de lixo seco em 10 municípios. Também foi desenvolvido o termo de referência para a contratação do Plano de Gerenciamento Integrado da Aglomeração Urbana do Nordeste.

No **Desenvolvimento Urbano**, foram concluídas as obras da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, do Projeto Linha Rápida, com a aplicação R\$ 8,9 milhões em recursos financeiros do Estado. Entre outras ações, destaca-se a elaboração de projetos de engenharia para a Avenida do Litoral, compreendendo melhorias viárias na antiga RS 786 – INTERPRAIAS – que liga Quintão (Palmares do Sul) a Torres, percorrendo os 11 municípios da orla do Litoral Norte, reforçando a integração regional, numa extensão de 145 km; e, a elaboração de projetos de engenharia para as vias de circulação do transporte coletivo das áreas atendidas pela METROPLAN.

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de mais de 3 mil ações habitacionais • Realização de 3,3 mil ações de Habitação Popular no programa Emancipar-RS • Regularização fundiária de mais de 2,8 mil lotes
Programa Gaúcho de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Política Estadual de Saneamento • Perfuração de 230 poços • Ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico nas bacias hidrográficas do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí • Implantação de sistemas de saneamento básico para pequenas comunidades • Elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental para 100 municípios • Expansão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, beneficiando 2,25 milhões de economias • Expansão e manutenção dos sistemas de esgoto sanitário para servir mais 260 mil economias
Desenvolvimento Urbano e Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Ações integradas de infra-estrutura urbana • Institucionalização do processo de planejamento e gestão territorial e da mobilidade urbana • Qualificação do sistema estadual de transporte metropolitano de passageiros (SETM) • Capacitação para agentes de desenvolvimento local e regional

SEGURANÇA

A **Secretaria da Segurança Pública (SSP)** constitui-se no braço governamental de gestão das políticas de segurança pública para o Estado do Rio Grande do Sul. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelos órgãos vinculados, que são a **Brigada Militar (BM)**, **Polícia Civil (PC)**, **Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e **Instituto Geral de Perícias (IGP)**. Também

fazem parte da estrutura da SSP o **Corpo Bombeiros** e o **Programa de Proteção às Testemunhas (PROTEGE)**.

Na área da Segurança Pública, o Governo do Estado desenvolve o Programa Estruturante **Cidadão Seguro**. O Programa visa o combate à criminalidade, através do aumento do efetivo de policiais nas ruas, modernização e integração do sistema de inteligência da Polícia Civil e da Brigada Militar e da renovação da frota dos órgãos de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Propõe, também, a construção de novos presídios e a reforma e modernização de unidades existentes e conta, ainda, com um projeto de ressocialização de presos, implementado por ações conjuntas com outras secretarias de governo.

No que se refere à **Recomposição do Efetivo**, no período 2007-2008, foram contratados e nomeados 3.110 servidores para a área da Segurança Pública, sendo 1.305 soldados e 783 soldados temporários para a Brigada Militar, 36 delegados e 445 escrivães e inspetores para a Polícia Civil e 541 servidores penitenciários para a Superintendência dos Serviços Penitenciários. Também foram convocados 194 candidatos já aprovados em Concurso Público para a realização do Curso de Formação de Servidores Penitenciários da SUSEPE. Ainda, foi autorizada a contratação de 667 salvavidas civis temporários, para a Brigada Militar, bem como a abertura de Concurso Público (em fase de realização) para o preenchimento de 4.096 vagas, sendo 3.000 para soldados de carreira e 306 para soldados temporários da BM, 157 delegados, 500 escrivães e inspetores para a PC e 133 servidores periciais para o Instituto-Geral de Perícias (IGP). Esses acréscimos de recursos humanos, que totalizam 8.067 servidores, já empossados, em curso ou em processo seletivo, representam, em algumas áreas, significativas reduções de lacunas e proporcionam uma otimização da prestação de serviços.

Implementando o projeto **Renovação da Frota** do Programa Estruturante Cidadão Seguro, que visa à qualificação dos equipamentos utilizados nas atividades policiais, periciais e penitenciárias, estão sendo incorporados nas frotas dos segmentos da segurança pública, por doações diretas, com recursos de convênios, recursos livres do Tesouro e Consulta Popular, além do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP), um total de 991 veículos novos, sendo 683 para a Brigada Militar, 247 para a Polícia Civil, 24 para o Instituto-Geral de Perícias, 31 para a SUSEPE e 6 para o Órgão Central, com alocação de recursos na ordem de R\$ 41,7 milhões.

No quesito **Modernização e Integração do Sistema de Inteligência**, no período 2007-2008, o Governo adquiriu para os segmentos da Segurança Pública, com recursos de convênios, próprios e do FESP, equipamentos na ordem de R\$ 32,9 milhões. Foi feita a aquisição de 3.033 estações informatizadas de trabalho; 7.096 coletes balísticos; 97 etilômetros; 1.053 pistolas calibre .40; 70 armas longas/metralhadoras; 203 armas não-letais; 60 terminais de computadores para acoplamento em viaturas; contratada a instalação da rede lógica e elétrica da Polícia Civil, integrando a base de dados dos organismos policiais e melhorando o atendimento aos cidadãos. Foram alocados recursos para conclusão das obras da 2ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, no bairro Menino Deus,

constituindo-se num projeto-piloto para a racionalização operacional e modernização tecnológica, custeados em parte (35%) por recursos do FESP.

O Governo do Estado instituiu uma Força-Tarefa Prisional, composta por representantes de todos os poderes e da sociedade, visando agilizar a geração de **vagas no Sistema Prisional**. Estão em andamento projetos para a construção e a reforma de quatro albergues no interior do Estado, nas cidades de Caxias do Sul, Charqueadas, Venâncio Aires e Viamão e dois em Porto Alegre, totalizando 462 novas vagas, com investimento total R\$ 2,8 milhões. Foi concluída a ampliação da Penitenciária Regional de Pelotas (152 vagas) e inaugurada a Penitenciária de Caxias do Sul (432 vagas). Está em andamento a ampliação do Presídio Central de Porto Alegre, que disponibilizará 492 novas vagas. Foram, também, encaminhadas a construção e reforma de vagas nas penitenciárias de Passo Fundo (336 vagas), Espumoso (54 vagas), Santa Maria (336 vagas), Bento Gonçalves (336 vagas), Arroio dos Ratos (672 vagas) e Guaíba (672 vagas); além da construção da Penitenciária Federal em Guaíba (208 vagas), da Penitenciária Especial para Jovens Adultos em São Leopoldo (421 vagas) e da Penitenciária Feminina (256 vagas), em município a ser definido. Ao todo, serão 4.367 vagas no regime fechado, totalizando R\$ 125,3 milhões em investimentos.

Além da geração de novas vagas no Sistema Prisional, deve-se buscar a redução nos níveis de reincidência delituosa e a conseqüente recuperação da condição de cidadão do apenado através de sua educação, capacitação profissional e da sistemática assistência à sua condição psicológica e social. Promover a reeducação, a reintegração social e **ressocialização dos presos** através de eventos culturais, palestras, homenagens, educação e trabalho prisional, são ações realizadas dentro dos estabelecimentos prisionais pela SUSEPE. No período, em alguns municípios, foram estabelecidas parcerias com o SESI, o SENAC e o SENAR para a realização de palestras e cursos, instalação de laboratório de informática e ampliação de bibliotecas através de doações. Também foram instalados alguns gabinetes odontológicos e realizadas campanhas de vacinação entre os presos. Frequentaram aulas nos ensinos fundamental, médio e superior, 1.941 presos e, em 2007, 12.003 realizaram atividade laboral.

Com vistas à **humanização da prestação de serviços à comunidade**, foram realizadas obras no Departamento Médico Legal, envolvendo recursos na ordem de R\$ 844 mil, com a criação do Serviço de Verificação de Óbitos, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde; projeto de ampliação da capacidade de atendimento do TudoFácil Centro; e, ampliação, em mais de 200 m², da Delegacia da Mulher de Porto Alegre para o cumprimento das demandas da Lei Maria da Penha. Além disso, foi anunciada a criação da Delegacia da Mulher no bairro Restinga.

A SSP tem atuado na **Prevenção da Violência**, com as demais Secretarias de Estado, através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), iniciativa da Brigada Militar para a proteção preventiva das crianças do ensino fundamental e médio. Mais de 103 mil

crianças e adolescentes já passaram pelo programa, que está presente em quase 300 municípios.

O sistema de monitoramento de vídeo em vias públicas está em operação em mais de vinte dos maiores municípios do Estado, em parceria com os Poderes Executivos Municipais. Para de 2009, o número de câmeras em Porto Alegre deverá ser duplicado e interligado ao Centro Integrado de Operações da Segurança Pública (CIOSP), passando de 51 para 102 câmeras.

No **Combate ao Crime**, os segmentos policiais têm realizado operações visando combater o furto e roubo de veículos, o porte ilegal de armas, tráfico e consumo de drogas e combate à criminalidade de toda a ordem, assentadas em barreiras policiais, onde pessoas e veículos são identificados e inspecionados, sempre considerando os locais de maiores incidências estatísticas. Nesse sentido, desde janeiro de 2007, já foram fiscalizados mais de 33 milhões de veículos, realizadas cerca de 500 mil inspeções em bares e casas noturnas, inspecionados mais de 9.900 estabelecimentos de desmanche de veículos, recapturados mais de 7.800 foragidos da Justiça, recuperados mais de 33.000 veículos furtados ou roubados e realizada a prisão de mais de 162 mil pessoas. Também foram apreendidas cerca de 6,5 t de maconha, 178 kg de cocaína e 249 kg de *crack*. Através do Planejamento Estratégico, 12 **indicadores de criminalidade**, como homicídios, latrocínios, furto e roubo de veículos, tráfico de drogas e porte ilegal de armas, passaram a ser rigorosamente monitorados pela SSP. Para dar transparência às ações, os indicadores de criminalidade estão sendo disponibilizados diariamente na internet.

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Prevenção e Repressão à Criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Recomposição dos efetivos da Polícia Civil e da Brigada Militar, com a contratação de mais 3,9 mil servidores • Recomposição do efetivo do Instituto Geral de Perícias, com a contratação de 170 servidores • Renovação da frota com a aquisição de 500 viaturas para a Polícia Civil, a Brigada Militar e o Instituto Geral de Perícias • Reformulação de 50 delegacias • Prevenção da violência nos municípios, integrando ações de todos os órgãos da SSP voltadas para: ações de prevenção, estruturação do Sistema de Inteligência e das Corregedorias; informatização e modernização do parque tecnológico; ampliação do sistema de interceptação de sinais; ações de segurança nas escolas – Guarda Escolar
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação de servidores da Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Órgão Central da Secretaria de Segurança Pública
Administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção, ampliação, reforma e recuperação de 15 estabelecimentos penais • Recomposição do efetivo da SUSEPE, com a contratação de 400 servidores • Renovação da frota de viaturas e modernização dos equipamentos da SUSEPE • Revitalização do Instituto Psiquiátrico Forense • Geração de cursos educacionais e profissionalizantes para presos

CULTURA

Através da **Secretaria Estadual da Cultura (SEDAC)** e das suas vinculadas, o Governo estadual está reformulando a política cultural do Estado com objetivo de implantar um novo modelo de gestão de políticas públicas para a área. Além da Secretaria, a estrutura responsável pela cultura é formada pela **Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (FCP-RTV)**, que compreende a Televisão Educativa (TVE) e a Rádio FM Cultura; a **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF)**; a **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**; a **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**; e, inúmeros museus, bibliotecas, institutos, centros culturais e teatros.

Considerando a contribuição da cultura na redução das desigualdades e o papel da cultura como instrumento de inclusão social, foram definidos os seguintes objetivos para o período 2007-2010: implementar a ação cultural em todos os segmentos da sociedade, de forma a promover a inclusão social e a geração de postos de trabalho e renda; consolidar e aprimorar o sistema estadual de financiamento e incentivo às atividades culturais e implementar o fundo de apoio à cultura; modernizar estruturas e equipamentos, de forma a viabilizar o acesso de toda a sociedade; capacitar e formar um quadro técnico especializado para os setores culturais, de forma a garantir a efetiva prestação de serviços culturais à comunidade.

O Programa de Produção, Valorização e Difusão das Manifestações Culturais desenvolveu ações em 27 municípios do Estado, realizando palestras de autores gaúchos em escolas estaduais para difundir o hábito da leitura junto aos estudantes. Já o Programa de Inclusão Social pela Ação Cultural promoveu ações culturais com atividades voltadas ao estímulo à educação cultural e à formação de público nas diferentes camadas sociais. Merecem também destaque, na conservação do patrimônio cultural, as reformas do Museu Histórico Farroupilha e do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

A SEDAC desenvolveu, ainda, ações culturais voltadas à Prevenção da Violência em cinco municípios gaúchos, através de oficinas de fotografia e, em Porto Alegre, além dessas, oficinas de confecção de módulos de madeira e contratação do Projeto *Cine Perifa*.

Buscando viabilizar e incentivar a comunidade em geral a participar de programação variada e qualificada nas áreas de música, dança e artes cênicas, a **Fundação Theatro São Pedro**, no exercício de 2007, realizou 172 eventos com bilheteria, atingindo a um público de 83.975 espectadores. Dos eventos com entrada franca, foram realizadas 44 apresentações do Musical Petropar, para 4.400 espectadores, e 10 apresentações dos Concertos BANRISUL para a Juventude, para 5.800 alunos de escolas de 1º e 2º graus. Além desses, foram realizados eventos promovidos ou apoiados por Órgãos vinculados ao Governo do Estado,

como o Prêmio Açorianos de Música e 11º Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, entre outros.

Em 2008, ano em que se comemora os 150 anos do Teatro São Pedro, foi realizada uma programação especial e eclética, com a promoção de intercâmbio de diferentes linguagens cênicas com outros estados do País, reafirmando a posição de Porto Alegre como pólo cultural do sul do Brasil. Das realizações com bilheteria, até outubro de 2008, foram realizados espetáculos para um público de 77.123 espectadores. Dos espetáculos com entrada franca, podemos citar 42 apresentações do Musical Petropar, para 4.000 espectadores, as 8 apresentações dos Concertos Banrisul com a Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro (OCTSP), para 4.200 alunos de escolas de 1º e 2º graus, e 08 Concertos Populares CEEE, para 5.600 pessoas.

Outro projeto desenvolvido pela Fundação Theatro São Pedro que merece destaque é a construção do Multipalco, que envolve teatro italiano, teatro oficina, concha acústica, sala para corpo de baile, salas de ensaios e apresentações, sala para orquestra, restaurante, café e bar, lojas, praças e estacionamento com 240 vagas. A estrutura da obra está 100% concluída, atualmente estão sendo executados a alvenaria e acabamentos finais, já funcionando o estacionamento. As obras estão sendo coordenadas e executadas pela Associação Amigos do Theatro São Pedro, com recursos captados junto à iniciativa privada através de projetos incentivados.

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) vem trabalhando com objetivo de levar ao conhecimento do público o repertório sinfônico disponível. Foram realizadas apresentações na Capital e em 17 municípios, permitindo a participação da população e o aperfeiçoamento cultural da mesma. Estima-se a participação de um público de 34.400 espectadores no interior, entre 2007 e 2008. Foram realizados em 2007, em Porto Alegre, 17 concertos da Série Concertos Oficiais no Teatro da OSPA, com um público total de 10.000 pessoas. Na série Concertos Especiais, foram realizados concertos no Palácio Piratini, Parque da Harmonia, Auditório TCE, Teatro do SESI, Teatro Sancho Pança e Auditório da UFRGS. Nos Concertos Série Azul, foram realizados concertos nas Igrejas, Catedral Metropolitana de Porto Alegre, Igreja da Reconciliação, Igreja São Pedro e Igreja São José. Na Série Natal, foi realizado um Concerto na Praça da Matriz no dia 18 de dezembro. O público estimado nesses concertos foi de 19.200 pessoas.

Até outubro de 2008, foram realizados 18 Concertos Oficiais no Teatro da OSPA, Teatro Bourbon Country, Salão de Atos da UFRGS e Auditório do TCE, com um público estimado de 9.000 pessoas. Na série Concertos Especiais, foram realizados concertos no Palácio Piratini, Teatro São Pedro, Câmara dos Vereadores de Porto Alegre e Jardim Botânico, com um público de 8.000 pessoas, e a MARATONA - Encontro com Mozart e Beethoven, em que a Orquestra fez doze apresentações com obras dos dois compositores no Teatro Bourbon Country, com entrada livre e um público estimado de 6.000 pessoas. Os Concertos na Comunidade foram realizados na Igreja São Pedro, Igreja Ressurreição e União Israelita Porto Alegrense, com um público de 3.700 pessoas aproximadamente. Na Série Revelação,

dois concertos foram realizados no Teatro Bourbon Country, com a apresentação de jovens solistas.

Para a construção das instalações do futuro Teatro da OSPA, foi criada uma fundação de direito privado, denominada Fundação Cultural Pablo Komlós, que recebeu em doação terreno da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Para reestruturação e qualificação do parque técnico da TVE-RS e da Rádio FM Cultura, a **Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão** adquiriu um novo transmissor para aumentar a cobertura do sinal da TVE, agregando 3 milhões de novos telespectadores. Além disso, foi elaborado projeto de recuperação das retransmissoras que será colocado em prática a partir de 2009. Também foram promovidas melhorias de gestão, como a renegociação de contratos com fornecedores e clientes e a abertura da grade de programação da emissora à produção independente. Vários eventos estaduais foram cobertos na grade de programação das emissoras educativas, dentre os quais destacam-se o desfile de 20 de setembro, a EXPOINTER e a Feira do Livro. Na reestruturação da programação, devem ser mencionados a produção e divulgação do Programa Educativo Infantil Pandorga, Trânsito Legal, Galpão Nativo, Concertos OSPA e da Campanha de Divulgação de Ações de Voluntariado e para a Terceira Idade. A grade de programação da emissora foi aberta à produção independente, incentivando a produção e a manifestação de expressões artístico-culturais rio-grandenses.

O **Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore** exerceu as atividades de acompanhamento e valorização da cultura e da tradição gaúcha estando presente nos eventos cívicos e propostas oficiais do governo relativas ao tema. O Instituto participou ativamente na Feira do Livro e na EXPOINTER, além da organização de palestras com objetivo de oferecer e ampliar conhecimentos, e resgatar a cultura e a tradição gaúcha.

Na Semana Farroupilha de 2008, o IGTF esteve na vice-presidência da Comissão Estadual da Semana Farroupilha. O Instituto também esteve presente nas seguintes atividades: acendimento da Chama Crioula; lançamento da Semana Farroupilha e do livro Nossos símbolos: nosso orgulho; contribuição permanente na realização do Acampamento Farroupilha de Porto Alegre; coordenação dos Desfiles Temáticos em Porto Alegre e mais 15 cidades do Interior; entrega do Título de Cônsul Honorário para tradicionalistas residentes fora do Rio Grande do Sul; e, montagem e funcionamento do Galpão do IGTF no Acampamento de Porto Alegre.

Deve ser destacada a formatação do Projeto Centro de Referência da Tradição e do Folclore, que visa agregar os acervos bibliográfico, litero-musical e de imagens do IGTF, com ambiente próprio para atendimento ao público; o desenvolvimento do Projeto Formação de Folcloristas que visa, através da realização de cursos e oficinas, ampliar a massa crítica social para a área da cultura gauchesca e de pesquisadores do folclore e da tradição do Estado; e, a Mostra Itinerante Ciclo Farroupilha.

AÇÕES PARA 2009

Programa	Ações
Inclusão Social pela Ação Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Ações culturais voltadas à prevenção da violência • Desenvolvimento de ações culturais voltadas aos programas Emancipar, Recomeçar e RS-Mulher • Realização de oficinas para a descentralização cultural, desenvolvimento cultural e geração de renda
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do acervo cultural e do patrimônio cultural • Construção de parte do prédio do Multipalco Theatro São Pedro e do Teatro da OSPA • Desenvolvimento de ações para preservação do folclore e tradições gaúchas
Produção, Valorização e Difusão das Manifestações Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a projetos e atividades culturais • Apoio à produção e a difusão cultural • Reestruturação e qualificação do parque técnico e da programação da TVE-RS e Rádio FM Cultura • Apresentações artísticas e culturais

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

A **Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM)**, integrante do Gabinete da Governadora, possui a incumbência de ser o órgão responsável pela articulação do recorte transversal de gênero nos programas prioritários de Governo. Em vista disso, a CEM elaborou, em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão, o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (Plano RS Mulher), formado por demandas oriundas da III Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (III CEPM), abrangendo todas as áreas de atuação do Governo do Estado. Cumpre salientar que várias ações referentes ao Plano encontram-se destacadas no Orçamento 2009. Em março de 2008, foi lançada a Consulta Pública do Plano RS Mulher, que contou com sugestões e propostas da população gaúcha.

A CEM realizou articulação com as Prefeituras para criação de Coordenadorias Municipais da Mulher, totalizando atualmente cinquenta e cinco e, como uma das conseqüências disso, houve o lançamento da Ação Cidade Amiga da Mulher, inserida no Projeto Estruturante Nossas Cidades.

No eixo da violência, a CEM integrou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, possibilitando a vinda de recursos na ordem de R\$ 3 milhões para os municípios gaúchos.

No mês de setembro, através de decreto da Governadora, instituiu-se o Troféu RS Mulher Farroupilha, cuja entrega foi organizada pela CEM. Além disso, a Coordenadoria participou de diversas campanhas, conferências, comitês, cursos, oficinas, divulgações e eventos ligados às questões de gênero.

AÇÕES PARA 2009

A Coordenadoria, no exercício de 2009, promoverá o desenvolvimento de ações visando à implementação de políticas públicas para as mulheres do Estado.

A CEM deverá coordenar as ações integrantes no Plano RS Mulher, executadas pelas Secretarias da Justiça e Desenvolvimento Social; Saúde; Cultura; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; bem como pelas Fundações de Economia e Estatística; e de Desenvolvimento de Recursos Humanos; além da Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD e PPAH.

FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

Desde o início do Governo, o eixo de Finanças e Gestão Pública foi norteado por duas metas centrais: buscar o ajuste fiscal, propiciando a retomada da capacidade de investimentos, e a promoção da modernização da gestão pública. Em apenas dois anos, o Governo do Estado reverteu uma situação histórica de déficit das contas públicas gaúchas. Depois de quase quatro décadas de sucessivos resultados orçamentários negativos, em 2008, o déficit das contas públicas foi zerado, antecipando um resultado previsto para acontecer em 2009. Mais do que equilibrar as contas públicas, o Governo do Estado está devolvendo aos gaúchos a possibilidade de realização de um conjunto de investimentos que, há anos, eram aguardados. A seguir, são apresentados os principais resultados do eixo de Finanças e Gestão Pública, com destaque para as medidas de redução de gastos, aumento da receita, combate à sonegação, modernização da gestão e transparência das contas públicas que levaram ao equilíbrio orçamentário.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

As medidas de **racionalização das despesas** foram o primeiro passo para reverter um déficit previsto em R\$ 2,4 bilhões para o ano de 2007. Em dois anos, o Estado economizou R\$ 500 milhões com ações para redução de despesas de custeio e revisão de estruturas e processos, obteve ganhos nas compras pelo pagamento em dia de fornecedores e regularizou o pagamento do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) junto a hospitais, laboratórios e médicos.

Esses resultados foram obtidos com iniciativas em todos os órgãos, através de ferramentas como o Gerenciamento Matricial da Despesa, as Oficinas para a Reeducação do Gasto, Controle de Cotas de Custeio e Reestruturação Organizacional e de Processos. Além de envolver centenas de servidores, essas iniciativas contaram com o apoio do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), com novas ferramentas e com boas práticas para a otimização dos recursos. Assim, a meta de economia de R\$ 450 milhões já foi superada.

Paralelamente, houve o aumento na arrecadação graças à modernização da receita e ao combate à sonegação, por meio de medidas como o Gerenciamento Matricial da Receita, o Programa de Avaliação do Contribuinte (PAC Inteligente) e o aumento da Nota Fiscal Eletrônica. Através desses procedimentos, todas as metas de arrecadação foram cumpridas e, mais importante, superadas.

Dentro do **Programa Fazendo Mais com Menos**, houve uma ampla reestruturação em 10 órgãos e inúmeros processos. A reestruturação de órgãos teve como objetivo a modernização de estruturas, com vistas à melhoria da eficiência no uso de recursos e geração de resultados para a sociedade. Já a reestruturação de processos teve como meta modernizar procedimentos de trabalho, com o objetivo de promover a economia de recursos, a eficiência e a efetividade. O exemplo é o IPE-Saúde, no qual foram revisados processos de trabalho e intensificado o uso de ferramentas

de automação de procedimentos e incremento de *softwares* de controle. Anteriormente, todo o controle das prestações de contas pelos conveniados e dos pagamentos era feito quase manualmente, gerando duplicidades, falhas ou incorreções.

Com a otimização dos gastos e a modernização da gestão da receita, o Estado conseguiu **regularizar a integralidade do pagamento dos salários dos servidores**. Além disso, com o resultado do ajuste fiscal em 2008, o 13º salário foi pago de forma antecipada e integral em 5 de dezembro, com recursos do Tesouro do Estado. Desde 1994, o pagamento do 13º salário do funcionalismo vinha sendo feito com antecipações de ICMS, venda de ativos, repasses extraordinários de recursos da União ou com empréstimos dos servidores junto ao BANRISUL, com custos adicionais provocados pelos juros. Em 2007, foram sacados recursos do fundo previdenciário para pagar a folha extra, também com encargos extras. Ainda em relação ao funcionalismo público, em 2008, foi encaminhada a solução para a chamada "Lei Britto", problema que se prolongava há mais de 10 anos, criando distorções salariais entre servidores que receberam os reajustes por decisão judicial e os que não foram contemplados pelo mesmo benefício. O Governo determinou o pagamento dos reajustes, beneficiando cerca de 95% dos servidores do Executivo, que estão recebendo reajustes que variam entre 19,9% e 33,09%.

A aplicação do **Teto Salarial no Executivo** determinou o corte dos salários dos que estavam acima do teto constitucional de R\$ 22.111,25. A medida deu seguimento à determinação expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, na qual foi incluída a necessidade de aplicação do teto. A mesma iniciativa também foi adotada no Instituto de Previdência do Estado.

Os **pagamentos dos fornecedores** de bens e serviços do Estado que, historicamente, chegaram a registrar atrasos de até 13 meses foram regularizados. O Estado passou a adotar o conceito de "Regime de Caixa", fazendo novas aquisições apenas quando havia recursos programados para o seu pagamento. Com a medida, houve uma economia de, pelo menos, R\$ 40 milhões em 2008, e o número de fornecedores que passaram a participar das licitações aumentou em até 30%.

Durante dois anos, o Governo não registrou atrasos no pagamento da **dívida com a União**, o que ocorria com frequência sempre que faltavam recursos para pagar as contas mensais. Com a contenção de investimentos e de gastos de custeio, o Estado manteve rigorosamente os pagamentos programados, evitando penalizações.

Com uma **operação de US\$ 1,1 bilhão com o Banco Mundial**, o Estado fechou o maior financiamento já feito a um Estado subnacional na história do Banco. Foram quitadas dívidas como as da Fundação BANRISUL e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). A reestruturação da dívida extralimite do Rio Grande do Sul já é referência e está sendo buscada por vários Estados. A operação é também um reconhecimento do BIRD e das autoridades federais ao esforço de ajuste fiscal do Rio Grande do Sul.

A **operação de venda de ações sem direito a voto do BANRISUL** garantiu recursos de R\$ 2,086 bilhões ao Estado, sendo R\$ 800 milhões para o Banco ampliar sua carteira de crédito e R\$ 1,2 bilhão para a constituição de fundos de previdência. O papel do BANRISUL como banco público foi reforçado. Com a operação de venda de ações do BANRISUL foram criados **dois Fundos de Reserva para a Previdência**. Foram criados o Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-Prev) e o Fundo de Garantia da Previdência Pública Estadual (FG-Prev).

O Governo retomou o **pagamento das dívidas com precatórios**, que não eram pagos desde 1999. Em 12 meses, o Governo pretende aplicar R\$ 200 milhões, por meio de um conjunto de iniciativas que incluem a aplicação de recursos do Tesouro, sendo parte proveniente do aumento do Fundo dos Precatórios.

As medidas fiscais adotadas proporcionaram que, em 2007, fosse registrado um superávit primário 122% acima da meta fixada com a Secretaria do Tesouro Nacional. Ainda no mesmo ano, o Estado obteve um **superávit primário** de R\$ 954 milhões, o maior em 37 anos.

O Governo passou a trabalhar com **maior transparência na relação Estado/Municípios**. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ) passou a disponibilizar em seu *site* os repasses mensais de ICMS e IPVA para os municípios. Além disso, também passaram a ficar disponíveis os créditos a que as prefeituras têm direito.

No biênio 2007 e 2008, foram realizados 58 encontros de contas junto às prefeituras para restabelecer as condições de as administrações municipais assinarem novos convênios e receberem recursos do Estado, com regularização cadastral junto ao Cadastro Informativo (CADIN-RS).

Foi implementado o Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado (CHE), colocando à disposição das prefeituras o cadastro único e centralizado de todos os documentos (certidões) exigidos pela legislação para que os municípios possam receber, por meio de convênios, transferências voluntárias. Além disso, o novo *site* da Secretaria da Fazenda passou a apresentar uma área específica com informações para os municípios, com melhor padronização e acesso aos dados.

Ainda no que diz respeito à transparência na relação entre Estado e municípios, foram alteradas as regras do CADIN, por meio de Lei que dispõe sobre a transferência de recursos estaduais aos municípios para execução de atividades nas áreas da assistência social, educação e saúde. Resultado do diálogo entre os prefeitos e o Governo do Estado, a Lei prevê que pendências nas três áreas acima citadas levarão à suspensão de repasses apenas para o setor que apresentar as pendências.

O Programa de Avaliação do Contribuinte é um sistema estatístico que permite o cruzamento de 61 indicadores para o acompanhamento de 135 mil contribuintes gaúchos. A partir deles, em 2007, foram estabelecidos padrões que permitem estimar um comportamento e uma média de arrecadação para os contribuintes. As empresas que ficam abaixo da nota média têm seu comportamento

analisado para verificação dos motivos. A ferramenta agiliza e dá foco às auditorias da Receita Estadual.

A Nota Fiscal Eletrônica alcançou cerca de 40% da arrecadação. Esse resultado foi atingido devido aos esforços de prospecção feitos pela Receita Estadual e por protocolos do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que tornaram obrigatória a utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para determinados setores. O número de empresas que emitem notas eletrônicas no Estado passou de cerca de 20, em 2007, para mais de 4 mil em 2008. Com esse avanço, o Rio Grande do Sul passou a colaborar com outros Estados na autorização e processamento da Nota Fiscal Eletrônica através do serviço SEFAZ Virtual RS. Atualmente, o número de Notas Eletrônicas autorizadas, via SEFAZ Virtual, em nome dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Rondônia, ultrapassa 7 milhões, que, somados às notas autorizadas em operações no Rio Grande do Sul, ultrapassam os 15 milhões de documentos. Em movimentação financeira, o total geral de notas emitidas pelo Rio Grande do Sul e outros Estados ultrapassa os R\$ 350 bilhões.

A Secretaria da Fazenda tem atuado em políticas que reduzam a **carga tributária do setor produtivo**. Como resultado desse esforço, importantes medidas foram adotadas como:

- Mudança no sistema de tributação do setor metal-mecânico
- Redução do ICMS para os genéricos
- Ampliação de benefício para o setor coureiro
- Liberação de créditos para setor moveleiro
- Apoio ao desenvolvimento da indústria de biodiesel
- Isenção de ICMS para obras da Copa 2014
- Redução ICMS do trigo

Em outubro de 2008, como resultado das medidas de ajuste fiscal, foi possível retomar **isenções do Simples gaúcho**. Empresas com faturamento anual de até R\$ 240 mil ficaram isentas do pagamento de ICMS. Empresas situadas na faixa R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões terão reduções de alíquotas a partir de 2009. Com a medida, a perda de arrecadação estimada é de R\$ 210 milhões por ano.

Através do **Programa a Nota é Minha**, foram repassados a entidades de assistência social, saúde e educação um total de R\$ 26,4 milhões. Em dois anos, foram entregues 880 prêmios aos consumidores. Também houve mudanças importantes no Programa, sendo que o número de prêmios foi ampliado de 30 para 110, e foram definidas como válidas apenas notas com o valor mínimo de R\$ 2,00, evitando-se a digitação de documentos fiscais de valores muito baixos.

Em dois anos, o **Programa de Educação Fiscal do RS (PEF)** realizou a capacitação de 1,6 mil professores e tutores. Em 2008, houve o lançamento do CD "Cantando a Educação Fiscal". O PEF firmou parcerias

com os Programas Municipais de Educação Fiscal de Santa Maria, Esteio, Montenegro, Novo Hamburgo, Tenente Portela, Teutônia, Porto Vera Cruz, Caxias do Sul, Campo Bom e Guaporé e realizou seminários regionais com cerca de 800 participantes. O PEF efetuou, em 2008, a doação de 300 computadores às escolas estaduais que desenvolvem atividades relacionadas à educação fiscal.

Em 2008, foi implantado, em 22 unidades orçamentárias, o **Sistema Finanças Públicas do Estado (FPE)**, totalizando 43 de uma demanda geral de 67 unidades orçamentárias, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O FPE permite a redução de custos, um maior grau de automação e agilidade, a qualidade e personalização de relatórios, maior segurança e rastreabilidade dos dados, disponibilidade de 24 horas por dia, maior eficiência no fluxo de processos e melhores condições de integração com outros sistemas. O Rio Grande do Sul é pioneiro no Brasil no uso dessa tecnologia para a gestão de recursos públicos.

Nos últimos dois anos, as 17 **Seccionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE)**, junto às Secretarias de Estado, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao TCE, analisaram cerca de 489 mil processos de prestação de contas relativos a R\$ 665 milhões. Foram realizadas 200 auditorias junto às autarquias, fundações e empresas de economia mista, bem como trabalhos especiais em cooperação com os demais órgãos de controle externo. Além disso, o módulo FPE de Administração de Materiais está implantado em 3.242 centros de custos cadastrados e foi viabilizado o treinamento de 1.878 usuários. A utilização desse módulo permite um gerenciamento integrado dos estoques de materiais dos órgãos que o integram e permite uma racionalização das compras, já que disponibiliza informações gerenciais de preços por itens e centro de custos, permitindo aquisições por menores preços. Também deve ser destacada a implantação da nova Seccional da CAGE junto à CELIC, com a finalidade de examinar os processos licitatórios das autarquias e fundações, ampliando a equipe que já funcionava junto à Central de Licitações (CELIC). Deve-se salientar que a maior parte das aquisições do Estado é feita pela CELIC que, por ano, movimenta cerca de R\$ 3 bilhões em aquisições e contratações.

A **Companhia Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS)** é a maior empresa de informática do Estado e processa diariamente milhões de transações vitais para o bom funcionamento do serviço público e o atendimento à comunidade. Atualmente vinculada à Secretaria da Fazenda, a PROCERGS, nos dois primeiros anos deste Governo, investiu cerca de R\$ 2 milhões na atualização da infra-estrutura da Rede RS. Para promover a eficácia e garantir a continuidade operacional ininterrupta dos serviços, a PROCERGS reformulou o ambiente operacional e a infra-estrutura da empresa. Até o momento, o investimento foi de aproximadamente R\$ 1,8 milhão.

Visando à expansão da capacidade de processamento e à redução do pagamento de licenças de uso, foram trocados dois ambientes de *mainframe* (IBM e UNISYS), gerando uma redução de custos de R\$ 700 mil

ao mês. Também foram substituídos equipamentos antigos, de baixa capacidade de processamento e com tecnologia ultrapassada, para servidores com alta *performance*. O investimento realizado foi em torno de R\$ 2,2 milhões.

No tocante à prestação de serviços de informática para o setor público, a PROCERGS trabalhou no desenvolvimento dos seguintes sistemas, vinculados a Programas Estruturantes de Governo: FPE – Finanças Públicas do Estado; NFE – Nota Fiscal Eletrônica; RHE – Gestão de Recursos Humanos do Estado; Modernização da Defesa Animal e Vegetal; e Modernização de Processos do IPERGS.

Também vale destacar o desenvolvimento dos sistemas: AME – Administração de Medicamentos; MGS – Monitoramento da Gestão da Saúde; SISPLAG – Sistema de Informações de Planejamento e Gestão; Portal do Estado do RS; Modernização da JUCERGS – Junta Comercial do Estado; Sistemas Integrados de Segurança Pública; PEC Virtual – processo de comunicação eletrônica entre a SUSEPE e o Tribunal de Justiça; e SCC – implantação de tecnologia móvel para leitura e emissão de contas de água da CORSAN.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Elaborado pela **Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)**, o **Plano Plurianual 2008-2011** apresentou vários avanços em relação aos anteriores, destacando-se o fortalecimento da base estratégica do Governo, a reorganização dos programas e ações, a prioridade no tratamento de questões transversais e a inovação no tratamento da regionalização, com a elaboração dos **Cadernos de Regionalização**. Foram realizadas oficinas de planejamento, envolvendo a equipe diretiva do Governo, para a construção de diretrizes e estratégias que orientaram a elaboração dos programas e ações. Os 242 programas e mais de mil ações existentes foram reorganizados em 89 programas e 647 ações, de acordo com os problemas a serem enfrentados, facilitando a execução e as estratégias de gestão. Com isso, mais programas passaram a ter interface multissetorial e territorial, estimulando a construção de soluções de forma compartilhada e de acordo com os problemas existentes em cada região. A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano foi ampliada e qualificada.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento organizaram o processo de elaboração do Plano Plurianual em cada região, debatendo os resultados, em conjunto com a SEPLAG. As contribuições resultantes foram encaminhadas para discussão com os órgãos de Governo. A regionalização do PPA foi destacada com a elaboração dos Cadernos de Regionalização por Região Funcional de Planejamento, nos quais foi detalhada a abrangência territorial dos programas e/ou ações, de acordo com os indicadores e as necessidades de cada região. Os Cadernos foram apresentados em seminários nas 9 Regiões Funcionais de Planejamento, com ampla participação da sociedade.

A partir da publicação dos Cadernos de Regionalização do PPA para as nove Regiões Funcionais de Planejamento, a SEPLAG, em conjunto com a Secretaria Geral de Governo, a Agenda 2020 e os COREDEs, vem organizando iniciativas com objetivo de propor ações para o desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do Estado.

Para o acompanhamento das ações de Governo, a SEPLAG, através do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), elaborou e implantou o **Sistema de Informações de Planejamento e Gestão (SISPLAG)**, que integra a programação plurianual dos órgãos do Estado às realizações de Governo, permitindo o acompanhamento sistemático das políticas públicas nas diferentes escalas geográficas: Região Funcional, COREDE e município.

Com base nas prioridades e necessidades do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado lançou os **Programas Estruturantes**, que, juntamente com outras iniciativas, direcionam e organizam as ações do Governo. Com metas e prazos definidos, os Programas Estruturantes atendem aos três eixos estabelecidos pelo Governo para retomar o crescimento do Rio Grande do Sul: Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Finanças e Gestão Pública. Com vários projetos dentro de cada área, os Programas Estruturantes devem gerar mais oportunidades de trabalho, estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo, promover o desenvolvimento da infra-estrutura para aumentar a competitividade dos produtos gaúchos, incentivar o uso racional dos recursos naturais, melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos e reduzir as desigualdades regionais. São quatro programas no eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável – Terra Grande do Sul, Mais Trabalho Mais Futuro, Irrigação é a Solução e Duplica RS; três no eixo de Finanças e Gestão Pública – Nossas Cidades, Governo de Resultados e Ajuste Fiscal; e, cinco no eixo Desenvolvimento Social – Saúde Perto de Você, Emancipar: todo mundo é cidadão, Boa Escola para Todos, Saneamento em Ação e Cidadão Seguro.

O Governo do Estado garantiu o cumprimento do dispositivo, previsto desde a Constituição de 1988, que determina que a elaboração da **Proposta Anual de Orçamento Estadual** proceda a **regionalização** dos recursos orçamentários. O Orçamento Estadual foi regionalizado com base nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Essa ação deu transparência ao destino dos recursos públicos, pois permite à sociedade saber onde os recursos orçamentários são aplicados. Em um momento de retomada dos investimentos do Governo Estadual, a regionalização contribuiu para dar foco às políticas públicas e ao planejamento governamental, servindo também de parâmetro para a avaliação da distribuição das ações das Secretarias de Estado e demais órgãos de atuação regional. O Orçamento manteve e reforçou a Consulta Popular, com R\$ 50 milhões votados em 2008 para o ano de 2009. Além disso, o Governo está honrando compromissos assumidos nas Consultas Populares de anos anteriores. Do total de R\$ 118 milhões pagos de janeiro de 2007 até julho de 2008, R\$ 87 milhões são referentes a essas pendências.

O Estado do RS, através da Secretaria do Planejamento e Gestão, elaborou projeto de **contratualização de resultados** com as entidades da Administração Direta e Indireta. Os **Acordos de Resultados** são destinados às entidades da Administração Direta, Fundações e Autarquias. Esse projeto tem o foco na instrumentalização de um acordo entre o Estado e as entidades signatárias, no qual as partes se obrigam, mutuamente, a alcançar metas econômico-financeiras, orçamentárias, de resultados e de melhoria da eficiência da gestão e do uso dos recursos. A contratualização com as empresas estatais, denominada de **Contratos de Gestão**, já foi assinada com sete Empresas sob controle acionário do Estado, com vigência até maio de 2011.

No início de 2009, serão assinados Acordos de Resultado com as Secretarias da Educação, Saúde, Segurança, Justiça e Desenvolvimento Social e Agricultura, além da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), e outros seis Acordos estão sendo preparados para serem firmados. Os termos de acordo são formados a partir de metas que as entidades se obrigam a perseguir, além de indicadores de resultados de eficiência interna e externa, que expressam o impacto esperado para a sociedade. A partir da cooperação entre as entidades contratantes, é esperado um aumento significativo na quantidade e qualidade dos serviços públicos disponibilizados à sociedade. Com a contratualização, é esperado um engajamento das entidades na busca dos objetivos contratados, além de uma cooperação estreita dos demais órgãos signatários para que a qualidade, quantidade, oportunidade e benefício dos serviços públicos atinja o maior grau de satisfação para o povo rio-grandense. Os termos dos contratos deverão ser aperfeiçoados, a cada revisão, no sentido de se alcançar níveis sempre crescentes de resultados e de eficiência. Ainda estão previstas as contratualizações de resultados com seis OSCIPS, visando à descentralização da prestação de alguns serviços públicos, especialmente na área social e cultural.

O Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul (PPP/RS) representa uma importante alternativa de relacionamento com a sociedade e potenciais parceiros privados. Em 2008, o Governo deu início efetivo ao Programa PPP/RS, com base na Lei Estadual de PPPs, de 13 de janeiro de 2005. A Lei estabelece as regras gerais para a seleção e aceitação dos projetos e estudos de viabilidade dos empreendimentos das Parcerias Público-Privadas. Para que sejam efetivadas as parcerias foi publicado, em 15 de setembro de 2008, o Edital de Chamamento Público, tornando pública a abertura de recebimento de pedido de autorização dos interessados em realizar estudos, investigações e levantamentos, que indiquem a possibilidade de execução de PPPs na área de modais de transportes.

A **Rede TudoFácil** oferece um conjunto de serviços que compreendem o atendimento direto ao público e um catálogo de serviços em meio eletrônico, disponíveis no site www.tudofacil.rs.gov.br. No site, é possível o acesso a serviços tais como: emissão do Alvará de Folha Corrida, Atestado de Antecedentes, certidões negativas, registro de ocorrência de perda ou furto de documentos, dentre outros. Atendendo a demanda constatada em pesquisa, a SEPLAG firmou convênio com a Receita Federal para prestação do serviço de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas

(CPF). O lançamento desse novo serviço trouxe maior comodidade às pessoas que necessitam efetuar sua inscrição no CPF. O serviço é gratuito, e o número da inscrição é fornecido no ato do atendimento. Além disso, os serviços do TudoFácil têm sido requisitados em diversos eventos promovidos pelo Governo, como também por entidades externas, estando presente na EXPOINTER 2007 e 2008 e na Operação Verão Legal.

O **Atlas Socioeconômico do Rio grande do Sul**, disponível no site www.seplag.rs.gov.br/atlas, vem sendo atualizado e ampliado na medida em que são disponibilizados novos indicadores nos diferentes setores. O Atlas, com mais de 20 mil acessos anuais, fornece informações georreferenciadas e espacializadas sobre a realidade gaúcha, estabelecendo comparações entre os municípios, os demais estados brasileiros e alguns países selecionados, colaborando, dessa forma, para a formulação das políticas públicas. Também foram atualizados e estão disponíveis no site da SEPLAG, www.seplag.rs.gov.br, o **Trilhas Gaúchas**, com indicadores de futuro sobre a realidade do Estado e o **Estados Comparados**, que relaciona informações sobre a utilização dos recursos públicos da administração direta à oferta de produtos e de serviços e aos resultados obtidos para a sociedade, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**, vinculada à SEPLAG, é responsável pela **promoção de estudos e pesquisas socioeconômicas e produção e análise de estatísticas**, subsídios indispensáveis para a qualificação e o desenvolvimento do planejamento no Estado. Dentre as atividades realizadas pela Instituição, destacam-se: a elaboração das estimativas das contas regionais, dos índices de exportações, dos indicadores econômicos e ambientais e a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED). Também foi realizado o acompanhamento mensal de tópicos da conjuntura econômica e social, disponibilizado na *homepage* da FEE; divulgadas as análises de caráter conjuntural no âmbito das economias gaúcha, nacional e internacional; e, elaborados artigos e textos voltados ao debate socioeconômico, divulgados nas revistas Indicadores Econômicos e Ensaios Econômicos.

COORDENAÇÃO

A **Secretaria Geral de Governo (SGG)** foi recriada no início de 2008 com o objetivo de expandir a interlocução do governo e garantir maior visibilidade aos programas estruturadores do desenvolvimento do Estado. Através das Câmaras Setoriais, a Secretaria Geral de Governo tem o papel de coordenação das ações do Governo quanto aos temas de caráter transversal, ou seja, aqueles que envolvem mais de uma secretaria. Nas Câmaras, presididas pelo Secretário-Geral de Governo e compostas pelos Secretários de Estado, pela Secretaria Executiva das Câmaras Setoriais e pelo Grupo Especial de Assessoramento, são definidas as políticas públicas do Governo do Estado, sempre com um enfoque na geração de resultados concretos para os cidadãos gaúchos. Também os Programas Estruturantes são discutidos, definidos e operacionalizados por meio das seis Câmaras Setoriais de Políticas Públicas. A Secretaria Geral de Governo compete a

divulgação dos Programas Estruturantes, em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão, e a coordenação do Portal de Governo.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** tem como competências: a política de compras e realização de procedimentos licitatórios; as políticas de gestão de recursos humanos; a gestão documental; a gestão de organização administrativa; a administração do patrimônio, do transporte oficial e do Centro Administrativo do Estado; a administração de serviços gráficos; o atendimento e administração de atividades de trânsito; a previdência e assistência social aos servidores e seus dependentes; e, o desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação de recursos humanos.

Entre as medidas de melhoria de gestão empreendidas pelo Governo do Estado nos anos de 2007 e 2008, destacaram-se as relacionadas à administração e capacitação dos recursos humanos. Para capacitar os quadros existentes através de uma política de desenvolvimento de pessoal, foi instituído um Grupo de Trabalho, com o propósito de promover a qualificação permanente do servidor público. Está planejado o desenvolvimento de ações através de mecanismos de promoção nas carreiras públicas, com capacitação continuada e da adequação das funções dos servidores às instituições vinculadas. Essas medidas deverão ser complementadas com estímulos que vinculam parte do salário dos funcionários ao seu desempenho efetivo de acordo com as melhores práticas existentes para o setor.

Em 2008, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Poder Executivo (RHE) foi ampliado para todas as fundações e, através de convênio com a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, teve sua utilização estendida para outros poderes e órgãos. O RHE suporta o gerenciamento das folhas de pagamento e a gestão de pessoal com economia de tempo e de recursos humanos, através da automatização das funções, eliminando as duplicidades e redefinindo competências.

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) também tem realizado ações nas áreas do Patrimônio e Compras. Essas ações integradas, proporcionadas pela nova política governamental, visam uma redução de custos, dando racionalidade ao gasto público.

A necessidade de maior eficiência no planejamento e na gestão foi determinante para a inclusão da SARH no **Programa Estruturante Governo de Resultados**. A Secretaria é responsável por atividades administrativas, que buscam dar a ação pública qualidade, eficiência, transparência e no comprometimento com resultados. A priorização dos da política de **Recursos Humanos** é evidenciada na Gestão de Pessoas com ações que envolvem uma Nova Política de Pessoal e a instituição da **Escola de Governo**.

Nos anos de 2007 e 2008, a **Fundação de Recursos Humanos (FDRH)**, realizou 54 cursos, capacitando um total de 5.019 servidores

através da Escola de Governo. Foram realizados seminários regionais que capacitaram 2.300 servidores em Gestão Pública Moderna. Além disso, foram treinados servidores da FDRH para qualificar os trabalhos da Nova Escola de Governo e melhorada a infra-estrutura da Escola com a criação de dois laboratórios de informática e a modernização das salas de aula da FDRH.

Além disso, para a valorização do servidor público, foram realizados eventos em datas comemorativas, tais como: Feiras de Artesanato nas semanas de comemoração da Páscoa, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana do Servidor e Natal, Festa Junina Solidária, Sarau Solidário de Natal e o Mês da Mulher no CAFF.

A SARH também realizou ações focadas na política de **racionalização do gasto público**, atendendo as diretrizes do **programa estruturante de Ajuste Fiscal**. A **Central de Compras do Estado** foi reestruturada, atendendo a demanda imposta à SARH pelos órgãos da Administração Direta e Indireta. A **Central de Licitações do Estado (CELIC)** conta com ambientação tecnológica e ambiente de trabalho preparado e dimensionado para o desenvolvimento das suas atividades. A aquisição de 70 computadores agilizou os processos licitatórios e de pesquisa de preços. A integração dos departamentos da CELIC à estrutura funcional da SARH foi outra medida necessária para melhor atender a crescente demanda dos processos licitatórios. Agregaram-se à estrutura da SARH, as assessorias jurídicas, administrativa e de informática da CELIC.

Foi iniciado o trabalho de contenção de despesas no prédio de Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), com duas iniciativas importantes: redução de despesas com serviços do CAFF e otimização da ocupação do seu espaço. Além disso, na área do patrimônio, foi feita a atualização dos títulos de domínio dos imóveis para que a Administração Estadual conheça, na totalidade, os bens imóveis pertencentes ao Estado (Administração Direta) e às vinculadas (Administração Indireta).

No ano de 2008, na área da Gestão da Documentação Arquivística Pública, foram realizados: qualificação de 448 servidores; visitas técnicas a 89 setores; Seminário de Gestão da Informação Arquivística Pública; classificação e avaliação de 366.315 expedientes administrativos no SPI; e, eliminação de 488.159 expedientes administrativos. Também foram desenvolvidas atividades educacionais, como a VI Mostra de Pesquisa para o ensino médio, com oficinas para 844 alunos, e o Projeto de Educação Patrimonial. Foi publicado, ainda, o Catálogo Seletivo referente ao Projeto Documentos da Escravidão no RS, com a criação de 22.045 verbetes, por meio de pesquisa nos processos judiciais de inventários, e informatização de documentos. Fonte de pesquisa da população gaúcha, o **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES)** atendeu a 2.325 pesquisas sobre genealogia, terras, escravos e crimes. Quanto à preservação do acervo, foram recuperados 8.814 processos judiciais.

No mesmo caminho da racionalização da despesa, a área dos Transportes do Estado implantou novas modalidades e ferramentas de

controle para redução do gasto com combustível e manutenção. A frota do Estado passou a utilizar o cartão de manutenção veicular, permitindo a confecção de relatórios e maior controle da utilização e manutenção, incluindo o pagamento por meio eletrônico.

Para a qualificação dos serviços prestados, de sua infra-estrutura e redução de custos, o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)** atuou na revisão e renegociação de seus contratos. Os contratos administrativos da Autarquia foram exaustivamente analisados visando à redução de valores e à economicidade na gestão do negócio público. Além disso, o valor para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, praticado no Estado, no exercício de 2008, apresentou uma redução de 11,5% em relação ao praticado no período anterior. Essa iniciativa adequou-se à atual estrutura de custos do processo habilitatório, bem como visou oportunizar um valor mais acessível à comunidade. Ainda no âmbito do DETRAN, foi implantada Força-Tarefa, para auxiliar o processamento dos contenciosos administrativos relativos às autuações por infrações de trânsito, tendo julgado, na primeira etapa, aproximadamente 40.000 dos 45.700 processos acumulados ao longo de 3 anos.

Vinculado à SARH, o **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)** teve iniciado, em 2007, o seu **Programa de Reestruturação**, com o objetivo de reorganizar, otimizar e racionalizar os processos internos do IPERGS. Em 2008, o Instituto realizou o pagamento de R\$ 32,5 milhões para 1.052 inativos; foram pagos R\$ 2,1 milhões, em 419 pecúlios, para os dependentes designados pelos segurados; foram pagos R\$ 853,2 milhões para 48.743 pensionistas; e, R\$ 561,6 milhões em 9.576.485 atendimentos de assistência em saúde.

Dentro do **Programa de Racionalização de Despesas do Governo do Estado**, foi elaborado o **Projeto Gestão Eficiente IPE-SAÚDE**. Esse Projeto consiste no aperfeiçoamento da gestão das despesas públicas, através da modernização de processos e implantação de novas tecnologias, visando garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde aos servidores públicos do Estado com mais qualidade. No âmbito desse Programa, foi aplicado pelo Instituto, às pensionistas de todos os poderes do Estado, o teto remuneratório de R\$ 22,1 mil.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a ter proposta para enquadramento dos servidores no **regime próprio de previdência**. A proposta orçamentária para 2009 incorporou alterações na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas, de modo a atender o disposto no artigo 40 da Constituição Federal, tendo como gestor único o Instituto de Previdência do Estado.

O Regime de Previdência Complementar:

- Institui o regime de previdência complementar (art. 40 da CF, EC nº. 41/2003);
- Fixa limite máximo para concessão de benefícios (aposentadorias e pensões) pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS-RS);

- Permite tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e setor privado com teto idêntico ao do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- Alcança apenas os servidores contratados após a aprovação da lei e para os servidores em atividade que aderirem ao novo regime (opcional);
- Cria o Fundo de Previdência Complementar.

A **Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)** desenvolveu o Sistema Eletrônico de Envio de Matérias (SEEM), para que entidades pré-cadastradas possam transmitir matérias para publicação tanto no Diário Oficial do Estado como no Diário da Justiça. Dentre outros serviços prestados pela empresa, podem ser citados: publicação de textos técnicos; legislação estadual, municipal e federal; impressões digitais; e, Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), gerenciamento de documentos realizado de forma digital. A informatização da CORAG também permite a disponibilização de assinatura digital do Diário Oficial, bem como a autenticação digital que, graças à sua idoneidade, faz o papel de "Cartório Eletrônico".

OBRAS PÚBLICAS

O Governo do Estado, através da **Secretaria das Obras Públicas**, visando implementar um processo efetivo de gestão das obras estaduais, tem implementado, fortemente, o conceito de redução de custo com qualidade. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se a padronização de projetos de engenharia e arquitetura de obras públicas, excetuando-se as viárias; a execução de obras e serviços de engenharia, diretamente ou mediante convênios ou acordos com outros órgãos da administração, para construção, ampliação, conservação e recuperação do patrimônio público; a fiscalização, supervisão, acompanhamento, avaliação, controle, acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia e arquitetura; a execução de obras públicas na área de recursos hídricos; e, a elaboração de projetos técnicos de manutenção, conservação e reforma dos prédios públicos do Estado e por cooperação técnica com órgãos e entidades da administração indireta. Além disso, a Secretaria vem acompanhando e assistindo as demandas de projetos e estudos dos municípios na área de obras públicas.

Através do programa Gestão de Obras Públicas, a Secretaria, nos anos de 2007 e 2008, elaborou e orçou projetos de arquitetura e engenharia equivalentes a 35 mil m² e executou e fiscalizou obras através de procedimentos licitatórios em um total de 34.200 m². O Programa tem como objetivo promover a execução, com qualidade, e otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros disponíveis, de obras e serviços de engenharia, arquitetura e correlatos, demandados pela Administração Direta e Indireta, excetuando-se as obras viárias e que envolvam a aplicação de recursos estaduais ou provenientes de convênios.

CASA MILITAR E DEFESA CIVIL

A **Casa Militar**, no âmbito do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, Projeto Prefeitura Parceira, Ação Defesa Civil, realizou a

Capacitação/especialização dos Oficiais e Praças da Defesa Civil Estadual visando à excelência das atividades desses operadores no âmbito do Estado. Tal especialização prevê a frequência a cursos, seminários, congressos e fóruns no Estado, em outras Unidades da Federação ou em países que mantêm estrutura-modelo de Defesa Civil. Ao longo do ano de 2008, foram efetuados diversos cursos, seminários, encontros e fóruns protagonizados ou com a participação dos Oficiais e Praças da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC). Também foram proporcionados cursos a vários operadores de Defesa Civil de municípios de todas as regiões do Estado.

Igualmente no âmbito do Programa Estruturante Nossas Cidades, foi realizada a Capacitação de agentes das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) em 20 municípios do Estado, com o escopo de ofertar cursos específicos de Defesa Civil (Curso Operacional de Defesa Civil). Além disso, está sendo ampliado o número de Coordenadorias Regionais de Defesa Civil, de cinco para nove regionais, melhorando a estrutura de atendimento e padronizando as condições de todas as regionais.

Está sendo efetuada a reestruturação **da Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos**. Com esse fim, foram adquiridos equipamentos e materiais de uso permanente para utilização por comissão emergencial ambiental em ocorrências que resultem de acidentes com veículos transportadores de produtos perigosos.

Na rodovia BR-101 (trecho Osório-Torres), objetiva-se a construção de um sistema de prevenção e atendimento a emergências ambientais ocasionadas por acidentes envolvendo veículos transportadores de produtos perigosos. Para tanto, foi realizada aquisição de software com banco de dados toxicológico e de acidentes/rotas de transporte, de equipamentos de comunicação, bem como de viaturas/reboques especializados para atendimento de acidentes com produtos perigosos, para manejo de unidades da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros que atuam ao longo da via.

Está sendo negociada celebração de **Convênio entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Defesa Civil e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**. O INPE está implementando um sistema de informações georreferenciadas sobre desastres naturais e eventos extremos ocorridos na Região Sul do País. O objetivo é o planejamento de ações preventivas de Defesa Civil com base em indicadores oriundos de fontes oficiais, obtidos através da formação de grupos de estudos junto às universidades. A CEDEC fornecerá dados sobre desastres naturais e ventos extremos; em contrapartida, o INPE fornecerá à Defesa Civil a catalogação dos dados sob forma de previsões meteorológicas elaboradas por aquela instituição. Há também previsão de intercâmbio na participação de cursos visando à capacitação de ambos os convenientes.

Objetivando atuação eminentemente preventiva, operacional e funcional, está sendo realizada a ampliação e reestruturação do Centro de

Operações de Defesa Civil I (CODEC), tendo sido feita a aquisição de equipamento de informática, comunicações (rádios e telefonia), bem como readequação do espaço físico.

Nos últimos dois anos, a **Defesa Civil do Estado** recebeu 422 comunicações de eventos, sendo 214 em 2007, e 208 em 2008. Em resposta a eventos naturais adversos ocorridos ao longo dos anos de 2007 e 2008 (até outubro), foram adquiridos e distribuídos cerca de 137 mil telhas, bobinas de lonas pretas e alimentos para 40 municípios do Estado: Alegria, Bossoroca, Camargo, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Cândido Godói, Capão do Cipó, Chiapeta, Coqueiros do Sul, Coronel Barros, Crissiumal, Dezesseis de Novembro, Doutor Maurício Cardoso, Entre Ijuís, Ibiaçá, Jacutinga, Maximiliano de Almeida, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Pontão, Rolador, Ronda Alta, Rondinha, Salvador das Missões, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro do Butiá, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Tunas, Ubiretama, Vila Maria e Vista Gaúcha que estiveram em situação de emergência em função de evento natural adverso.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

As atividades de apoio institucional aos municípios, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e demais instituições, são de responsabilidade da **Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI)**. Nesse sentido, a pasta tem realizado ações de articulação entre o Governo do Estado e os municípios, subsidiado as atividades de interiorização do Governo e acompanhado prefeitos e representantes das instituições em audiências com os órgãos do Estado, além de realizar a Consulta Popular.

Com relação ao apoio as atividades dos COREDEs, foi realizado o repasse de valores mensais aos 28 COREDEs. Da mesma forma, foram transferidos recursos aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento para realização da Consulta Popular, envolvendo a organização de Assembléias Regionais e confecção de cédulas de votação. Ainda no que concerne à Consulta Popular, a Secretaria de Relações Institucionais foi responsável pela organização, divulgação e realização da mesma em todo o Estado.

Para a quitação dos débitos da **Consulta Popular** o Governo do Estado vem seguindo o Protocolo de Intenções assinado com a Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular (COREDEs, FAMURS, AGM e UERGS), que reconheceu o passivo empenhado e liquidado em 31.12.2006, no valor de R\$ 183 milhões. De acordo com a disponibilidade financeira do Estado, foram pagos passivos relativos a consultas anteriores, estabelecendo uma relação de credibilidade com as instituições e a sociedade. Além disso, foram priorizados R\$ 40 milhões relativos à Consulta Popular de 2007 e destinados no Orçamento 2009 R\$ 50 milhões para a Consulta Popular de 2008, que teve a participação de 478.310 eleitores. No período de 2007 a 2008, foram destinados R\$ 166,4 milhões, pagos da seguinte forma:

- **Ano de 2007: R\$ 60,9 milhões** – R\$ 21,2 milhões do exercício de 2007 e R\$ 39,7 milhões da dívida;
- **Ano de 2008: R\$ 105,5 milhões** – R\$ 65,7 milhões dos exercícios de 2007 e 2008 e R\$ 39,8 milhões da dívida.

Vinculado ao Programa Estruturante Nossas Cidades, que articula as ações do Governo do Estado com as administrações municipais, priorizando projetos de alcance local e microrregional, vem sendo desenvolvida a ação de Planejamento Regional Integrado. Sob responsabilidade da SRI, tem como objetivo apoiar institucionalmente os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, na implantação de planejamentos estratégicos, como um dos instrumentos para a gestão integrada dos municípios e parceiros locais.

Na articulação com os municípios, a Secretaria vem atuando, em conjunto com os demais órgãos, em questões como: o repasse de recursos voluntários; a negociação da dívida com os municípios; o transporte escolar; a consulta *online* de créditos e de pendências dos municípios; e; situação dos municípios junto ao Cadastro Informativo das Pendências perante Órgãos e Entidades da Administração Estadual (CADIN).

Além das atividades mencionadas, a SRI desenvolve ações e acompanha eventos relativos ao cooperativismo. Nesse sentido, foi efetuada a reestruturação do Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP) e de sua Secretaria Executiva; articulação para assinatura de Termo de Cooperação entre SICREDI e Secretaria da Educação, no Programa União Faz a Vida. Ademais, foi feita manutenção do cadastro geral das cooperativas, com inclusão de novas cooperativas e realização de recadastramento. Encontra-se em andamento estudo do projeto de parceria entre Estado e DENACOOOP/Ministério Agricultura, OCERGS-SESCOOP/RS e EMATER/RS, para execução total do Cadastramento das Cooperativas.

DEFESA DO ESTADO

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** tem como principais funções exercer a representação judicial do Estado, de suas autarquias e fundações de direito público; e prestar consultoria jurídica à administração pública estadual direta e indireta.

A PGE, dentro do Programa Estruturante Governo de Resultados, projeto Governo Eletrônico, está realizando a ação Informatização do Processo Judicial, visando garantir a continuidade e a agilização da representação judicial, extrajudicial e consultoria ao Estado. A inserção da PGE na justiça virtual tem como objetivo inserir toda a representação judicial do Rio Grande do Sul no processo judicial eletrônico; desenvolver um módulo de controle jurídico de precatórios e Requisições de Pequeno Valor; e otimizar e divulgar o trabalho das Consultorias da PGE.

No âmbito das ações trabalhistas, a PGE realizou a defesa da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e conseguiu em 2007 reverter decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho – 4ª Região e extinguiu o processo sem qualquer ônus para a Companhia. O

Tribunal Superior do Trabalho, em decisão definitiva, desobrigou a CEEE a pagar cerca de R\$ 50 milhões em ação trabalhista.

No que concerne aos precatórios, a PGE conseguiu afastar a possibilidade de aplicação de multa por não-pagamento de precatório. A decisão representa uma economia estimada de R\$ 400 milhões a R\$ 800 milhões aos cofres do Estado. Além disso, foram obtidas vitórias em processos tramitando nas Varas da Fazenda Pública, que somaram uma economia para os cofres do Estado no valor de R\$ 3,2 milhões. Por sua vez, as vitórias em processos trabalhistas significaram uma economia para o Estado no valor de R\$ 22,7 milhões. Ainda, houve o acompanhamento de processos, com a tese vencedora defendida pela PGE, em valores que podem alcançar R\$ 142 milhões. No Projeto de Conciliação, empreendido junto ao Tribunal Regional do Trabalho, quitaram-se créditos correspondentes a precatórios de pequeno valor, extinguindo-se as respectivas execuções, em montante superior a R\$ 1,5 milhão. Já foi estabelecido o pagamento preferencial dos precatórios de pequeno valor junto à Justiça Comum.

Com relação à participação da PGE na liberação de recursos para o Estado, foram obtidas imissões provisórias na posse de imóveis através de ações de desapropriação de áreas rurais, no que concerne à construção das barragens do arroio Jaguari e do arroio Taquarembó.

Visando o incremento da arrecadação estadual, dentre outras ações, foi implementada ação junto à Justiça Estadual executando os devedores de ICMS, com o total do débito superando a cifra de R\$ 100 milhões. A PGE também elaborou, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda, lei que autoriza a recuperação de créditos da extinta Caixa Econômica Estadual, produzindo a perspectiva de recuperação de mais de R\$ 500 milhões de créditos do Estado.

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS), a PGE participou do projeto "Conciliar é Legal", cujo objetivo visava resolver, de forma ágil, através de acordos, as questões envolvendo os contribuintes devedores de créditos tributários. Foram realizadas várias edições do projeto.

A PGE, a Secretaria da Saúde e o Ministério Público Estadual assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta de fornecimento de medicamentos excepcionais, que objetiva a racionalização dos recursos públicos no fornecimento dos medicamentos excepcionais aos pacientes atendidos pelo SUS e com o pedido administrativo aprovado pela Secretaria. Ainda, firmaram acordo inédito, estabelecendo direitos e deveres para Estado e usuários do SUS, no fornecimento de medicamentos para glaucoma.

A PGE obteve êxito em duas ações de mesma natureza, a respeito de débitos previdenciários cobrados pela Receita Federal do IPERGS e do Estado do Rio Grande do Sul, restituindo a situação de regularidade fiscal de ambos. A liminar restituiu a regularidade fiscal do Instituto frente às dívidas previdenciárias com o INSS, permitindo a expedição de certidão positiva

com efeitos de negativa. Outra ação envolvendo também o INSS, desta vez relacionada a débitos do Estado do Rio Grande do Sul, teve o pedido de liminar deferido. A ação ordinária proposta pela PGE tratava de débitos previdenciários, no montante de mais de R\$ 25 milhões. Estes débitos impediam o Estado de firmar convênios, alienar imóveis e receber verbas federais.

Mais recentemente, no ano de 2008, a PGE, o Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Secretaria Estadual da Fazenda assinaram um convênio para criação do Núcleo de Aplicação em Certificação Digital (NAC). O objetivo principal da cooperação é promover a difusão e facilitar a adoção da certificação digital pelos órgãos da administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, conferindo validade jurídica a transações eletrônicas e segurança na troca de dados.

A Procuradoria-Geral do Estado participa da Comissão Especial para cobrança da Dívida Ativa do Estado, a convite da Assembléia Legislativa. A Comissão foi criada com o objetivo de apurar o montante possível de ser cobrado do total de R\$ 17 bilhões da dívida.

Segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que mais recuperou créditos inscritos em dívida ativa entre janeiro e novembro de 2007. Nesse período, o Estado recuperou R\$ 164,4 milhões, enquanto Minas Gerais, o segundo colocado, recuperou R\$ 138,1 milhões e São Paulo, o terceiro, cobrou R\$ 130 milhões. Em todo o Estado, tramitam 93 mil processos de execução fiscal.

Entre 11 e 25 de fevereiro de 2008, foram realizados 15 acordos de parcelamento relativos a débitos inscritos em dívida ativa, totalizando mais de R\$ 750 mil, através do Projeto Movimento pela Conciliação, em parceria com o Poder Judiciário. Os débitos foram originados, na sua maioria, de ICMS não recolhido aos cofres públicos. Em decorrência da vitória do Estado do Rio Grande do Sul em duas ações judiciais movidas por contribuintes que discutiam a cobrança de ICMS, foram recuperados para os cofres do Estado mais de R\$ 1 milhão. Para ambas as ações, foi ordenado o depósito judicial no início dos processos, no ano de 1999, a fim de garantir a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Também foi obtida sentença favorável na execução fiscal ajuizada na 1ª Vara da Comarca de Montenegro, para cobrança de créditos tributários inscritos em dívida ativa, que somam cerca de R\$ 9 milhões.

A PGE presidiu a Comissão de Sindicância sobre as irregularidades do DETRAN, realizada juntamente com outras Secretarias de Estado. Foi apurada a responsabilidade de 47 pessoas físicas e jurídicas. Destas, 28 são físicas e irão responder à Ação de Improbidade Administrativa, três também responderão a Processo Administrativo Disciplinar, por serem servidores públicos, e um servidor responderá apenas a Processo Administrativo Disciplinar. As 19 pessoas jurídicas vão responder à Ação de Improbidade Administrativa, além de aplicar-se a Lei de Licitações, que significa a pena

de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública estadual.

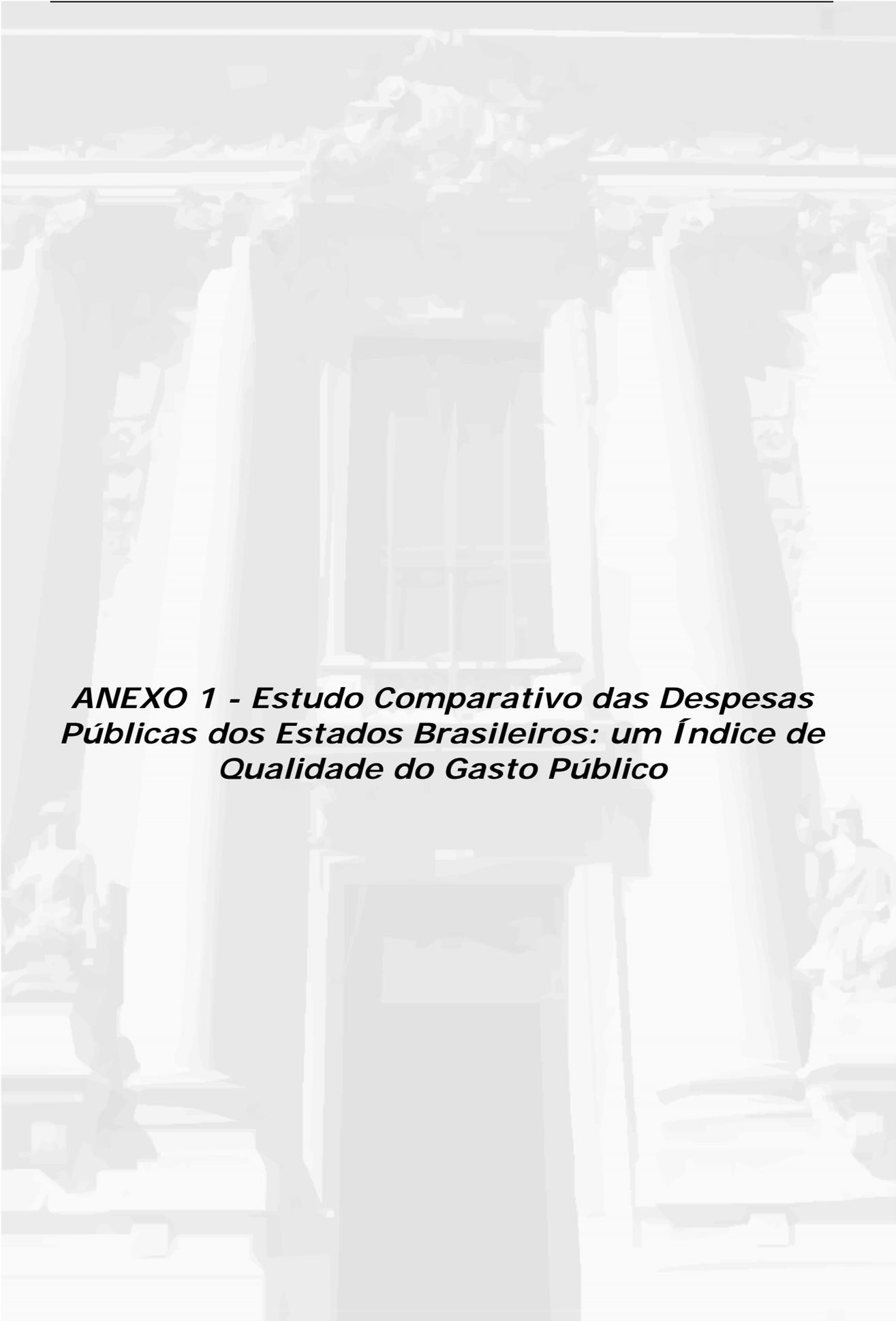
Acordos entre a Procuradoria-Geral do Estado e o Juízo Auxiliar de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região resultaram no pagamento de R\$ 2,2 milhões em precatórios de pequeno valor. A PGE elaborou os cálculos que permitiram a quitação dos precatórios trabalhistas com economia estimada em 30% para os cofres públicos. Mais de três mil processos de Requisições de Pequeno Valor (RPV), que estavam represados, foram entregues aos cartórios, conforme compromisso assumido com o Tribunal de Justiça do Estado e com a Ordem dos Advogados do Brasil/RS. A PGE trabalhou em sistema de mutirão, entre procuradores e servidores, durante um mês para alcançar esse resultado.

AÇÕES PARA 2009 - Finanças e Gestão

Programa	Ações
Gestão de Obras Públicas	<ul style="list-style-type: none"> . Elaboração, análise, aprovação e orçamentação de projetos . Execução de obras nos municípios do Estado . Execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia, arquitetura e correlatos
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> . Estruturação da Escola de Governo . Qualificação e capacitação dos servidores do Estado
Gestão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> . Diagnóstico dos recursos humanos do Estado . Formulação e implementação de modelo de avaliação institucional . Informatização dos dados de RH . Modernização da gestão de estágios e concursos públicos
Gestão patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> . Gerenciamento de imóveis e móveis (manutenção e recuperação) . Alienação de imóveis inservíveis ao Estado
Modernização da Gestão Pública	<ul style="list-style-type: none"> . Instalação de Casas de Governo . Sistema de Gestão de Compras Eletrônicas . Contratualização de resultados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta . Implantação do Portal de Gestão . TudoFácil – Remodelagem e qualificação da rede de serviços ao cidadão
Coordenação do Planejamento e do Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> . Modernização do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão
Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	<ul style="list-style-type: none"> . Realização das Pesquisas de Emprego e Desemprego na RMPA . Elaboração de indicadores e relatórios de pesquisa . Coordenação e manutenção da Biblioteca Virtual do Estado
Representação Judicial e Consultoria ao Estado	<ul style="list-style-type: none"> . Informatização do processo judicial . Modernização institucional da PGE
Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> . Aquisição de veículos e equipamentos de proteção individual para a Defesa Civil do Estado . Atendimento a comunidades em caso de calamidade pública ou situação de emergência
Programa de Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> . Apoio aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Articulação das relações Estado/municípios . Consulta Popular . Implementação das decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009

Programa	Ações
Articulação e Fomento ao Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação das políticas de apoio ao Cooperativismo e Associativismo • Organização, estruturação e desenvolvimento da economia solidária
Excelência na Gestão Fazendária	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do processo de contabilidade de custos no Estado
Equilíbrio Fiscal Estrutural e Geração de Capacidade de Investimento e de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Maximização do ingresso de receitas próprias • Racionalização e qualificação do gasto público
Ampliação e Qualificação do Relacionamento da Secretaria da Fazenda com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização fiscal • Sistema de Ouvidoria • Formação e capacitação continuada de servidores



***ANEXO 1 - Estudo Comparativo das Despesas
Públicas dos Estados Brasileiros: um Índice de
Qualidade do Gasto Público***

RESUMO

O objetivo desse trabalho é medir a qualidade do gasto efetuado pelos governos das vinte e sete unidades da federação brasileiras através da comparação entre a despesa total realizada por função do orçamento e o retorno, na forma de melhoria na qualidade de vida e bem-estar social da população residente.

Para tal, foi elaborado o Índice de Qualidade do Gasto Público, IQGP - que classifica as unidades da federação segundo a qualidade da despesa realizada nas áreas mais significativas da atuação dos governos estaduais: Educação, Saúde, Segurança Pública, Judiciária e Legislativa.

O Índice de Qualidade do Gasto Público compara as despesas efetuadas, de acordo com funções selecionadas da classificação funcional dos orçamentos estaduais, com indicadores socioeconômicos de resultado, que quantificam os efeitos das políticas públicas junto à população.

A análise dos resultados permite concluir que, de forma geral, para as funções Educação e Saúde, estados com menor despesa apresentam um melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público. Aparentemente, o retorno obtido em termos de melhoria na qualidade de vida para a população não é proporcional ao aumento da despesa. É o que se pode chamar de *deseconomia de escala* em ambas as funções.

Na função Segurança Pública, unidades da federação com maior gasto apresentam menores índices de retorno, ou seja, seus níveis de criminalidade e violência são maiores. As explicações para esse fato encontram amparo nas teorias sobre criminalidade: a existência de alvos mais rentáveis e o anonimato em regiões mais urbanizadas, com maiores densidades demográficas e melhores níveis de renda favorecem a propensão à criminalidade e violência.

Nas funções Judiciária e Legislativa, a dispersão dos resultados do IQGP para as unidades da federação é bastante acentuada. Esse fato sugere, ou uma baixa relação entre os indicadores selecionados para a aferição do bem-estar proporcionado à população, ou que os serviços prestados em ambas as funções pelos governos de cada uma das unidades da federação variam muito em qualidade e custos para a população.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS
 3. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E INDICADORES SELECIONADOS
 4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES
 5. CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
 6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
 7. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO EDUCAÇÃO
 8. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO SAÚDE
 9. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA
 10. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO JUDICIÁRIA
 11. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO LEGISLATIVA
 12. CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- TABELAS

1. INTRODUÇÃO

Atualmente existe farta literatura sobre medições de qualidade do serviço prestado por empresas públicas, concessionárias ou não, nas mais diversas áreas: saneamento, energia, telefonia etc., vinculando o preço despendido pelo cliente/consumidor ao serviço prestado.

No entanto, praticamente inexistem estudos sistemáticos a respeito da despesa realizada pelas administrações diretas dos governos dos estados e o retorno, na forma de melhoria na qualidade de vida e bem-estar social, para a população sob sua responsabilidade. As razões são várias: grande número de áreas separadas de atuação dos governos estaduais, embora inter-relacionadas, dificuldades de definição do resultado dos serviços prestados, indicadores não homogêneos ou ausência de padronização em âmbito nacional no uso de indicadores, entre outras.

O objetivo desse trabalho é o de suprir essa lacuna, através da elaboração de um Índice de Qualidade do Gasto Público das administrações diretas. Basicamente, o índice visa medir a atuação dos governos das vinte e sete unidades da federação nas esferas mais significativas de sua atuação - Educação, Saúde, Segurança Pública, Judiciária e Legislativa, comparando suas despesas e o retorno obtido pela população na forma de bem-estar social.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

As despesas efetuadas pelos governos devem estar de acordo com as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo: saúde, educação, segurança pública, entre outras, com o objetivo de elevar o nível de bem-estar da população.

De acordo com CASTRO (2003), a política social dever ser entendida como um conjunto de programas e ações do Estado. Seu objetivo é o atendimento de necessidades e direitos sociais fundamentais que afetam vários dos elementos que compõem as condições básicas de vida da população.

Um instrumento utilizado para medir o impacto das políticas sociais sobre a qualidade de vida da população é o indicador social de resultado. JANNUZZI (2001) conceitua indicador social como uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (pesquisas acadêmicas) ou programático (formulação de políticas públicas).

Este trabalho se propõe a relacionar a utilização dos recursos públicos das unidades da federação, provenientes da administração direta, em esferas típicas de atuação dos governos, às condições de vida e ao bem-estar da população através da elaboração de um índice - o Índice de Qualidade do Gasto Público - IQGP. Esse índice compara as despesas efetuadas pelas administrações diretas, o insumo, em diferentes áreas do

governo, segundo funções selecionadas da classificação funcional dos orçamentos estaduais, com indicadores socioeconômicos de resultado, que quantificam os efeitos das políticas públicas junto à população. É importante salientar que o insumo se refere tanto às despesas de custeio como às de capital, embora as despesas de custeio sejam significativamente superiores às de capital.

O objetivo do IQGP é possibilitar a classificação das unidades da federação, hierarquizando-as de acordo com a qualidade da despesa efetuada pelas suas administrações diretas.

Foram selecionadas cinco funções da classificação funcional dos orçamentos estaduais - Legislativa, Judiciária, Segurança Pública, Saúde e Educação, por serem consideradas típicas da atuação dos governos estaduais e aquelas que mais impactam na qualidade de vida e bem-estar social da população.

O valor da despesa, ou insumo, refere-se à quantidade de recursos financeiros alocados nas funções dos orçamentos selecionadas. O insumo é calculado como as despesas médias, per capita, efetuadas no ano de 2003 para a função Judiciária e 2005 para as demais funções selecionadas dos orçamentos estaduais pelas administrações diretas das unidades da federação. O nível de bem-estar da população é mensurado através de uma ponderação de indicadores sociais de resultado, que estão vinculados à realidade social e retratam os resultados efetivos das políticas sociais implementadas pelos governos dos estados e Distrito Federal na área em questão.

3. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E INDICADORES SELECIONADOS.

A classificação funcional dos orçamentos estaduais é o nível mais agregado da contabilidade pública e, por ser de aplicação comum e obrigatória no âmbito dos estados e do Distrito Federal, permite que se obtenha a quantidade de recursos despendida pelas administrações diretas em cada uma das funções selecionadas.

Esses valores foram obtidos a partir do site da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) e merecem atenção as seguintes observações:

Função Educação: ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 843.928.972,01) foram acrescentados R\$ 1.475.238.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do site do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Função Saúde: ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 1.032.953.112,51) foram acrescentados R\$ 830.808.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do site do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Função Segurança Pública: para o estado da Bahia o valor estava zerado na STN. O valor de R\$ 1.242.761.000,00 foi obtido no site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (www.sefaz.ba.gov.br). Ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 115.872.430,44) foram acrescentados R\$ 2.091.250.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do site do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Para mensurar os resultados das políticas públicas obtidos pelos governos das unidades da federação, foram selecionados vários indicadores socioeconômicos de resultado, vinculados a cada uma das funções, que servem de referência em relação a aspectos-chave do bem-estar social da população das unidades da federação.

Segue a relação das funções do orçamento selecionadas e os respectivos indicadores de resultado vinculados:

Classificação Funcional: Legislativa

- Número de projetos apreciados por deputado estadual. Fonte: Senado Federal / Sistema INTERLEGIS e assembleias legislativas estaduais (2005).

Classificação Funcional: Judiciária

- Percentual de casos julgados na justiça comum de 1º grau e em Tribunais de Justiça dos estados. Fonte: Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (2003).
- Percentual de casos julgados nos Juizados Especiais. Fonte: Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (2003).

Classificação Funcional: Segurança Pública

- Número de ocorrências de homicídios por 100.000 habitantes. Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005).
- Número de ocorrências de roubos por 100.000 habitantes. Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005).
- Número de ocorrências de furtos por 100.000 habitantes. Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública (2005).
- Número de ocorrências de óbitos em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes. Fonte: DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito (2005).

Classificação Funcional: Saúde

- Percentual de adolescentes grávidas. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Óbitos de mães por 100.000 crianças nascidas vivas. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Percentual de crianças com baixo peso ao nascer. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Percentual de crianças menores de 1 ano de idade com vacinas em dia. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).

- Número de óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Expectativa de vida, em número de anos. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Taxa de Incidência de AIDS. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Taxa de Incidência de tuberculose. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Taxa de Incidência de dengue. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).
- Número de óbitos por suicídio por 100.000 habitantes. Fonte: DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva (2005).

Classificação Funcional: Educação e Cultura

- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino fundamental. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino médio. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade analfabetas. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005).
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino fundamental. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino médio. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e língua portuguesa na 4ª série do ensino fundamental. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e língua portuguesa na 8ª série do ensino fundamental. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e língua portuguesa na 3ª série do ensino médio. Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2005).
- Defasagem escolar média das pessoas entre 10 e 14 anos. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005).

4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES.

Foram coletadas informações para cada um dos indicadores, dentro de cada função do orçamento, para cada uma das unidades da federação, conforme apresentadas na listagem do Capítulo 3, sob o título Funções dos Orçamentos Estaduais e Indicadores Seleccionados. São os chamados escores brutos dos estados, ou EB, e foram coletados para o ano de 2005, exceto os da função Judiciária, cujos valores dos escores brutos são para o ano de 2003.

5. CÁLCULO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.

Como o objetivo básico do trabalho é verificar a relação entre o benefício das políticas públicas implementadas pelos governos das unidades da federação, em termos de bem-estar social à população em determinada esfera de atuação governamental, e a despesa efetuada na função da classificação funcional dos orçamentos estaduais relacionada àquela esfera, tem-se:

$$\text{IQGP} = \frac{\text{Nível de Bem-Estar}}{\text{Quantidade de Despesa}}$$

IQGP é o Índice de Qualidade do Gasto Público em uma das funções seleccionadas - Legislativa, Judiciária, Segurança Pública, Saúde ou Educação para uma determinada unidade da federação. Obviamente, o nível de bem-estar e a quantidade de despesa se referem ao mesmo ano.

A mensuração do nível de bem-estar se dá através de um índice, resultado da ponderação de indicadores sociais de resultado, que buscam retratar a atuação do governo estadual em determinada função e passa a chamar-se de Índice de Bem-Estar.

A quantidade da despesa também é transformada em um índice – o Índice de Insumo, através da ponderação da despesa *per capita* realizada pelas unidades da federação na função seleccionada.

Portanto, considerando-se as definições acima, para nível de bem-estar e quantidade de despesa, o IQGP passa a ser enunciado como:

$$\text{IQGP} = \frac{\text{Índice de Bem-Estar}}{\text{Índice de Insumo}}$$

Tanto para o Índice de Bem-Estar, quanto para Índice de Insumo, deve-se levar em consideração que eles se compõem de um conjunto de variáveis cujo resultado final permite a classificação das diversas unidades. Nesses casos é muito mais importante conhecer o desempenho de uma unidade em particular, comparativamente aos resultados obtidos pelas demais unidades, do que o seu desempenho individual.

Para a obtenção desse resultado final, relativo, faz-se uso do tratamento estatístico denominado escore padronizado.

Pelo fato de o Índice de Bem-Estar ser uma combinação de escores padronizados de vários indicadores de resultado, a questão que pode gerar mais controvérsia e dificuldade é o da atribuição dos pesos aos indicadores de resultado ponderados para a sua obtenção. A escolha feita é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os indicadores têm o mesmo peso. Pode-se dizer que esta escolha é a mais *democrática*, embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.

Assim, o Índice de Bem-Estar para determinada unidade da federação em determinada função é dado por:

$$\text{Índice de Bem-Estar} = \frac{[(EB1-M1)/DP1]+[(EB2-M2)/DP2]+ \dots +[(EBm-Mm)/DPm]}{m}$$

Portanto,

$$\text{Índice de Bem-Estar} = \left[\sum_{i=1}^m (EB_i - M_i)/DP_i \right] m^{-1},$$

Onde:

EB é o escore bruto de um indicador da função selecionada para determinada unidade da federação.

M e **DP** são, respectivamente, a média e o desvio padrão dos escores brutos de todas as unidades da federação para determinado indicador da função selecionada.

m é o número total de indicadores da função selecionada.

O valor do Índice de Bem-Estar para cada unidade da federação em cada uma das funções do orçamento selecionadas, varia no intervalo de zero a um. Quanto mais próximo do valor um, melhor o posicionamento do índice. Deve-se tomar cuidado com o sinal do indicador: se o indicador for positivo – quanto maior o escore bruto, melhor – o sinal do indicador será positivo. Entretanto, se o indicador for negativo – quanto menor o escore bruto, melhor – então o indicador terá sinal negativo. Exemplo de indicador positivo é a taxa de aprovação nos ensinos fundamental e médio e, de indicador negativo, a taxa de analfabetismo.

Por outro lado, o Índice de Insumo é a ponderação da despesa *per capita* na função selecionada para determinada unidade da federação. Assim, tem-se:

$$\text{Índice de Insumo} = [(DT/POP) - md]/dp$$

Onde:

DT é a despesa total efetuada na função selecionada.

POP é o total da população na unidade da federação.

md e **dp** são respectivamente a média e o desvio padrão da despesa *per capita* de todas as unidades da federação na função selecionada.

O Índice de Insumo, a exemplo do Índice de Bem-Estar, varia no intervalo de zero (menor despesa realizada) a um (maior despesa realizada).

Portanto, o Índice de Qualidade do Gasto Público é dado por:

$$IQGP = \frac{\sum_{i=1}^m (EB_i - M_i)/DPI}{[(DT/POP) - md] dp^{-1}}$$

Basicamente, o Índice de Qualidade do Gasto Público - IQGP informa, comparativamente, o quanto é retornado em unidades de bem-estar social, para a população de determinada unidade da federação por unidade de insumo despendido pelo governo estadual na função orçamentária selecionada no ano considerado.

As principais vantagens da utilização do IQGP são a sua facilidade de construção e a interpretação dos resultados obtidos através da simples comparação: unidades da federação com maior IQGP obtêm um maior retorno na utilização dos recursos públicos, ou seja, a qualidade do seu gasto público é melhor.

6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.

Considere-se a situação representada na Tabela 1, em que são apresentados os índices de Bem-Estar, de Insumo e Qualidade do Gasto Público para três unidades hipotéticas em uma função qualquer:

Tabela 1: Índices de bem-estar, insumo e qualidade do gasto público de 3 unidades hipotéticas.

Unidade	Índice de Bem-Estar	Índice de Insumo	IQGP
A	0,50	0,50	1,00
B	0,90	0,60	1,50
C	0,30	0,40	0,75

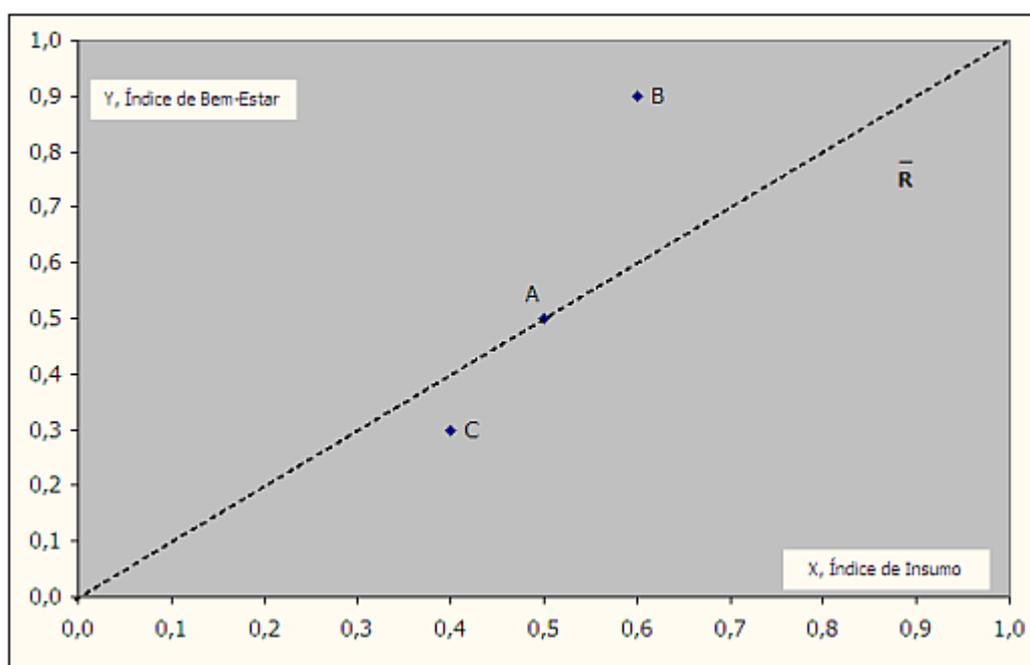
Da observação da tabela 1, pode-se concluir que:

- A unidade B possui melhor qualidade em termos de gasto público em relação às unidades A e C.

- É possível, inclusive, determinar o quanto, comparativamente, a unidade B é melhor em termos de gasto público: 50% melhor do que a unidade A e duas vezes melhor do que a unidade C.
- A unidade A retorna a mesma quantidade de bem-estar quando comparada à quantidade despendida de insumo. Pode-se afirmar que há um equilíbrio entre despesa e resultado.
- A unidade A é 25% melhor que a unidade C em termos de qualidade do gasto público.
- A unidade C é a que tem a pior qualidade no gasto público.

A partir da tabela 1 é possível gerar um gráfico de dispersão para as três unidades, com o eixo das abcissas representando o Índice de Insumo e o eixo das ordenadas representando o Índice de Bem-Estar:

Figura 1: Representação gráfica do Índice de Qualidade do Gasto Público de 3 unidades hipotéticas.



Observando-se o gráfico, verifica-se que a bissetriz, representada pela reta R, é o lugar geométrico dos pontos em que o retorno, em termos de bem-estar social para a população residente é igual ao valor despendido – o insumo, pelos governos das unidades. Ou seja, a relação Índice de Bem-Estar/Índice de Insumo (=IQGP) é igual a um. Poder-se-ia dizer que, comparativamente, há uma situação de equilíbrio entre a despesa efetuada e os resultados obtidos. Esse é o caso da unidade A.

Por outro lado, as unidades que estão acima da reta R possuem $IQGP > 1$, que é o caso da unidade B. Essas unidades têm melhor qualidade no gasto público, pois, para cada unidade de insumo despendida, a quantidade de resultados retornados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior do que um. Já as unidades localizadas abaixo da reta R possuem $IQGP < 1$ e a qualidade do seu gasto público é inferior. A unidade C representa essa situação: o retorno, medido pelo Índice de Bem-Estar, é

inferior ao Índice de Insumo. Deve-se ter cautela ao se realizar essas comparações: *unidades com maiores IQGPs não ofertam, necessariamente, melhor qualidade de vida e maior bem-estar social.*

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO EDUCAÇÃO.

De acordo com a tabela 2, em que são apresentados os índices de Insumo, Bem-Estar e Qualidade do Gasto Público para as 27 unidades da federação na função Educação, o Rio Grande do Sul é o estado mais bem classificado com IQGP de 2,85. Ou seja, para cada unidade de insumo despendida pelo governo gaúcho, há um retorno de 2,85 unidades de bem-estar, traduzidas pelos indicadores de resultado selecionados. Deve-se ressaltar que esse retorno é calculado por comparação com as demais unidades da federação. Em segundo lugar aparece Minas Gerais, com o IQGP de 2,81. Esse índice está bastante próximo do índice do RS. E, em terceiro e quarto lugares estão os outros dois estados da Região Sul: Santa Catarina e Paraná, ambos com índice de 1,88. O primeiro estado, fora das regiões Sul e Sudeste é o Mato Grosso do Sul, na sexta posição, com um IQGP de 1,67.

Tabela 2: Índice de Qualidade do Gasto Público na função Educação para as unidades da federação (2005).

FUNÇÃO EDUCAÇÃO					
REGIÃO	UF	Índice de Insumo	Índice de Bem-Estar	IQGP	CLASSIFICAÇÃO
NORTE	RO	0,504	0,572	1,13	13
	AC	0,912	0,433	0,48	27
	AM	0,446	0,305	0,68	20
	RR	0,932	0,599	0,64	23
	PA	0,187	0,308	1,65	7
	AP	0,895	0,490	0,55	25
	TO	0,570	0,444	0,78	19
NORDESTE	MA	0,194	0,258	1,33	10
	PI	0,323	0,176	0,54	26
	CE	0,325	0,350	1,08	14
	RN	0,358	0,216	0,60	24
	PB	0,288	0,194	0,67	21
	PE	0,192	0,231	1,21	11
	AL	0,221	0,146	0,66	22
	SE	0,387	0,353	0,91	15
SUDESTE	BA	0,255	0,229	0,90	16
	MG	0,285	0,800	2,81	2
	ES	0,438	0,731	1,67	5
	RJ	0,453	0,661	1,46	9
SUL	SP	0,712	0,857	1,20	12
	PR	0,412	0,774	1,88	3
	SC	0,478	0,897	1,88	4
CENTRO OESTE	RS	0,279	0,795	2,85	1
	MS	0,377	0,628	1,67	6
	MT	0,455	0,396	0,87	17
	GO	0,401	0,633	1,58	8
	DF	1,000	0,844	0,84	18

No extremo oposto da tabela de classificação aparecem o Acre, o Piauí e o Amapá. Seus índices de Qualidade do Gasto Público são 0,48; 0,54 e 0,55; respectivamente.

Se a análise for feita por regiões, observa-se que os estados da região Sul obtêm os melhores retornos por unidade de insumo despendida na função Educação. Em seguida aparece a região Sudeste, em que três,

dos quatro estados que a compõem, estão entre os dez melhores. As regiões Norte e Nordeste têm apenas um estado cada, entre os dez melhores na função Educação. Respectivamente, o Pará e o Maranhão.

Além disso, todas as unidades da federação que despendem mais de uma unidade de insumo para obter uma unidade de bem-estar (IQGP < 1) estão fora das regiões Sul e Sudeste.

É possível observar a tabela sob a ótica “benefício/custo”: os dois estados mais bem classificados, Rio Grande do Sul e Minas Gerais têm índices de insumo e bem-estar semelhantes: respectivamente 0,279 e 0,795 para o RS e 0,285 e 0,800 para MG.

Já o Distrito Federal é o 3º melhor colocado em termos de retorno, com um Índice de Bem-Estar igual a 0,844. Porém, pelo lado do insumo, o DF é a unidade da federação com o maior gasto nessa função: seu Índice de Insumo é 1,000. Esse fato coloca o DF na 18ª posição em relação à qualidade da despesa. De forma semelhante, SP é o 2º melhor estado em Índice de Bem-Estar, com 0,857; entretanto seu Índice de Insumo – 0,712 é o 5º mais elevado, o que coloca o estado na 12ª posição em relação ao IQGP.

O mais sintomático é o fato de que, se for levado em consideração as dez unidades da federação com maior Índice de Insumo, apenas duas, Santa Catarina e Rio de Janeiro, figuram entre as dez com maior IQGP.

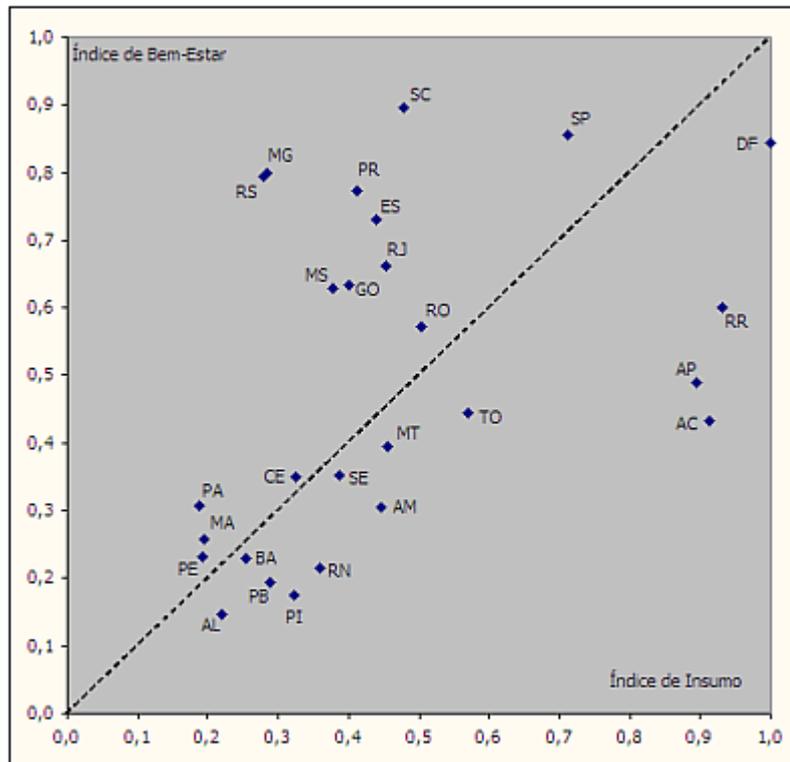
Assim, é possível concluir que, de forma geral, na função Educação, insumos elevados não necessariamente obtêm melhores retornos. Ou seja, *a partir de um determinado valor de insumo não há retorno proporcional em resultados, obtidos na forma de bem-estar*. Nesse sentido, verifica-se a ocorrência de *deseconomia de escala*¹ na função Educação.

A *deseconomia de escala* pode ocorrer ou pela ineficiência oculta nos altos valores despendidos, casos de SP e DF ou pela complexidade de gerenciamento dos recursos em estados com baixa densidade populacional, como os da região Norte. Pode-se afirmar que há um problema de “logística” na distribuição dos serviços públicos.

É possível, ainda, observar a representação gráfica de dispersão dos índices de Insumo, medido ao longo do eixo das abcissas, e de Bem-Estar, medido ao longo dos eixos das ordenadas para as vinte e sete unidades da federação, conforme representada na figura 2.

¹ Em Economia, caracteriza-se a ocorrência de *deseconomia de escala* quando os custos crescem mais do que proporcionalmente ao aumento de capacidade de produção.

Figura 2: Representação gráfica da relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar Social para as unidades da federação brasileiras na função Educação (2005)

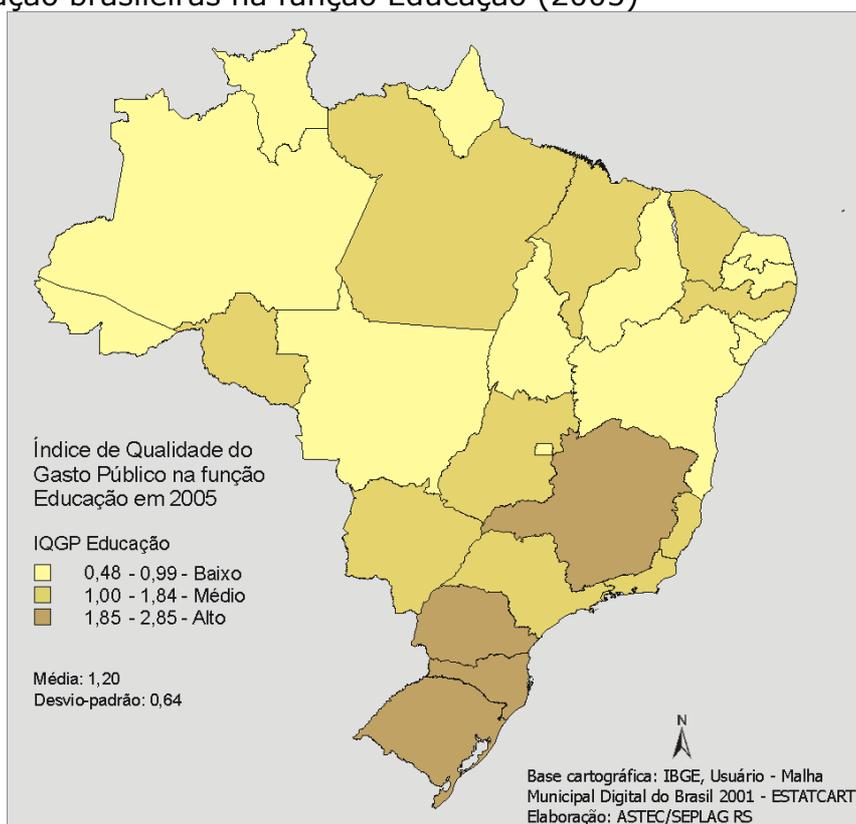


Em relação à “linha de equilíbrio”, onde o IQGP=1, representada pela bissetriz aos eixos das abcissas e ordenadas, destacam-se RS e MG, os dois melhores IQGPs na função Educação. É possível, também observar os elevados insumos de SP, DF, e de alguns estados da região Norte (AC, AP e RR) e seus *relativamente* baixos Índices de Bem-Estar, caracterizando a *deseconomia de escala*.

Também é possível observar os baixos índices de insumo e de bem-estar da totalidade dos estados da região Nordeste e alguns da região Norte e, por fim, o insumo intermediário, mas elevado Índice de Bem-Estar dos estados das regiões Sul e Sudeste.

O mapa 1 classifica as unidades da federação, segundo seus respectivos IQGPs, em três faixas: baixo, médio e alto.

Mapa 1: Índice de Qualidade do Gasto Público para as unidades da federação brasileiras na função Educação (2005)



Os critérios utilizados para a definição dos intervalos foram IQGP menor do que 1 para baixo e a média da amostra (1,20) e o desvio padrão (0,64) para os intervalos médio e alto. Nesse caso, os três estados da região Sul – PR, SC e RS, e também MG da região Sudeste encontram-se na faixa de IQGP alto (acima de 1,85). Cinco estados da região Norte – AC, AM, RR, AP e TO, dois da região Centro-Oeste – MT e DF, e seis da região Nordeste – PI, RN, PB, AL, SE e BA têm IQGP baixo. Todos os demais apresentam IQGP intermediário – entre 1,00 e 1,84.

8. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO SAÚDE.

Tabela 3: Índice de Qualidade do Gasto Público na função Saúde para as unidades da federação (2005)

FUNÇÃO SAÚDE					
REGIÃO	UF	Índice de Insumo	Índice de Bem-Estar	IQGP	CLASSIFICAÇÃO
NORTE	RO	0,493	0,435	0,88	21
	AC	0,820	0,527	0,64	24
	AM	0,797	0,463	0,58	25
	RR	0,803	0,417	0,52	26
	PA	0,276	0,531	1,92	5
	AP	0,771	0,386	0,50	27
	TO	0,658	0,506	0,77	22
NORDESTE	MA	0,148	0,500	3,39	1
	PI	0,280	0,370	1,32	13
	CE	0,214	0,451	2,11	4
	RN	0,428	0,566	1,32	15
	PB	0,267	0,606	2,27	2
	PE	0,384	0,508	1,32	14
	AL	0,301	0,490	1,63	8
	SE	0,384	0,565	1,47	9
SUDESTE	BA	0,395	0,463	1,17	18
	MG	0,278	0,590	2,12	3
	ES	0,492	0,623	1,27	16
	RJ	0,365	0,518	1,42	12
SUL	SP	0,527	0,620	1,18	17
	PR	0,308	0,582	1,89	6
	SC	0,376	0,632	1,68	7
CENTRO OESTE	RS	0,328	0,469	1,43	10
	MS	0,361	0,413	1,14	19
	MT	0,471	0,417	0,88	20
	GO	0,401	0,568	1,42	11
	DF	1,000	0,644	0,64	23

Os resultados apontados pela tabela 3 mostram que das dez unidades da federação melhor classificadas, cinco são da região Nordeste (MA, PB, CE, AL e SE), três são os estados da região Sul (PR, SC e RS), além de MG e PA, das regiões Sudeste e Norte, respectivamente.

Já, entre as dez unidades da federação pior classificadas, seis são da região Norte (AP, RR, AM, TO e RO), três são do Centro-Oeste (DF, MT e MS) e BA, da região Nordeste.

Quando se desagrega o IQGP das unidades da federação em seus índices de Insumo e Bem-Estar a situação fica mais clara. Das dez unidades melhor classificadas, oito estão entre as de menor insumo, e das dez pior classificadas, novamente, oito estão entre as de maior insumo. Além disso, o desvio padrão calculado dos índices de Bem-Estar das unidades da federação é bastante baixo: 0,08. Isto significa que, para os indicadores selecionados, a variação do Índice de Bem-Estar é pequena entre as unidades da federação.

Portanto, se a variação do Índice de Bem-Estar é pequena entre as unidades da federação, a diferença na qualidade do gasto público se dá no insumo: estados com menor insumo têm maior IQGP na função Saúde.

Essa é a razão pela qual há uma grande quantidade de estados da região Nordeste na parte superior da tabela de classificação e da região Norte na parte inferior: seus índices de Bem-Estar são semelhantes, entretanto os índices de Insumo dos estados da região Nordeste são

menores que os dos estados da região Norte. Assim, para os estados com piores IQGPs na função Saúde, novamente fica caracterizada a *deseconomia de escala*: a elevação dos insumos não corresponde, de forma proporcional, a um acréscimo de bem-estar, medido pelos indicadores selecionados.

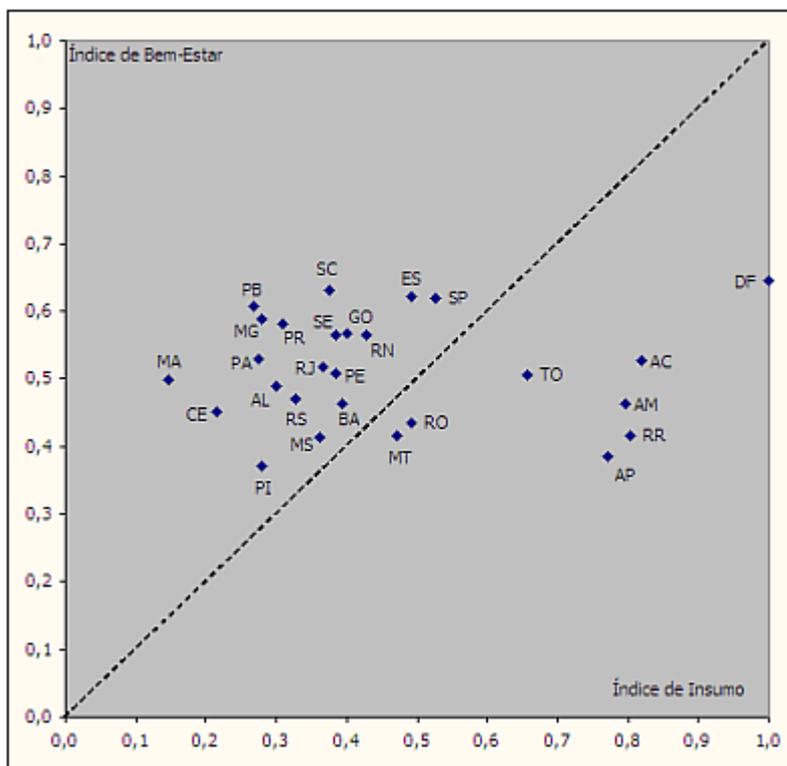
Um caso extremo é o do Distrito Federal: seu Índice de Bem-Estar é praticamente idêntico ao de Santa Catarina, 0,644 e 0,632 respectivamente, entretanto o Índice de Insumo do DF, 1,000; é quase o triplo do de SC: 0,376.

Ou seja, de forma geral, na função Saúde, a qualidade da despesa é melhor quando o insumo é menor, devido ao fato de que o seu aumento se reflete em poucas melhorias nos indicadores de resultado selecionados.

Pode-se atribuir a ocorrência da *deseconomia de escala* na função Saúde a dois fatores, idênticos aos da função Educação: logística - complexidade de gerenciamento dos recursos em estados com baixa densidade populacional, como os da região Norte; ou ineficiência no gerenciamento de recursos, caso do DF, que em função de serem bastante elevados, deveriam resultar em melhor Índice de Bem-Estar.

Ao se observar a figura 3, que representa a relação entre os índices de Insumo e Bem-Estar da função Saúde, verifica-se a existência de dois blocos distintos de unidades da federação.

Figura 3: Representação gráfica da relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar Social para as unidades da federação brasileira na função Saúde (2005)

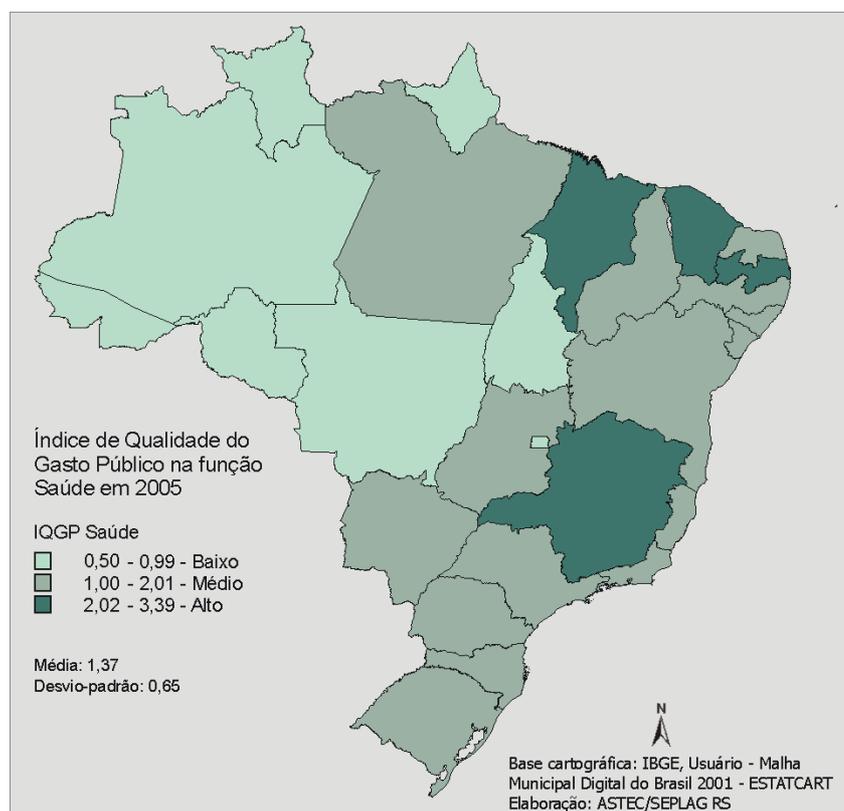


O primeiro, centralizado, constituído de vinte e uma unidades da federação, com pequena variação no Índice de Bem-Estar (aproximadamente entre 0,4 e 0,6) e variação maior no Índice de Insumo (entre 0,1 e 0,6). Daí a razão das unidades, pertencentes ao primeiro bloco, de menores insumos terem melhor IQGP do que as do segundo bloco. Entre elas, também, a questão do insumo menor é fundamental para a obtenção de um melhor IQGP.

O segundo bloco, onde há a ocorrência da *deseconomia de escala*, é o de estados com insumo mais elevado, constituídos pelo DF – o maior insumo – e estados da região Norte (TO, AP, AM, RR e AC).

O mapa 2 classifica as unidades da federação brasileiras em três intervalos, de acordo com sua posição do IQGP. Os intervalos foram selecionados tendo por base IQGP menor do que 1 para baixo e a média (1,37) e o desvio padrão (0,65) para os intervalos médio e alto.

Mapa 2: Índice de Qualidade do Gasto Público para as unidades da federação brasileiras na função Saúde (2005)



Três estados da região Nordeste – MA, CE e PB, além de MG, da região Sudeste integram o bloco das unidades com IQGP alto. É importante observar que estes quatro estados estão entre os cinco de menor insumo. Esse fato ressalta a importância de um baixo valor de insumo na qualidade da despesa para essa função.

Todos os estados da região Norte, exceto PA e mais DF e MT, da região Centro-Oeste constituem o bloco dos estados de baixo IQGP.

Sintomaticamente, o bloco corresponde aos estados com o maior nível de insumo na função Saúde, com exceção de SP, novamente corroborando com a importância de um baixo nível de insumo para melhorar a qualidade do gasto nessa função. Os demais estados estão na faixa intermediária do IQGP: entre 1,00 e 2,01.

9. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA.

Ao se observar o resultado do IQGP para as unidades da federação, apresentado na tabela 4, chega-se à conclusão de que, talvez, a função Segurança Pública devesse ser repensada pelos governos das unidades da federação.

De forma geral, embora antagônica, unidades da federação com maiores índices de Insumo apresentam menores índices de Bem-Estar e, portanto baixa qualidade de gasto público.

Das dez unidades da federação com o maior Índice de Insumo (DF, RJ, AC, AP, RO, SC, MG, RR, MT e MS), sete (DF, RJ, AC, AP, RO, RR e MT) apresentam IQGP menor do que um. Exemplos típicos dessa situação são o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, que ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, em relação ao Índice de Insumo. Entretanto em relação ao Índice de Bem-Estar, o Distrito Federal é o último colocado e o Rio de Janeiro, o penúltimo.

Esse fato coloca essas duas unidades da federação com os piores índices de Qualidade do Gasto Público.

Tabela 4: Índice de Qualidade do Gasto Público na função Segurança Pública para as unidades da federação (2005)

FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA					
REGIÃO	UF	Índice de Insumo	Índice de Bem-Estar	IQGP	CLASSIFICAÇÃO
NORTE	RO	0.575	0.276	0.48	25
	AC	0.607	0.483	0.80	23
	AM	0.411	0.684	1.66	8
	RR	0.512	0.481	0.94	19
	PA	0.299	0.431	1.44	12
	AP	0.582	0.476	0.82	21
	TO	0.428	0.711	1.66	7
NORDESTE	MA	0.268	0.716	2.67	1
	PI	0.295	0.775	2.62	2
	CE	0.261	0.418	1.60	9
	RN	0.333	0.591	1.77	5
	PB	0.320	0.773	2.42	3
	PE	0.358	0.528	1.47	11
	AL	0.384	0.591	1.54	10
	SE	0.381	0.749	1.97	4
SUDESTE	BA	0.345	0.605	1.75	6
	MG	0.528	0.686	1.30	15
	ES	0.425	0.595	1.40	13
	RJ	0.671	0.316	0.47	26
SUL	SP	0.487	0.374	0.77	24
	PR	0.331	0.391	1.18	16
	SC	0.546	0.718	1.31	14
	RS	0.407	0.423	1.04	18
CENTRO OESTE	MS	0.506	0.527	1.04	17
	MT	0.507	0.404	0.80	22
	GO	0.396	0.346	0.87	20
	DF	1.000	0.218	0.22	27

Já o Maranhão, Piauí e Paraíba possuem baixos índices de insumo, ocupando, respectivamente, 26^a, 25^a e 23^a posições. Entretanto, em relação ao Índice de Bem-Estar estão em 5^o, 1^o e 2^o lugares, respectivamente.

É importante levar em consideração os indicadores de resultado selecionados para essa função – taxas de homicídios, roubos, furtos e mortalidade por acidentes de trânsito. Através deles, o Índice de Bem-Estar reflete a *quantidade* de violência existente nas unidades da federação.

Assim, é mais provável que a explicação para a situação encontrada na função Segurança Pública se baseie menos em explicações econômicas, como a *deseconomia de escala*, e mais na Teoria do Crime.

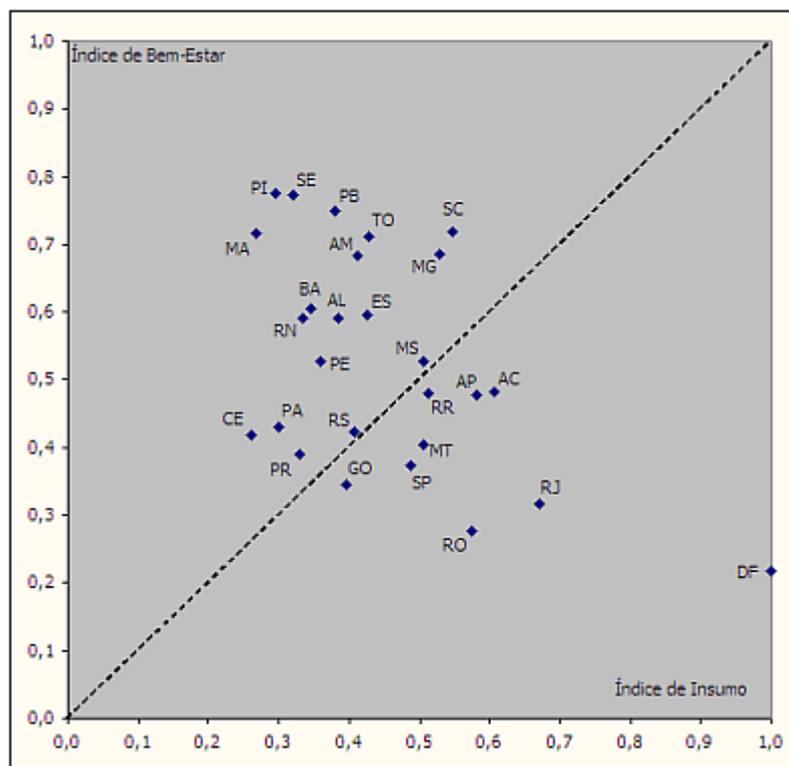
A quantidade de violência é bem maior nas unidades da federação mais urbanizadas, com maior densidade populacional e com maiores níveis de renda. Segundo BECKER (1968), em seu estudo, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia, *Crime and Punishment: an Economic Approach*, a presença de alvos rentáveis favorece o aumento da criminalidade e violência. Também, FELSON & CLARKE (1998), em seu trabalho *Opportunity makes the thief*, abordam a questão de como o anonimato, presente nas grandes concentrações urbanas favorecem a propensão ao crime. Esses ambientes, propícios à ocorrência de violência e criminalidade são encontrados principalmente nos estados das regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal.

De acordo com a tabela 4 da função Segurança Pública, os conceitos do parágrafo anterior podem ser estendidos a alguns estados da região Norte (RO, AC, RR e AP), em que os índices de Bem-Estar, provavelmente, refletem quase que exclusivamente, as capitais – urbanizadas e com maior densidade populacional. Essas capitais também são mais propensas à violência, dificultando a ação efetiva dos governos e, por conseguinte, apresentam baixo IQGP.

Segundo a figura 4, que representa graficamente a relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar para a função Segurança Pública, observa-se que todos os estados da região Nordeste apresentam o Índice de Bem-Estar acima da "linha de equilíbrio", fato esse que, em conjunto com seus baixos índices de Insumo, proporcionam a esses estados elevados IQGPs.

Já abaixo da "linha de equilíbrio", estão os estados com insumos maiores, como o RJ, a maioria dos estados da região Norte (RO, MT, RR, AP e AC) e, principalmente, o DF. Obviamente, isto as torna unidades com baixo IQGP.

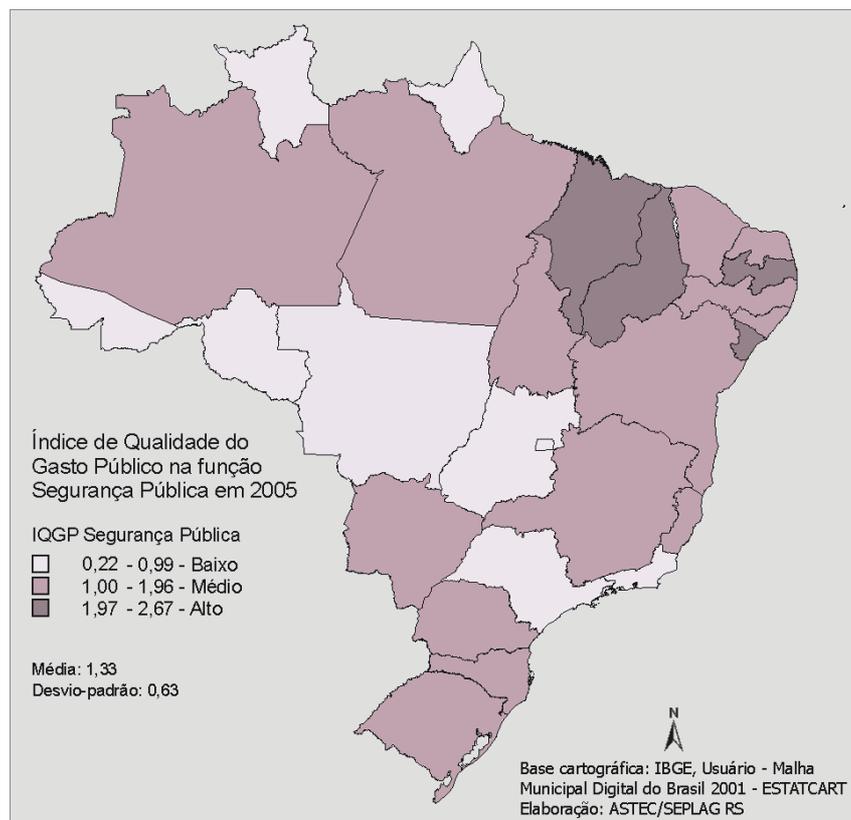
Figura 4: Representação gráfica da relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar Social para as unidades da federação brasileiras na função Segurança Pública (2005)



O mapa 3 apresenta três intervalos de IQGP para as unidades da federação na função Segurança Pública. Os intervalos foram selecionados levando-se em consideração o IQGP menor do que 1 para baixo e a média (1,33) e o desvio padrão (0,63) para IQGP médio e alto.

Quatro estados do Nordeste compõem o bloco dos estados com maior IQGP (1,97 a 2,67): MA, PI, PB e AL. Apresentam baixo IQGP (0,22 a 0,70): quatro estados da região Norte – AC, RO, RR e AP; três da região Centro-Oeste – MT, GO e DF e dois da região Sudeste – SP e RJ. O restante dos estados está em posição intermediária, com o IQGP variando entre 1,00 e 1,96.

Mapa 3: Índice de Qualidade do Gasto Público para as unidades da federação brasileiras na função Segurança Pública (2005)



10. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO JUDICIÁRIA.

Antes de iniciar a análise dessa função, fazem-se necessárias duas observações: a primeira refere-se ao fato de que todos os indicadores são do ano de 2003, ao contrário das demais funções, em que as informações são de 2005. A segunda é não haver informações para todas as unidades da federação. Assim, AM, RR, MA, CE, BA, PR e DF não estão contemplados na análise.

De forma geral, para essa função, de acordo com a tabela 5, as unidades da federação que obtêm os melhores resultados em termos de qualidade do gasto público são aquelas com o menor insumo. São os casos dos estados de Tocantins e Goiás que estão entre as três unidades com menor insumo e são, respectivamente, 3ª e 2ª melhores colocadas em relação à qualidade do gasto público.

Tabela 5: Índice de Qualidade do Gasto Público na função Judiciária para as unidades da federação (2003)

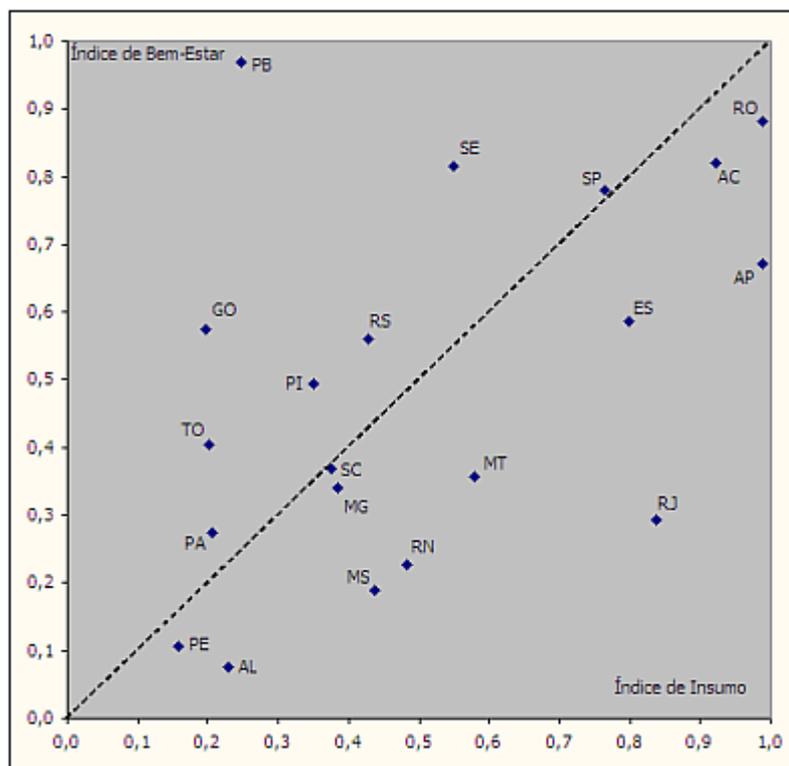
FUNÇÃO JUDICIÁRIA					
REGIÃO	UF	Índice de Insumo	Índice de Bem-Estar	IQGP	CLASSIFICAÇÃO
NORTE	RO	0,989	0,881	0,89	10
	AC	0,922	0,820	0,89	11
	AM				
	RR				
	PA	0,206	0,273	1,33	6
	AP	0,990	0,672	0,68	14
	TO	0,202	0,404	2,00	3
NORDESTE	MA				
	PI	0,350	0,495	1,41	5
	CE				
	RN	0,484	0,226	0,47	17
	PB	0,246	0,969	3,94	1
	PE	0,159	0,106	0,66	15
	AL	0,229	0,076	0,33	20
	SE	0,549	0,816	1,49	4
SUDESTE	BA				
	MG	0,384	0,340	0,89	12
	ES	0,798	0,586	0,73	13
	RJ	0,838	0,294	0,35	19
SUL	SP	0,765	0,780	1,02	8
	PR				
	SC	0,374	0,368	0,98	9
CENTRO OESTE	RS	0,427	0,560	1,32	7
	MS	0,438	0,190	0,43	18
	MT	0,580	0,356	0,61	16
	GO	0,196	0,574	2,93	2
	DF				

É interessante, também, observar que, das vinte unidades da federação analisadas, doze possuem IQGP menor do que um. Esse fato reflete a grande variação existente entre as unidades com maiores e menores IQGP. Basta considerar que o maior IQGP é o da Paraíba (3,94), quase 12 vezes maior do que o de Alagoas (0,33), o menor de todos.

Pode-se concluir que, ou os serviços prestados pelo Judiciário em cada uma das unidades da federação variam muito em qualidade e custos para a população, ou os indicadores selecionados não retratam adequadamente sua relação custo/benefício, ainda que unidades com menor Índice de Insumo tendam a ter IQGP melhor.

A compreensão é melhor através da análise do gráfico da relação entre o Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar. Ao se observar a figura 5, verifica-se uma enorme dispersão das unidades da federação sobre o plano do gráfico, comprovando a enorme variação existente entre insumo despendido e resultados obtidos.

Figura 5: Representação gráfica da relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar Social para as unidades da federação brasileiras na função Judiciária (2003)

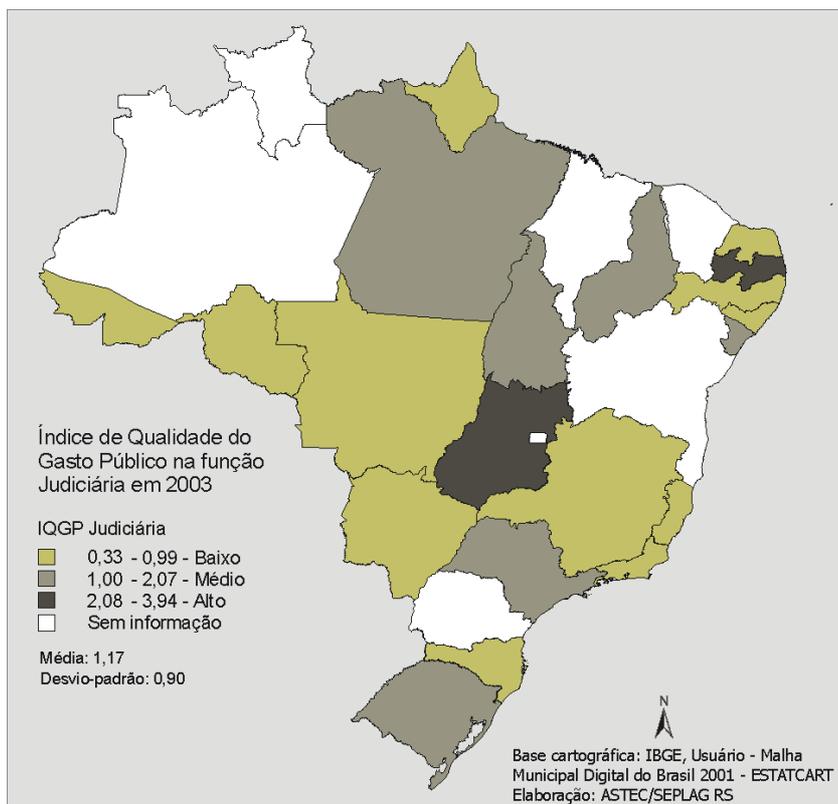


É possível encontrar todas as combinações possíveis com relação ao insumo despendido e retorno de benefícios:

1. Baixos índices de insumo e bem-estar – PE, AL e PA;
2. Elevados índices de insumo e bem-estar – RO, AC e SP;
3. Baixo Índice de Insumo e elevado de bem-estar – PB e GO;
4. elevado Índice de Insumo baixo de bem-estar – RJ, MT e ES.

O mapa 4 apresenta as unidades da federação classificadas em três intervalos de IQGP. O intervalo baixo é definido para IQGP menor do que 1. Os intervalos médio e alto foram gerados a partir da média (1,17) e do desvio padrão (0,90). Ressalte-se o elevado valor do desvio padrão em relação ao valor da média, indicando que os dados da amostra – no caso, o valor do IQGP para as unidades da federação, apresentam valores muito afastados da média, indicando um alto grau de dispersão.

Mapa 4: Índice de Qualidade do Gasto Público para as unidades da federação brasileiras na função Judiciária (2003)



Há seis estados sem informação: AM, RR, MA, CE, BA, DF e PR. Dois estados apresentam alto IQGP (entre 2,08 e 3,94). São eles PB e GO. Seis estados apresentam IQGP médio: RS, SP, TO, PA, PI e SE. O restante dos estados encontra-se no intervalo de baixo IQGP.

11. ANÁLISE DOS RESULTADOS: FUNÇÃO LEGISLATIVA.

Antes de iniciar a análise dessa função, faz-se necessária uma breve explicação sobre ela. Com efeito, a função dos legislativos estaduais é elaborar e aprovar normas que, em tese, beneficiam a população como um todo. Mas como medir o efeito dessas normas no padrão de vida das suas populações? Tendo em vista a dificuldade de se obter tais indicadores, optou-se por uma *proxy*: o número de normas aprovados por parlamentar das assembleias legislativas estaduais.

Tabela 6: Índice de Qualidade do Gasto Público na função Legislativa para as unidades da federação (2005)

FUNÇÃO LEGISLATIVA					
REGIÃO	UF	Índice de Insumo	Índice de Bem-Estar	IQGP	CLASSIFICAÇÃO
NORTE	RO	0,812			
	AC	0,849	0,254	0,30	20
	AM	0,484	0,309	0,64	16
	RR	0,990	0,161	0,16	22
	PA	0,253	0,155	0,62	17
	AP	0,998	0,386	0,39	18
	TO	0,414	0,043	0,10	23
NORDESTE	MA	0,246			
	PI	0,282			
	CE	0,179	0,237	1,32	10
	RN	0,393	0,752	1,91	8
	PB	0,366	0,483	1,32	11
	PE	0,229	0,447	1,95	7
	AL	0,374			
	SE	0,575	0,985	1,71	9
SUDESTE	BA	0,181	0,572	3,17	3
	MG	0,275	0,664	2,41	5
	ES	0,306	0,932	3,05	4
	RJ	0,566	0,200	0,35	19
SUL	SP	0,155	0,313	2,01	6
	PR	0,210	0,672	3,20	2
	SC	0,343	0,078	0,23	21
	RS	0,249	0,276	1,11	12
CENTRO OESTE	MS	0,859	0,828	0,96	14
	MT	0,668	0,670	1,00	13
	GO	0,247	0,937	3,79	1
	DF	0,926	0,864	0,93	15

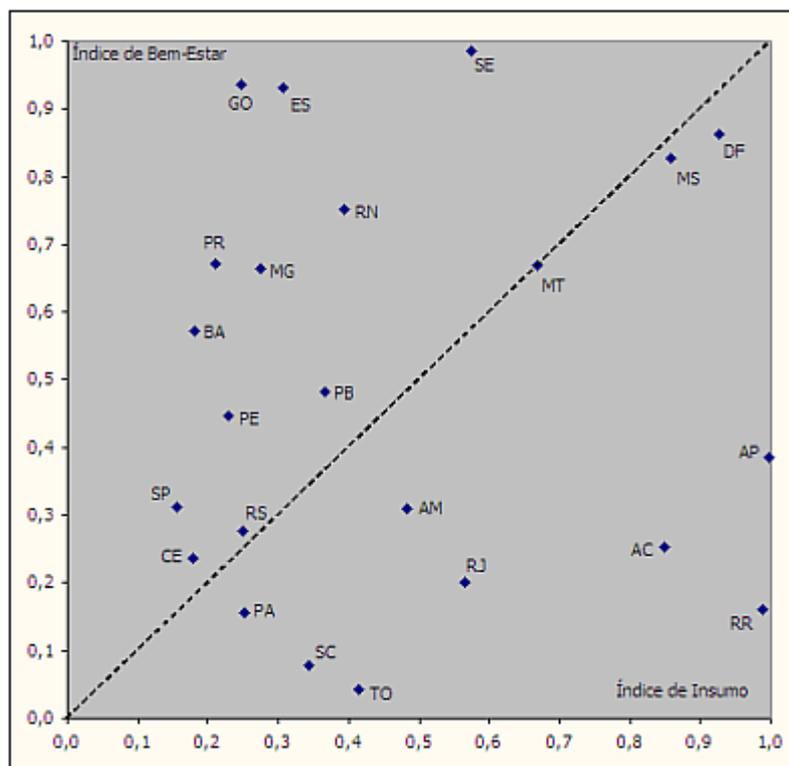
Como ocorreu na função Judiciária, não foi possível obter informações para algumas unidades da federação para a função Legislativa: RO, MA, PI e AL. Ao se analisar a tabela 6, observa-se o mesmo fato da função Judiciária: as unidades da federação que obtêm os melhores resultados em termos de qualidade do gasto público são aquelas que despendem menor insumo. Dentre as dez unidades da federação melhor colocadas em termos do IQGP, seis estão entre as dez com o menor valor de insumo. Isto para vinte e três unidades observadas.

Também é interessante observar a enorme diferença que ocorre entre as unidades da federação com os maiores e menores IQGP. A relação GO - o melhor IQGP e TO - o pior, chega a quase 40 vezes. Os estados da região Norte são os destaques negativos: Todos apresentam IQGP menor do que um.

Semelhante à função Judiciária, a conclusão que se chega, para a função Legislativa é que, ou a atuação do Legislativo em cada uma das unidades da federação varia muito em resultados e custos para a população, ou o indicador selecionado não retrata de forma adequada a relação insumo/resultados obtidos.

Através da figura 6, em que é feita a representação gráfica da relação do Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar para essa função.

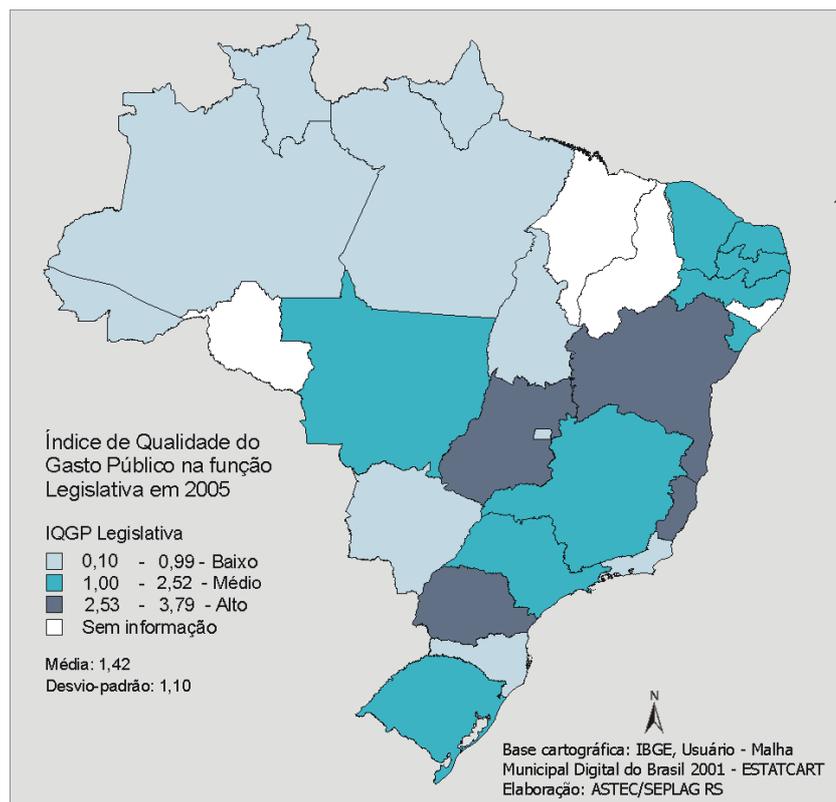
Figura 6: Representação gráfica da relação Índice de Insumo x Índice de Bem-Estar Social para as unidades da federação brasileiras na função Legislativa (2005)



Pode-se observar, à semelhança da função Judiciária, o elevado grau de dispersão existente entre as unidades da federação.

É possível encontrar todas as relações possíveis insumo x bem-estar: baixo insumo e baixo bem-estar: CE, que se localiza acima da linha de equilíbrio e PA, abaixo dela; baixo insumo e elevado bem-estar: GO e ES; elevado insumo e baixo bem-estar: RR e AP; e elevado insumo e elevado bem-estar: MS e DF. Situação interessante é de MT, situado exatamente sobre a linha de equilíbrio.

Mapa 5: Índice de Qualidade do Gasto Público para as unidades da federação brasileiras na função Legislativa (2005)



O mapa 5 apresenta as unidades da federação classificadas em três intervalos de IQGP para a função Legislativa. No intervalo baixo encontram-se as unidades com IQGP menor do que 1. Os intervalos médio e alto foram gerados a partir da média (1,42) e do desvio padrão (1,10). O elevado valor do desvio padrão em relação ao valor da média, indica que os valores do IQGP para as unidades da federação apresentam valores muito afastados da média, indicando um alto grau de dispersão.

Há quatro estados sem informação: RO, MA, PI e AL. Quatro estados apresentam alto IQGP (entre 2,53 e 3,79). São eles PR, GO, ES e BA. Todos os estados da região Norte, exceto RO, para o qual não há informação, apresentam baixo IQGP. Também com baixo IQGP estão SC, RJ e MS. O restante dos estados encontra-se na faixa intermediária, com IQGP entre 1,00 e 2,52.

12. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho é medir a qualidade do gasto público, de forma comparativa, entre as vinte e sete unidades da federação, para cinco funções selecionadas, segundo a classificação funcional dos orçamentos.

O modelo elaborado para medir a qualidade do gasto público, permite avaliar o desempenho das políticas públicas dos governos estaduais, quantificado através do Índice de Bem-Estar e os seus custos para a sua população – estes medidos através do Índice de Insumo. E, da razão entre esses índices, obtém-se o Índice de Qualidade do Gasto Público – o IQGP. Ele permite comparar a qualidade da despesa realizada pelas unidades da federação brasileiras. A interpretação do IQGP é bastante fácil,

já que, quanto mais elevado o índice de determinada unidade, melhor é sua classificação em relação às demais.

Ao verificar os resultados obtidos pelo modelo apresentado, é possível concluir que, para as funções Educação e Saúde, de forma geral, unidades da federação com menor insumo (menor despesa *per capita*) apresentam um melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público.

Por outro lado, aparentemente, a elevação da despesa tende a tornar os estados mais perdulários: *o retorno obtido em termos de melhoria na qualidade de vida para a população não é proporcional ao aumento da despesa*. Pode-se afirmar que, em ambas as funções, ocorre uma *deseconomia de escala* nas unidades da federação com os maiores insumos. Ou seja, ao elevar seus gastos, os estados reduzem os cuidados e a virtude do "gastar bem". Os estados típicos dessa situação, com pior desempenho em relação ao gasto público, são os da região Norte, com exceção do Pará.

Já os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm uma posição intermediária: apresentam insumo e resultados mais elevados que os da região Nordeste, o que ocasiona uma melhor qualidade de vida às suas populações. A exceção fica por conta do Distrito Federal, que por ter um insumo extremamente elevado nas duas funções sempre apresenta baixo IQGP.

Em relação à função Segurança Pública ocorre uma situação incomum: no geral, unidades da federação com maior gasto apresentam menores índices de retorno, ou seja, seus níveis de criminalidade e violência são maiores. Esse fato ocorre nos estados das regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal, que são mais urbanizados, com maior densidade demográfica e maior níveis de renda, portanto mais suscetíveis à criminalidade, conforme a Teoria do Crime.

Ao se comparar o comportamento das unidades da federação para essas três funções - Educação, Saúde e Segurança Pública é importante levar em consideração as diferenças geográficas existentes entre elas, tanto em relação à distribuição da população, quanto em relação ao tamanho do território.

Já para as funções Judiciária e Legislativa, a dispersão das unidades da federação em termos do IQGP é muito acentuada, não permitindo obter um julgamento preciso sobre o desempenho do governo das unidades da federação em ambas as funções. Esse fato evidencia:

- ou uma baixa relação entre os indicadores selecionados para a aferição do Índice de Bem-Estar proporcionado por essas duas funções e, de fato, há uma enorme dificuldade de se obter informações que possam ser contabilizadas como indicadores de desempenho para o Judiciário e, especialmente, para o Legislativo;

- ou que os serviços prestados em ambas as funções pelos governos de cada uma das unidades da federação variam muito em qualidade e custos para a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Herbert Vieira de. *Análise Comparativa do Gasto Social Brasileiro por Índices de Retornos Tributários*.

BECKER, Gary Stanley. *Crime and Punishment: An Economic Approach*. *Journal of Political Economy*, 76 (no. 2): 169-217, March/April, 1968.

BALL, Ian. *New Zealand Public Sector Management*. In: NATIONAL ACCOUNTANTS IN GOVERNMENT CONVENTION, Hobart, Australia. May, 1993. (paper)

BRUNET, Júlio F.G.; BORGES, Clayton B.; BERTÊ, Ana M. A. e BUSATTO, Leonardo M. *Estados Comparados por Funções do Orçamento – uma Avaliação da Eficiência e Efetividade dos Gastos Públicos Estaduais*. Porto Alegre, outubro de 2006. Monografia. 60p.

BURKHEAD, J. *Orçamento Público*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1971.

CASTRO, J. A.; MORAES NETO, M. B.; SADEK, B. e SIMÕES, H. *Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001*. Texto para discussão nº 988, Brasília: IPEA, out. 2003.

FELSON, Marcus & CLARKE, Ronald V. *Opportunity makes the thief: Practical theory for crime prevention*. Police research series, paper nº 98. Home Office, London. Research, Development and Statistics Directorate, 1998, 36 p. (tradução de Marcelo Soares e Luiz Tadeu Viapiana).

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Ed. Atlas. São Paulo, 1989.

GUPTA, S. & VERHOEVEN, M. *The Efficiency of Government Expenditure - Experiences from Africa*. In: JOURNAL OF POLICY MODELLING, 23: 433-467, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*, Ed. Átomo &Alínea; Campinas; BRASIL 2003.

MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das Finanças Públicas*. Ed. Atlas, São Paulo; BRASIL. 1974

SCOTT, Graham; BRUSHNELL, Peter & SALLEE, Nikitin. *Reform of the Core Public Sector: New Zealand Experience*. Ed. Governance, V. 3, nº2, April, 1990.

SILVA, Fernando Antonio Rezende. *Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Coleção de Relatórios de Pesquisas. 1972.

TULKENS, H. *On FDH Analysis: some methodological issues and applications to retail banking, courts and urban transit*. In: JOURNAL OF PRODUCTIVITY ANALYSIS, 4, 183-210, 1993.

RUBIN, Irene S. *The Politics of Public Budgeting: Getting and Spending, Borrowing and Balancing*. New York: Chatham House Publishers, 2000. 310 p.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Ed. Atlas. 1994.

WILDAVSKY, Aaron. *Budgeting: A comparative theory of budgetary process*. Boston: Ed. Little, Brown and Company, 1975.

DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva - www.datasus.gov.br

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito - www.denatran.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - www.inep.gov.br

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - www.ipea.gov.br

Ministério da Educação - www.educacao.gov.br

Ministério da Fazenda / STN - COREM - www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública - www.mj.gov.br

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - www.sefaz.ba.gov.br

Senado Federal / Sistema INTERLEGIS - www.interlegis.gov.br

Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário - www.stf.gov.br

Tribunal de Contas do Distrito Federal - www.tc.df.gov.br

(TABELAS)

	FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA														
	INSUMO			INDICADORES SOCIAIS											
	Despesa	Índice	Ranking	Homicídios	Índice	Ranking	Roubos	Índice	Ranking	Furtos	Índice	Ranking	Mortalidade Trânsito	Índice	Ranking
RO	192,64	0,58	5	29,1	0,20	22	525,5	0,31	21	1.563,7	0,27	20	21,2	0,32	25
AC	206,88	0,61	3	17,3	0,68	8	350,7	0,58	15	1.889,0	0,13	24	14,3	0,54	13
AM	120,50	0,41	14	15,4	0,75	7	310,1	0,64	12	840,4	0,68	11	10,3	0,66	9
RR	164,89	0,51	8	11,8	0,86	3	195,7	0,79	6	1.911,2	0,13	25	28,6	0,15	26
PA	67,68	0,30	24	32,2	0,12	24	647,0	0,17	22	679,9	0,76	8	9,8	0,68	8
AP	195,76	0,58	4	17,8	0,66	10	358,1	0,57	16	1.611,4	0,24	22	17,7	0,43	20
TO	127,75	0,43	12	14,1	0,80	6	119,9	0,86	1	974,6	0,60	13	12,9	0,58	11
MA	51,61	0,27	26	13,5	0,81	5	191,1	0,80	5	651,8	0,77	7	16,1	0,48	18
PI	65,75	0,30	25	8,5	0,93	2	221,0	0,76	8	482,2	0,84	5	13,3	0,57	12
CE	48,02	0,26	27	18,4	0,64	14	898,0	0,03	26	983,1	0,60	15	18,3	0,41	22
RN	84,38	0,33	21	18,3	0,64	13	343,4	0,59	13	980,1	0,60	14	14,5	0,53	14
PB	78,03	0,32	23	18,0	0,65	11	232,9	0,75	9	343,3	0,89	2	4,7	0,81	3
PE	96,18	0,36	19	42,4	0,01	27	394,7	0,51	18	390,1	0,87	3	8,3	0,72	6
AL	108,10	0,38	17	35,8	0,06	25	240,7	0,74	10	421,4	0,86	4	8,6	0,71	7
SE	106,66	0,38	18	22,7	0,45	19	218,2	0,76	7	154,2	0,93	1	2,5	0,85	1
BA	89,96	0,34	20	21,0	0,52	16	421,7	0,47	20	809,1	0,69	9	7,8	0,73	5
MG	171,72	0,53	7	17,7	0,67	9	286,1	0,67	11	909,4	0,64	12	6,5	0,77	4
ES	126,47	0,42	13	28,2	0,23	20	168,5	0,82	4	508,4	0,83	6	15,5	0,50	16
RJ	236,98	0,67	2	39,0	0,03	26	741,6	0,09	24	821,4	0,69	10	16,8	0,46	19
SP	153,81	0,49	11	18,0	0,65	12	749,9	0,09	25	1.617,7	0,24	23	15,1	0,52	15
PR	83,14	0,33	22	30,1	0,17	23	368,4	0,55	17	1.397,9	0,35	18	15,9	0,49	17
SC	179,92	0,55	6	7,1	0,95	1	131,5	0,85	2	1.596,0	0,25	21	4,1	0,82	2
RS	118,74	0,41	15	12,5	0,84	4	669,3	0,15	23	2.253,0	0,05	26	10,6	0,65	10
MS	162,02	0,51	10	21,6	0,50	17	163,8	0,82	3	1.348,3	0,38	17	18,6	0,40	23
MT	162,50	0,51	9	28,8	0,21	21	350,6	0,58	14	1.301,1	0,41	16	18,1	0,42	21
GO	113,37	0,40	16	20,0	0,57	15	401,8	0,50	19	1.470,7	0,31	19	70,5	0,00	27
DF	995,66	1,00	1	22,1	0,47	18	1.154,6	0,00	27	3.074,1	0,00	27	18,9	0,39	24
	Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005		
	Escore Bruto: despesa em R\$ <i>per capita</i>			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de homicídios / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de roubos / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de furtos / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de óbitos em acidentes de trânsito / 100.000 hab		
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / DENATRAN		

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009 – ANEXO 1

UF	FUNÇÃO SAÚDE																	
	INSUMO			INDICADORES SOCIAIS														
	Despesa	Índice	Ranking	Gravidez Adolescência	Índice	Ranking	Mortalidade Materna	Índice	Ranking	Baixo Peso	Índice	Ranking	Vacinação	Índice	Ranking	Mortalidade Infantil	Índice	Ranking
RO	197,23	0,49	8	29,41	0,09	25	35,54	0,60	11	8,30	0,68	11	92,58	0,11	25	18,55	0,44	17
AC	327,30	0,82	2	25,39	0,46	15	22,43	0,86	5	8,62	0,60	14	102,48	0,60	12	20,97	0,18	22
AM	315,49	0,80	4	27,61	0,22	22	35,50	0,60	10	7,65	0,80	5	88,21	0,03	26	18,11	0,50	14
RR	318,75	0,80	3	24,25	0,60	12	41,74	0,45	14	8,27	0,68	10	104,43	0,71	9	17,84	0,53	13
PA	116,82	0,28	24	31,27	0,03	27	46,99	0,33	19	7,92	0,75	7	107,33	0,84	5	20,38	0,23	21
AP	303,48	0,77	5	27,16	0,26	19	55,14	0,17	23	8,73	0,58	16	106,01	0,78	6	19,78	0,30	20
TO	256,51	0,66	6	27,87	0,20	24	56,61	0,15	24	6,59	0,93	1	94,18	0,16	23	16,91	0,64	11
MA	53,87	0,15	27	30,97	0,04	26	46,85	0,33	18	7,38	0,84	4	102,24	0,59	13	18,24	0,48	15
PI	118,51	0,28	22	27,29	0,25	20	74,09	0,02	27	7,98	0,74	8	96,20	0,24	20	21,45	0,14	24
CE	89,33	0,21	26	23,88	0,64	10	37,79	0,55	12	6,72	0,92	2	93,91	0,15	24	18,49	0,45	16
RN	174,63	0,43	11	25,04	0,50	13	11,44	0,96	1	8,58	0,61	13	105,10	0,74	7	16,28	0,72	9
PB	113,19	0,27	25	24,02	0,63	11	14,21	0,94	2	9,09	0,50	19	104,33	0,70	10	18,89	0,40	18
PE	158,73	0,38	15	25,15	0,49	14	31,53	0,69	9	8,19	0,70	9	112,21	0,96	2	21,68	0,13	25
AL	127,07	0,30	21	27,37	0,24	21	23,67	0,84	6	7,36	0,84	3	95,41	0,21	21	23,78	0,04	26
SE	158,80	0,38	14	21,59	0,86	5	47,56	0,32	20	7,76	0,78	6	102,52	0,60	11	25,76	0,01	27
BA	162,61	0,39	13	27,07	0,27	18	54,11	0,19	22	8,52	0,63	12	95,23	0,20	22	21,17	0,17	23
MG	117,92	0,28	23	22,21	0,81	8	14,46	0,94	3	12,18	0,03	26	87,39	0,02	27	16,32	0,71	10
ES	196,98	0,49	9	22,19	0,81	7	43,95	0,40	17	9,05	0,51	18	107,96	0,86	3	15,73	0,77	7
RJ	151,90	0,37	17	23,17	0,72	9	41,20	0,46	13	12,41	0,03	27	107,66	0,85	4	16,03	0,74	8
SP	209,34	0,53	7	18,89	0,97	1	27,28	0,78	8	11,69	0,06	23	100,92	0,51	15	13,63	0,92	2
PR	129,99	0,31	20	22,18	0,81	6	43,06	0,42	15	11,74	0,06	24	101,36	0,53	14	14,68	0,86	4
SC	155,90	0,38	16	20,31	0,93	3	20,17	0,89	4	10,92	0,14	22	100,84	0,50	16	12,24	0,97	1
RS	137,84	0,33	19	21,57	0,86	4	43,45	0,41	16	11,79	0,06	25	96,24	0,24	19	13,71	0,92	3
MS	150,14	0,36	18	26,50	0,33	16	68,09	0,04	26	8,72	0,58	15	100,00	0,45	17	19,14	0,37	19
MT	189,82	0,47	10	27,80	0,20	23	59,25	0,12	25	9,21	0,47	20	105,08	0,74	8	17,81	0,53	12
GO	164,73	0,40	12	26,75	0,30	17	26,80	0,79	7	10,90	0,14	21	113,22	0,97	1	15,20	0,82	5
DF	798,83	1,00	1	20,07	0,94	2	50,09	0,26	21	8,75	0,57	17	99,12	0,40	18	15,51	0,79	6
	2005			2005			2005			2005			2005			2005		
	Escore Bruto: despesa em R\$ <i>per capita</i>			Escore Bruto: Percentual de adolescentes (15 a 19 anos) grávidas			Escore Bruto: Número de óbitos de mães / 100.000 crianças nascidas vivas			Escore Bruto: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer			Escore Bruto: Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinas em dia			Escore Bruto: Número de óbitos / 1.000 crianças nascidas vivas		
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009 – ANEXO 1

UF	FUNÇÃO SAÚDE (continuação)														
	INDICADORES SOCIAIS														
	Suicídio	Índice	Ranking	Expectativa de Vida	Índice	Ranking	AIDS	Índice	Ranking	Tuberculose	Índice	Ranking	Dengue	Índice	Ranking
RO	4,11	0,61	13	70,63	0,42	17	9,84	0,69	12	35,19	0,64	7	395,74	0,07	25
AC	3,88	0,65	10	70,81	0,45	15	7,27	0,83	5	39,71	0,52	13	350,37	0,12	23
AM	3,03	0,79	6	71,03	0,48	14	14,59	0,37	18	64,52	0,05	26	31,68	0,79	8
RR	6,64	0,16	24	69,30	0,23	22	17,12	0,22	23	37,31	0,59	9	603,35	0,00	27
PA	1,94	0,91	3	71,39	0,54	13	7,57	0,81	7	50,15	0,26	23	119,52	0,60	15
AP	6,39	0,19	22	69,75	0,29	19	8,91	0,75	10	40,53	0,50	15	451,24	0,04	26
TO	4,90	0,45	17	70,69	0,43	16	5,59	0,89	1	16,24	0,95	2	261,46	0,26	21
MA	1,57	0,94	1	66,83	0,04	26	9,31	0,72	11	44,29	0,40	20	110,74	0,62	14
PI	5,35	0,37	18	68,17	0,12	24	8,58	0,76	9	38,74	0,55	11	152,78	0,52	17
CE	5,64	0,31	19	69,58	0,26	21	7,03	0,84	4	49,47	0,27	22	351,18	0,12	24
RN	3,90	0,65	11	69,75	0,29	20	10,99	0,62	13	57,67	0,12	24	181,15	0,45	19
PB	2,59	0,85	4	68,26	0,12	23	6,76	0,85	2	37,07	0,60	8	168,61	0,48	18
PE	3,45	0,73	8	67,52	0,07	25	12,15	0,54	15	62,83	0,07	25	72,20	0,71	11
AL	3,15	0,78	7	65,95	0,02	27	6,93	0,84	3	43,17	0,43	19	88,40	0,67	13
SE	4,07	0,62	12	70,27	0,36	18	8,23	0,78	8	38,93	0,55	12	35,17	0,78	9
BA	1,89	0,92	2	71,44	0,55	12	7,52	0,82	6	47,31	0,33	21	130,54	0,57	16
MG	4,71	0,49	16	74,10	0,88	4	13,06	0,47	17	27,94	0,80	6	59,79	0,73	10
ES	4,37	0,56	14	73,14	0,79	8	16,22	0,27	19	37,55	0,58	10	81,27	0,69	12
RJ	2,59	0,85	5	72,44	0,70	11	28,27	0,00	27	80,50	0,00	27	10,24	0,82	3
SP	3,79	0,67	9	73,66	0,84	5	18,64	0,15	25	40,73	0,50	17	19,09	0,81	6
PR	6,52	0,18	23	73,51	0,83	6	13,02	0,47	16	26,01	0,84	5	10,56	0,82	4
SC	7,19	0,10	25	74,78	0,93	2	17,97	0,18	24	25,23	0,85	4	0,90	0,84	2
RS	9,70	0,01	27	74,50	0,91	3	24,72	0,02	26	42,89	0,44	18	0,42	0,84	1
MS	8,52	0,03	26	73,19	0,79	7	16,69	0,24	22	40,54	0,50	16	28,62	0,79	7
MT	5,74	0,29	20	72,57	0,72	10	16,55	0,25	21	39,95	0,52	14	230,12	0,33	20
GO	5,82	0,28	21	72,82	0,75	9	11,92	0,55	14	17,35	0,94	3	338,67	0,13	22
DF	4,54	0,52	15	74,87	0,93	1	16,42	0,25	20	14,96	0,96	1	17,44	0,81	5
	Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005			Ano: 2005		
	Escore Bruto: Número de óbitos por suicídio / 100.000 hab			Escore Bruto: Número médio de anos de vida esperado para uma pessoa em determinado lugar			Escore Bruto: Taxa de incidência de AIDS			Escore Bruto: Taxa de incidência de tuberculose			Escore Bruto: Taxa de incidência de dengue		
	Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS			Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009 – ANEXO 1

FUNÇÃO EDUCAÇÃO (Continuação)												
INDICADORES SOCIAIS												
UF	Avaliação Matemática 4ª Série Ensino Fundamental			Avaliação Português 8ª Série Ensino Fundamental			Avaliação Matemática 8ª Série Ensino Fundamental			Avaliação Português 3ª Série Ensino Médio		
	Índice	Ranking		Índice	Ranking		Índice	Ranking		Índice	Ranking	
RO	173,70	0,37	15	232,90	0,68	9	240,40	0,67	11	257,70	0,59	10
AC	174,00	0,38	14	228,20	0,50	14	226,70	0,26	18	252,60	0,44	17
AM	175,00	0,41	12	217,50	0,14	25	218,60	0,10	26	230,60	0,04	26
RR	174,40	0,39	13	224,50	0,35	17	228,10	0,30	16	256,90	0,57	12
PA	167,00	0,22	21	231,20	0,62	10	230,10	0,35	14	243,20	0,20	21
AP	165,20	0,18	23	223,20	0,30	18	225,00	0,22	22	253,20	0,46	15
TO	167,20	0,22	20	219,60	0,19	20	221,20	0,14	24	240,50	0,15	24
MA	161,80	0,13	26	218,50	0,16	23	218,40	0,10	27	230,30	0,03	27
PI	162,20	0,13	25	220,60	0,22	19	228,30	0,30	15	247,50	0,30	19
CE	165,60	0,19	22	217,90	0,15	24	225,50	0,23	20	257,30	0,58	11
RN	159,00	0,09	27	219,00	0,18	22	226,40	0,25	19	241,70	0,17	23
PB	168,40	0,25	19	219,50	0,19	21	224,00	0,20	23	239,50	0,13	25
PE	170,40	0,29	17	215,80	0,10	26	225,30	0,23	21	249,40	0,35	18
AL	162,60	0,14	24	210,00	0,03	27	218,70	0,10	25	243,60	0,21	20
SE	171,50	0,32	16	231,10	0,61	11	240,70	0,68	10	258,30	0,61	9
BA	169,50	0,27	18	224,80	0,36	15	227,10	0,27	17	242,80	0,19	22
MG	207,20	0,98	2	238,10	0,84	5	254,30	0,94	3	268,00	0,84	4
ES	191,90	0,82	7	234,50	0,73	8	250,00	0,88	5	267,70	0,84	5
RJ	196,60	0,89	4	236,70	0,80	7	243,50	0,75	8	255,50	0,53	14
SP	192,00	0,82	5	237,40	0,82	6	242,00	0,71	9	261,30	0,69	8
PR	202,90	0,95	3	230,00	0,57	13	245,00	0,79	6	266,80	0,82	7
SC	191,90	0,82	6	246,10	0,96	2	252,50	0,92	4	267,00	0,82	6
RS	191,60	0,82	8	244,50	0,95	3	257,80	0,96	2	282,50	0,98	1
MS	184,70	0,67	10	239,90	0,88	4	244,90	0,78	7	272,60	0,91	3
MT	176,30	0,44	11	224,70	0,36	16	231,60	0,40	13	255,70	0,53	13
GO	186,20	0,70	9	230,40	0,58	12	234,90	0,50	12	253,10	0,46	16
DF	208,40	0,98	1	247,00	0,97	1	260,80	0,98	1	278,20	0,96	2
	2005			2005			2005			2005		
	Escore Bruto: Média obtida pelos alunos em matemática na 4ª série do Ensino Fundamental			Escore Bruto: Média obtida pelos alunos em português na 8ª série do Ensino Fundamental			Escore Bruto: Média obtida pelos alunos em matemática na 8ª série do Ensino Fundamental			Escore Bruto: Média obtida pelos alunos em português na 3ª série do Ensino Médio		
	Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP			Fonte: Ministério da Educação / INEP		

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009 – ANEXO 1

UF	FUNÇÃO EDUCAÇÃO (Continuação)											
	INDICADORES SOCIAIS											
	Avaliação Matemática 3ª Série Ensino Médio	Índice	Ranking	Analfabetismo	Índice	Ranking	Defasagem Escolar	Índice	Ranking	Anos de Estudo	Índice	Ranking
RO	271,10	0,59	9	9,98	0,69	12	1,0	0,57	13	5,5	0,30	18
AC	257,10	0,27	19	21,14	0,17	21	1,4	0,19	20	5,4	0,27	21
AM	241,20	0,06	26	6,70	0,82	6	1,2	0,37	18	6,9	0,76	6
RR	268,50	0,53	11	12,23	0,58	15	0,9	0,67	11	6,3	0,57	11
PA	248,70	0,13	25	12,69	0,56	16	1,7	0,05	26	5,8	0,39	15
AP	260,30	0,34	17	7,23	0,80	8	0,9	0,67	11	7,4	0,88	4
TO	253,60	0,20	23	16,30	0,38	17	1,1	0,47	15	5,6	0,33	16
MA	238,20	0,04	27	23,00	0,12	24	1,7	0,05	26	4,5	0,08	25
PI	256,90	0,27	20	27,37	0,04	26	1,6	0,08	23	4,5	0,08	25
CE	265,20	0,45	14	22,58	0,13	23	1,1	0,47	15	5,0	0,16	23
RN	254,90	0,23	21	21,47	0,16	22	1,1	0,47	15	5,5	0,30	18
PB	253,60	0,20	24	25,21	0,07	25	1,4	0,19	20	5,0	0,16	23
PE	254,40	0,22	22	20,47	0,20	20	1,3	0,27	19	5,6	0,33	16
AL	259,40	0,32	18	29,27	0,02	27	1,6	0,08	23	4,2	0,04	27
SE	269,40	0,55	10	19,67	0,23	19	1,6	0,08	23	5,5	0,30	18
BA	261,60	0,37	16	18,78	0,26	18	1,4	0,19	20	5,1	0,19	22
MG	289,20	0,91	3	10,05	0,69	13	0,8	0,76	6	6,2	0,54	13
ES	282,40	0,82	7	8,69	0,75	9	0,8	0,76	6	6,8	0,73	8
RJ	267,10	0,50	12	4,82	0,88	2	1,0	0,57	13	7,7	0,92	2
SP	272,60	0,63	8	5,41	0,86	5	0,4	0,96	1	7,5	0,90	3
PR	284,20	0,85	5	7,08	0,81	7	0,6	0,89	3	6,8	0,73	8
SC	286,50	0,88	4	5,17	0,87	3	0,5	0,93	2	7,1	0,81	5
RS	306,10	0,99	1	5,21	0,87	4	0,7	0,84	4	6,9	0,76	6
MS	283,10	0,83	6	9,06	0,73	10	0,8	0,76	6	6,4	0,61	10
MT	263,60	0,41	15	9,74	0,70	11	0,8	0,76	6	6,2	0,54	13
GO	266,80	0,49	13	10,22	0,68	14	0,7	0,84	4	6,3	0,57	11
DF	297,80	0,97	2	4,66	0,88	1	0,8	0,76	6	9,0	1,00	1
	2005 Escore Bruto: Média obtida pelos alunos em matemática na 3ª série do Ensino Médio Fonte: Ministério da Educação / INEP			2005 Escore Bruto: Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade analfabetas Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA			2005 Escore Bruto: Defasagem escolar média das pessoas entre 10 e 14 anos Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA			2005 Escore Bruto: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA		

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2009 – ANEXO 1

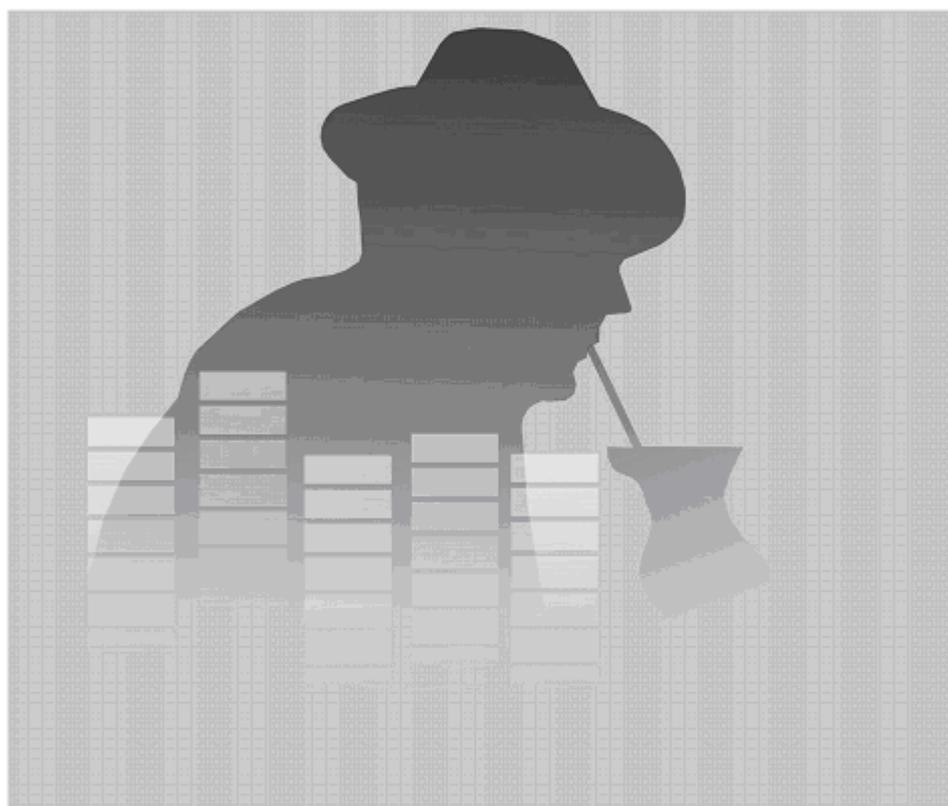
UF	FUNÇÃO LEGISLATIVA						FUNÇÃO JUDICIÁRIA								
	INSUMO			INDICADORES SOCIAIS			INSUMO			INDICADORES SOCIAIS					
	Despesa	Índice	Ranking	Projetos Apreciados	Índice	Ranking	Despesa	Índice	Ranking	Julgamentos de 1º Grau e Tribunais de Justiça Estaduais	Índice	Ranking	Julgamentos em Juizados Especiais	Índice	Ranking
RO	93,66	0,81	6				189,81	0,99	2	87,21	0,92	4	101,63	0,85	3
AC	99,86	0,85	5	3,54	0,25	17	146,77	0,92	3	82,38	0,86	5	95,06	0,78	4
AM	55,54	0,48	10	4,08	0,31	15	59,50	0,36	15						
RR	152,55	0,99	2	2,47	0,16	20	146,61	0,92	4						
PA	29,72	0,25	19	2,39	0,16	21	37,27	0,21	20	55,09	0,25	15	58,65	0,30	14
AP	174,58	1,00	1	4,76	0,39	13	190,53	0,99	1	73,34	0,69	8	84,48	0,66	7
TO	48,27	0,41	11	0,08	0,04	23	36,55	0,20	21	78,34	0,79	6	14,36	0,02	17
MA	28,84	0,25	22				20,54	0,12	26						
PI	33,46	0,28	17				58,60	0,35	16	60,47	0,37	12	81,92	0,62	8
CE	19,32	0,18	26	3,37	0,24	18	30,27	0,17	24						
RN	45,99	0,39	12	7,96	0,75	6	75,43	0,48	10	60,30	0,37	13	35,80	0,09	15
PB	43,10	0,37	14	5,58	0,48	11	43,84	0,25	18	95,71	0,97	1	123,97	0,97	1
PE	26,57	0,23	23	5,29	0,45	12	28,54	0,16	25	52,94	0,21	17			
AL	43,95	0,37	13				41,15	0,23	19	44,95	0,09	21	30,44	0,06	16
SE	64,97	0,57	8	12,83	0,98	1	83,48	0,55	9	87,34	0,92	3	89,06	0,71	5
BA	19,55	0,18	25	6,32	0,57	10	30,57	0,17	23						
MG	32,60	0,28	18	7,12	0,66	9	63,05	0,38	13	54,77	0,24	16	69,05	0,44	13
ES	36,28	0,31	16	10,63	0,93	3	118,33	0,80	6	64,20	0,46	11	88,68	0,71	6
RJ	64,07	0,57	9	2,96	0,20	19	125,66	0,84	5	46,31	0,11	20	72,05	0,48	12
SP	15,41	0,16	27	4,12	0,31	14	112,83	0,77	7	77,69	0,78	7			
PR	23,91	0,21	24	7,19	0,67	7	51,56	0,30	17						
SC	40,48	0,34	15	1,05	0,08	22	61,75	0,37	14	55,11	0,25	14	72,49	0,49	11
RS	29,24	0,25	20	3,76	0,28	16	68,43	0,43	12	68,16	0,56	10			
MS	101,54	0,86	4	8,83	0,83	5	69,77	0,44	11	51,76	0,19	18			
MT	75,16	0,67	7	7,17	0,67	8	87,29	0,58	8	48,49	0,14	19	78,77	0,58	9
GO	29,02	0,25	21	10,76	0,94	2	35,55	0,20	22	69,25	0,59	9	77,40	0,56	10
DF	116,98	0,93	3	9,33	0,86	4				89,15	0,93	2	107,35	0,89	2
	2005			2005			2003			2003			2003		
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita			Escore Bruto: Número de projetos apreciados por deputado estadual			Escore Bruto: despesa em R\$ per capita			Escore Bruto: percentual de casos julgados na justiça comum de 1º grau e em Tribunais de Justiça dos estados.			Escore Bruto: Percentual de casos julgados nos Juizados Especiais		
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Senado Federal / Sistema INTERLEGIS e assembleias legislativas estaduais			Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário			Fonte: Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário		



***ANEXO 2 – TRILHAS GAÚCHAS –
INDICADORES DO FUTURO 2008***



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento e Gestão
Assessoria Técnica



TRILHAS GAÚCHAS INDICADORES DO FUTURO 2008

TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO

INTRODUÇÃO
GUIA DO USUÁRIO

PROPÓSITOS DE MELHORIA E INDICADORES
POPULAÇÃO E
INFÂNCIA

Visão Geral
Pobreza na Infância
Ambiente Familiar
Iniciação à Vida Escolar
Progresso na Vida Escolar
Saúde

COMUNIDADE E
DEMOCRACIA

Visão Geral
Segurança nas Comunidades
Inclusão de PPD's
Participação e Democracia
Eficiência Governamental

ECONOMIA

Visão Geral
Crescimento Econômico Sustentável
Capacitação da Força de Trabalho
Padrão de Vida
Condições de Moradia
Viabilidade Econômica das Pequenas
Comunidades

MEIO AMBIENTE

Visão Geral
Conservação dos Recursos Naturais
Manutenção dos Ecossistemas
Qualidade do Solo, Ar e Água

SITUAÇÃO DOS PROPÓSITOS DE MELHORIA
BIBLIOGRAFIA

TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO

INTRODUÇÃO

Utilização de indicadores na implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A utilização da gestão por resultados, em que as ações do Estado são organizadas de forma a alcançar propósitos pré-definidos, fortalece a construção e o uso de indicadores que atendam tanto ao setor público, como à opinião pública. Assim, faz-se necessária a melhoria na harmonização dos registros já existentes com a incorporação de novos dados, buscando o constante aperfeiçoamento dos procedimentos referentes à coleta, tratamento, análise e disseminação de estatísticas e indicadores para instrumentalizar ações de implementação, monitoramento e avaliação dos programas de políticas públicas.

O que é o Trilhas Gaúchas?

O Trilhas Gaúchas é um trabalho que busca ser uma referência dos avanços da sociedade gaúcha em relação a aspectos-chave das suas condições de vida e bem-estar, sejam eles derivados de ações governamentais ou não. Este instrumento foi concebido para avaliar os progressos que a sociedade tem alcançado, através da utilização de propósitos de melhoria, que são medidos por indicadores de resultados.

A proposta é baseada na experiência de trabalho do Estado de Minnesota (EUA) chamado *Minnesota Milestones*, onde as ações do governo são monitoradas através de resultados, medidos por intermédio de indicadores, que procuram ir ao encontro das necessidades de seus cidadãos.

Este trabalho encontra-se disponível na página da Secretaria da Coordenação e Planejamento - <http://www.seplag.rs.gov.br>.

Por que indicadores do futuro?

O Rio Grande do Sul é um bom lugar para se viver, estudar, trabalhar e formar uma família. Sua população é amistosa, cordial, acredita que os valores éticos e morais são importantes e aprecia sua diversidade cultural e seu patrimônio natural.

Os cidadãos do Rio Grande do Sul querem tornar o Estado ainda melhor para as próximas gerações, e sua visão de futuro tem os seguintes sentidos comuns:

- A proteção e o estímulo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- O incentivo à auto-estima, ao respeito, à solidariedade entre as pessoas e à participação na vida das comunidades.
- A capacitação dos seus cidadãos, de maneira que se distingam durante a vida escolar e acadêmica e, mais tarde, em suas atividades profissionais.

- A promoção do crescimento econômico sustentável do Estado, com geração de riqueza e prosperidade, de forma que sua população tenha um bom padrão de vida.
- A prestação de serviços eficientes e eficazes pelos governos municipais e estadual, de forma a atender às necessidades da população.
- A conservação e proteção dos recursos naturais do Estado, visando à manutenção de um ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida.

GUIA DO USUÁRIO DO TRILHAS GAÚCHAS - INDICADORES DO FUTURO

As definições, relacionados a seguir, têm o intuito de facilitar a compreensão do Trilhas Gaúchas pelo usuário, apresentando o marco conceitual do trabalho.

Propósito de melhoria: ou simplesmente propósito, é uma situação ideal que se almeja para a sociedade gaúcha.

Áreas: os propósitos de melhoria e seus respectivos indicadores de progresso foram agrupados em quatro grandes áreas: população; comunidade e democracia; economia e meio ambiente.

Indicador de resultado: é o instrumento utilizado para avaliar os progressos que o Rio Grande do Sul vem fazendo em relação a um determinado propósito de melhoria.

Visão geral: cada uma das quatro áreas inicia com uma visão geral, que apresenta as tendências em cada um dos propósitos, através da avaliação de seus indicadores. Relata, também, a situação atual, progressos e desafios do Rio Grande do Sul em relação a determinado propósito, levando, inclusive, em consideração comparações com outros estados ou o País.

Gráficos: têm a finalidade de fornecer uma rápida visualização do comportamento do indicador ao longo de um determinado intervalo de tempo.

Mapas: os mapas apresentam a distribuição espacial do indicador no último período de tempo, conforme a disponibilidade de informações em escala municipal.

Escala de informação: algumas informações podem ser apresentadas em escala de municípios, regiões do Estado - COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ou municípios, dependendo da relevância da informação sobre o comportamento de determinado indicador.

Comparações: São estabelecidas comparações para melhor compreensão do desempenho do Rio Grande do Sul em relação ao País ou demais Estados da Federação.

Indicadores relacionados: Ao final de cada um dos propósitos de melhoria é apresentada uma lista de indicadores relevantes de outros propósitos do Trilhas Gaúchas, numerados conforme a página 6 – Propósitos de Melhoria e Indicadores. A intenção é fornecer maiores informações às pessoas interessadas em ampliar o conhecimento sobre aquele tema.

Fontes: Sempre são apresentadas as referências de origem de todas as informações relacionadas.

PROPÓSITOS DE MELHORIA E INDICADORES

A. População e Infância

As crianças gaúchas não viverão na pobreza.

1. Pobreza infantil
2. Crianças de baixa renda em idade escolar

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

3. Abandono escolar
4. Transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio
5. Abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes
6. Gravidez na adolescência
7. Crianças e adolescentes desaparecidos
8. Mortalidade materna

Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

9. Peso ao nascer
10. Cobertura de vacinação

Os estudantes se distinguirão nas atividades escolares básicas e avançadas.

11. Analfabetismo
12. Avaliação da educação básica - Ensino Fundamental
13. Avaliação da educação básica - Ensino Médio
14. Ingresso na Universidade
15. População com Ensino Médio

Os gaúchos serão saudáveis.

16. Mortalidade infantil
17. Expectativa de vida
18. Morte prematura
19. Doenças infecto-contagiosas
20. Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio)

B. Comunidade e Democracia

Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

21. Violência e propensão ao crime
22. Crianças e adolescentes infratores
23. Mortalidade por acidentes de trânsito
24. Trabalho voluntário

As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.

25. Emprego para pessoas portadoras de deficiência

A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

26. Abstenção eleitoral

27. Processo de Participação Popular

Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo as necessidades da população que o utiliza.

28. Preço do governo

29. Satisfação com os serviços do governo

C. Economia

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

30. Crescimento do produto interno bruto

31. População economicamente ativa ocupada

32. Eficiência energética da economia

O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional através da educação e capacitação dos trabalhadores.

33. Adultos com educação superior

Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

34. Qualidade de vida

35. Renda familiar

36. Taxa de pobreza

Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

37. Déficit habitacional

38. Casa própria

Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

39. Êxodo municipal

40. Demografia de empresas

41. Disparidades regionais na renda

- 42. Condições da malha viária
- 43. Acesso asfáltico às sedes municipais

D. Meio Ambiente

Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

- 44. Consumo de energia *per capita*
- 45. Fontes renováveis de energia
- 46. Consumo dos veículos
- 47. Cobertura florestal
- 48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
- 49. Volume de água distribuída
- 50. Produção de madeira

Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

- 51. Vida silvestre
- 52. Áreas naturais protegidas
- 53. Mudanças no uso da terra

A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas
- 56. Acidentes com transporte de cargas perigosas
- 57. Erosão do solo – arenização
- 58. Balneabilidade

População e infância

Visão Geral

Pobreza na Infância

Ambiente Familiar

Iniciação à Vida Escolar

Progresso na vida escolar

Saúde

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

As crianças gaúchas não viverão na pobreza.

Nos dois indicadores que procuram avaliar este propósito - a pobreza infantil e crianças de baixa renda em idade escolar - há uma tendência de piora. No período 2002 – 2004 houve certa estabilização na pobreza infantil, ainda que em patamares bastante elevados. Entretanto, no período 2005 – 2006, o indicador voltou a piorar. Em relação ao indicador crianças de baixa renda em idade escolar, observa-se uma constante elevação no percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

Os indicadores deste propósito estão dispersos, alguns com tendência de melhora e outros para pior. Dos seis indicadores que o compõem, os que apontam para uma piora são o abandono escolar no Ensino Médio; a transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio e abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Por outro lado os indicadores de abandono escolar no Ensino Fundamental e gravidez na adolescência apresentam uma firme e constante tendência de melhora. Já os indicadores de crianças e adolescentes desaparecidos e mortalidade materna oscilam seus valores durante os períodos avaliados.

Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

A tendência desse propósito é a de estabilização no indicador de cobertura das campanhas de vacinação e uma melhora no indicador de peso ao nascer. Este último num patamar ainda elevado, considerando a média nacional.

Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.

Sob o ponto de vista quantitativo, a tendência é de avanço considerável nos indicadores desse propósito. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, os resultados dos indicadores de avaliação da educação básica nos Ensinos Fundamental e Médio, após uma queda inicial, indicam uma estabilização na proficiência dos alunos.

Os gaúchos serão saudáveis.

Há uma tendência de progresso para este propósito. O indicador de mortalidade infantil apresenta uma sensível melhora nos últimos anos. A expectativa de vida aumentou durante o período observado com tendência à estabilização. Já os indicadores de morte prematura e mortalidade por doenças infecto-contagiosas permanecem relativamente estáveis, embora o coeficiente de mortalidade por AIDS em patamares elevados e há alternância de tendência no indicador de suicídio.

Situação Atual

Um adequado nível de saúde e educação da população, especialmente durante o período da infância, é considerado a base para o bem-estar dos habitantes e progresso de determinada região. Essa é a razão pela qual o Trilhas Gaúchas centrou um de seus focos nessas áreas. Apesar de haver melhorias em alguns propósitos, muitos desafios ainda permanecem especialmente na questão qualitativa dos Ensinos Fundamental e Médio. Quando comparados, os indicadores gaúchos na área de população e infância, com a situação nacional, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul está em situação um pouco mais favorável: são melhores os indicadores de pobreza infantil, abandono escolar, gravidez na adolescência, analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida. Na avaliação qualitativa da educação, o Rio Grande do Sul está, também, melhor em relação aos Ensinos Fundamental e Médio. Já nos indicadores de peso ao nascer, doenças infecto-contagiosas - AIDS e, principalmente, suicídio, a situação dos gaúchos é pior do que a nacional.

Progressos

Com relação aos indicadores de saúde na infância e adolescência, houve uma diminuição nas ocorrências de crianças e adolescentes desaparecidos no último ano do período observado e gravidez na adolescência, com notável redução a partir de 2000. Houve certa estabilidade no indicador de cobertura das campanhas de vacinação. Já em relação aos indicadores da educação básica, observa-se uma queda nos índices de analfabetismo e redução no abandono escolar referente ao Ensino Fundamental.

Com respeito à saúde da população adulta, ocorreu uma melhora na expectativa média de vida dos gaúchos ao longo do tempo e tendência de queda nos índices de mortalidade por tuberculose e uma estabilidade nos indicadores de morte prematura. Nos indicadores de educação da população adulta, houve um incremento percentual da população que conclui o Ensino Médio e ingressa no Ensino Superior, tanto nas universidades públicas, quanto nas particulares. É interessante observar que o aumento de matrículas nas universidades particulares foi bem maior que nas públicas.

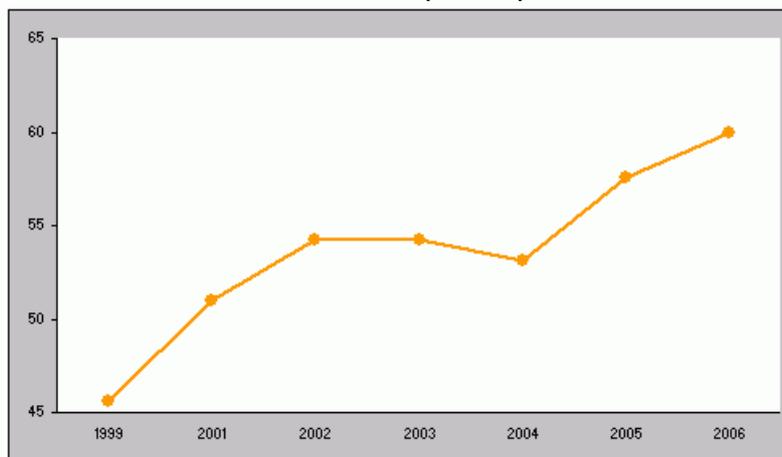
Desafios

No que se referem aos cuidados com as crianças, alguns indicadores permanecem como grandes desafios: crianças de baixa renda em idade escolar, em que o número de famílias assistidas mais do que dobrou no período de janeiro de 2004 a outubro de 2007. Também o percentual de crianças com baixo peso ao nascer em que, apesar da redução no período 2002/2006, ainda permanece em patamares elevados, inclusive maiores que a média nacional. Já na questão da educação básica, um grande desafio que permanece é melhorar a qualidade do ensino no Rio Grande do Sul, já que os indicadores de avaliação da Educação Básica não apresentam grandes avanços. Aumentaram as ocorrências de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Na população adulta, apesar de declínio no período 1999/2005, continuam elevados os coeficientes de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).

PROPÓSITO: as crianças gaúchas não viverão na pobreza.

Um elevado grau de pobreza pode trazer danos irreversíveis ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Crianças que crescem sob níveis críticos de pobreza enfrentam sérios problemas em relação à sua alimentação, moradia e vestuário. Além disso, vivem em ambientes que as tornam mais vulneráveis à criminalidade e à violência. Elas têm baixíssima, ou nenhuma assistência médica no acompanhamento de seu estado geral de saúde e, como consequência, têm menos êxito na vida escolar.

1. Pobreza Infantil: Percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos com rendimento médio mensal familiar per capita até 1 salário mínimo.



Fonte: IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais

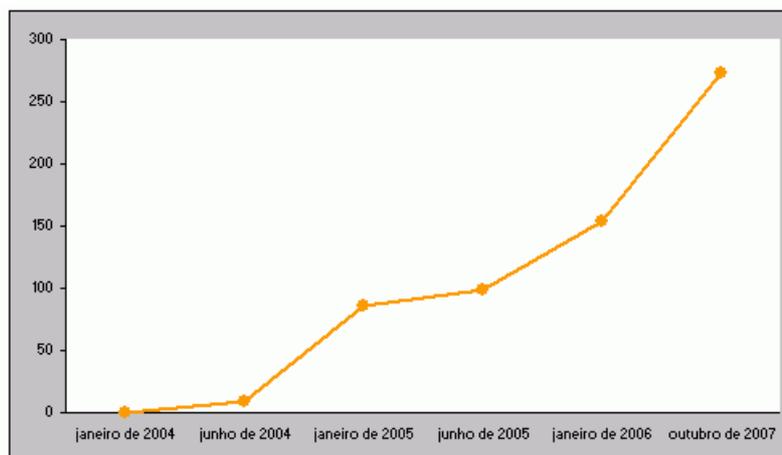
Sobre o indicador

Normalmente, países em desenvolvimento, que estabelecem parâmetros de pobreza, utilizam o conceito da "pobreza alimentar". Estes parâmetros indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação.

Para comparação

Pode-se afirmar que a situação dos gaúchos é um pouco mais favorável do que a nacional. Em 2006 o Rio Grande do Sul apresentava 60% das famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade com rendimento médio mensal familiar per capita de até um salário mínimo enquanto o Brasil apresentava 69%.

2. Crianças de Baixa Renda em Idade Escolar: Variação percentual do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (janeiro 2004=0).



Fonte: Caixa Econômica Federal/Programa Bolsa Família

Sobre o indicador

As famílias atendidas pelo programa são compostas por aquelas em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita até R\$ 50,00 ou aquelas com crianças e jovens entre 0 e 16 anos incompletos, com renda mensal até R\$ 100,00 per capita.

Para comparação

Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, em outubro de 2007, em algumas unidades da federação:

UF	Número de Famílias Atendidas	Número de Municípios Atendidos
RS	434.022	496
SC	143.613	293
PR	446.242	399
SP	1.146.659	645
RJ	506.511	92
MG	1.128.704	853
BA	1.437.874	417
CE	909.769	184

Fonte: Caixa Econômica Federal/Programa Bolsa Família

Indicadores relacionados ao Propósito

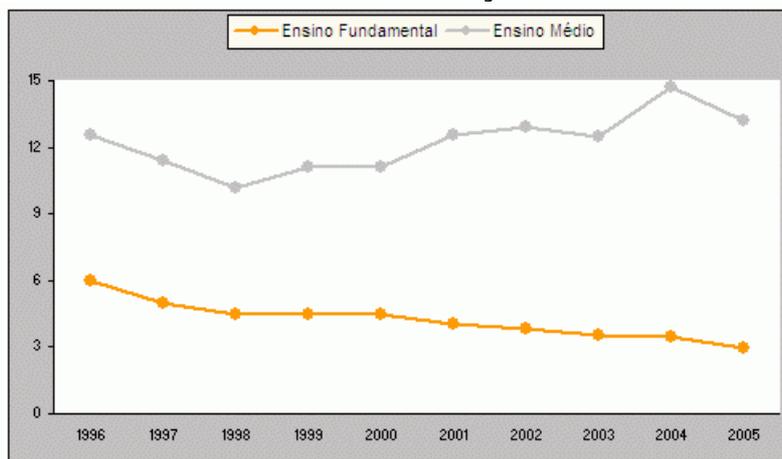
06. Gravidez na Adolescência

36. Taxa de Pobreza.

PROPÓSITO: as famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

Um ambiente familiar saudável, baseado em um bom relacionamento, que apóie e estimule a criança e o adolescente em seu aprendizado, promove a sua segurança emocional e o seu desenvolvimento social, indo ao encontro das expectativas de sucesso na sua vida escolar e profissional.

3. Abandono Escolar: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio que abandonaram a escola em relação à matrícula total.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Sobre o indicador

Abandono escolar corresponde ao conjunto de alunos que se afastou do estabelecimento de ensino sem a solicitação de transferência. O combate ao abandono escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito universal à Educação, garantido pela Constituição.

Para comparação

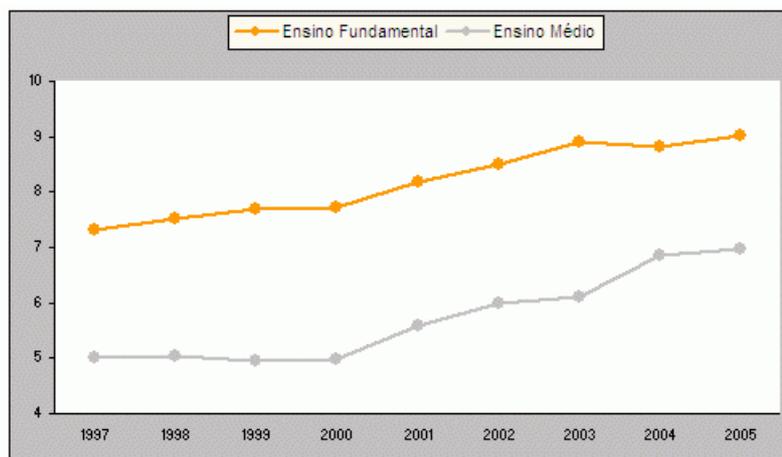
Em 2005, segundo o INEP, conforme quadros abaixo, a situação do abandono escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi melhor tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

Percentual de Abandono Escolar (2005)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	6,9%	14,3%
Rio Grande do Sul	2,9%	13,2%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

4. Transferência Escolar: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio transferidos durante o ano letivo.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Sobre o indicador

Transferência escolar é a troca de instituição de ensino durante o ano letivo.

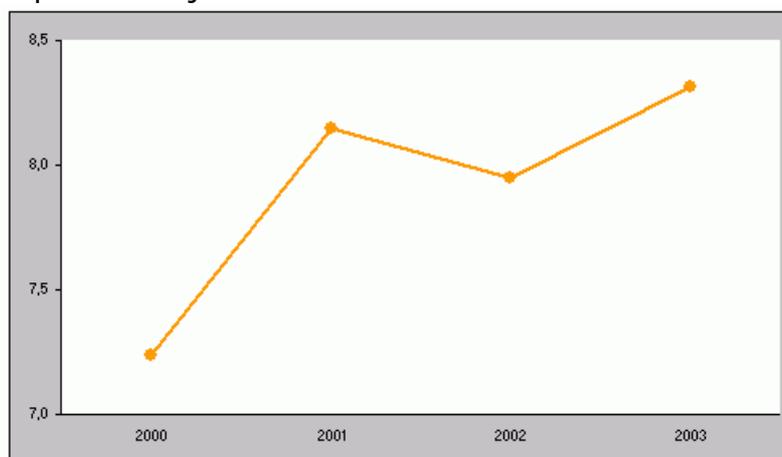
Para comparação

Em 2005, segundo o INEP, a taxa de transferência escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi superior no Ensino Fundamental e um pouco inferior no Ensino Médio.

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	7,6%	7,3%
Rio Grande do Sul	9,0%	7,0%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

5. Abuso e Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes: Número de ocorrências criminais de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes por 1.000 jovens com menos de 18 anos.

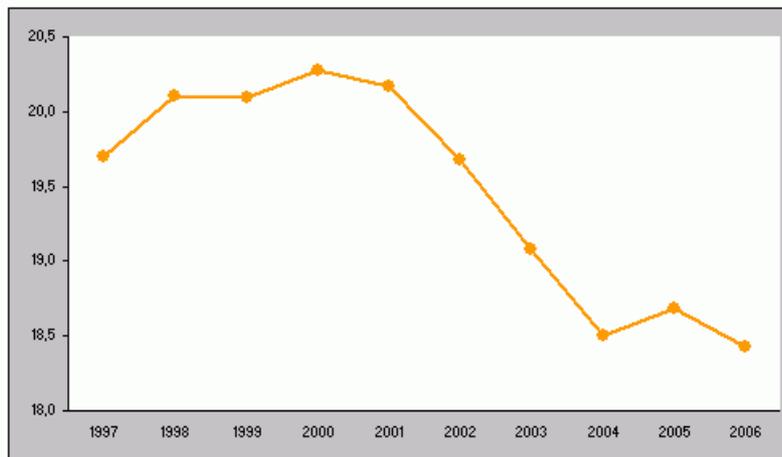


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do RS/Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil/Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

As conseqüências do abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes podem se manifestar de diversas formas, e em qualquer idade. Internamente podem aparecer como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático; podem, também, ser expressas como agressão, impulsividade, delinqüência, hiper-atividade ou abuso de drogas.

6. Gravidez na Adolescência: Percentual de partos em mães com menos de 20 anos de idade.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

A gravidez precoce é, freqüentemente, uma situação de risco para a saúde da mãe e do feto. Além disso, adolescentes grávidas, muitas vezes, não têm o apoio ou a presença do pai da criança, ocasionando dificuldades em prover um ambiente sadio e estável para o desenvolvimento da criança.

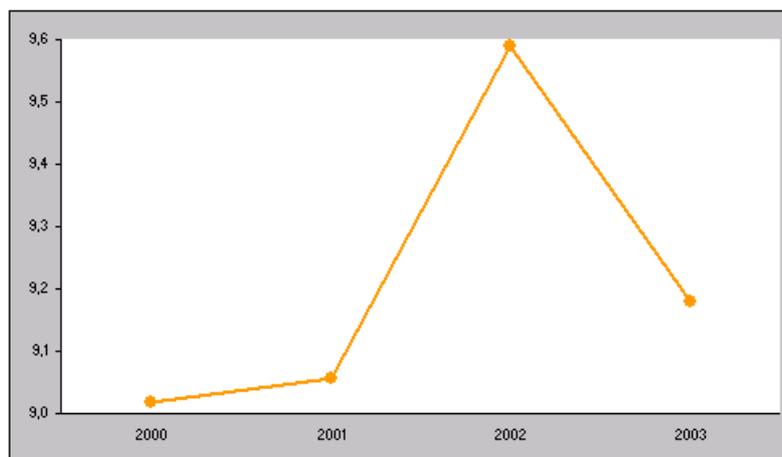
Para comparação

Segundo o Sistema de Informações de Atenção Básica do Ministério da Saúde, conforme o quadro abaixo, o percentual de gestantes com menos de 20 anos de idade, no Brasil em 2005 era de 24,68%, enquanto no Rio Grande do Sul este valor era de 21,57%.

Percentual de gestantes com menos de 20 anos de idade					
	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	26,7	24,9	25,5	25,0	24,7
Rio Grande do Sul	22,4	22,0	21,4	21,1	21,6

Fonte: Ministério da Saúde/ SIAB

7. Crianças e Adolescentes Desaparecidos: Número de ocorrências criminais de desaparecimento de crianças e adolescentes por 10.000 jovens com menos de 18 anos de idade.

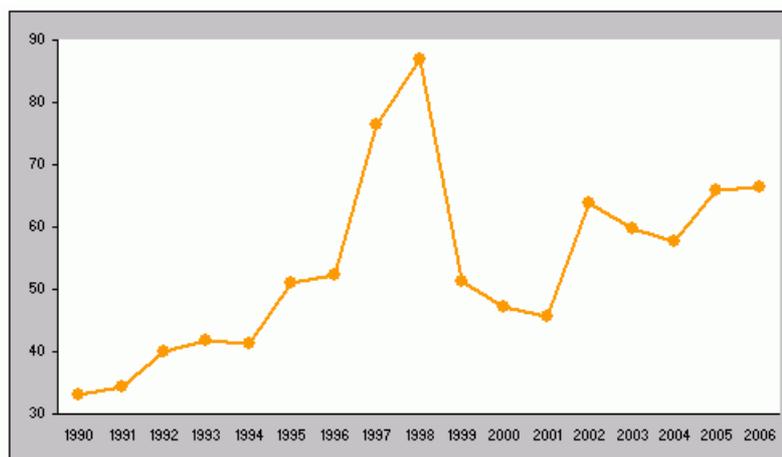


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do RS /Delegacia da Criança e do Adolescente; IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Estima-se que um grande percentual de crianças e adolescentes desaparecidos são fugitivos, isto é, fogem de casa por vontade própria devido a maus-tratos, violência ou simplesmente para escapar da pobreza doméstica. Há, inclusive, os chamados "fugitivos crônicos", que escapam de uma situação que não podem manejar, voltam para casa, mas estão dispostos a fugir novamente.

8. Mortalidade Materna: Coeficiente de mortalidade materna.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

Mortalidade materna é o número de mortes maternas durante a gestação, ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, por 100.000 crianças nascidas vivas.

Este indicador avalia a efetividade e eficácia do acompanhamento pré-natal da gestante e o atendimento durante e pós-parto.

Para comparação

Segundo os indicadores de mortalidade do DATASUS do Ministério da Saúde, em 2005, a *razão de mortalidade materna* ou número estimado de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos foi de 53,4 enquanto que no Rio Grande do Sul foi de 54,9.

Indicadores relacionados ao Propósito

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

09. Peso ao nascer

16. Mortalidade infantil

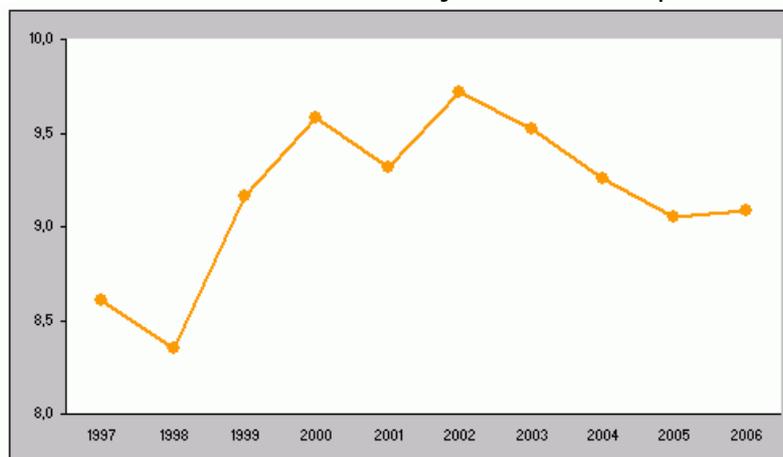
22. Internação de adolescentes

36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

Os primeiros anos da infância - do nascimento até a idade de cinco anos - são críticos para o crescimento e desenvolvimento da criança. O aprendizado deve ser precedido de uma combinação de boas saúde e alimentação. Este propósito reflete o entendimento de que um período de gravidez saudável e uma boa saúde na infância contribuem para o desenvolvimento intelectual da criança e, mais tarde, em um bom aproveitamento na vida escolar.

9. Peso ao Nascer: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

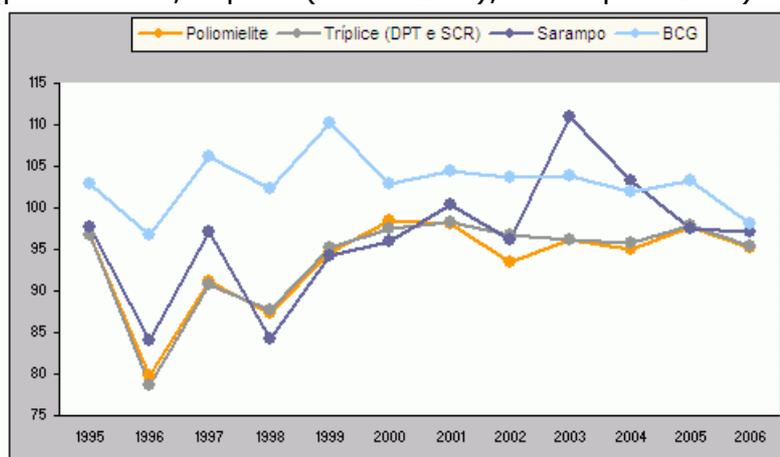
Sobre o indicador

O baixo peso ao nascer, definido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como aquele inferior a 2.500g, está frequentemente associado a problemas de saúde e de desenvolvimento da criança.

Para comparação

Em 2006, segundo o Ministério da Saúde, a proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer era de 8,1% no Brasil e 9,1% no Rio Grande do Sul.

10. Cobertura de Vacinação: Percentual de crianças até um ano de idade vacinadas (poliomielite, tríplice (SCR e DPT), sarampo e BCG).



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

Notas: Nos casos em que o percentual supera os 100%, significa que o número de crianças vacinadas foi superior à meta, inicialmente, estimada.

A partir de 2003, a vacina contra sarampo foi substituída pela Tríplice Viral ou SCR - contra sarampo, caxumba e rubéola e a DPT foi substituída pela Tetravalente - contra difteria, coqueluche, tétano e influenza tipo B.

¹ Dados finais de 2005 atualizados até o mês de dezembro, sujeitos à revisão quando da atualização dos dados disponíveis de nascidos vivos - Banco SINASC.

Sobre o indicador

A vacinação é particularmente importante durante o primeiro ano de vida, quando as crianças estão mais vulneráveis a problemas de saúde em decorrência de doenças. A vacinação protege as crianças contra doenças que podem levá-las a deficiências físicas e, inclusive, à morte. Além disso, este indicador revela se as crianças estão recebendo atenção médica regularmente.

Para comparação

Segundo o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, em 2006, a cobertura vacinal no Brasil e no RS alcançou os seguintes percentuais:

	Poliomielite	Tetravalente	Tríplice	BCG
Brasil	101,2	99,6	101,7	109,0
Rio Grande do Sul	95,1	95,4	97,0	98,0

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

Indicadores relacionados ao Propósito *Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.*

06. Gravidez na adolescência

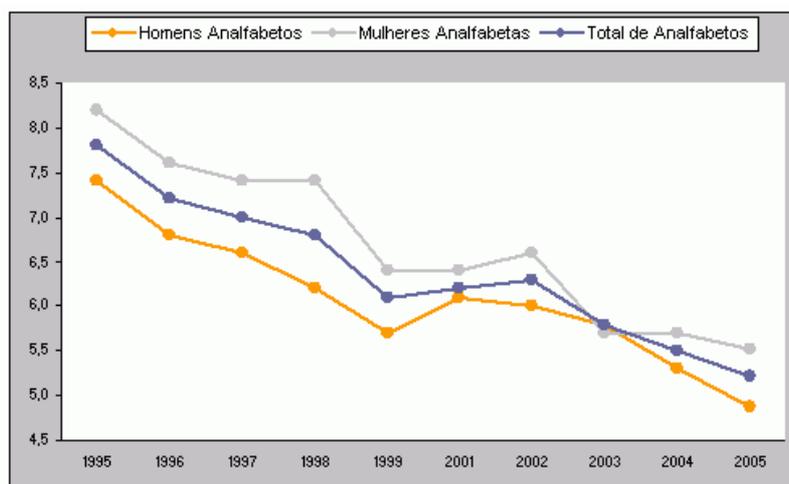
16. Mortalidade infantil

36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: os estudantes se distinguirão nas atividades escolares básicas e avançadas

Os gaúchos valorizam a educação, pois têm consciência de que uma população com um adequado nível de instrução está mais bem preparada para o mercado de trabalho e para participar da vida em comunidade com democracia, exercendo a cidadania em sua plenitude.

11. Analfabetismo: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas.



Fonte: IPEADATA

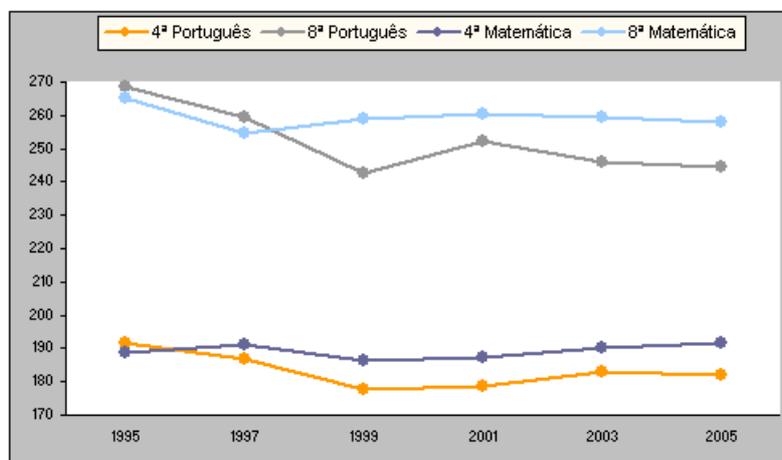
Sobre o indicador

Combater o analfabetismo é promover a inclusão social de segmentos da população que se encontram totalmente impedidos de participar, autonomamente, da vida democrática e do mercado de trabalho.

Para comparação

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2005, o percentual de analfabetos na população brasileira acima de 15 anos correspondia a 11%. Já no Rio Grande do Sul, este percentual era de 5,2%.

12. Avaliação da Educação Básica - Ensino Fundamental: Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.



Fonte: MEC/INEP

Nota: em 2005, as avaliações referem-se às escolas urbanas, sem federais.

Sobre o indicador

As médias do sistema de avaliação do ensino básico são apresentadas em uma escala de proficiência, que varia entre 0 e 500, capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes desses sistemas demonstram ter desenvolvido em língua portuguesa e matemática.

Para uma melhor interpretação dos dados, é preciso observar que, após quatro anos de escolarização, a média mínima satisfatória na escala do Sistema de Avaliação do Ensino Básico é da ordem de 200 pontos. Considera-se que os estudantes com proficiência próxima à média desenvolveram habilidades em português e matemática condizentes com uma alfabetização plena e conhecimento suficiente para garantir uma trajetória de sucesso ao longo dos anos subseqüentes da escolarização básica. Para os concluintes do ensino fundamental o mínimo é de 300 pontos de proficiência em língua portuguesa e matemática.

Para comparação

Avaliação da educação básica - Ensino Fundamental: proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, em 2005 – Brasil x Rio Grande do Sul.

4ª Série do Ensino Fundamental

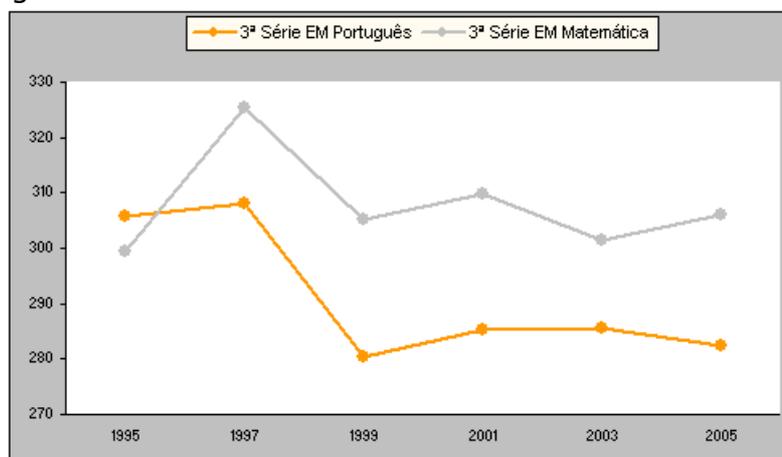
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	175,5	185,7
Rio Grande do Sul	182,0	191,6

8ª Série do Ensino Fundamental

	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	231,7	239,4
Rio Grande do Sul	244,5	257,8

Fonte: MEC/INEP

13. Avaliação da Educação Básica - Ensino Médio: Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio.



Fonte: MEC/INEP

Nota: em 2005, as avaliações referem-se às escolas urbanas, sem federais.

Sobre o indicador

A avaliação da assimilação dos conhecimentos alcançados no Ensino Médio é de grande importância para medir a capacidade do estudante em prosseguir sua vida acadêmica na universidade e/ou participar efetivamente do desenvolvimento da comunidade através do trabalho e das relações sociais.

As médias do sistema de avaliação do ensino básico são apresentadas em uma escala de proficiência, que varia entre 0 e 500, capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes desses sistemas demonstram ter desenvolvido em língua portuguesa e matemática.

Segundo o sistema de avaliação do ensino básico, o patamar mais apropriado e pedagogicamente condizente com a conclusão da educação básica situa-se, em torno de 350 pontos em português e 375 pontos em matemática. Nesse nível de proficiência os alunos dominam habilidades mais refinadas de leitura e matemática.

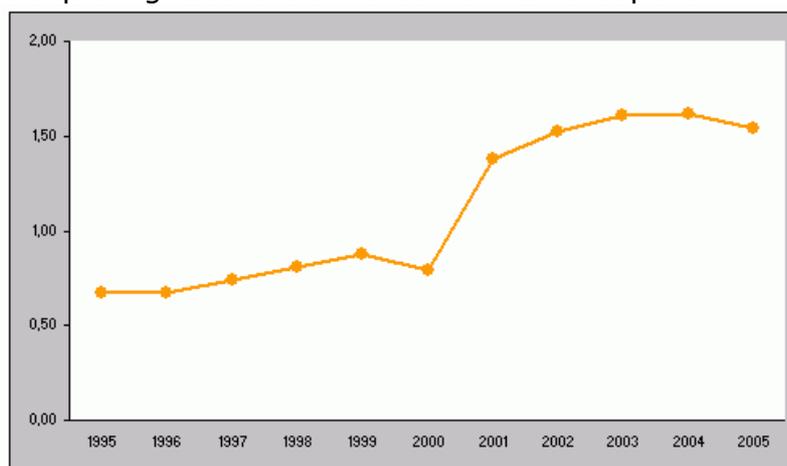
Para comparação

Avaliação da educação básica - Ensino Médio: proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio, em 2005 – Brasil x Rio Grande do Sul.

3ª Série do Ensino Médio		
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	257,1	270,7
Rio Grande do Sul	282,5	306,1

Fonte: MEC/INEP

14. Ingresso na Universidade: Percentual da população com mais de 18 anos de idade que ingressa anualmente no Ensino Superior.



Fonte: MEC/INEP/Censo da Educação Superior e IBGE/Censo 2000 e PNAD

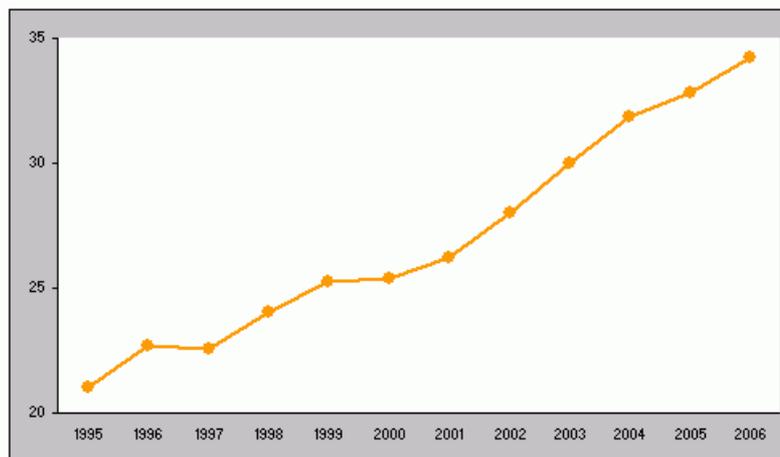
Sobre o indicador

Um número significativo de estudantes que acessam a Universidade pressupõe um bom aproveitamento no Ensino Médio e uma maior oferta no número de vagas no Ensino Superior.

Para comparação

No Brasil, 1,3% da população, acima de 18 anos ingressou na Universidade em 2005. No Rio Grande do Sul este percentual foi de 1,5%.

15. População com Ensino Médio: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

A conclusão do Ensino Médio é o requisito básico, tanto para o acesso ao Ensino Superior, como para a entrada no mercado de trabalho, cada vez mais exigente de um nível mínimo de qualificação.

Para comparação

Segundo dados do IBGE / PNAD, o percentual da população acima de 18 anos que havia concluído o Ensino Médio em 2006, no Brasil era de 35,2%, ao passo que, no Rio Grande do Sul, este valor era de 34,2%, inferior à média nacional.

Indicadores relacionados ao Propósito *Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.*

02. Crianças de baixa renda em idade escolar

03. Abandono escolar

04. Transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio

33. Adultos com educação superior

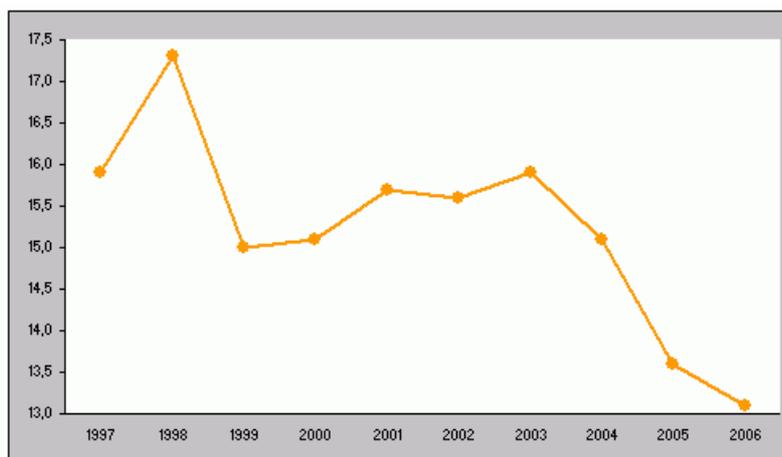
34. Qualidade de vida

36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: os gaúchos serão saudáveis.

A preocupação com a saúde física e mental, de jovens e adultos, é uma realidade. Campanhas institucionais alertam a população que a prevenção é o melhor remédio. Uma boa alimentação, a prática freqüente de exercícios, exames periódicos preventivos e vacinações são instrumentos cada vez mais utilizados para manter uma boa saúde. Estes instrumentos servem, também, como indicadores das disparidades existentes entre as condições socioeconômicas de países e regiões.

16. Mortalidade Infantil: Coeficiente de mortalidade infantil.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

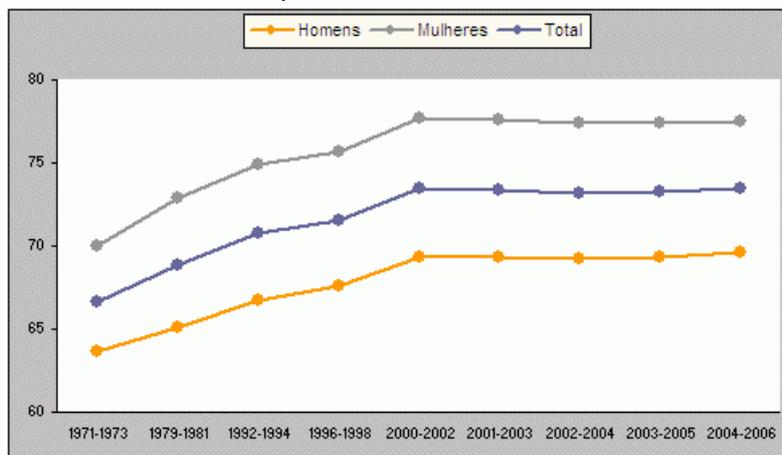
Sobre o indicador

A mortalidade infantil corresponde ao número de mortes de crianças menores de 1 ano por 1.000 nascimentos. É um importante indicador, porque reflete a qualidade nos cuidados pré e pós-natal das crianças.

Para comparação

Segundo o DATASUS do Ministério da Saúde, em 2005, o coeficiente de mortalidade infantil estimado para o Brasil era de 17,0. Este mesmo coeficiente para o Rio Grande do Sul era de 13,7.

17. Expectativa de Vida: expectativa média de vida ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

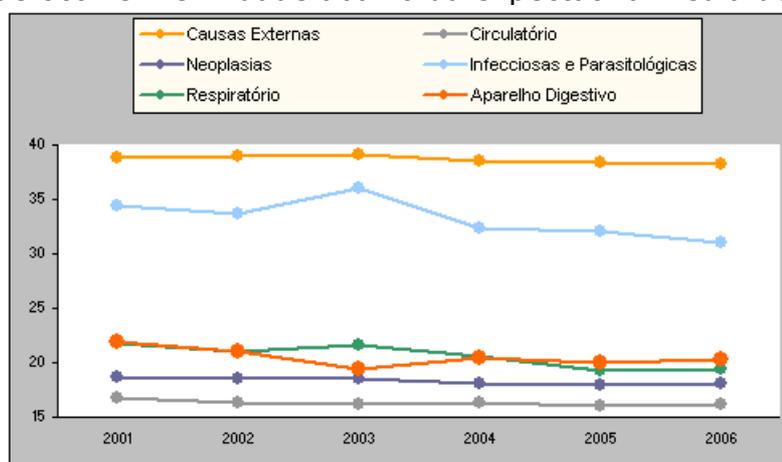
Sobre o indicador

A expectativa de vida é um indicador da condição social de determinada região, pois está intimamente relacionado com o nível de acesso ao sistema de saúde local e a adequação deste em responder às necessidades da população. A expectativa de vida, além de ser um indicador do nível de qualidade da saúde pública, retrata, por extensão, o *status* social e econômico de uma determinada população.

Para comparação

De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer em 2005 no Brasil era de 72,0 anos. Para o Rio Grande do Sul, este valor era de 74,5 anos

18. Morte Prematura: Média de anos de vida perdidos devido à morte por doenças, que ocorrem em idade abaixo da expectativa média de vida.

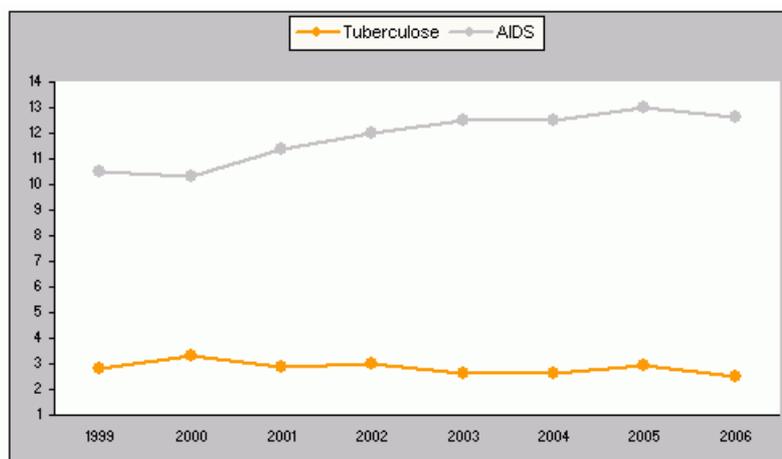


Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

A morte, fora da faixa de expectativa de vida, sugere que o sistema de saúde é inadequado em responder às necessidades da população.

19. Doenças Infecto-contagiosas: Coeficientes de mortalidade por AIDS e tuberculose.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

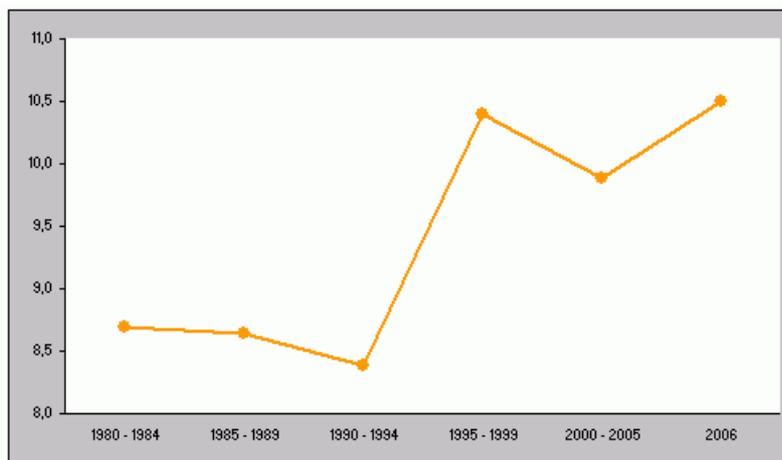
Sobre o indicador

Em conjunto com a educação, a saúde é um dos principais indicadores do desenvolvimento humano da população de uma determinada região e, por isso, normalmente, constitui-se em uma das áreas sociais prioritárias nos programas de desenvolvimento dos governos. Com relação às doenças infecto-contagiosas, o indicador é medido pela relação número de ocorrências de óbitos, devido à doença, por 100.000 habitantes.

Para comparação

Em 2004, segundo informações do DATASUS do Ministério da Saúde, o coeficiente de mortalidade por AIDS no Brasil era de 6,0 casos por 100.000 habitantes. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, este valor era de 12,6 casos por 100.000 habitantes. Já o coeficiente de mortalidade por tuberculose no Brasil em 2005 era de 2,3 óbitos por 100.000 habitantes, ao passo que no Rio Grande do Sul este valor era de 2,2.

20. Mortalidade por Lesões Autoprovocadas Voluntariamente (Suicídio): Coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

O coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio) é o número de óbitos por 100.000 habitantes nesse tipo de ocorrência. É um importante indicador de saúde pública, pois, além de mensurar a prematuridade da ocorrência de óbitos, ele salienta a relevância a ser dada aos problemas de saúde mental, incluindo a depressão.

Para comparação

Segundo o Ministério da Saúde, em 2005, o coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio) no Brasil era de 4,6 por grupo de 100.000 pessoas. No Rio Grande do Sul, este valor era de 9,9.

Indicadores relacionados ao Propósito *Os gaúchos serão saudáveis.*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 05. Abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes
- 06. Gravidez na adolescência
- 09. Peso ao nascer
- 10. Cobertura das campanhas de vacinação
- 23. Mortalidade por acidentes de trânsito
- 34. Qualidade de vida
- 51. Poluição do ar urbano

Comunidade e Democracia

Visão Geral

Segurança nas Comunidades

Inclusão de PPDs

Participação e Democracia

Eficiência Governamental

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

Os indicadores aqui utilizados apontam para algum progresso neste propósito. O indicador de trabalho voluntário, sob o aspecto quantitativo, apresenta crescimento. Em relação aos indicadores de criminalidade há uma tendência de redução no coeficiente de homicídios e furtos. Já a mortalidade por acidentes de trânsito é um indicador que oscila durante o período observado com tendência de queda nos últimos anos e o indicador de crianças e adolescentes infratores apresenta tendência de elevação.

As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.

O indicador emprego para pessoas portadoras de deficiência oscila muito durante o período observado, não permitindo uma conclusão sobre sua tendência.

A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

O progresso nesse propósito é parcial, já que o indicador de abstenção eleitoral alterna seus valores, enquanto que, no processo de participação popular houve sensível queda no número de participantes durante o período 2006 - 2007. É interessante observar que, em relação ao indicador de abstenção eleitoral, o percentual de abstenção é sempre maior no 2º turno das eleições.

Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Apesar da oscilação dos dois indicadores que medem este propósito no período observado, verifica-se, nos últimos anos uma constante elevação no preço do governo e uma redução na satisfação com os serviços do governo na última pesquisa realizada.

Situação Atual

Os propósitos dessa área referem-se à importância da participação popular e da segurança nas comunidades. Alguns aspectos da vida em comunidade, como coeficientes de criminalidade e abstenção eleitoral, são indicadores razoavelmente fáceis de serem medidos. Já indicadores que tratam da eficiência e satisfação com os serviços governamentais têm maior complexidade e, para tal, são efetuadas pesquisas de opinião que buscam avaliar a qualidade dos serviços públicos. Estas pesquisas apresentaram um maior grau de satisfação com os serviços do governo no período 1998/2005.

Com relação à segurança pública, percebe-se que, contrapondo-se ao grau elevado dos índices de criminalidade no Rio Grande do Sul nos últimos anos, há um aumento na participação e solidariedade entre as pessoas, conforme aponta o indicador de trabalho voluntário. Comparativamente à situação nacional, observa-se que, nos propósitos e indicadores dessa área, a situação do Rio Grande do Sul é melhor nos indicadores de coeficiente de homicídios e abstenção eleitoral. Já nos demais coeficientes de criminalidade, furtos e roubos, a situação no Rio Grande do Sul é pior que a média nacional.

Progressos

Houve pouco progresso em cada um dos propósitos. Apesar de uma redução no índice de satisfação com os serviços do governo, de acordo com a última pesquisa de opinião efetuada pelo governo estadual, é significativo o aumento no número de escolas, pessoas físicas e jurídicas que se cadastram em programas de trabalho voluntário. No quesito participação popular, apesar de ocorrerem flutuações nos percentuais de abstenção eleitoral, a obrigatoriedade do voto o torna pequeno, quando comparado a outros países. Na área de segurança pública houve uma pequena redução nos coeficientes de homicídio e furto em 2006. É interessante observar que o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito é sempre maior que os coeficientes de homicídio e irá se refletir na mortalidade por causas externas.

Desafios

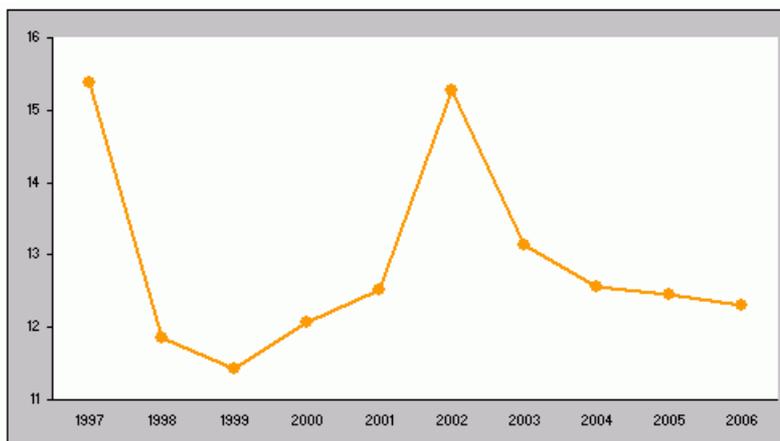
Apesar de relativo progresso em alguns dos propósitos, muitos desafios permanecem e são preocupantes. Um deles é a baixa participação das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho formal. Outra grande preocupação são os coeficientes de criminalidade de roubos e furtos. No Rio Grande do Sul, eles são maiores que a média nacional. Outro indicativo do aumento da criminalidade é o aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes. Também, o preço cobrado pelos governos municipais e do estado, para prestação dos serviços públicos, tiveram uma elevação nos últimos anos, além de encontrar-se em um patamar bastante elevado, quando comparado a seu menor valor histórico.

PROPÓSITO: nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

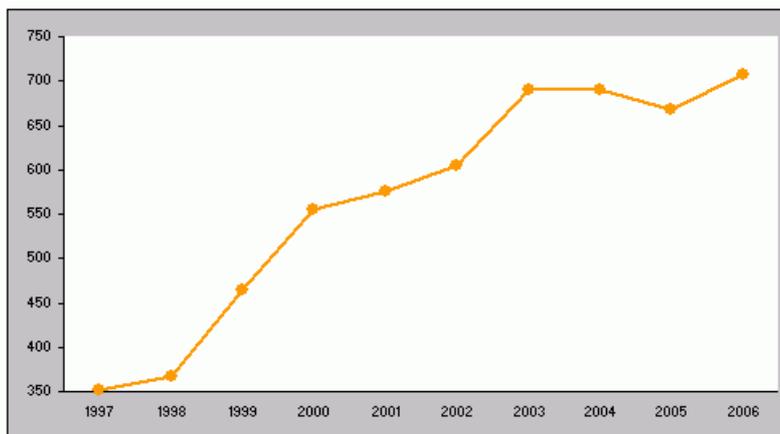
As pessoas querem sentir-se confortáveis e seguras em suas comunidades. Quando estes sentimentos prevalecem, as pessoas tendem a ter um maior envolvimento com suas comunidades.

21. Violência e Propensão ao Crime: Coeficientes de homicídios, roubos e furtos.

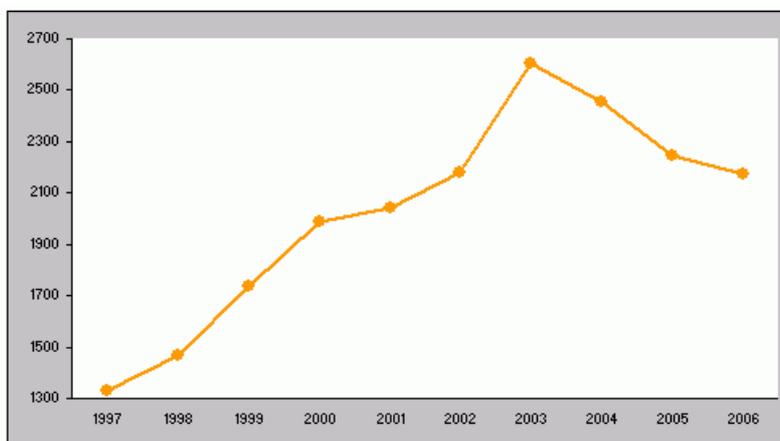
Coeficiente de Homicídios



Coeficiente de Roubos



Coeficiente de Furtos



Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança do RS e IBGE/ Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Os coeficientes de criminalidade são importantes aspectos em relação à segurança da comunidade e são medidos como o número de ocorrências nos delitos de homicídio, furto e roubo para cada grupo de 100.000 pessoas.

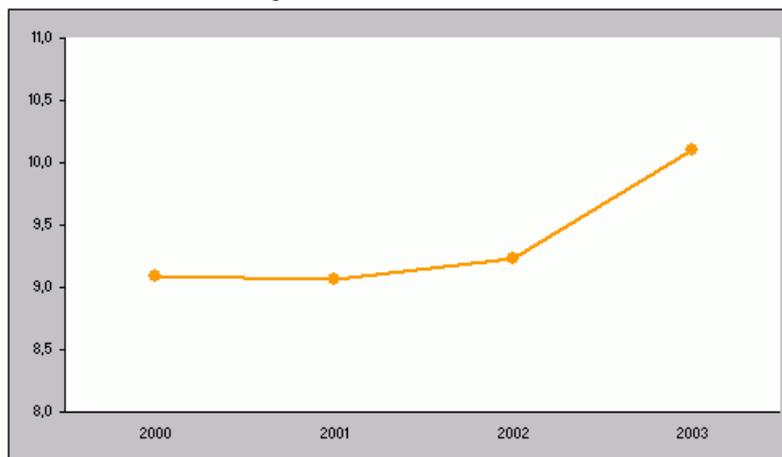
Para comparação

Coeficientes de criminalidade no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2005.

	Homicídios	Roubos	Furtos
Brasil	22,2	511,5	1.168,8
Rio Grande do Sul	12,5	669,3	2.253,0

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública

22. Crianças e Adolescentes Infratores: Coeficiente de ocorrências criminais por autoria de crianças e adolescentes.

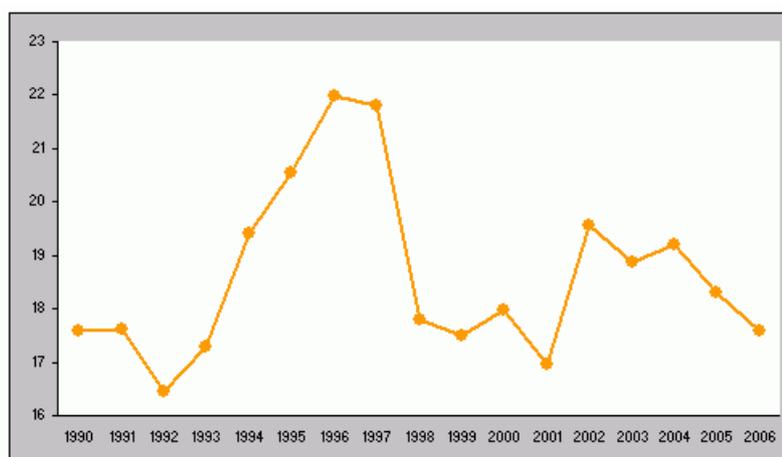


Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança do RS /Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil/Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Este indicador mede o número de ocorrências criminais cometidos por crianças e adolescentes, por grupo de 1.000 habitantes com idade entre 10 e 17 anos. Os números da criminalidade infanto-juvenil são importantes fatores de segurança para a comunidade. Também é um indicador que, normalmente, retrata a qualidade no ambiente familiar da criança e do adolescente.

23. Mortalidade por Acidentes de Trânsito: Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

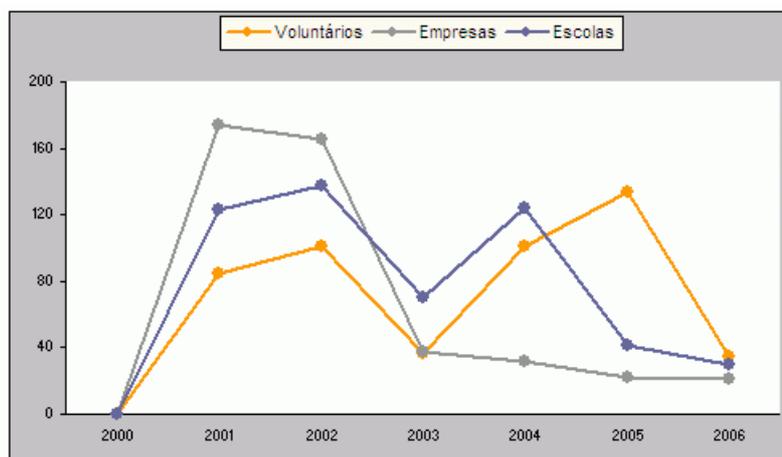
Sobre o indicador

Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito é o número de óbitos em uma comunidade, por 100.000 habitantes, neste tipo de ocorrência. Este indicador reflete o nível de compatibilidade entre o ambiente construído das cidades, o comportamento de motoristas e pedestres e a educação e fiscalização do trânsito. Além disso, também reflete o impacto sobre o custo da saúde pública dos acidentados, sem contar os prejuízos causados às pessoas que adquirem deficiências físicas permanentes.

Para comparação

Segundo informações do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 2005, o coeficiente de delitos de trânsito (homicídios culposos, mortes acidentais e lesões corporais culposas e acidentais de trânsito) por 100.000 habitantes, para o Brasil era de 175,5 e o do Rio Grande do Sul era de 288,2.

24. Trabalho Voluntário: Variação percentual anual do número de pessoas, empresas e escolas envolvidas em trabalho voluntário na ONG Parceiros Voluntários.



Fonte: ONG Parceiros Voluntários

Sobre o indicador

O trabalho voluntário reflete o senso de comprometimento das pessoas com a sua comunidade, pois trata-se de trabalho não remunerado, prestado por pessoas em benefício da comunidade. O trabalho realizado é gerado pelo impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo, quanto às suas próprias motivações pessoais.

Indicadores relacionados ao Propósito *Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.*

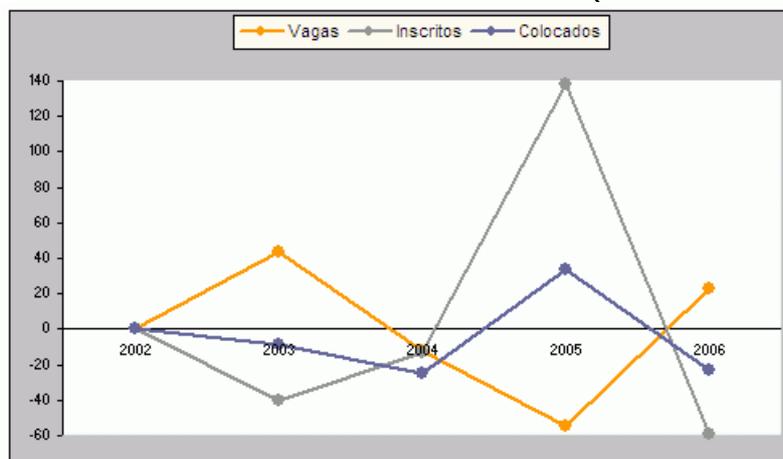
17. Expectativa de vida

18. Morte prematura

PROPÓSITO: as pessoas portadoras de deficiência estarão integradas à comunidade.

Este propósito reflete a luta pela inclusão, cidadania e equiparação de oportunidades a um importante segmento da população gaúcha: as pessoas portadoras de deficiência.

25. Emprego para Pessoas Portadoras de Deficiência: Variação percentual do número de vagas existentes para PPDs, de PPDs inscritos e de PPDs colocados no mercado formal de trabalho (2002 = 100).



Fonte: Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social/SINE

Sobre o indicador

O nível de emprego entre as pessoas portadoras de deficiência é um importante indicativo da sua participação na vida da comunidade.

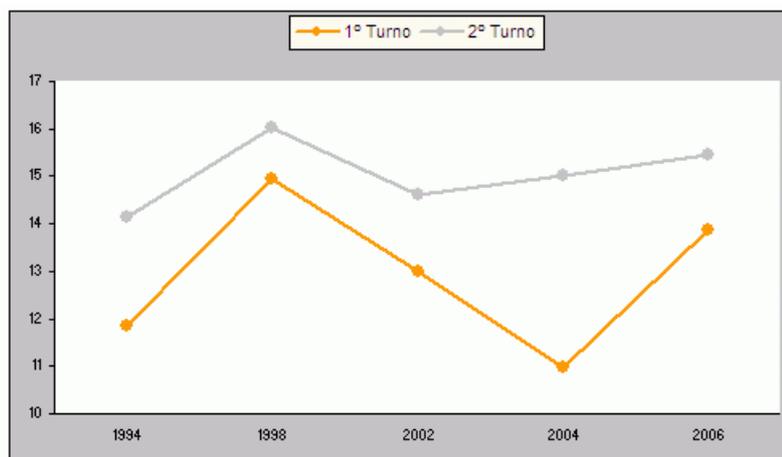
Indicadores relacionados ao Propósito *As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.*

31. Nível de ocupação da PEA

PROPÓSITO: a população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

Este propósito reflete o desejo dos gaúchos em ter um governo representativo da sociedade e democrático, bem como acreditar que uma ampla participação dos cidadãos no processo político e nas decisões governamentais são sinais de uma democracia saudável.

26. Abstenção Eleitoral: Percentual de abstenção eleitoral em relação ao total de eleitores.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

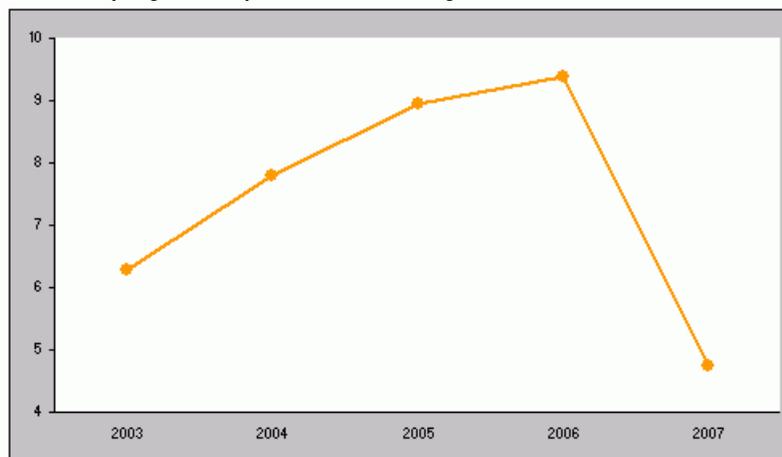
Sobre o indicador

Este é um indicador que demonstra o grau de interesse do cidadão no seu poder de interferir na condução da política governamental.

Para comparação

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a abstenção eleitoral no 1º turno das eleições de 2004, no Brasil, foi de 14,19%. Já, no Rio Grande do Sul, este valor foi de 10,97%.

27. Processo de Participação Popular: Percentual de votantes no Processo de Participação Popular em relação ao total de eleitores.



Fonte: Gabinete da Vice-Governadoria do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

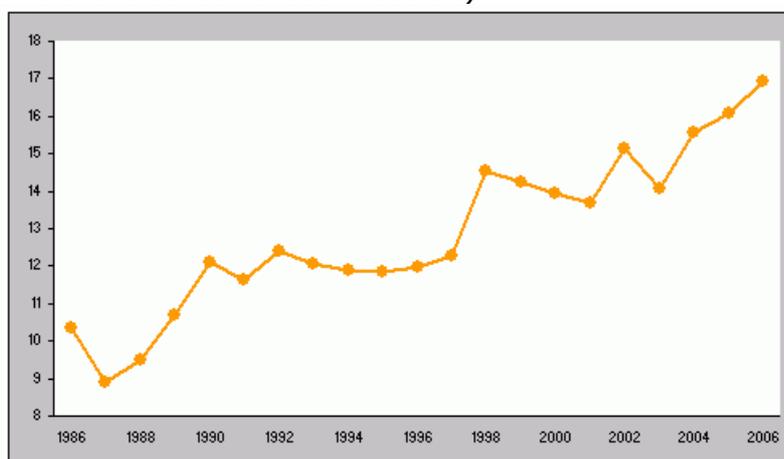
Este é um importante instrumento político, pois estimula o interesse do cidadão na participação da elaboração da peça orçamentária, bem como nas discussões das estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul amadureceu, ao longo da última década, diversas experiências de participação popular em busca da qualificação de sua política, preservando sua condição de vanguarda no cenário nacional. O Processo de Participação Popular é uma síntese daquilo que há de melhor em cada uma delas, integrando-se, definitivamente, como uma instituição na vida política do Estado. Desta forma, busca-se um salto, no sentido do aprofundamento da democracia e da consolidação da participação popular nas decisões de governo. É importante salientar que o seu sucesso depende, entretanto, da participação de cada cidadão.

PROPÓSITO: os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Este propósito procura avaliar se a contribuição dos gaúchos para a manutenção dos serviços públicos municipais e estaduais está em consonância com a qualidade dos serviços prestados.

28. Preço Do Governo: Participação percentual das receitas correntes municipal e estadual na renda *per capita* da população (receitas correntes tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras).



Fonte: SEFAZ/Contadoria e Auditoria-Geral do Estado/Balanco Geral do Estado de 1986 a 2000; Tribunal de Contas/Contas Públicas; FEE.

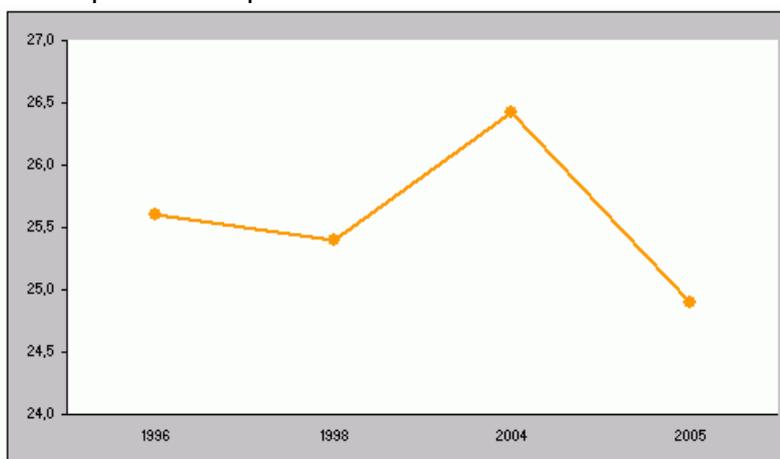
Sobre o indicador

Este indicador busca medir o custo, para o cidadão gaúcho, dos serviços prestados pelos governos municipais e estadual.

Para comparação

Segundo o IBGE / Sistema de Contas Nacionais a carga tributária bruta federal (impostos + taxas + contribuições) em relação ao PIB, nos anos de 2000 a 2003 foi de respectivamente: 21,50; 22,71; 23,95 e 23,10%.

29. Satisfação com os Serviços do Governo: Percentual de usuários muito satisfeitos e satisfeitos com a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo Estado.



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS

Sobre o indicador

A Lei Estadual 11.075/98 instituiu o Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos que busca níveis crescentes de universalização e qualidade dos serviços públicos e determina à Secretaria da Coordenação e Planejamento e à AGERGS a tarefa de acompanhar as metas, os indicadores e a opinião dos seus usuários através de pesquisas periódicas.

Indicadores relacionados ao Propósito *Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo as necessidades da população que o utiliza.*

30. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado

Economia

Visão Geral

Crescimento Econômico Sustentável

Capacitação da Força de Trabalho

Padrão de Vida

Condições de Moradia

Viabilidade Econômica das Pequenas Comunidades

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

A economia do Rio Grande do Sul, na última década, tem se alternado, de forma cíclica, entre períodos de maior e menor crescimento. Na maioria das vezes, isso ocorre devido à subordinação da economia gaúcha às políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, taxa de juros etc.) do Governo Federal. A tendência atual é que esta situação permaneça. Deve-se salientar que o percentual de participação do PIB gaúcho no PIB brasileiro é declinante.

O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.

De acordo com o indicador que mede esse propósito, a tendência é de progresso em relação a esse aspecto.

Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

Há progressos em relação a este propósito sem, entretanto, alcançar todos os gaúchos.

Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

Pode-se dizer que não há progresso em relação a este propósito, pois, tanto o déficit habitacional, como o indicador de casa própria permanecem, mais ou menos, estáveis.

Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

Pode-se afirmar que há pouco progresso nesse propósito, pois a tendência, de acordo com os indicadores de resultado utilizados, é que as localidades caracterizadas por pequenos municípios continuem a enfrentar grandes dificuldades para estimular seu desenvolvimento.

Situação Atual

Uma região ou localidade que almeja uma economia forte e saudável não deve se basear apenas nos propósitos referentes à situação das famílias ou de indivíduos, de forma isolada, mas deve levar em consideração outros fatores, tais como: qualidade da educação e proteção ao meio ambiente, que são as bases de uma economia sustentável. O Rio Grande do Sul sempre foi considerado um estado brasileiro com uma economia forte, além de oferecer um bom padrão de vida à sua população. Entretanto, observando-se os indicadores de resultado dos vários propósitos de

melhoria, observa-se que são grandes os desafios, e que há muito por fazer, de forma a garantir um crescimento econômico constante e sustentável do Rio Grande do Sul. Confrontando esses propósitos com a situação nacional, observa-se que o Rio Grande do Sul está melhor no indicador de taxa de pobreza, levemente melhor no número de adultos com educação superior, média mensal da renda das famílias, casa própria e condições da malha viária. Com relação ao Produto Interno Bruto, em 2004 e 2005, o crescimento do PIB do Rio Grande do Sul foi menor que o nacional, embora o PIB *per capita* dos gaúchos seja maior que o nacional há vários anos.

Progressos

Na área de economia, houve algum progresso no indicador de qualidade de vida da população gaúcha, conforme é possível comprovar através do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), apesar de sua estabilização nos últimos anos, inclusive quando o índice é desdobrado por blocos. Também há uma tendência de crescimento no percentual de adultos com Educação Superior. Os conceitos obtidos nas condições da malha viária melhoraram a partir de 2004, mantendo-se no mesmo patamar em 2005. E, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, apenas quatro unidades da Federação têm renda média maior que a do Rio Grande do Sul: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, respectivamente.

Desafios

Um grande desafio é obter condições para a economia gaúcha amenizar o efeito, às vezes perverso, das políticas do governo federal, sobre o crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, especialmente devido à sua vocação de estado exportador.

Apesar de ter havido progressos nos indicadores de qualidade de vida da população do Rio Grande do Sul, esse sinal de prosperidade não alcançou a todos os gaúchos. Houve um aumento no percentual de pessoas com rendimento médio mensal de até 1 salário mínimo, e em relação à moradia, houve um acréscimo no *déficit* habitacional com tendência à estabilização e o percentual de famílias gaúchas com casa própria, apesar das oscilações, apresenta tendência de crescimento ao longo do período considerado.

Os maiores desafios, segundo a avaliação dos indicadores de resultado da área, são viabilizar economicamente as pequenas localidades urbanas e rurais. Praticamente a metade dos municípios gaúchos, localizados predominantemente no norte do Estado, teve decréscimo populacional entre 2001 e 2005 e, quase um terço deles, ainda não têm acesso asfáltico à sede municipal – dados de 2003. A maioria desses municípios é de pequeno porte, onde se registra, também, a diminuição do número de empresas.

Por fim, em relação à renda dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento¹⁹, apenas dois - no Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, o rendimento médio

¹⁹ À época dos levantamentos feitos, existiam 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Atualmente são 28 COREDES.

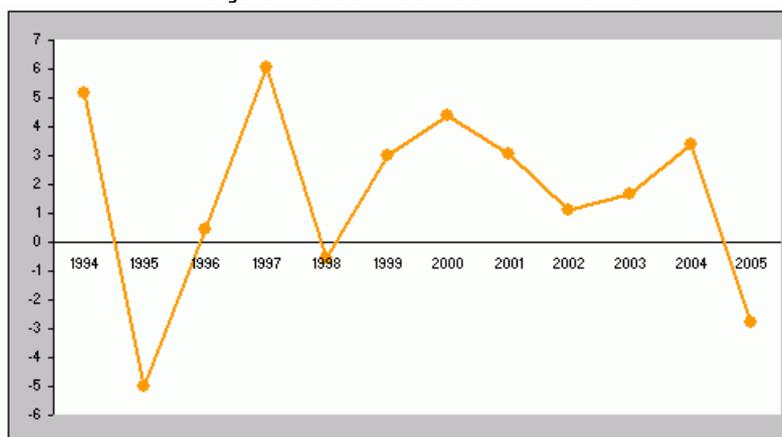
do responsável pelo domicílio está acima do valor médio (R\$ 800,00) do Estado.

PROPÓSITO: o crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

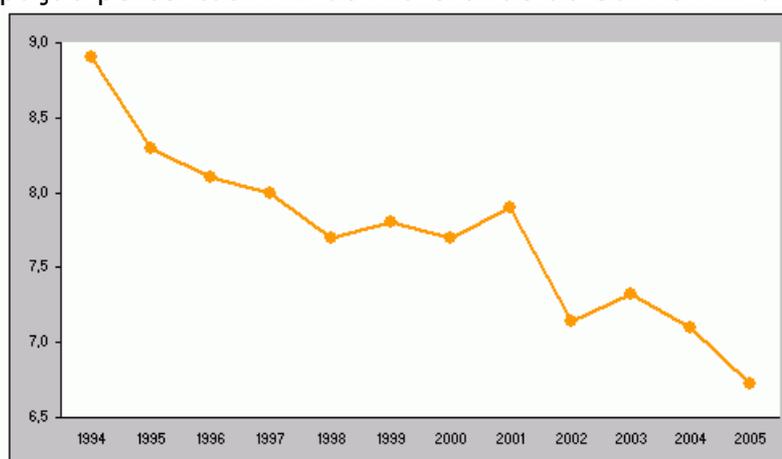
O crescimento econômico é responsável pela criação de novos empregos e melhores oportunidades de trabalho, resultando em significativa melhoria do padrão de vida das pessoas. Entretanto, é importante que ele seja realizado de forma sustentável, através de ações de longo prazo que resultem em prosperidade econômica aliada à preservação dos recursos naturais.

30. Crescimento do Produto Interno Bruto: Variação percentual do Produto Interno Bruto e Participação percentual PIB do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil.

Variação Percentual do PIB do RS.



Participação percentual PIB do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil.



FONTE: Fundação de Economia e Estatística do RS / Núcleo de Contabilidade Social e IBGE / Departamento de Contas Nacionais. A partir de 2002, nova metodologia para a série Contas Nacionais e Regionais do IBGE e FEE.

Sobre o indicador

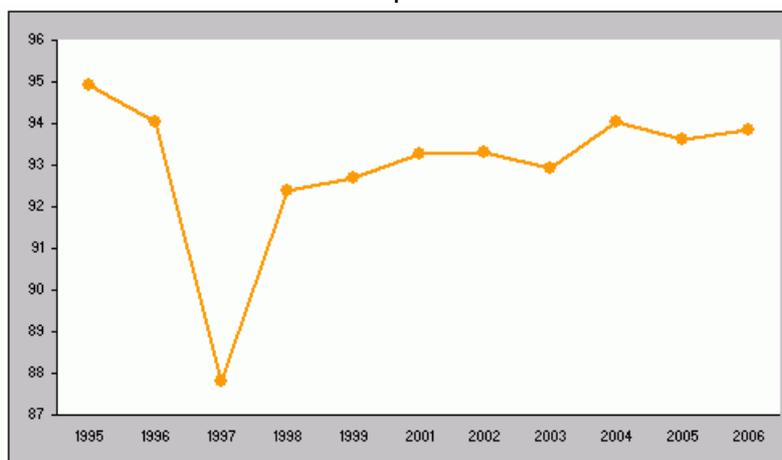
O Produto Interno Bruto – PIB é a medida mais comum do desempenho de uma economia. O crescimento contínuo do PIB é um indicador de economia saudável.

Para comparação

Variação anual do Produto Interno Bruto do Brasil, segundo o IBGE, e do Rio Grande do Sul, segundo a Fundação de Economia e Estatística:

Variação anual do PIB			
	2003	2004	2005
Brasil	0,5	5,2	2,3
Rio Grande do Sul	1,7	3,4	-2,8

31. População Economicamente Ativa Ocupada: Percentual da População Economicamente Ativa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD

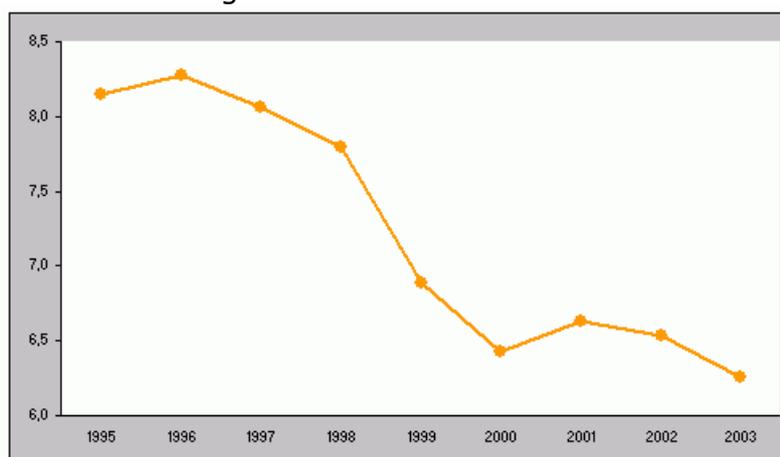
Sobre o indicador

Uma taxa elevada de ocupação da PEA é um indicativo de uma economia regional forte e sustentável.

Para comparação

Em 2006, segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas ocupadas na semana de referência da pesquisa era de 91,6% no Brasil, e no Rio Grande do Sul de 93,9%.

32. Eficiência Energética da Economia: Quantidade de PIB produzido com uma unidade de energia.



Fonte: SEMC/Balço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul; FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Nota: Para efeito de cálculo foram considerados PIB, consumo de energia e a produtividade energética para 1994 = 100.

Sobre o indicador

A eficiência energética da economia é calculada dividindo-se o Produto Interno Bruto - PIB pelo consumo total de energia, no período de um ano. O resultado da divisão corresponde à quantidade de PIB produzida, em reais (R\$), com uma unidade de energia, medida em toneladas equivalentes em petróleo (tEP). Quanto maior o valor desta razão, mais eficiente será a economia em termos energéticos.

Para comparação

A quantidade de PIB, em reais, produzido por tonelada equivalente em petróleo - tEP, em 2000, no Brasil foi de R\$ 7.230,00. No Rio Grande do Sul este valor foi de R\$ 5.270,00. Fonte: Balço Energético Consolidado do RS e Balço Energético Nacional.

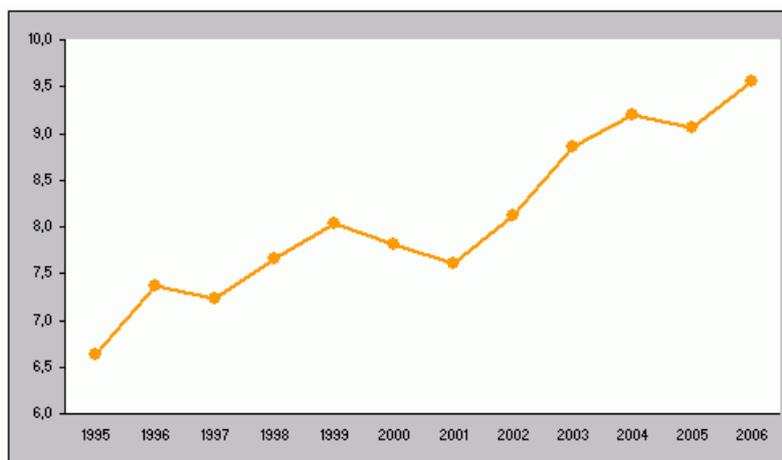
Indicadores relacionados ao Propósito *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.*

- 35. Média da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil
- 40. Demografia de empresas
- 41. Disparidades regionais na renda
- 44. Consumo de energia *per capita*
- 45. Fontes renováveis de energia

PROPÓSITO: o Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos seus trabalhadores.

Este propósito baseia-se na necessidade, cada vez maior, de uma força de trabalho qualificada, em termos de conhecimento e habilidades, para que a economia gaúcha se mantenha forte e competitiva.

33. Adultos com Educação Superior: Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Estados e regiões que têm a população adulta com elevado nível de educação tendem a ter economias mais fortes e saudáveis e, conseqüentemente, proporcionar um melhor padrão de vida em suas comunidades. Uma força de trabalho bem qualificada, em conhecimento e habilidades, especialmente em áreas tecnológicas, também é um importante fator para a atração de investimentos externos e novos empreendimentos.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2006 no Brasil 9,2% da população de 25 anos ou mais de idade possuía educação de nível superior. No Rio Grande do Sul este valor correspondia a 9,6%.

Indicadores relacionados ao Propósito *O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional através da educação e capacitação dos trabalhadores*

14. Ingresso na Universidade

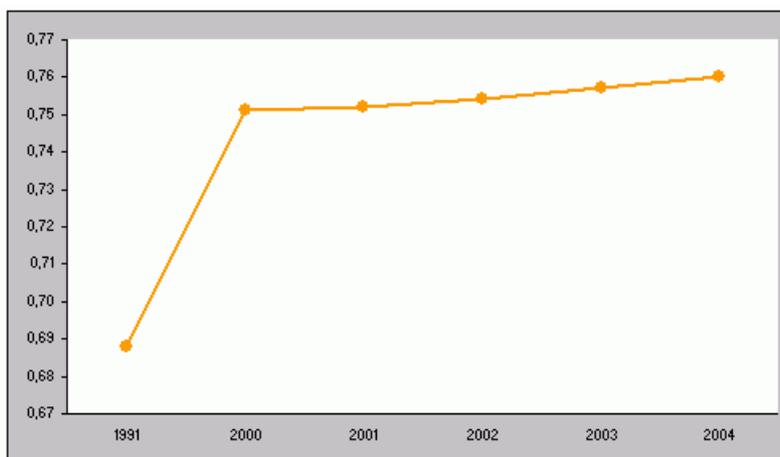
15. Concluintes no Ensino Médio

PROPÓSITO: os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

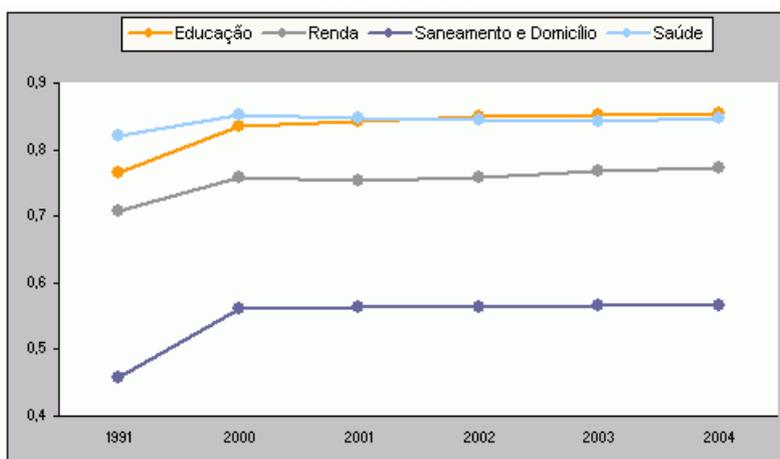
A avaliação periódica do nível da qualidade e do padrão de vida da população de um determinado estado ou região permite aumentar a eficiência e a eficácia da administração pública, contribuindo para o estabelecimento de metas e prioridades.

34. Qualidade de Vida: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE



Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE por blocos de indicadores



Fonte: Fundação de Economia e Estatística

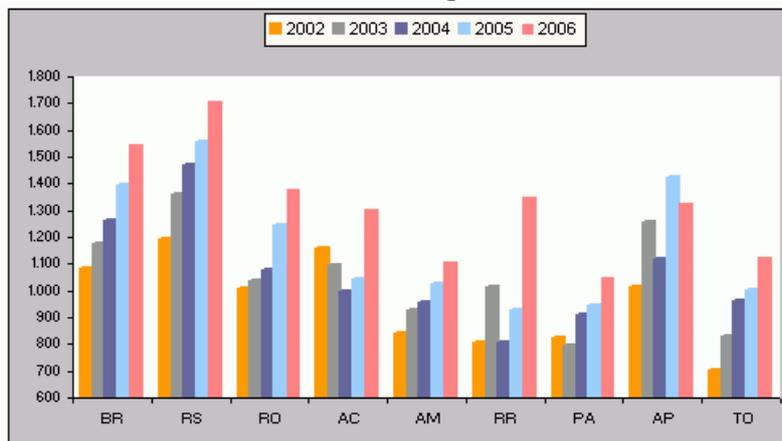
Sobre o indicador

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) é um índice sintético, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios e do Estado. O IDese é resultado da agregação, com a mesma ponderação, de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis. Os índices variam de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total). Localidades com índice até 0,499 têm desenvolvimento considerado baixo; localidades com índices

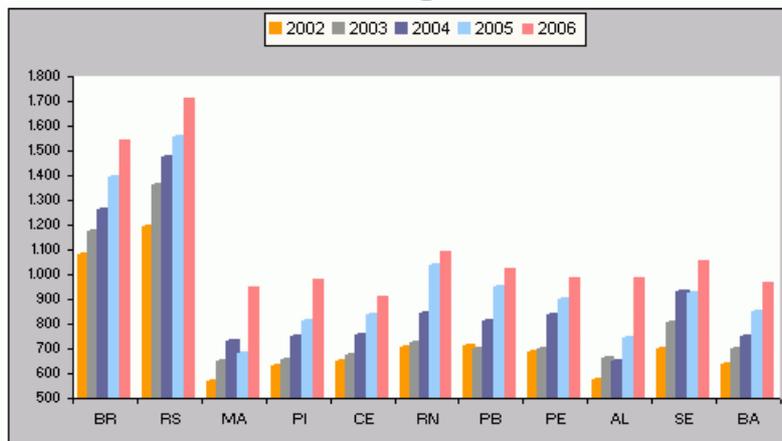
entre 0,500 e 0,799 são consideradas de médio desenvolvimento e localidades com índices maiores do que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

35. Renda Familiar: Valor do rendimento médio mensal domiciliar, em reais (R\$), no Rio Grande do Sul e nas demais unidades da federação.

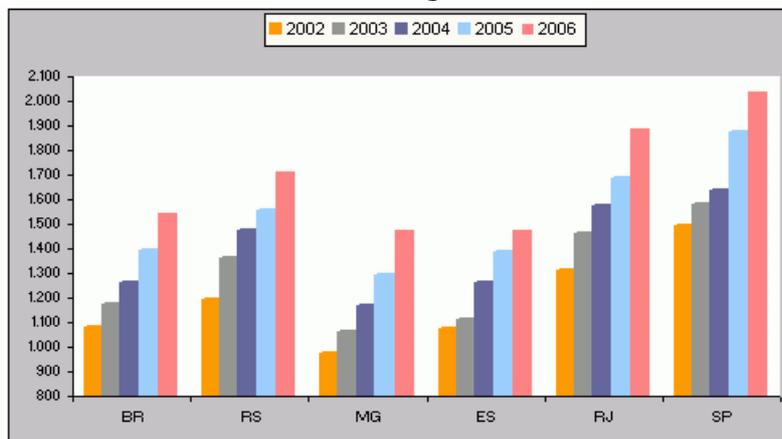
Brasil x RS x Região Norte



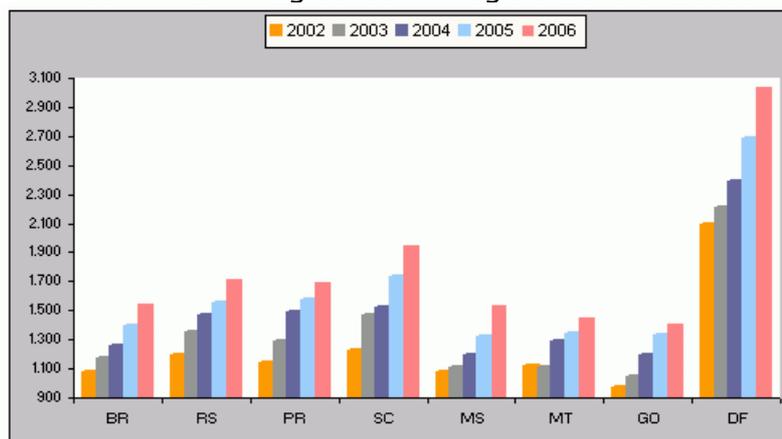
Brasil x RS x Região Nordeste



Brasil x RS x Região Sudeste



Brasil x RS x Região Sul x Região Centro-Oeste

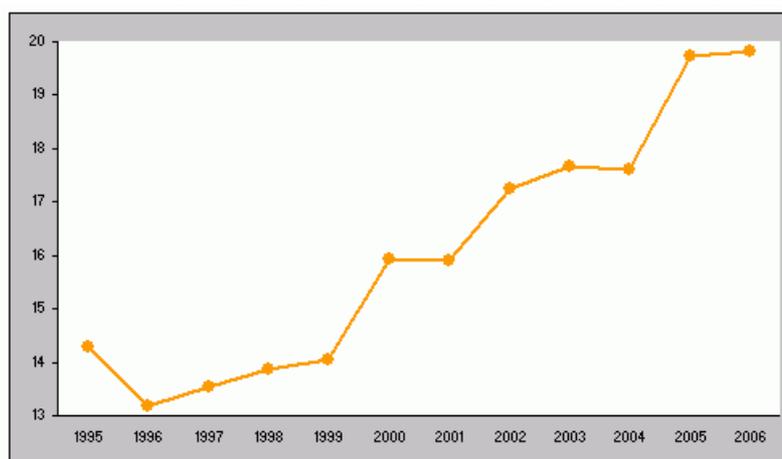


Fonte: IBGE/PNAD

Sobre o indicador

A comparação entre o rendimento médio das famílias no Rio Grande do Sul com o das famílias brasileiras fornece uma indicação da situação econômica das famílias que vivem no Estado em relação às famílias do restante do País.

36. Taxa de Pobreza: Percentual da população de 10 anos ou mais de idade com rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo.



Fonte: IBGE/PNAD e Censo 2000 – Resultados da Amostra

Sobre o indicador

O indicador mostra o percentual da população que não tem condições de manter um padrão mínimo aceitável de vida.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2006, 25,6% das pessoas de dez anos ou mais de idade no Brasil apresentavam rendimento médio mensal de até um salário mínimo, enquanto que no Rio Grande do Sul o valor era de 19,8%.

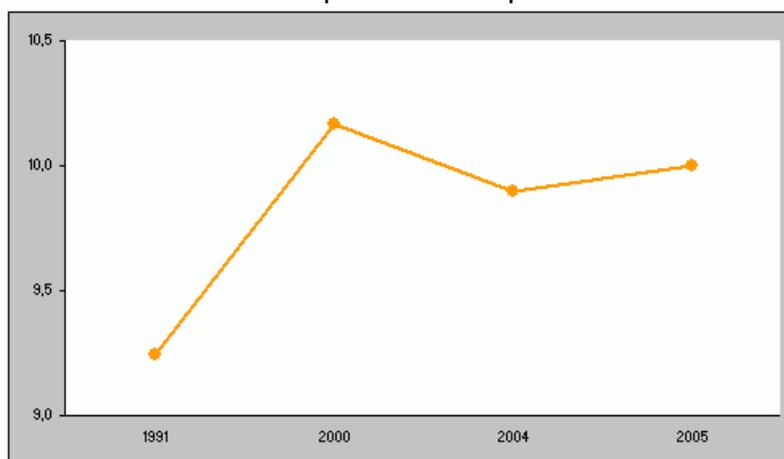
Indicadores relacionados ao Propósito *Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 41. Disparidades regionais na renda

PROPÓSITO: todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

O dimensionamento das necessidades habitacionais torna-se um dos elementos de fundamental importância para o embasamento e tomadas de decisão de políticas de ações públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, uma comunidade com boa quantidade de famílias com casas próprias é um bom indicativo de que a economia local é próspera e saudável.

37. Déficit Habitacional: Estimativa percentual do déficit habitacional em relação ao número de domicílios particulares permanentes totais.



Fonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informação e IBGE/Censos 1991 e 2000

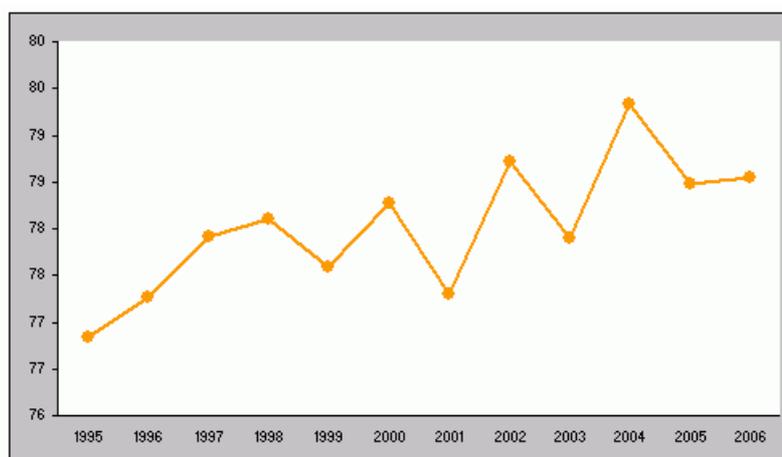
Sobre o indicador

Este indicador reflete o nível de carência de unidades habitacionais para abrigar pessoas ou famílias sem moradia ou com moradias consideradas inadequadas no Rio grande do Sul.

Para comparação

A estimativa para o déficit habitacional relativo, em percentual, para o Brasil, em 2004, segundo o Sinduscon / GV Consult era de 15,2%. Para o Rio Grande do Sul esse valor era de 9,9%.

38. Casa Própria: Percentual de domicílios particulares permanentes próprios.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Além da importância da casa própria na estabilidade de uma família, normalmente, ela é um indicativo das boas condições dessa habitação para se morar, e de um adequado padrão de vida do proprietário.

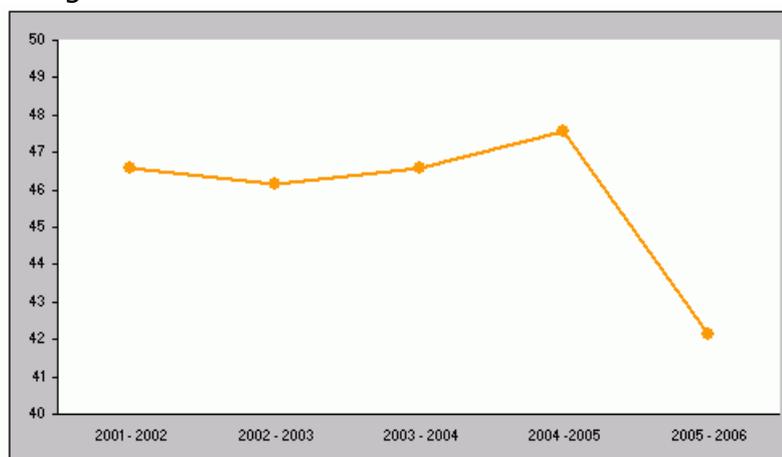
Para comparação

Segundo levantamento do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2006, 73,4% dos domicílios particulares permanentes eram próprios, enquanto no Rio Grande do Sul este valor correspondia a 78,5%.

PROPÓSITO: pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

Os gaúchos valorizam a liberdade de escolher o lugar onde pretendem viver sem obrigar seus filhos a se afastarem em busca de melhores condições de vida. Este propósito está relacionado às condições de viabilidade econômica e de infra-estrutura das pequenas comunidades gaúchas urbanas e rurais.

39. Êxodo Municipal: Percentual de municípios com crescimento populacional negativo.

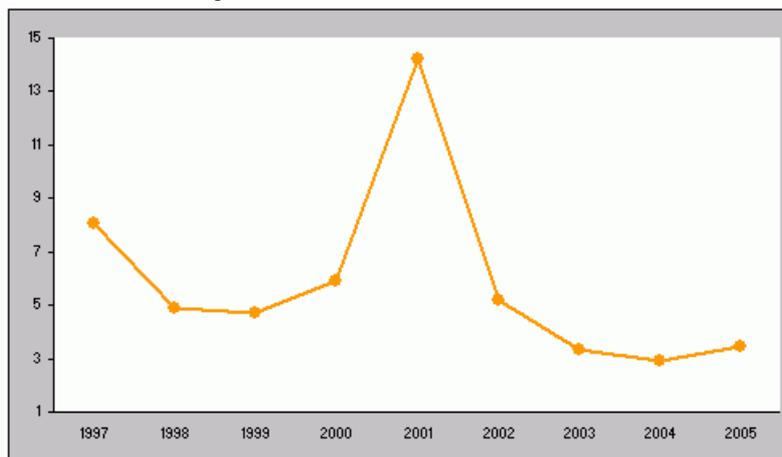


Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS

Sobre o indicador

Municípios que apresentam decréscimo populacional, normalmente, estão com sua economia estagnada ou em declínio, indicando um aumento nos índices de desemprego e pobreza.

40. Demografia de Empresas: Variação percentual do número de empresas no ano em relação ao ano anterior.



Fonte: IBGE/Cadastro Central de Empresas

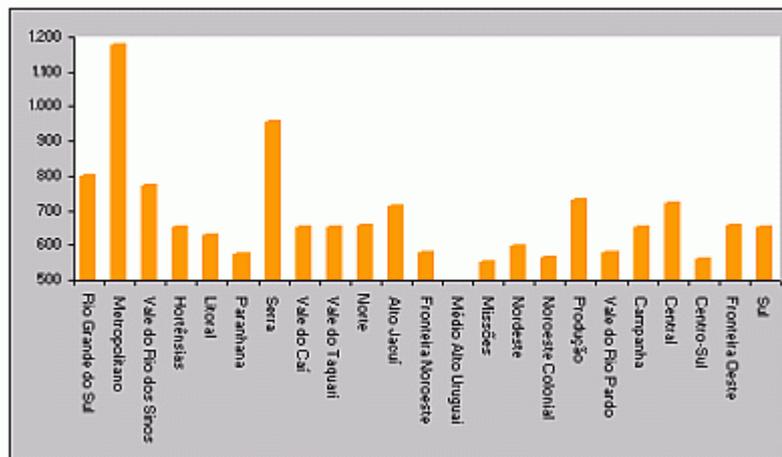
Sobre o indicador

A vitalidade econômica das comunidades depende da sua capacidade em manter e atrair novos empreendedores e negócios. Uma forma de medir esta vitalidade nos municípios do Rio Grande do Sul é através da demografia das empresas - a população de empresas, medida anualmente.

Para comparação

No Brasil, a variação no número de empresas, entre os anos de 2004 e 2005, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE, foi de +5,4%. No Rio Grande do Sul este valor foi de +3,5%.

41. Disparidades Regionais na Renda: Rendimento médio (R\$) do responsável pelo domicílio nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) em 2000.

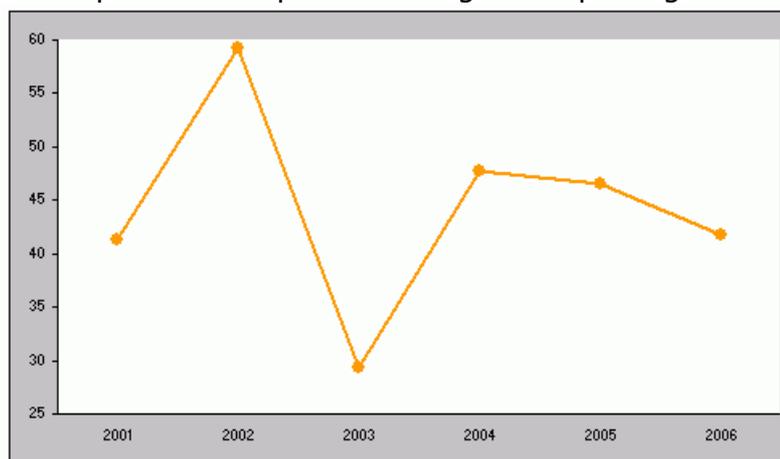


Fonte: IBGE/Censo 2000

Sobre o indicador

Este indicador aponta as diferenças de padrão e qualidade de vida entre as populações das várias regiões do Estado, através da medida do rendimento médio do responsável pelo domicílio.

42. Condições da Malha Viária: Percentual da malha rodoviária em boas condições de uso para o transporte de carga e de passageiros.



Fonte: Confederação Nacional do Transporte/Pesquisa Rodoviária²⁰

Sobre o indicador

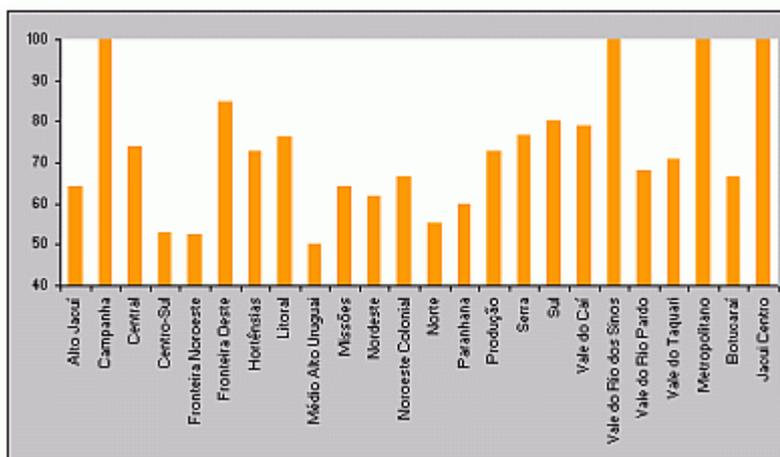
O estado de conservação da malha rodoviária apresenta reflexo direto na economia, uma vez que ela interfere diretamente na dinâmica do processo produtivo e de circulação de mercadorias, assim como no plano das garantias individuais como a acessibilidade, que assegura o direito dos cidadãos de se deslocarem.

Para comparação

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, no ano de 2006, o percentual das rodovias brasileiras em boas condições de uso (conceito ótimo e bom) foi de 25,0%. As rodovias gaúchas em boas condições totalizaram 41,7%.

²⁰ A Pesquisa Rodoviária da CNT, criada em 1995, avalia o estado geral de conservação da malha rodoviária federal pavimentada, das principais rodovias estaduais e também daquelas sob concessão. A metodologia amostral da Pesquisa Rodoviária CNT consolidou-se como um importante instrumento de avaliação das condições das rodovias em relação aos aspectos de pavimento, sinalização e engenharia.

43. Acesso Asfáltico às Sedes Municipais: Percentual de municípios com acesso asfáltico à sede nos Coredes.



Fonte: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (2003)

Sobre o indicador

Este indicador reconhece a necessidade das comunidades, em especial das pequenas, de ter acessos asfálticos em boas condições para permitir o escoamento da produção local, o deslocamento de seus habitantes e o acesso de visitantes. Em 2003 existiam 148 municípios gaúchos – 29,8%, sem acesso asfáltico à sede municipal.

Indicadores relacionados ao Propósito *Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer*

30. Crescimento do produto interno bruto

31. Nível de ocupação da PEA - população economicamente ativa

41. Disparidades regionais na renda

Meio Ambiente

Visão Geral

Conservação dos Recursos Naturais

Manutenção dos Ecossistemas

Qualidade do Solo, Ar e Águas

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos

Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

A movimentação dos indicadores em direção a esse propósito não é bastante clara, não permitindo uma melhor avaliação de seu progresso geral. A tendência é de crescimento no consumo de energia per capita, embora longe do consumo dos países industrializados. A partir de 2000 há um aumento na utilização de fontes renováveis de energia na composição da matriz energética gaúcha, até 2002, quando há uma tendência de estabilização. Entretanto, a utilização de combustíveis fósseis, que estava em queda de 1997 a 2003, cresceu significativamente no ano seguinte.

Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

Devido a natureza de alguns dos indicadores, os dados são gerados em períodos de tempo maiores, assim, não há como avaliar a tendência de progresso neste propósito. Fica a preocupação com espécies de flora e fauna em extinção, ou perigo de extinção. Mas é possível verificar um considerável aumento no número de áreas naturais protegidas – Unidades de Conservação (UCs) – desde 1940.

A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Para esse propósito a tendência é de leve melhoria, conforme se pode observar pelos indicadores de poluição do ar urbano e qualidade das águas. Apesar do indicador de acidentes com transporte de cargas perigosas ter sofrido uma substancial redução a partir do ano de 2000, ele voltou a crescer no período 2004/2006. Em relação às áreas do Rio Grande do Sul que estão sofrendo o processo de arenização, no período observado (1989 – 2005) ocorreram poucas alterações. Por outro lado, apenas a região hidrográfica do Litoral Sul apresentou plenas condições de balneabilidade em dois dos cinco períodos analisados.

Situação Atual

Os propósitos de melhoria relacionados ao meio ambiente procuram demonstrar a adequação de uma economia forte e saudável à sustentabilidade ambiental. Observa-se uma preocupação crescente, por parte da sociedade, com a manutenção dos recursos naturais e ecossistemas através da redução da pressão exercida sobre eles pelo aumento populacional, consumo de energia e desenvolvimento econômico.

Progressos

A cobertura florestal do Estado apresentou um avanço significativo no período em que foi medida, 1983/2001, praticamente triplicando o seu valor, em percentual. Da mesma forma, entre 1990 e 2005, aumentou a produção de madeira em tora proveniente de florestas plantadas e diminuiu a de florestas nativas. Além disso, ocorreu um considerável aumento no

número de áreas naturais protegidas. Por fim, o percentual de volume de resíduos sólidos coletados e conduzidos às unidades de triagem e compostagem é quase três vezes maior no Rio Grande do Sul do que a média do Brasil. Esses progressos indicam que há uma maior conscientização da população gaúcha referente às questões relacionadas ao meio ambiente.

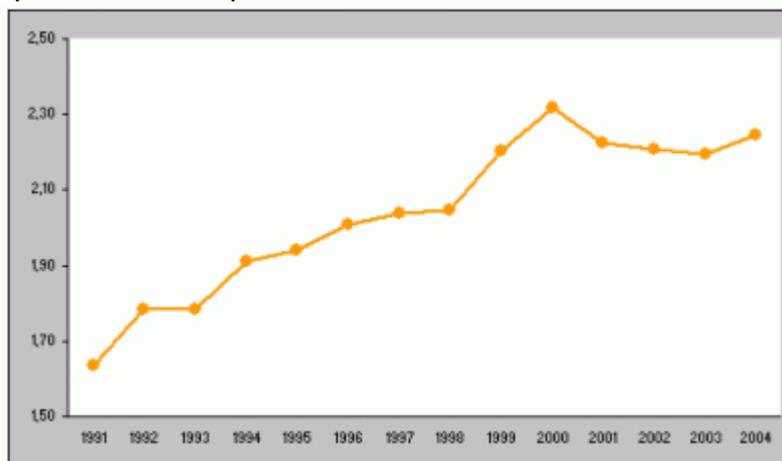
Desafios

Um importante desafio que surgiu no período 2004/2005 foi o aumento na utilização de combustível fóssil – gasolina e óleo diesel. Esse fato dá-se devido à quase exclusiva utilização do modal rodoviário para o transporte de passageiros e de mercadorias e mercadorias no Rio Grande do Sul, inclusive com um aumento no indicador de acidentes com transporte de cargas perigosas. E existem muitas espécies da flora e fauna gaúchas em extinção ou grande perigo de extinção.

PROPÓSITO: os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

A conservação dos chamados recursos naturais tornou-se questão estratégica para a sociedade contemporânea, visto que a sua oferta é limitada e a demanda é crescente. Assim, algumas questões como a promoção da utilização de fontes renováveis de energia e seu uso racional; a minimização da geração de resíduos sólidos e a sua reutilização; a conservação dos recursos hídricos e a cobertura florestal possibilitam o desenvolvimento das atividades econômicas da sociedade sem degradar o ambiente e asseguram às próximas gerações as mesmas perspectivas de desenvolvimento.

44. Consumo Per Capita de Energia: Consumo per capita de energia em toneladas equivalentes de petróleo.



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do RS /Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

O consumo de energia é uma boa medida, tanto da saúde da economia, como da do meio ambiente, já que, praticamente, toda a atividade

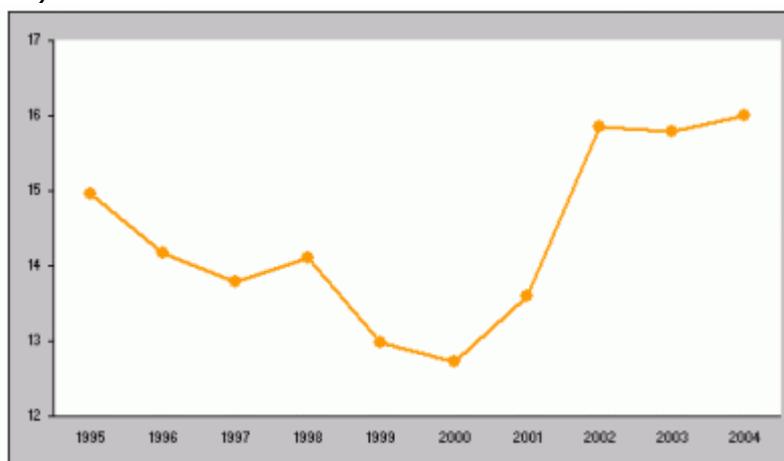
econômica requer a utilização de alguma forma de energia e, qualquer forma de produção e utilização de energia, causa impacto ao meio ambiente.

Para comparação

Nos países industrializados da União Européia, o consumo médio em 1998 era de 3,22 tEP per capita, enquanto a média mundial era de 1,66 tEP per capita. No Brasil, o consumo de energia em 1998 era de 1,3 tEP per capita e em 2000 caiu para 0,89 tEP per capita.

Fonte: Senador Osmar Dias. 1998. "Gasoduto Bolívia-Brasil" (artigo publicado no site do Senado Federal); Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional, 2002.

45. Fontes Renováveis de Energia: Participação percentual de fontes renováveis na composição da matriz energética (fontes renováveis=hídrica, lenha e álcool).



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do RS /Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul

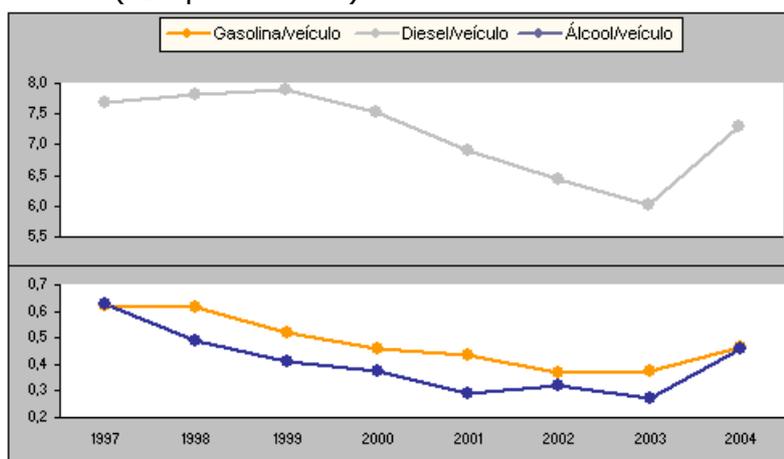
Sobre o indicador

O uso de fontes renováveis na matriz energética afeta positivamente a estabilidade do meio ambiente, em curto e médio prazo e a economia em longo prazo. O impacto ambiental ocasionado pela queima de combustíveis oriundos de fontes renováveis é, reconhecidamente, menor que o ocasionado pelos combustíveis fósseis. O uso de tecnologias mais limpas, como aquelas que utilizam lenha e cana-de-açúcar, conforme a tipologia utilizada pelo Balanço Energético Nacional do Ministério das Minas e Energia, contribui para a diminuição dos níveis de CO² na atmosfera, impactando positivamente o meio ambiente.

Para comparação

Segundo o Balanço Energético Nacional 2002 do Ministério das Minas e Energia, o percentual de consumo de fontes renováveis de energia (hídrica, lenha e álcool) no Brasil em 2000 foi de 28%. O Rio Grande do Sul apresentou um percentual de 12,5%.

46. Consumo dos Veículos: Consumo de gasolina, álcool e diesel por veículo automotor (tEP por veículo).



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do RS /Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação de Economia e Estatística do Rio grande do Sul.

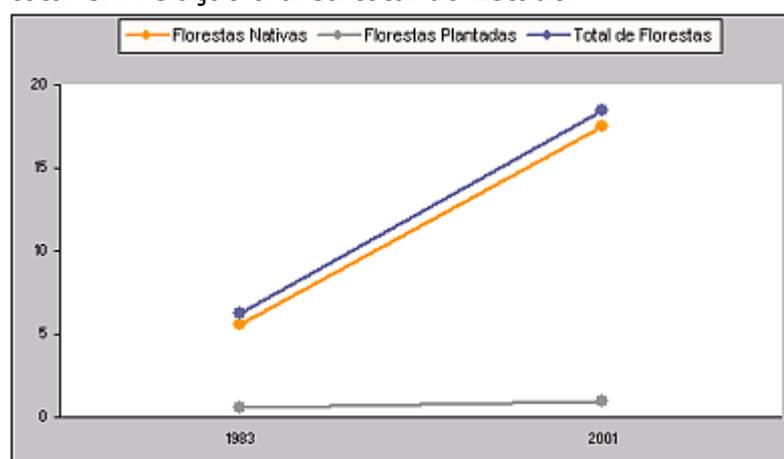
Sobre o indicador

A ampliação do uso de veículos automotores indica pressão sobre o meio ambiente, principalmente na poluição do ar e no aquecimento global.

Para comparação

De acordo com informações do DENATRAN, DETRAN e Balanço Energético Nacional 2002 do Ministério de Minas e Energia , o consumo total de gasolina, álcool e diesel no Brasil foi de 47.806.000 tEP em 2000, e a frota de veículos no mesmo ano era de 29.503.503 unidades, o que determinou um consumo de 0,6 tEP/veículo. Já no Rio Grande do Sul, o consumo total foi de 3.401.000 tEP e a frota de veículos, no mesmo ano era de 2.525.378 unidades, o que determinou um consumo de 1,35 tEP/veículo. O consumo do RS representa 7,1% do total consumido no Brasil, além de deter 8,6% da frota total de veículos.

47. Cobertura Florestal: Percentual de área coberta por florestas nativas, plantadas e total em relação à área total do Estado.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS/Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul e FEE

Nota: os dados para florestas naturais incluem florestas em diferentes estágios de recuperação.

Sobre o indicador

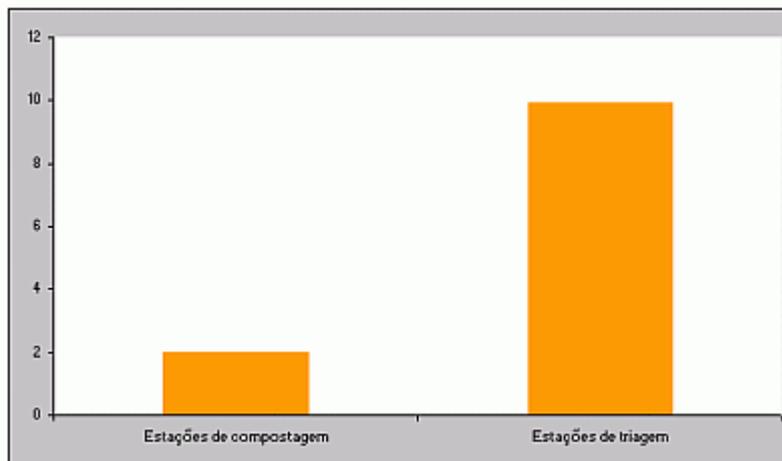
A ocupação crescente de terras para a exploração agrícola e o desmatamento para obtenção de madeira e lenha têm resultado, ao longo dos séculos de ocupação do solo gaúcho, em perdas de áreas de florestas naturais, alterando substancialmente o equilíbrio ambiental. O monitoramento do avanço do desmatamento ou da recuperação da cobertura florestal é um dos indicadores mundialmente aceitos para avaliar a saúde do meio ambiente, que tem reflexo direto sobre o balanço de gás carbônico atmosférico e sobre a manutenção da diversidade da flora e da fauna.

Para comparação

No Brasil, em 2000, a área total ocupada por florestas era de 543.905.000 ha, sendo 538.923.000 ha de florestas naturais e 4.982.000 ha de florestas plantadas. Ou seja, área coberta por florestas no Brasil em relação a área total era de 64,3%. No RS, em 2000, a área total ocupada por florestas era de 52.303.770 ha - 49.556.290 ha de florestas naturais e 2.747.480 ha de florestas plantadas. Deste modo, a proporção de área coberta por floresta no RS era de 18,50%.

Fonte: BNDES e SEMA

48. Volume de Resíduos Sólidos Urbanos e Reciclagem: Percentual do volume de resíduos sólidos urbanos coletados e conduzidos às unidades de compostagem e de triagem em 2000 (toneladas por dia).



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

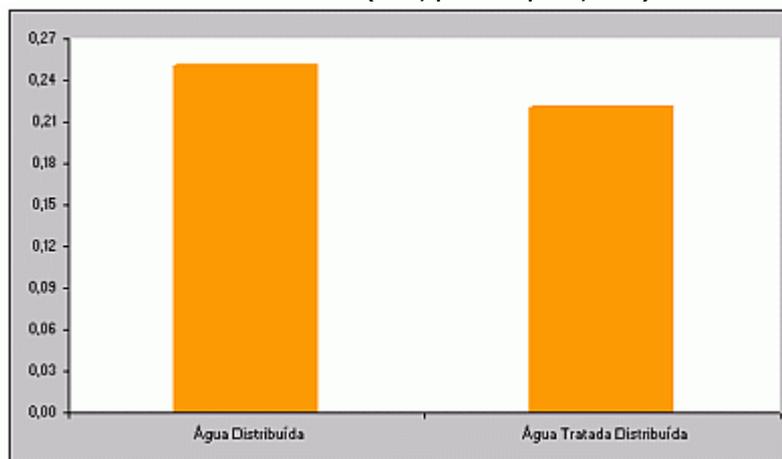
Sobre o indicador

A coleta de resíduos sólidos urbanos e a proporção que é conduzida às unidades de compostagem e de triagem é indicativo de melhoria no uso dos recursos naturais, pois está diretamente relacionado à existência de reciclagem de materiais e a diminuição do consumo de energia em uma economia. Também é indicativo de melhoria da qualidade ambiental, porque a existência de triagem antes da destinação final evita ou minimiza a degradação do solo, água e ar.

Para comparação

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil coletava, em 2000, 228.413 t/dia de lixo e 8.814,7t/dia (3,86%) eram conduzidos às estações de compostagem e de triagem. Respectivamente, naquele ano, cabia ao Rio Grande do Sul 7.454 t/dia e 887 t/dia (11,90%).

49. Volume Per Capita de Água Distribuída: Volume per capita de água distribuída total e tratada em 2000 (m³/per capita/dia).



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

Sobre o indicador

A importância do indicador se refere ao fato de que a crescente escassez da água foi definida pela UNESCO como o problema ambiental mais grave deste século. A drenagem indiscriminada dos mananciais e a poluição dos recursos hídricos têm acentuado os conflitos pelos diversos usos deste recurso, tais como: abastecimento de populações e irrigação de lavouras; diluição de esgoto doméstico e industrial e pesca; geração de energia e lazer; entre outros.

Para comparação

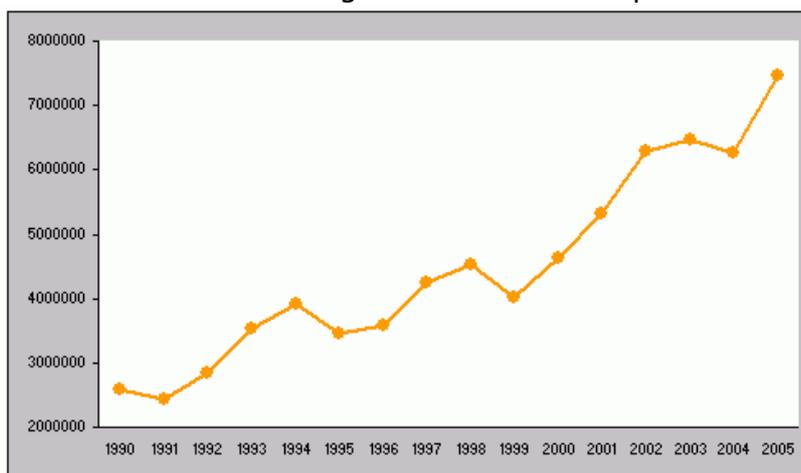
De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil apresentou, em 2000, um volume de água total distribuída de 0,26 m³/per capita/dia e volume de água tratada distribuída de 0,24 m³/per capita/dia. Neste mesmo ano o Rio Grande do Sul apresentou um volume total de 0,25 m³/per capita/dia e de água tratada de 0,22 m³/per capita/dia.

50. Produção de Madeira: Quantidades produzidas de madeira em toras segundo a origem - florestas plantadas e florestas nativas (m³ por ano).

Madeira em tora originada de florestas nativas



Madeira em tora originada de florestas plantadas



Fonte: IBGE/ Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura

Sobre o indicador

Segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, o aumento da área de florestas plantadas no Rio Grande do Sul foi de apenas 2.910 ha. (1,16%) entre 1996 e 2000. No entanto, a região Sul está entre as maiores consumidoras de madeira do Brasil, por sediar atividades moveleiras de madeiras serradas e laminadas, de produção de papel e celulose, entre outras.

A indústria gaúcha tem utilizado quase exclusivamente matéria-prima originada de florestas plantadas. Mas, de acordo com as projeções de consumo de madeira industrial no Brasil, haverá falta do insumo no mercado em médio prazo, caso não haja estímulo ao plantio de novas florestas. Assim, para suprir as necessidades do mercado, uma das consequências mais comuns é o aumento do desmatamento irregular de áreas de florestas naturais.

Indicadores relacionados ao Propósito *Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.*

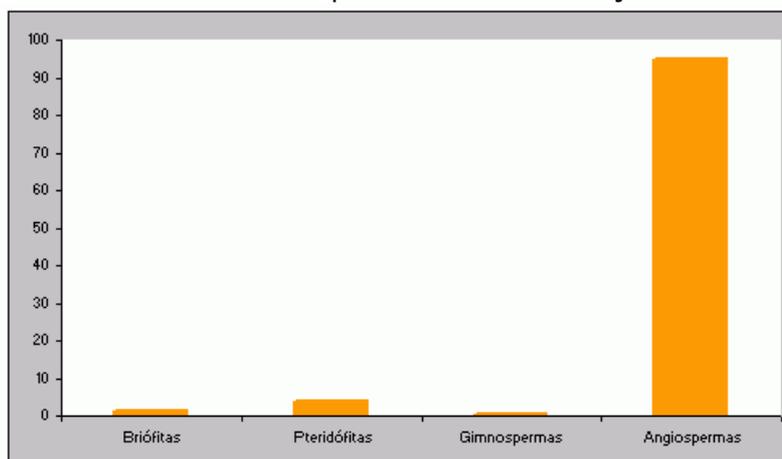
- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência energética da economia
- 34. Qualidade de vida
- 51. Vida silvestre
- 52. Áreas naturais protegidas
- 53. Mudanças no uso da terra
- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização

PROPÓSITO: os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

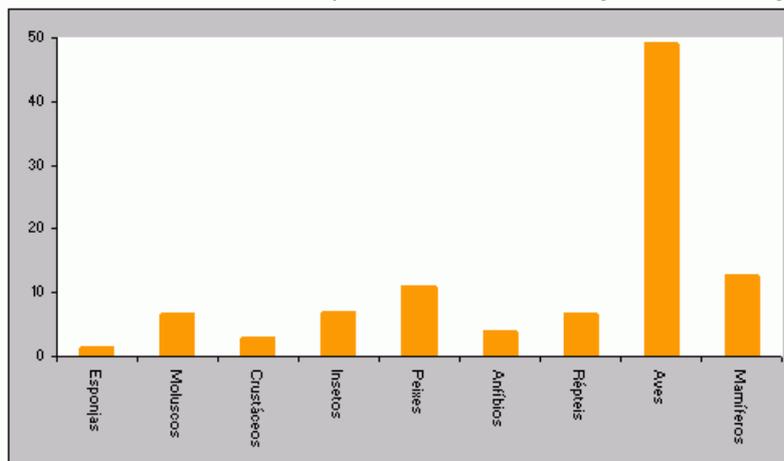
O impacto causado pela ocupação dos mais diversos ecossistemas pela sociedade industrial contemporânea, que produz, por exemplo, extensas redes de regiões urbanizadas e imensas áreas agrícolas monocultoras, tem levado a perdas crescentes da biodiversidade e afetado o equilíbrio de grande número de ecossistemas. Algumas ações, no entanto, podem assegurar a preservação destes ecossistemas e da fauna e flora a eles associadas, como a criação de áreas naturais protegidas, formas de proteção à vida silvestre e o monitoramento do uso da terra.

51. Vida Silvestre: Percentual do número de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção em 2002.

Percentual do número de espécies da flora ameaçadas de extinção



Percentual do número de espécies da fauna ameaçadas de extinção



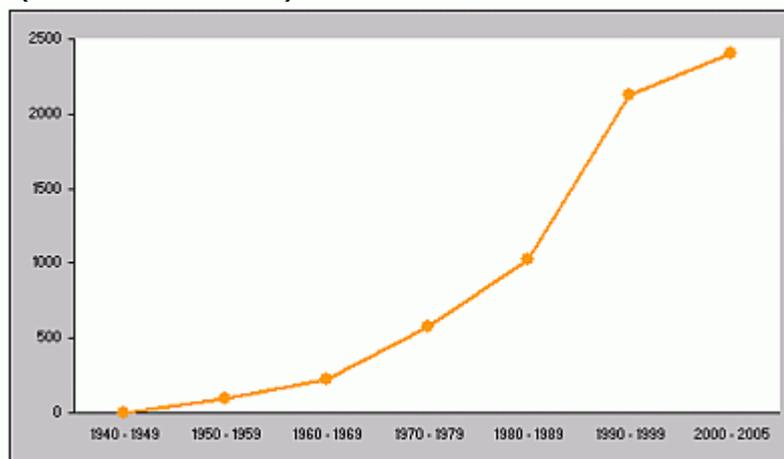
Fonte: Fundação Zoobotânica do RS e Marques, A. A. B., M. Schneider, C. S. Fontana, G. A. Bencke, R. E. dos Reis & E. V. Martin (orgs.) 2002. Lista das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (do Estado do Rio Grande do Sul), Museu de Ciências e Tecnologia, PANGEA.

Nota: o percentual foi calculado em relação ao número total de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção.

Sobre o indicador

A existência de um ambiente saudável que dê suporte à sobrevivência da espécie humana inclui a manutenção da biodiversidade vegetal e animal.

52. Áreas Naturais Protegidas: Variação percentual do número de Unidades de Conservação - UCs federais, estaduais, municipais e particulares (1940 - 1949 = 0).



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão RS / DEPLAN

Sobre o indicador

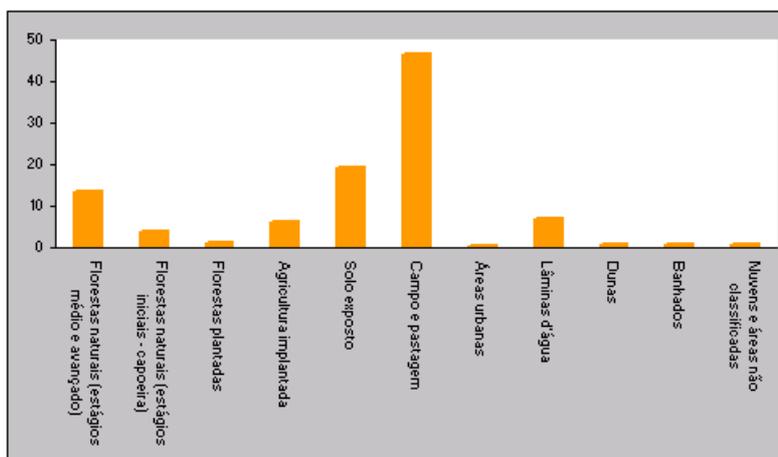
A criação de novas Unidades de Conservação colabora para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, estimula a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade.

Para comparação

De acordo com o IBAMA, no Brasil, o número de Unidades de Conservação Federais existentes em 2002 era de 250, ocupando uma área estimada de

43.500.000ha. No Rio Grande do Sul, o número de UCs Federais, no mesmo ano, era de 10, ocupando uma área de aproximadamente 414.000ha. Assim, o RS conta com 4% do número total de UCs Federais e 0,95% de sua área.

53. Mudanças no Uso da Terra: Percentual da área total do estado ocupada por florestas naturais, florestas plantadas, agricultura, campos e pastagens e áreas urbanas em 2001.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente / Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

Os movimentos de alteração no uso da terra são importantes indicadores das condições de manutenção da diversidade biológica e de *habitats* de uma região, pois interferem no equilíbrio ambiental de determinada área, e estão estreitamente relacionados com a dinâmica econômica e social. A ocupação crescente de terras pelas atividades agropecuárias, pela ocupação urbana ou produção de energia hidrelétrica, por exemplo, costumam resultar no aumento do desmatamento, e conseqüentemente, perda de diversidade biológica.

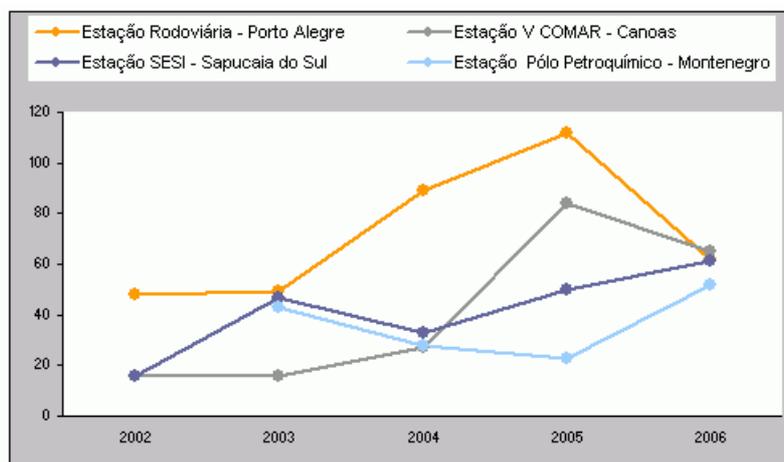
Indicadores relacionados ao Propósito *Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade*

- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência (produtividade) energética da economia
- 47. Cobertura florestal
- 48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
- 50. Florestas plantadas e consumo de madeira
- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização
- 58. Balneabilidade

PROPÓSITO: a qualidade do solo, do ar e das águas, no rio grande do sul, deverá melhorar.

A qualidade de vida está associada às condições do ambiente onde as sociedades vivem e desenvolvem suas atividades. Mas, o crescimento da população, associado ao fenômeno da industrialização e urbanização, têm contribuído para a degradação crescente do solo, ar e água. Por outro lado, o reconhecimento de que o ambiente tem capacidade limitada para absorver os contaminantes gerados por essas atividades e que a sua recuperação é, geralmente, difícil e onerosa, deve estimular a adoção de formas de prevenção à poluição e de métodos de conservação do solo, ar e água.

54. Poluição do Ar Urbano: Número de dias no ano em que a qualidade do ar variou de regular a crítico (IQAr > 50) nas estações da Rede Automática de Monitoramento do Ar da Região Metropolitana de Porto Alegre.



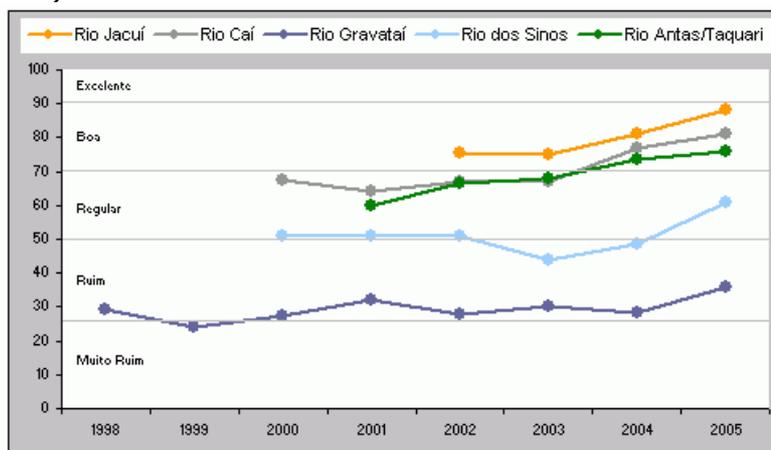
Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental/Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar

Sobre o indicador

Os níveis de poluição do ar na Região Metropolitana de Porto Alegre podem ser considerados indicadores de referência da qualidade do ar para o resto do Estado.

O número de dias em que a poluição excede o nível bom no período de um ano é indicador da qualidade do ar nas grandes concentrações urbanas. Se o número de dias for crescente é sinal de que a qualidade do ar está piorando, devendo-se tomar providências para que não haja reflexos na saúde da população e do meio ambiente.

55. Qualidade das Águas: Índice de Qualidade das Águas na foz dos rios monitorados pela Rede de Monitoramento Ambiental do Pró-Guaíba - IQA (médias anuais).



Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental /Qualidade Ambiental/Região Hidrográfica do Guaíba

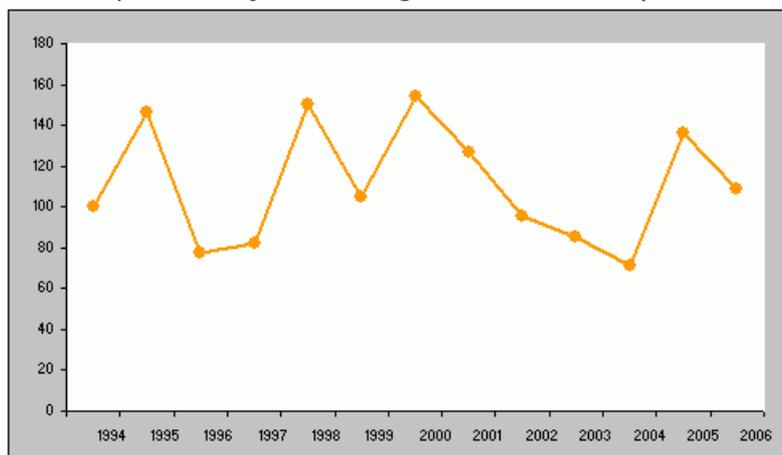
Sobre o indicador

A definição de rios, lagos e trechos da costa marítima considerados próprios para a preservação e proteção das comunidades aquáticas e para a recreação de contato primário é dada principalmente pelo nível de coliformes fecais, de metais pesados, de oxigênio dissolvido e demanda bioquímica de oxigênio.

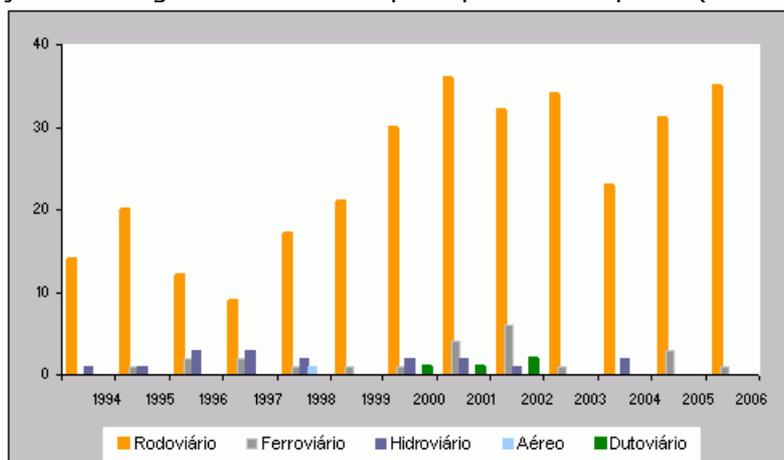
O cálculo do Índice de Qualidade da Água realizado pela FEPAM é anual, tendo por base as médias anuais de cada um dos parâmetros que compõe o índice.

56. Acidentes com Transporte de Cargas Perigosas

Varição percentual do número de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM (1994 = 100).



Número de ocorrências de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM por tipo de transporte (ocorrências/ano)

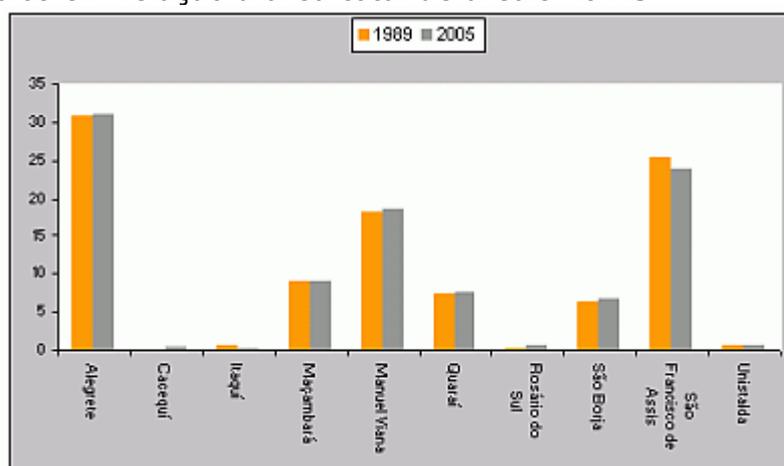


Fonte: FEPAM/Emergência Ambiental

Sobre o indicador

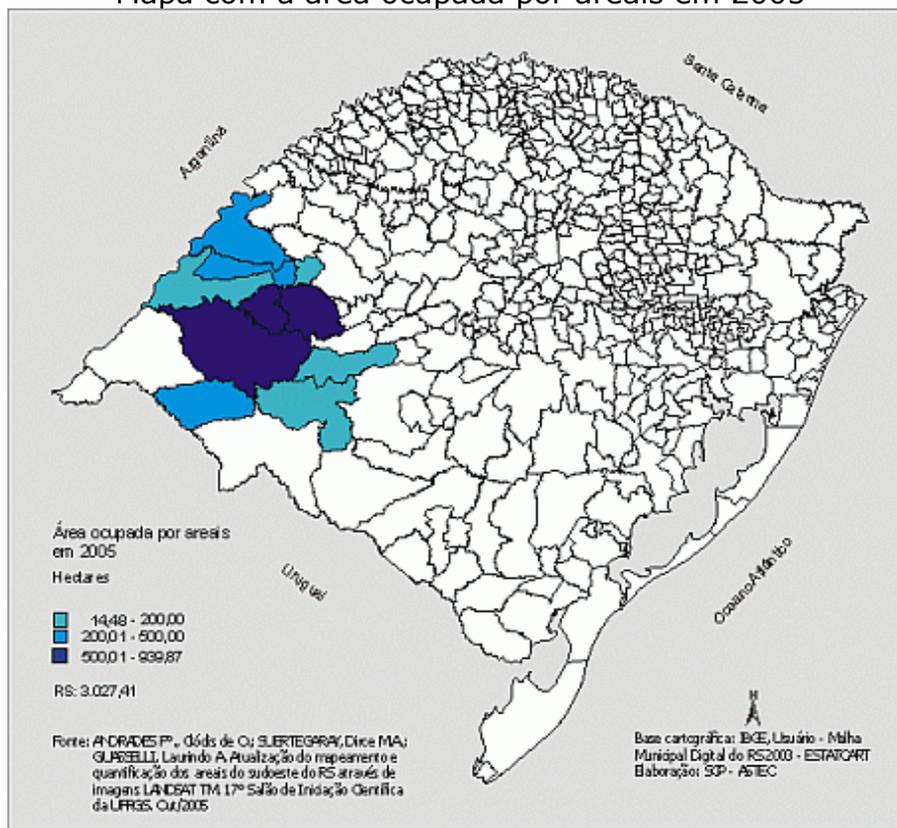
Os acidentes com transporte de cargas perigosas ocasionam riscos de contaminação do solo, água e ar, podendo, inclusive, resultar em prejuízos à saúde da população. O monitoramento do número de acidentes com cargas perigosas é importante no sentido de sinalizar a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de segurança que a ele se relacionam.

57. Erosão DO Solo - Arenização: Percentual da área ocupada por areais nos municípios em relação à área total de areais no RS.



Fonte: ANDRADES F^o, CLÓDIS DE O.; SUERTEGARAY, DIRCE. M.A.; GUASELLI, LAURINDO A. Atualização do mapeamento e quantificação dos areais do sudoeste do RS através de imagens LANDSAT TM. 17^o Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Outubro/2005.

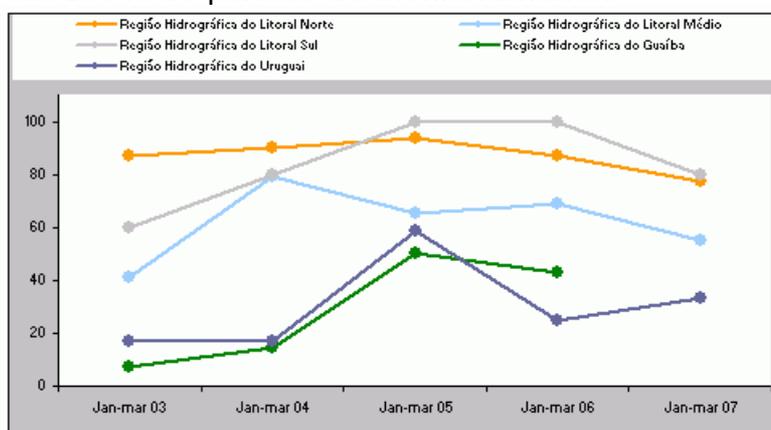
Mapa com a área ocupada por areais em 2005



Sobre o indicador

Um dos processos mais intensos de degradação ambiental no Rio Grande do sul está associado à erosão do solo e arenização. Ocorre na área das bacias dos rios Ibicuí, Ibirapuitã e Quaraí, envolvendo 3.027,41 hectares de cerca de 10 municípios distribuídos em 678 áreas de areais e focos de arenização, chamadas de "áreas de reduzida biomassa". A sua ocorrência tem reflexos negativos, tanto em relação à perda de extensas áreas de solo potencialmente produtivas, quanto em relação ao assoreamento dos cursos de água da região. O conhecimento da dinâmica deste processo, sua localização e extensão possibilitam a elaboração de propostas de recuperação do solo e a conservação dos cursos de água da região.

58. Balneabilidade: Percentual de balneários classificados como próprios para banho em 100% do período de monitoramento.



Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental/Projeto Balneabilidade

Sobre o indicador

A definição de rios, lagos e trechos da costa marítima considerados próprios para a recreação de contato primário é dada principalmente pelo nível de coliformes fecais presentes na água, oriundos do lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos.

A Resolução nº. 274 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), classifica a água como imprópria para banho quando está contaminada por bactérias provenientes de esgoto (acima de 1.000 coliformes fecais por 100 ml de água ou 800 Escherichia Coli por 100 ml de água) em no mínimo duas amostras de cinco analisadas. Ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2500 coliformes fecais ou 2000 Escherichia Coli.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) executa anualmente, no período do verão (segunda quinzena de novembro à primeira semana de março), o Projeto Balneabilidade. Ele monitora as condições das águas para banho nas praias e balneários do Rio Grande do Sul, com coletas de água para análises realizadas semanalmente nos dias de maior movimento de veranistas (sábado, domingo, segunda e terça-feira).

A FEPAM define a balneabilidade das praias de águas interiores e de mar como:

- Excelente - PRÓPRIAS em 100% do período monitorado;
- Regular - PRÓPRIAS em 50% até menos de 100% do período monitorado;
- Péssima - PRÓPRIAS em menos de 50% do período monitorado.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.*

30. Crescimento do produto interno
31. Nível de ocupação da PEA
32. Eficiência energética da economia
34. Qualidade de vida
40. Demografia de empresas
44. Consumo de energia per capita
45. Fontes renováveis de energia
46. Consumo dos veículos
47. Cobertura florestal
48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
50. Florestas plantadas e consumo de madeira
51. Vida silvestre
52. Áreas naturais protegidas
53. Mudanças no uso da terra

SITUAÇÃO DOS PROPÓSITOS DE MELHORIA

Propósitos que apresentam algum progresso - melhorias na maioria dos indicadores.

- Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.
- O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.
- Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

Propósitos sem possibilidade de avaliação - oscilação ou sem evolução dos indicadores

- As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.
- Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.
- Os gaúchos serão saudáveis.
- Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.
- O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.
- Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.
- As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.
- Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.
- Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.
- Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.
- A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Propósitos que apresentam algum retrocesso - pioras na maioria dos indicadores.

- A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

Propósitos que apresentam retrocesso - pioras em todos os indicadores.

- As crianças gaúchas não viverão na pobreza.
- Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Bibliografia – Fontes e *sites* consultados

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – www.bndes.gov.br
- Confederação Nacional do Transporte – CNT – www.cnt.org.br
- DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva – www.datasus.gov.br
- Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / RS – www.sjs.rs.gov.br
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER / RS – www.daer.rs.gov.br
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – www.denatran.gov.br
- Detran - Departamento de Trânsito / RS – www.detran.rs.gov.br
- Dias, Osmar. Gasoduto Bolívia-Brasil, 1998
- Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM / RS – www.fepam.rs.gov.br
- Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE / RS – www.fase.rs.gov.br
- Fundação de Economia e Estatística – FEE – www.fee.tche.br
- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS / SINE – www.fgtas.rs.gov.br
- Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) – www.fjp.gov.br
- Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB – www.fzb.rs.gov.br
- Gabinete do Vice-Governador do RS – www.ppp.rs.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – www.ibge.gov.br
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA – www.ibama.gov.br
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – www.inep.gov.br
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – www.ipea.gov.br
- Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional – www.mme.gov.br
- Ministério da Saúde – www.saude.gov.br
- Minnesota Milestones Home Page - <http://www.mnplan.state.mn.us/mm/>
- Parceiros Voluntários – www.parceirosvoluntarios.org.br
- Programa Bolsa Família / Caixa Econômica Federal – www.caixa.gov.br
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – www.pnud.org.br
- Secretaria da Justiça e da Segurança / RS – www.sjs.rs.gov.br

Secretaria da Saúde / RS - Coordenadoria de Informações em Saúde –
www.saude.rs.gov.br

Secretaria da Fazenda / RS - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado –
www.sefaz.rs.gov.br

Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano / RS -
www.habitacao.rs.gov.br

Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / RS – www.semec.rs.gov.br

Secretaria dos Transportes / RS – www.st.rs.gov.br

Secretaria do Meio Ambiente / RS – www.sema.rs.gov.br

Sociedade Brasileira de Silvicultura – www.sbs.org.br

Suertegaray e outros. Atlas da Arenização - Sudoeste do Rio Grande do Sul,
2001.

Tribunal de Contas do Estado / Contas Públicas – www.tce.rs.gov.br

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – www.tre-rs.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral – www.tse.gov.br